

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS



CONIMBRIGA



VOLUME XXXVI – 1997

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

ISSN 0084-9189

PUBLICAÇÃO ANUAL

DIRECTOR

JORGE DE ALARCÃO

SECRETÁRIO DE REDACÇÃO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

**Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para
recensão, pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao**

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

PALÁCIO DE SUB-RIPAS

P — 3000 COIMBRA

PEDIDOS:

DIGLIVRO

Rua Ilha do Pico, 3B — Pontinha

P — 1675 Lisboa

MOVILIVRO

Rua Gomes Leal, 93, cv.

P — 4300 Porto

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir Véchange.
Sollicitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkerhr erwünscht.*

CONIMBRIGA

Esta edição só foi possível graças ao patrocínio concedido pela

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXXVI



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
1997

(Página deixada propositadamente em branco)

DOMINGOS J. DA CRUZ
Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra

ALEXANDRE J. F. CANHA
Finalista da Licenciatura em História (var. de Arqueologia) da Faculdade de Letras
de Coimbra. Membro do Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta

ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA MAMOA 4 DO “RAPADOURO”
(PENDILHE, VILA NOVA DE PAIVA, VISEU)
“Conimbriga” XXXVI (1997) p. 5-26

RESUMO: Publicam-se os resultados dos trabalhos de escavação arqueológica realizados no Monumento 4 do sítio de “Rapadouro” (Pendilhe, Vila Nova de Paiva, Viseu).

O monumento apresentava-se em mau estado de conservação. A informação recolhida permite adiantar que se trataria de um *tumulus*, com cerca de 10 m de diâmetro, inteiramente construído em pedra (“cairn”). Na sua parte central inserir-se-ia uma câmara funerária, fechada, de pequenas dimensões, muito provavelmente do tipo “dòlmen simples”. O espólio reduz-se a um conjunto de seis micrólitos, em sílex, do tipo “segmento”, de pequenas dimensões, para além de uma micro-lasca retocada, de quartzo hialino, duas lascas residuais, em sílex, e alguns fragmentos de cerâmica pré-histórica.

Este tipo de construção tumular não é muito comum na Beira Alta, como no Norte de Portugal, no Neolítico Final. A ocorrência da mesma solução construtiva no dolmen do “Picoto do Vasco”, cujo encerramento primário terá ocorrido no primeiro quartel do IV milénio a. C., para além de outros indicadores de carácter regional, permitem admitir uma cronologia antiga para este monumento, situável nos inícios do megalitismo da região.

ABSTRACT: Here are the results obtained through the archaeological field-work done on the mound 4 of “Rapadouro”, Pendilhe, council of Vila Nova de Paiva, district of Viseu.

Conimbriga, 36 (1997) 5-26

The monument has been re-utilized in recent times by the construction of a small shelter for shepherds, which shows a great state of decay. The information acquired allows us to advance the idea that it concerned a tumulus with about 10 m in diameter, which is totally built with stones (type cairn). Within its center there would probably be an enclosed small burial chamber, possibly a small dolmen without a passage.

The findings amount to a set of six small flint geometrical microliths of a segment type, a retouched micro-splinter of hyaline quartz, two residual flint flakes and some pre-historical ceramic fragments.

This type — cairn — construction is not common in Beira Alta, as it is in the North of Portugal during the Late Neolithic. The similarity with the dolmen of “Picoto do Vasco”, whose first enclosure have probably taken place at the beginning of the IV millennium BC — plus other regional characteristics —, allows us to admit an ancient chronology for this monument, i. e. from the beginning of the megalithism in the region (c. 4500-4000 BC).

ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA
DA MAMOA 4 DO “RAPADOURO”
(PENDILHE, VILA NOVA DE PAIVA, VISEU)

0. Introdução

Os trabalhos arqueológicos realizados na Mamoa 4 do “Rapadouro” integram-se no projecto de investigação de um dos autores (DJC), sobre o megalitismo e a Pré-história Recente da Beira Alta, centrado nos monumentos tumulares identificados na Serra da Nave. Mais restritamente tinham por objectivo a conclusão do estudo deste grupo de *tumuli*, três dos quais intervencionados em campanhas realizadas em 1994 e 1995.

A escavação do monumento 4 decorreu de 29 de Julho a 27 de Agosto de 1996, sob a direcção dos signatários. Os trabalhos foram autorizados pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, entidade que também apoiou a sua concretização, com a concessão de um subsídio. A Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, como em campanhas anteriores, apoiou logisticamente este e outros trabalhos de escavação (instalações, equipamento, transportes, etc.), para além de subsidiar parte das despesas havidas com a estada da equipa. De igual modo, o Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta suportou parte das despesas relacionadas com os trabalhos de campo.

Participaram na escavação arqueológica os seguintes estudantes universitários: Miguel Filipe Correia, Augusto Jorge da Costa Aveleira, Lília Neto Basílio, Artur Serra, Sónia Marques Gabriel, Goreth Idalina Cesário Félix, Sandra Pereira Neto, Miguel António Paixão Serra, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Cristina Varela Suarez, Sonia López Melón, Eva González Fernández, da Faculdade de Geografia e Historia da Universidade de Santiago de Compostela.

A documentação gráfica foi finalizada em gabinete pelo Dr. J. Luís Madeira, do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

1. Localização

O monumento situa-se a cerca de 1250 m para NE da povoação de Pendilhe, presumivelmente em terrenos baldios, presentemente ocupados por vegetação arbustiva, constituída sobretudo por giestas de grande porte, com alguns pinheiros esparsos, no sítio localmente conhecido por “Rapadouro”.

O acesso faz-se pela estrada municipal 225 (Castro Daire — Vila Nova de Paiva) e pela estrada alcatroada que, ao Km 78, a partir daquela via (à entrada de Pendilhe), segue em direcção ao Santuário do “Senhor da Piedade”. O sítio do “Rapadouro” localiza-se a cerca de 250 m para sul do cruzamento que conduz à pequena povoação de Algodres de Cima, acedendo-se-lhe por caminhos de pé posto, em terra de pinhal. Aqui têm origem várias pequenas linhas de água, engrossando o caudal da “ribeira da Pedrinha” — irrigando o extenso e largo “vale de Pendilhe” — e outras, correndo, tal como aquelas, de SE para NO, mas todas subsidiárias do rio Mau, cujo curso nesta área da serra se orienta segundo a direcção NE-SO.

Trata-se de um relevo arredondado, sobranceiro à povoação de Pendilhe, com solos muito delgados ou inexistentes. A designação de “Rapadouro” derivará exactamente do aspecto “desolado”, sem vegetação, ou seja “rapado”, particularmente quando a pastorícia tinha ainda alguma importância na economia local e a quase totalidade dos terrenos desta parte da serra eram baldios. Os rebanhos, explorando até à exaustão os recursos vegetais, deixavam a área reduzida ao soco granítico, acelerando-se, ao longo dos anos, o processo erosivo. Presentemente, desenvolve-se aqui uma vegetação arbustiva, própria dos terrenos degradados, constituída sobretudo por giestas e tojo, intercalada por alguns retalhos de pinhal.

O grupo de *tumuli* do “Rapadouro” situa-se na encosta oriental do outeiro localmente conhecido por “Espinho”: um dos monumentos, o de maiores dimensões, ocupa o seu cume (852 m), proporcionando-lhe, por esse facto, uma dominância visual, de nível local, mais significativa; os restantes, de menores dimensões e pouco relevados no terreno,

alinham-se, a curta distância, para leste. O monumento 4 distancia-se deste grupo, implantando-se na periferia do outeiro, um pouco isolado, em zona aplanada levemente sobrelevada, à altitude média de 850 m, não longe de uma pequena linha de água. Está, por assim dizer, no limite deste cabeço de encostas suaves, o que lhe confere destaque muito localizado na paisagem envolvente (¹).

Administrativamente, pertence à freguesia de Pendilhe, concelho de Vila Nova de Paiva, distrito de Viseu. Tem as seguintes coordenadas geográficas (“Carta Militar de Portugal” na escala de 1:25.000, folha 157 — Castro Daire, 2.^a edição, 1987): 40° 54 37,29 de latitude norte; 1° 18 31 de longitude este (meridiano de Lisboa) (Fig. 1).

2. Contexto arqueológico

O monumento em estudo faz parte do núcleo sepulcral do “Rapadouro”, constituído por quatro *tumuli*. O monumento 1 é topograficamente dominante no contexto geográfico local, quer pela sua implantação no topo do relevo, quer pela volumetria do montículo; de certa forma, o monumento 4, atendendo às dimensões do único esteio visível (E.1), localização em área aplanada sobre leve ondulação do terreno e, presumivelmente, do *tumulus* que originalmente o envolveria, teria também destaque mais significativo nesta paisagem de relevos suaves, particularmente se olhado comparativamente com a situação topográfica dos monumentos 2 e 3, mais diluídos no terreno (²).

A sua distribuição espacial é muito próxima (Fig. 2). Os monumentos 1, 2 e 3, sensivelmente alinhados segundo a direcção OSO-ENE, distanciam-se entre 30 a 40 m; o monumento 4 encontra-se um pouco mais longe, cerca de 230 m para ESE relativamente ao monumento 1 e 130m para SE do monumento 3, surgindo algo isolado no contexto do grupo, não derivando este “isolamento” da impossibilidade prática da implantação de outras construções tumulares nos espaços existentes

(¹) Apesar da proximidade dos quatro monumentos, actualmente, devido à espessa vegetação, apenas é possível o contacto visual com o monumento 1.

(²) Os monumentos 1, 2 e 3 foram estudados em 1994 e 1995 por um dos autores, no âmbito do projecto já referenciado sobre o megalitismo da Beira Alta. A publicação dos resultados desses trabalhos far-se-á em tempo próximo, no contexto de uma análise de conjunto.

entre este e aqueles. De facto, o terreno é aplanado, possibilitando a disposição de muitos outros túmulos de características similares.

As escavações desenvolvidas nos três monumentos revelaram estruturas tumulares de tipo “cairn”, de diferente volumetria, variando entre 7/8 e 17/18 m de diâmetro, contendo na sua parte central câmaras sepulcrais também de diferente tipologia. Um pequeno espaço, baixo, de planta rectangular, resultando do aproveitamento das cavidades naturais abertas no substrato por efeito das inúmeras diáclases do granito, associadas a pequenas lajes onde as “paredes” proporcionadas pelas linhas de fractura eram baixas ou não existiam; uma cista, baixa, de planta rectangular, formada, presumivelmente, por quatro lajes de granito (foram identificadas apenas três), duas das quais dispostas no terreno segundo o seu lado maior; uma cista megalítica, também de planta rectangular, constituída por oito pequenos esteios.

Estes três *tumuli* forneceram materiais tardios, integráveis nos finais do Calcolítico ou, mesmo, nos inícios da Idade do Bronze, como sejam, fragmentos de vasos troncocónicos e outros, com decoração campaniforme. O monumento 1, no entanto, forneceu também um conjunto de micrólitos e um machado de pedra polida, espalmado, para além de outras cerâmicas, materiais que, de qualquer modo, não invalidam a hipótese de cronologia acima referida ⁽³⁾.

Nesta área da serra da Nave, em contexto mais alargado, destaca-se ainda uma sepultura, situada nas imediações da capela do “Senhor da Piedade” ⁽⁴⁾, destruída em 1980 quando das obras de remodelação do referido templo. Tratar-se-ia de um *tumulus*, cujas características desconhecemos, que conteria na sua parte central uma cista “pequena e

⁽³⁾ Deste monumento encontram-se em curso duas análises radiocarbónicas, a partir de ossos recolhidos na câmara funerária, cujos resultados, certamente, ajudarão a definir a sua cronologia. Dos monumentos 2 e 3 fizeram-se também análises radiocarbónicas de amostras de madeira carbonizada recolhidas nas terras existentes sob os respectivos “cairns”, que se revelaram anómalas. De facto, este tipo de edifício tumular coloca problemas particulares quanto à fiabilidade das amostras, pois são estruturas favoráveis à infiltração de elementos carbonosos bastante mais tardios, particularmente quando não se registou a colmatção imediata dos espaços intersticiais com terra, o que terá acontecido no “Rapadouro”. A fraca potência de terras que hoje se regista neste sítio já seria uma realidade nos tempos pré-históricos, bem como a ocorrência de incêndios, naturais ou provocados, com a consequente destruição da vegetação existente.

⁽⁴⁾ “... onde apareceu o *santo*”, a que é dedicado o templo, no dizer popular.

rectangular” (5). Desta estrutura sepulcral resta um dos esteios, depositado no Museu Paroquial de Queiriga. Este elemento apresenta uma “porta”, de recorte sub-rectangular, lembrando-nos um outro monumento da região — a orea dos “Lenteiros”, situada no “Chão de Lenteiros”, nas proximidades do lugar da Cerdeira (freg. de Touro) (6).

Sem dúvida que este elemento é interessante, embora a informação disponível seja escassa. Pela proximidade — o “Senhor da Piedade” situa-se a cerca de 2500 m para NO do “Rapadouro”, — mas também porque a mamoa 2 de “Rapadouro” apresenta, inserto no *tumulus*, no prolongamento de um dos lados menores da cista, um espaço aberto, de planta subcircular, de tipo “átrio”, definido por grandes lajes, o que traduz a possibilidade de “comunicação” com o interior do sepulcro (ou o contacto com o seu conteúdo), seja através de uma abertura existente num dos esteios que compõem a câmara funerária (que designamos de “porta”) ou outro processo, nem sempre implicando a remoção da laje de cobertura (7), querendo isto significar que os cemitérios construídos em momentos tardios, inseríveis nos finais do Calcolítico e inícios da Idade do Bronze, implicavam um cerimonial

(5) Cfr. Avantino Loureiro Beleza, “Levantamento Arqueológico do Concelho de Vila Nova de Paiva”, Coimbra, 1981, fl. 48. Relatório inédito apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

(6) Este monumento foi observado por G. e Vera Leisner («Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel, I: Der Westen», *Madridrer Forschungen*, I, Berlim, 1956), que dele nos deixou uma planta (Tafel 28-2 ; Est. 63.2). Trata-se de uma cista, de planta rectangular, formada por quatro esteios, um dos quais com uma abertura na sua base. Este edifício central é envolvido por uma mamoa, com cerca de 15 metros de diâmetro. Não se conhece qualquer espólio. A sua cronologia é imprecisa, mas admite-se que se trate de um tipo sepulcral tardio. Vide também H. N. Savory, *Espanha e Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1974, pp. 108-109, foto 16.

(7) Este tipo de estruturas lembra-nos uma outra, do Norte de Portugal, integrada num cemitério de, pelo menos, três *tumuli* — necrópole de Chã de Arefe (Durrães, Barcelos) — que revelou, num deles, para além da cista propriamente dita, um espaço, reduzido, no prolongamento daquela, que os seus escavadores designaram de “ante-câmara”, onde se recolheu, *in situ*, um braçal de arqueiro. Cfr. Silva, A. C. F.; Lopes, A. B.; Maciel, T. P. (1981), «A necrópole do Bronze Inicial da Chã de Arefe (Durrães, Barcelos) — Primeira notícia», *Arquivo do Alto Minho*, 3.^a série, 26, Viana do Castelo, pp. 49-61; vide também Cruz, D. J. (1991), *A Mamoa 1 de Chã de Carvalhal no Contexto Arqueológico da Serra da Aboboreira e da Pré-história Recente do Norte de Portugal*, Conimbriga/Anexos 1, Coimbra, pp. 114-115.

elaborado, e renovável, mais complexo do que tem sido, até agora, possível observar através das evidências arqueológicas.

Ainda nesta área da Serra da Nave devemos assinalar dois outros núcleos de monumentos: o da “Lameira Travessa”, constituído por dois *tumuli*, de pequenas dimensões, com câmaras funerárias, também pequenas, do tipo “cista megalítica”, na sua parte central, distantes um do outro pouco mais de 40 metros; situam-se na periferia de uma linha de água, em terrenos depressionados, de reduzido declive, o que provoca a formação durante alguns meses do ano de um autêntico “lameiro”; a monumentalidade é reduzida e a visibilidade muito localizada⁽⁸⁾.

Para SSE deste núcleo, a cerca de 250 metros, desenvolve-se um outro, no sítio de “Travessas da Orca”, constituído por cinco monumentos, pouco destacados no terreno, alguns deles revelando pequenas câmaras cistóides; trata-se, muito provavelmente, de pequenos “cairns”, grosseiramente alinhados a partir de um monumento central, localizado na linha de fecho desta elevação, dispondo-se, para sul e para norte, nas superfícies pouco acidentadas das suas abas. Mais isolado, e mais distante, a cerca de 500 metros para SO do monumento central (n.º 3) deste núcleo, um outro *tumulus*, sobre ligeira elevação do terreno, entre linhas de água, no sítio da “Barroca da Eirinha”, também este mostrando restos de uma câmara cistóide na sua parte central.

Preconizamos uma cronologia tardia para os monumentos destes diferentes grupos, situados nas plataformas baixas da Serra da Nave, já muito próximos do amplo “vale de Pendilhe”, o que parece traduzir uma importante ocupação desta área da serra nos finais do Calcolítico ou, mesmo, nos inícios da Idade do Bronze, como parecem significar alguns dos materiais já conhecidos, nomeadamente a cerâmica campaniforme, para além de outros elementos de cronologia mais incerta, como seja a tipologia arquitectónica, a localização no espaço geográfico, as dimensões dos *tumuli* e das câmaras funerárias, etc.

Nesse sentido, aliás, apontará também um outro núcleo de monumentos, localizado no sítio da “Casa da Raposa”, constituído por quatro

(8) O monumento 1 foi estudado, em 1996, por uma equipa constituída por antigos alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O monumento 2 será escavado em 1997 por alguns elementos daquela equipa. Cfr. A. S. Castro, A. J. M. Silva, C. R. Silva, L. C. Sebastian, «Trabalhos de escavação arqueológica realizados no monumento 2 da “Lameira Travessa” (Pendilhe, Vila Nova de Paiva, Viseu)», *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, 1997 (no prelo).

pequenos montículos, para além, possivelmente, de um outro, isolado, na chã do “Pousadão”, situados em áreas aplanadas, a sul da povoação de Pendilhe, a cerca de 1500 metros de distância, ainda que a sua cronologia seja mais incerta, pois o tipo de estruturas assemelha-se muito a outras que, nestes últimos anos, têm sido identificadas em diferentes áreas da Beira Alta (concelhos de Viseu, Tondela, Castro Daire, etc.), cujos materiais e datações radiocarbónicas as situam nos finais da Idade do Bronze ⁽⁹⁾.

A representação das construções funerárias de cronologia antiga pode exemplificar-se com a “Orca” ou “Casa da Moura” de Pendilhe ⁽¹⁰⁾, situada num vale de fundo aplanado, cuja mamoa foi destruída com a intensa utilização agrícola destas terras baixas e bem irrigadas; trata-se de um dolmen de grandes dimensões, de câmara poligonal, de nove esteios, com um corredor de acesso, originalmente com cerca de 5,30 m de extensão; os esteios, ou pelo menos alguns, seriam pintados; tal como a maior parte dos dólmenes deste tipo da Beira Alta, a sua cronologia inserir-se-á no período de 4000/3600 a. C.⁽¹¹⁾, nele se integrando o espólio lítico exumado, sobretudo micrólitos e ponias de seta de base triangular; o monumento, como tantos outros da região — orca de “Moinhos de Rua” (Alhais, V. N. Paiva), orca das “Castonairas” (Fráguas, V. N. Paiva), orca de “Seixas” (Ariz, Moimenta da Beira) ⁽¹²⁾, *1.

⁽⁹⁾ A identificação dos monumentos acima referenciados, insertos na área de Pendilhe, teve a contribuição importante do Dr. António Sérgio Santos Pereira, diplomado em Arqueologia pela Universidade de Estácio de Sá (Brasil). Em outros sectores da Serra da Nave, para além da colaboração de várias pessoas locais, destacamos o entusiasmo do Sr. Artur José Pires de Moraes, com quem temos percorrido algumas áreas da serra. A ambos agradecemos a disponibilidade e o interesse pelo património do concelho.

⁽¹⁰⁾ Cfr. Leisner, G. e V. (1956-59), «Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel, I: Der Westen», *Madridrer Forschungen*, I Berlim, 1956 [Tafel 15-2]; Moita, I. (1966), «Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta», *Ethnos*, V, Lisboa, 1966, pp. 189-277 [p. 229, est. VI].

⁽¹¹⁾ Cronologia expressa em anos reais, como, aliás, todas as referências cronológicas deste texto.

⁽¹²⁾ Monumento estudado, na década de 60, por V. Leisner e L. Ribeiro, cujos resultados permanecem inéditos. Conhece-se uma datação radiocarbónica para este dolmen (GrN-5734: 4900±40 BP), relativa à utilização da base da câmara (P. Kalb, «Zur relativen Chronologie Portugiesischer Megalithgräber», *Madridrer Mitteilungen*, 22, Berlim, 1981, pp. 55-77), situável entre 3770 e 3640 a. C. (D. J. Cruz, «Cronologia dos monumentos com *tumulus* do Noroeste Peninsular e da Beira Alta», *Estudos Pré-históricos*, 3, Viseu, 1995, pp. 81-112).

etc. — foi reutilizado como espaço sepulcral pelas populações portadoras do vaso campaniforme.

Por fim, destaca-se a orca do “Picoto do Vasco”, situada proximalmente, nos limites das freguesias de Pendilhe e Vila-Cova-a-Coeleira⁽¹³⁾. A sua localização é bem diversa da referida para a “Casa da Moura” de Pendilhe. Implantada sobre o cume de um outeiro, impõe-se dominantemente na paisagem envolvente a uma escala bastante mais dilatada. Trata-se de um dolmen, de oito esteios, com “vestíbulo” de acesso, prolongado para o exterior por um extenso “corredor intratumular” e um pequeno “átrio”, de planta ovalada, na periferia.

Construtivamente é também bem diverso dos monumentos deste tipo do Noroeste peninsular e da Beira Alta. Trata-se de um *tumulus* inteiramente construído em pedra; alguns dos esteios da câmara apresentam pinturas e gravuras; o espólio é sobretudo lítico, para além de dois vasos, de pequenas dimensões, um dos quais com decoração simbólica, recolhidos *in situ* no “átrio”. Uma primeira datação radiocarbónica⁽¹⁴⁾ situa a sua utilização primária, imediatamente anterior ao encerramento ritual do sepulcro, entre 4030 e 3810 a. C., confirmando

(13) Nestes textos referem-se alguns monumentos recentemente estudados, ou em curso de escavação, por D. J. Cruz, no âmbito do projecto “O megalitismo no Alto Paiva”, cujos resultados serão publicados proximamente. E o caso da “Casa da Moura” de Pendilhe, orca de “Moinhos de Rua”, orca das “Castonairas” e a orca do “Picoto do Vasco”. Sobre este último veja-se: M. J. Abrunhosa, A. A. H. B. Gonçalves e D. J. Cruz, «Ocorrência de rochas vitrificadas no Dolmen do “Picoto do Vasco” (Vila Nova de Paiva, Viseu)», *Estudos Pré-históricos*, 3, Viseu, 1995, pp. 167-185; *idem*, «Ocorrência em Portugal de rochas vitrificadas em contexto pré-histórico: primeira notícia», *Memória n.º 4. Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto*, Porto, 1995, pp. 683-685 [“IV Congresso Nacional de Geologia” (Porto, 14 a 18 de Dezembro de 1995. Resumos alargados); F. P. Figueiredo, L. Catarino, A. S. Castro, A. J. M. Silva, C. R. Silva, D. C. Paulo, L. C. Sebastian, N. M. Silva e V. S. Dias, «Métodos eléctricos de resistividade aplicados ao estudo de monumentos megalíticos: o dolmen de “Picoto do Vasco”», *Estudos Pré-históricos*, 3, Viseu, 1995, pp. 187-199.

C⁴) GrN-22443: 5140±40 BP (3978-3828 cal BC e 4031-3806 cal BC, para os graus de confiança de 1 e 2 sigma, respectivamente). Calibração com base na curva de M. Stuiver e G. W. Pearson, *Radiocarbon*, 35, 1993, pp. 1-23, a partir do *Radiocarbon Calibration Program*, versão 3.0.3c, do Quaternary Isotope Laboratory, University of Washington, com curva de 20 anos (M. Stuiver e P. J. Reimer, *Radiocarbon*, 35, 1993, pp. 215-230). Encontram-se em curso doze outras análises sobre amostras de carvão vegetal, sedimentos carbonosos e ossos humanos, nos laboratórios de Groningen (Holanda), Oxford (Inglaterra) e do CSIC (Espanha).

a cronologia que nestes últimos anos tem sido definida para os monumentos abertos, de grandes e médias dimensões, com corredor de acesso e outras estruturas complexas, da região da Beira Alta⁽¹⁵⁾.

O monumento não estaria completamente isolado. A cotas mais baixas, à distância de duas a três centenas de metros, situavam-se dois outros dólmenes, de dimensões médias, ambos destruídos: um — a “Casa da Moura” —, quando da construção da estrada que leva à povoação da Carvalha; o outro, mais recentemente, há cerca de quinze anos, com a abertura do “aterro sanitário” municipal.

A região, de resto, é bem rica em vestígios arqueológicos, ainda que insistentemente destruídos nestes últimos anos. Referimo-nos tanto aos mais antigos, datáveis do Neolítico Final, de que se destacam as construções dolménicas, como de períodos mais recentes, sejam povoados, sejam as construções sepulcrais dos finais da Idade do Bronze ⁽¹⁶⁾.

3. Metodologia

Numa primeira fase — e após os registos fotográficos iniciais — procedeu-se ao corte da vegetação, constituída na sua maior parte por giestas de grande porte, numa área de 196 metros quadrados, correspondente a um quadrado de 14 m de lado, orientado a 40° para este do norte magnético. Projectaram-se, para isso, dois eixos ortogonais, interceptando o provável centro do monumento, a partir dos quais se efectuou a quadriculagem do terreno.

Concluídos os trabalhos de limpeza superficial, procedeu-se à divisão deste espaço em quadrículas com 2 m de lado; ao eixo SO-NE, foram atribuídas letras, de A a G; ao eixo SE-NO, atribuíram-se números, de 1 a 7 (Fig. 3).

⁽¹⁵⁾ Cfr. D. J. Cruz (1995), citado na nota 12.

⁽¹⁶⁾ Apenas como exemplo, lembramos a escavação desenvolvida, nos finais da década de 70, na necrópole da “Fonte da Malga”, localizada nos limites do concelho de Viseu (P. Kalb e M. Flock, «Escavações na necrópole de mamoas “Fonte da Malga” — Viseu, Portugal», *Beira Alta*, Viseu, 38, 1979, pp. 595-604; P. Kalb, «Reflexões sobre a utilização de necrópoles megalíticas na Idade do Bronze», *Estudos Pré-históricos*, 2, Viseu, 1994, pp. 415-426). No âmbito de um projecto desenvolvido pelo Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta iniciar-se-á, em 1997, sob a direcção de A. J. F. Cordeiro Canha, o estudo do povoado do Bronze Final de “Canedotes”, de que já se publicou uma curta notícia (R. Vilaça e D. J. Cruz, «Canedotes (Vila Nova de Paiva, Viseu). Povoado pré-histórico do Bronze Final», *Estudos Pré-históricos*, 3, Viseu, 1995, pp. 255-261).

Fez-se ainda o levantamento topográfico da área quadriculada (Fig. 4), correspondendo a cota 0.00 convencional ao ponto mais alto de toda a área demarcada — esteio *in situ* da quadrícula D4. As leituras daí resultantes, com aproximação ao centímetro, são todas negativas.

Os trabalhos de escavação circunscreveram-se a duas valas de sondagem, interceptando a parte central do *tumulus*, com desenho das estruturas em diferentes plantas, à escala de 1:20, e registo fotográfico, a cores e em diapositivos; fez-se também o registo de perfis, por desenho, à mesma escala, bem como do espólio, apenas ao nível dos quadrados, face ao estado de conservação da área central do monumento.

4. Descrição dos trabalhos

O monumento 4 de “Rapadouro” apresentava-se, à data do início dos trabalhos, como um montículo de reduzida volumetria, quase não se destacando da paisagem envolvente, atingindo cerca de 0,70 m de altura; ao centro ressaltava um esteio, que sobressaía do *tumulus* cerca de 0,90 m. Este estava inserido numa construção historicamente recente — um abrigo de pastores (Fig. 5; Foto I); os sinais da sua utilização em tempos recentes eram visíveis nas terras superficiais do *tumulus*.

O montículo tumular tinha cerca de 10 m de diâmetro. Era essencialmente formado por blocos graníticos de tamanho pequeno e médio. Os sinais de destruição eram evidentes, particularmente se admitirmos que o *tumulus* original cobriria a construção megalítica central. Para além deste facto, identificaram-se vários fragmentos de lajes de maiores dimensões, eventualmente pertencentes aos esteios, ou outros elementos construtivos, da câmara funerária. Um destes elementos (C) estava integrado no referido abrigo (Fig. 5).

Feitas as observações iniciais e todos os registos inerentes, realizou-se a limpeza superficial do monumento. Devido ao seu estado de conservação, optou-se pela escavação em valas de sondagem: 2 m x 14 m nos sentidos SE-NO e SO-NE, passando ambas pelo centro do monumento, compreendendo as quadrículas D1 a D7 e A4 a G4 (Fig. 3). Este trabalho permitiu observar a estrutura pétrea artificial que, por vezes, se apresentava bastante desmantelada; neste contexto refira-se a existência de algum entulho no lado SE, em frente à entrada do abrigo, associado a grandes lajes (possíveis fragmentos de esteios), formando uma espécie de plataforma.

Durante os trabalhos de decapagem superficial apareceram abundantes fragmentos cerâmicos, especialmente nas quadriculas D2 a D4, esta última correspondendo à câmara funerária, identificada por um único esteio (E.1). Estes primeiros achados cerâmicos apresentam características de formas cerâmicas de idade histórica, relacionando-se, certamente, com o mencionado abrigo. Assim sendo, considerou-se irrelevante o seu registo tridimensional. Apareceram ainda fragmentos de xisto luzente, resultantes da decapagem superficial, muito provavelmente também eles em associação com a referida construção histórica.

Após o registo fotográfico e um esboço planimétrico do abrigo, por desenho, à escala de 1:20 (Fig. 5), procedeu-se ao seu desmantelamento com vista ao estudo de toda a área do monumento. Posteriormente realizaram-se duas sanjas, uma no sentido SO-NE, abrangendo todo o diâmetro do monumento, ficando esta com a dimensão de 14x1 m, e outra no sentido SE-NO, partindo do centro do monumento até à periferia do *tumulus*, no sector este, com a dimensão de 7x1 m. Esta ficaria finalmente com a dimensão de 8x1 m, com a escavação total da área da câmara.

Aquando da abertura das sanjas, apareceu na quadricula D2 uma moeda medieval e uma lasca residual de sílex, ambas à profundidade aproximada de 0,10 m, a partir do topo do *tumulus*. Recolheram-se ainda fragmentos de cerâmica pré-histórica, em nível muito próximo do afloramento: na quadricula F4 (três) e na E4 (dois), resultantes da peneiração das terras do *tumulus*.

Na área SO da sanja 1 assinalou-se uma grande laje granítica (B), disposta longitudinalmente, integrando a estrutura do “cairn”, *in situ*, perfeitamente imbricada com outras lajes e blocos, o que permite supor que nunca terá pertencido à câmara; admitimos que o seu não aproveitamento pelos construtores, para além das dimensões (aproximadamente dois metros de comprimento, variando a espessura entre 0,17 m e 0,30 m), terá ficado a dever-se à irregularidade do monolito.

Através das sanjas foi possível confirmar que o *tumulus* sofreu profundos remeximentos, em algumas zonas mesmo até ao substrato. No entanto, foi possível detectar elementos estruturais que ainda se encontravam na sua posição original, como é o caso de elementos pétreos bem imbricados, e também de lajes situadas nas quadriculas D2 e F4. As restantes quadriculas das sanjas revelaram uma desconexão muito grande, mas não muito ao nível do afloramento rochoso, pois apareceram lajes em posição quase horizontal.

À medida que aumentava o volume do *tumulus*, estas lajes surgiam colocadas em posição diagonal. Na zona SE na sanja 1, na área circundante da câmara, assinalaram-se lajes de tamanho médio *in situ*, que corresponderão às peças exteriores que consolidariam os esteios na sua posição original.

Após a abertura das sanjas efectuou-se o registo fotográfico e planimétrico à escala de 1:20 dos respectivos perfis (Fig. 6).

Simultaneamente, realizou-se a escavação da câmara que, face ao estado de conservação em que se encontrava, não foi mais que o seu esvaziamento. Retiraram-se algumas pedras, provavelmente de derrube, pertencentes às paredes do abrigo. Sob este enchimento dispunha-se um lajeado, correspondendo à base da referida construção, onde se recolheu um fragmento de arrecada, de bronze.

Com o progredir dos trabalhos, confirmou-se que o possível esteio situado a SE era apenas uma laje, resultante talvez de um esteio fragmentado. Após o seu registo fotográfico e desenho, à escala 1:20 (Fig. 7), também esta foi retirada, verificando-se que assentava sobre o que aparentemente era a base fracturada de um esteio (E.2) com cerca de 0,50 m de largura e 0,20 m de comprimento, identificando-se com o esteio da área SE da câmara; encontrava-se tombado, em posição quase horizontal, sobre alguns blocos, interpretados como calços desse mesmo esteio (Fig. 6).

No interior da câmara, quando do seu esvaziamento, identificou-se um esteio tombado para o interior (A), assentando sobre a camada de enchimento, o que lhe conferia uma posição diagonal, admitindo-se inicialmente que pudesse relacionar-se com um novo esteio.

Enquanto se efectuava a escavação da câmara apareceram vários fragmentos de cerâmica histórica, diferentes dos já referenciados na decapagem superficial da câmara, o que indiciava que também esta tinha sofrido profundos remeximentos (isto foi posteriormente confirmado com o aparecimento, ao nível do afloramento rochoso, de uma mancha muito negra, subcircular, com cerca de 0,50 m de diâmetro e 0,07 m de espessura, com abundantes elementos carbonosos, que corresponderá a uma fogueira recente, ocupando a área de implantação de um outro esteio, se consideramos os limites do “cairn”, definidos a partir dos elementos pétreos conservados em posição original nesta área do monumento).

Após o esvaziamento integral da câmara ficou completamente visível o esteio anteriormente identificado (A), evidenciando algumas

fracturas não muito antigas. Associando isto com a sua forma subquadrangular, é possível que corresponda à laje de cobertura da construção dolmênica; tem as medidas aproximadas de 1,30 m x 1,30 m nos seus eixos maiores (Fig. 7).

Após o desenho deste elemento, à escala de 1:20, colocou-se em posição vertical dentro da câmara, de modo a facilitar os trabalhos de escavação da sua base, do que resultou o aparecimento de uma lasca residual de sílex, seis micrólitos, também de sílex, e uma micro-lasca retocada, em quartzo hialino (Fig. 9), indicando assim que esta área, embora sofrendo grandes remeximentos, estes não terão sido tão sistemáticos como em outras zonas deste espaço. Corroborando esta hipótese registou-se um fragmento de cerâmica pré-histórica ao nível do afloramento rochoso, sob a cascalheira que constituía o enchimento, talvez resultante de um forte remeximento da base rochosa, uma vez que esta cascalheira pertencerá ao “bed rock”; apresentava-se deslocada, desconexa e separada deste — formando um amontoado — especialmente na zona N e NO. Sob este elemento encontrava-se um pequeno pilar encostado a E.l e que terá provavelmente a função de calço (Fig. 7).

Devido aos revolvimentos registados na câmara funerária, não foi possível identificar qualquer fossa de assentamento de esteios, o que dificultou a definição da respectiva planta. Admitimos, aliás, que a maior parte dos esteios não estariam insertos em fossas (exceptuando-se E.l), face ao carácter rochoso da base. Considerando a disposição dos blocos e lajes que constituíam o “cairn” nesta área do monumento, admitimos que este *tumulus* poderá ter possuído originalmente uma câmara de planta poligonal, fechada (1,60/1,40 m de diagonal), formada por cinco, ou seis esteios (Fig. 8).

Como anteriormente já tivemos oportunidade de dizer, o monumento 4 do “Rapadouro” foi construído sobre leve ondulação do terreno, em área com solos magros ou inexistentes. Os trabalhos de escavação, a partir da análise de dois perfis, resultantes da abertura de duas sanjas no *tumulus* — SE-NO e SO-NE —, revelou uma estratigrafia muito simples, formada por terras castanho-alaranjadas, correspondendo ao nível de alteração do substrato e sedimentos infiltrados e acumulados na sua base, através da estrutura do “cairn”. Este facto, associado aos remeximentos revelados em várias áreas do monumento, justifica que não se tenham efectuado recolhas de sedimentos para a realização de qualquer tipo de estudo paleoambiental, bem como de amostras de material orgânico para datação pelo processo de Carbono 14.

No final dos trabalhos de escavação fez-se o enchimento das áreas escavadas e a consolidação, com terra e pedras, das estruturas identificadas, assim como a construção de um pequeno múrete, definidor da possível planta da câmara.

5. Espolio

O espolio fornecido pelo monumento foi recolhido na área da câmara, ao nível da base. Trata-se de micrólitos, sobre lamela, todos em sílex, predominantemente castanho escuro, de dimensões muito reduzidas e morfologia semelhante, classificáveis no grupo dos “segmentos” (17); a maior parte dos exemplares apresenta micro-fracturas nas extremidades (Quadro 1; Fig. 9-1 a 6).

Quadro I — Micrólitos geométricos

N.º Ord.	Matéria-prima	Dimensões (mm)			Secção	Retoque	Classificação (seg. G.E.E.M.)	Localização	Obs.
		comp.	larg.	esp.					
1	sílex cast. escuro	24,5	7	3	triang.	marginal e abrupto	segmento largo	D4: área da câmara	Inv.: 3/96/Lít.
2	sílex cast.	20,5	7	2,5	triang.	marginal e abrupto	segmento largo	D4: área da câmara	Inv.: 4/96/Lít.
3	sílex cast. escuro	17	7	3	triang.	marginal e abrupto	segmento largo	D4: área da câmara	Inv.: 5/96/Lít.
4	sílex cast. escuro	18,5	8	3,5	triang.	marginal e abrupto	segmento largo	D4: área da câmara	Inv.: 6/96/Lít.
5	sílex bege	17	8,5	2	trapez.	marginal e abrupto	segmento	D4: área da câmara	Inv.: 7/96/Lít.
6	sílex cast. escuro	19	8	2,5	triang.	marginal e abrupto	segmento	D4: área da câmara	Inv.: 8/96/Lít.

Ainda no âmbito da utensilagem litica:

Uma micro-lasca retocada (N.º Inv. - 9/Lít.), em quartzo hialino, recolhida na área da câmara, ao nível do enchimento da base (D4); medidas: comp. - 16 mm; larg. - 10,5 mm; esp. - 2 mm; secção trapezoidal; dorso convexo, no lado esquerdo, com retoque abrupto e mar-

(17) Cfr. G. E. E. M. (1969), «Epipaléolithique-Mésolithique. Les microlithes géométriques», *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 66, pp. 355-366 [“Études et Travaux”].

ginal; “encoche”, natural, no bordo direito; apresenta micro-fractura na extremidade distal (Fig. 9-7);

Duas lascas residuais, ambas de sílex, castanho-avermelhado (N.º Inv. - 1/Lít.) e cinzento (N.º Inv. - 2/Lít.), recolhidas nos quadrados D2 e D4.

Acrescem ainda cinco fragmentos cerâmicos, de feitura pré-histórica (quadrado F4) e um outro, no quadrado D4, correspondendo à área de implantação da câmara funerária. Pertencerão a mais do que um vaso cerâmico, cujas características, pelas dimensões dos fragmentos, não é possível definir.

Dos níveis superficiais da área central do monumento (C4, D3, D4 e D5) provém um pouco mais de uma centena de fragmentos cerâmicos pertencentes a vários vasos de idade histórica; no quadrado D4 recolheu-se também um fragmento de arrecada, de aro simples, em fio de bronze, e uma moeda medieval ⁽¹⁸⁾, materiais que mostram bem a inusitada utilização dada a este espaço, certamente como abrigo de pastores, desde tempos bastante remotos.

6. Considerações finais

O monumento 4 do “Rapadouro” apresentava-se como um *tumulus* baixo, inteiramente construído em pedra — “cairn” —, de planta circular, medindo cerca de 10 m de diâmetro, evidenciando remeximentos visíveis à superfície. O centro do montículo era ocupado por uma construção recente, certamente um “abrigo de pastores”, de planta rectangular, com paredes em pedra vã, na qual se integrava um dos esteios da construção megalítica original.

A sua localização é periférica relativamente aos restantes monumentos deste sítio, destacando-se na ambiência geográfica local, quer pelo relativo isolamento, quer pela implantação, aproveitando ligeira ondulação do terreno, situação que seria acentuada se o montículo artificial cobrisse originalmente a estrutura funerária central.

⁽¹⁸⁾ Os materiais metálicos encontram-se, para limpeza e tratamento, no Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, findos os quais, conjuntamente com o restante espólio, serão depositados na Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva. Aproveitamos a oportunidade para agradecer, na pessoa da sua Directora, Dr.ª Isabel Cunha e Silva, a gentileza com que esta Instituição, apesar das dificuldades de instalações por que passa, sempre atende as nossas múltiplas solicitações.

Apesar dos profundos remeximentos, particularmente na área central, identificaram-se *in situ*, na periferia da base da câmara, algumas lajes e blocos de dimensões médias, correspondendo aos apoios dos esteios da construção central; de facto, embora nos monumentos de tipo “cairn” não exista propriamente um “contraforte”, notou-se um trabalho mais elaborado do “cairn” nesta área, nomeadamente com a aplicação de blocos de maiores dimensões, perfeitamente imbricados, definindo, em grande parte, o “contorno” da construção original; assinalaram-se ainda alguns calços, que suportariam pelo interior os esteios da câmara, associados a uma base de esteio, fracturada e deslocada no sentido do centro do monumento mas mantendo a base na posição original, correspondendo ao esteio SE (E.2); por outro lado, não se verificou qualquer descontinuidade na estrutura do “cairn”, o que permite supor a existência de uma construção sem abertura de acesso.

Conciliando a informação resultante dos trabalhos de escavação, é possível considerar a existência na parte central deste *tumulus* de uma câmara funerária, de pequenas dimensões, fechada, talvez um dolmen de câmara poligonal simples, constituído por cinco ou seis esteios (considerando as dimensões dos dois elementos identificados, disposição dos calços e das pedras constituintes do “cairn” nesta parte do monumento), dos quais apenas se localizaram os dois já referidos e a provável laje de cobertura, fragmentada e disposta no interior deste espaço.

O revolvimento do *tumulus*, em geral, e da câmara, em particular, era visível, no primeiro caso por observação da desconexão das pedras superficiais do “cairn”, no segundo, pela existência de uma fogueira recente, quase ao nível da base, na área SO da câmara. Contudo, o *tumulus* ainda apresentava áreas bem conservadas, como é o caso das lajes que constituíam, na periferia, o seu limite mais exterior (pedras médias que consolidavam a estrutura e impediam eventuais escorregamentos dos elementos pétreos do centro do *tumulus*).

Apesar dos remeximentos, o monumento forneceu algum espólio, destacando-se a utensilagem litica, à base de micrólitos, de pequenas dimensões, recolhidos no enchimento da base da câmara. A quase ausência de cerâmica fica a dever-se ao seu estado de conservação: de facto, originalmente terá contido mais do que um vaso cerâmico, de acordo com os vários fragmentos recolhidos, nomeadamente nas quadrículas E4 e F4.

No contexto do “Rapadouro”, o monumento 4 é um pouco discrepante. De facto, os restantes “caims” revelaram câmaras funerárias dimensionalmente limitadas, resultantes de soluções diversificadas: cista

megalítica, construída com oito pequenos esteios; outra cista, cujos esteios, de contorno rectangular, foram colocados no terreno segundo o eixo maior, proporcionando ao espaço o aspecto de “caixa”, de paredes baixas e planta rectangular; uma solução mista, com o aproveitamento das cavidades naturais existentes no substrato rochoso, complementadas por pequenas lajes, formando um espaço fechado, de planta rectangular.

As estruturas dos *tumuli* revelaram também algumas diferenças, ao nível do tipo e das dimensões dos materiais utilizados; de facto, naqueles, os construtores utilizaram sobretudo lajes, por vezes de grandes dimensões, evidenciando o aproveitamento de materiais soltos resultantes da fragmentação natural do granito; neste contexto, destaca-se, sobretudo, a ocorrência de grande número de blocos de quartzo leitoso, particularmente nos monumentos 2 e 3, por vezes muito fragmentados por acção térmica pós-deposicional, proporcionando ao montículo maior destaque visual que propriamente o volume do *tumulus*. Este elemento não existe no monumento em estudo.

A câmara funerária, avaliada a partir dos esteios *in situ*, da possível laje de cobertura, do espaço definido pelos elementos constituintes do “cairn” na área onde se implantava e, também, das inúmeras lajes e esteios dispersos à superfície do *tumulus*, eventualmente elementos da construção original, seria limitada, em planta, mas elevada (cerca de 1,60 m de altura), distanciando-se neste aspecto das câmaras funerárias, pequenas e muito baixas, dos monumentos próximos, lembrando as dimensões dos dólmenes simples que ocorrem em vários conjuntos megalíticos do Centro e Norte de Portugal, ou da Galiza, como acontece, por exemplo, na Serra da Aboboreira (19).

Não valorizando excessivamente o espólio, à base de micrólitos, do tipo “segmento”, que poderíamos qualificar de “arcaizante” e relacionável com os momentos iniciais do megalitismo peninsular (20), mas cujo valor como indicador cronológico é muitas vezes discutido, e sem prejuízo de uma avaliação mais aturada que venha a ser feita com outros dados, resul-

(19) Sobre este aspecto vide Cruz, D. J. (1992), *A Mamoa 1 de Chã de Carvalho no Contexto Arqueológico da Serra da Aboboreira*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras [Conimbriga/Anexos, vol. 1].

(20) Cfr. Leisner, V. (1970), «Micrólitos do tipo tardenoisense em dólmenes portugueses», *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, II, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 195-198; Leisner, V. (1983), «As diferentes fases do Neolítico em Portugal», *Arqueologia*, 7, Porto, pp. 7-15. Vide outra bibliografia, para este aspecto, em Cruz, 1992, citado na nota 19.

tantes dos trabalhos de escavação arqueológica em curso na região, admitimos, com base nos elementos expostos, que o monumento 4 do “Rapadouro” poderá ter contido na sua parte central uma construção funerária de cronologia antiga, do tipo dolmen simples fechado, bem conhecido de outras áreas da Península Ibérica, distanciando-se cronologicamente das restantes construções sepulcrais deste sítio da Serra da Nave.

As construções de tipo “cairn”, nas regiões mais próximas da Beira Alta, têm sido relacionadas com momentos tardios da Pré-história Recente. E o caso dos monumentos identificados na Serra da Aboboreira — mamoa 1 e 5 de “Out.º de Gregos” e 4 de “Meninas do Crasto” ⁽²¹⁾ —, ou da Galiza, como a mamoa 1 de “Pedra de Xesta” (Boiro, Coruña) ⁽²²⁾, envolvendo, quando existem, câmaras de tipologia diversificada, de carácter individualizante ⁽²³⁾.

Esta solução construtiva não se circunscreve, no entanto, ao Calcolítico Final ou à Idade do Bronze. De facto, a escavação da orca de “Picoto do Vasco” revelou-nos um *tumulus* do tipo “cairn”, contendo no seu interior um dolmen “clássico” ⁽²⁴⁾. Na Meseta têm também sido escavados monumentos — Valdemuriel (Tubilla del Agua), Las Amillas (Moradillo de Sedano), Ciella e La Mina (Sedano), etc. —, cujos *tumuli* são inteiramente construídos em pedra ⁽²⁵⁾, cronologicamente inseríveis no Neolítico Final. Mais recentemente, na Beira Baixa, a escavação da Anta 6 do

⁽²¹⁾ Cfr. Jorge, V. O. (1980), «Escavação da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos. Serra da Aboboreira, Baião», *Portugália*, nova série, I, Porto, pp. 9-28; *idem* (1982), «A Mamoa 5 de Outeiro de Gregos, um *tumulus* não megalítico da Serra da Aboboreira», *Arqueologia*, 6, Porto, pp. 32-39; *idem* (1983), «Escavação das mamoas 2 e 4 de Meninas do Crasto Serra da Aboboreira, Baião», *Arqueologia*, 7, Porto, pp. 23-39. Vide também, para outra bibliografia e questões de cronologia, Cruz, 1992 e 1995, já citados.

⁽²²⁾ Cfr. Criado, F.; Aira, M. J.; Díaz-Fierros, F. (1986), *La construcción del paisaje: megalitismo y ecología en la Sierra del Barbanza* (Galicia), Memorias “Arqueoloxía/Investigación”, A Coruña, Dirección Xeral do Patrimonio Artístico e Monumental/Xunta de Galicia, pp. 55-62.

⁽²³⁾ Mesmo na Beira Alta, alguns *tumuli* inteiramente construídos em pedra datam claramente dos inícios da Idade do Bronze, como é o caso do Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu), estudado no âmbito de um projecto desenvolvido pelo Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, cujos resultados serão publicados brevemente.

⁽²⁴⁾ Vide nota 14.

⁽²⁵⁾ Cfr. Delibes, G.; Rojo, M.; Represa, J. I. (1993), *Dólmenes de La Lora. Burgos. Guía Arqueológica*, Junta de Castilla y León. Vide outra bibliografia referenciada no artigo mencionado na nota 12.

“Couto da Espanhola” (Idanha-a-Nova, Castelo Branco) revelou um “cairn” com duas câmaras funerárias na sua parte central, cuja cronologia, definida sobretudo a partir do espólio exumado, é atribuída pelos autores a um momento inicial do megalitismo⁽²⁶⁾.

Esta solução construtiva é, assim, comum dos momentos iniciais do megalitismo em algumas regiões da Península Ibérica, manifestando alguma diversidade ao nível da solução construtiva dos montículos que envolvem as câmaras funerárias, por imperativos meramente práticos, relacionáveis com a disponibilidade de matéria-prima, ou outros, não completamente averiguados.

Quanto ao monumento 4 do “Rapadouro”, não é, no entanto, por ora, possível definir com rigor a relação deste tipo tumular, contendo no seu interior dólmenes simples, com os monumentos de maiores dimensões, abertos, de estruturas do tipo “vestíbulo” e corredor ortostático, para além de outras estruturas relacionadas com o acesso e funcionamento dos espaços sepulcrais, porquanto a situação dos dólmenes simples na Beira Alta, embora existentes, é ainda incerta, e as contribuições resultantes dos trabalhos de campo em alguns conjuntos megalíticos do Centro-Norte de Portugal não têm sido, neste sentido, significativas.

Admitimos, como aliás outros investigadores ⁽²⁷⁾, ainda que não o possamos demonstrar, que os dólmenes simples, também na Beira Alta, corresponderão a um primeiro momento do megalitismo da região, situável genericamente na 2.^a metade do V milénio a. C., evoluindo para construções megalíticas estrutural e funcionalmente mais complexas, tradutoras de um crescendo demográfico, complexificação social e relação nova com o meio ambiente, tanto no aspecto simbólico, como económico, observável no ritual, na cultura material, na localização, dimensionamento e monumentalidade, tal como, cremos, é claro no megalitismo do Norte de Portugal e algumas outras áreas da Península Ibérica.

Coimbra, Abril de 1997.

⁽²⁶⁾ Cfr. Cardoso, J. L.; Caninas, J. C.; Henriques, F. R. (1995), «A Anta 6 do Couto da Espanhola (Rosmaninhal, Idanha-a-Nova)», *Estudos Pré-históricos*, 3, Viseu, pp. 19-37.

⁽²⁷⁾ Cfr. Arnaud, J. M. (1978), «O megalitismo em Portugal: problemas e perspectivas», in *A etas das III Jornadas Arqueológicas. 1977*, vol. I, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978. pp. 97-112; Jorge, S. O. (1985), «Datas de Carbono 14 para a Pré-história recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas», *Arqueologia*, 12, Porto, pp. 154-183.

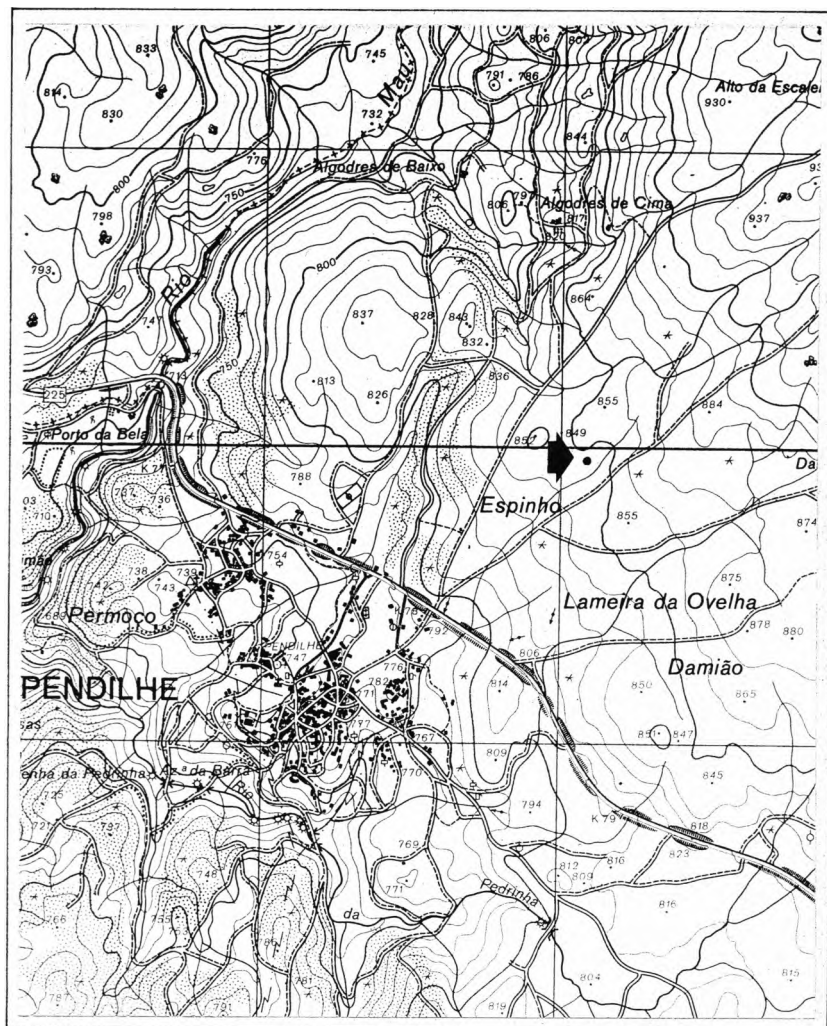


FIG. 1 - Localização do monumento ("Carta Militar de Portugal" na escala de 1:25.000, folha 157 - Castro Daire, 2.^a edição, 1987).

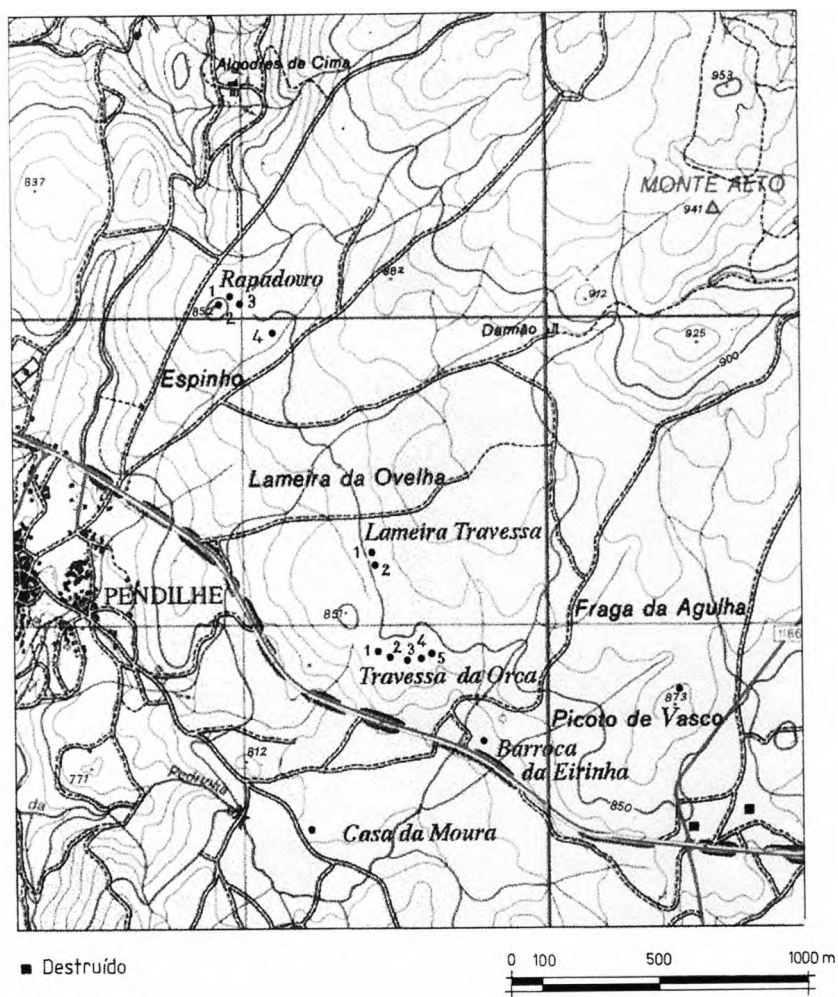


FIG. 2 - Monumentos com *tumulus* da área de Pendilhe. Base cartográfica: "Carta Militar de Portugal", 1:25.000, folha 157 - Castro Daire, 1987).

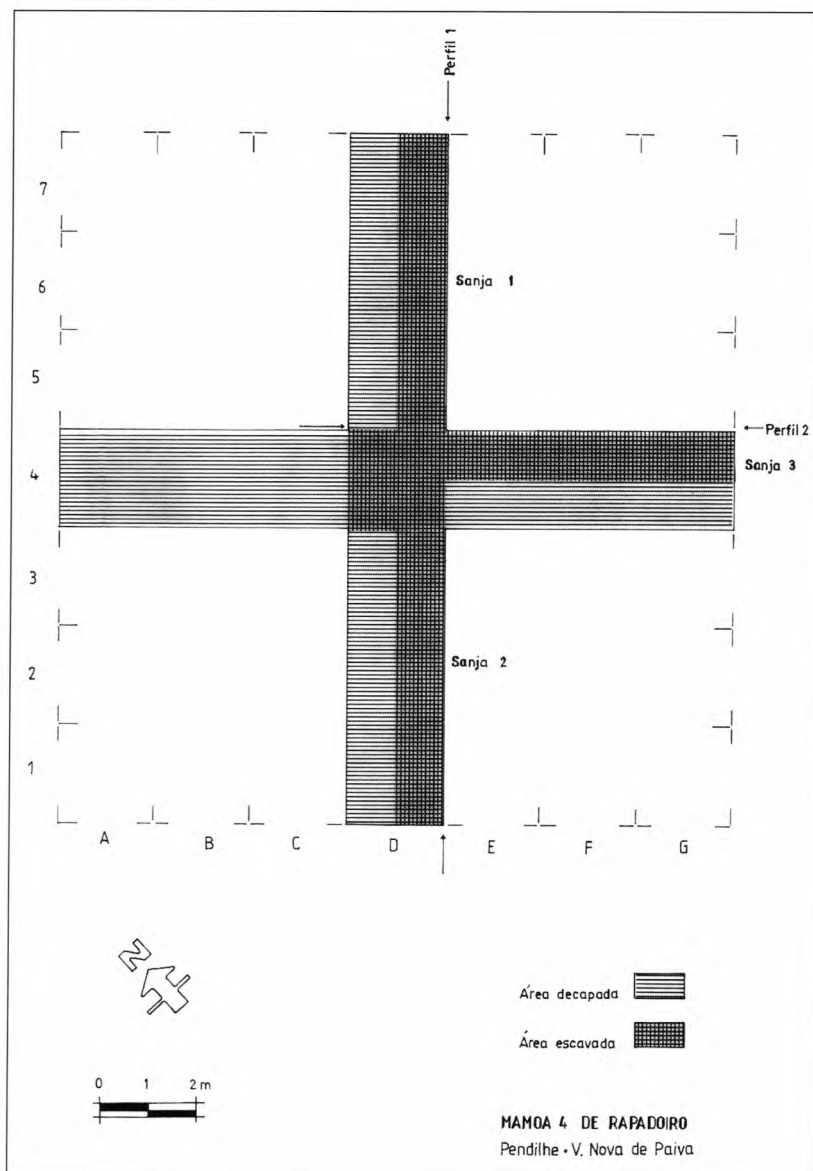


FIG. 3 - Plano da escavação.

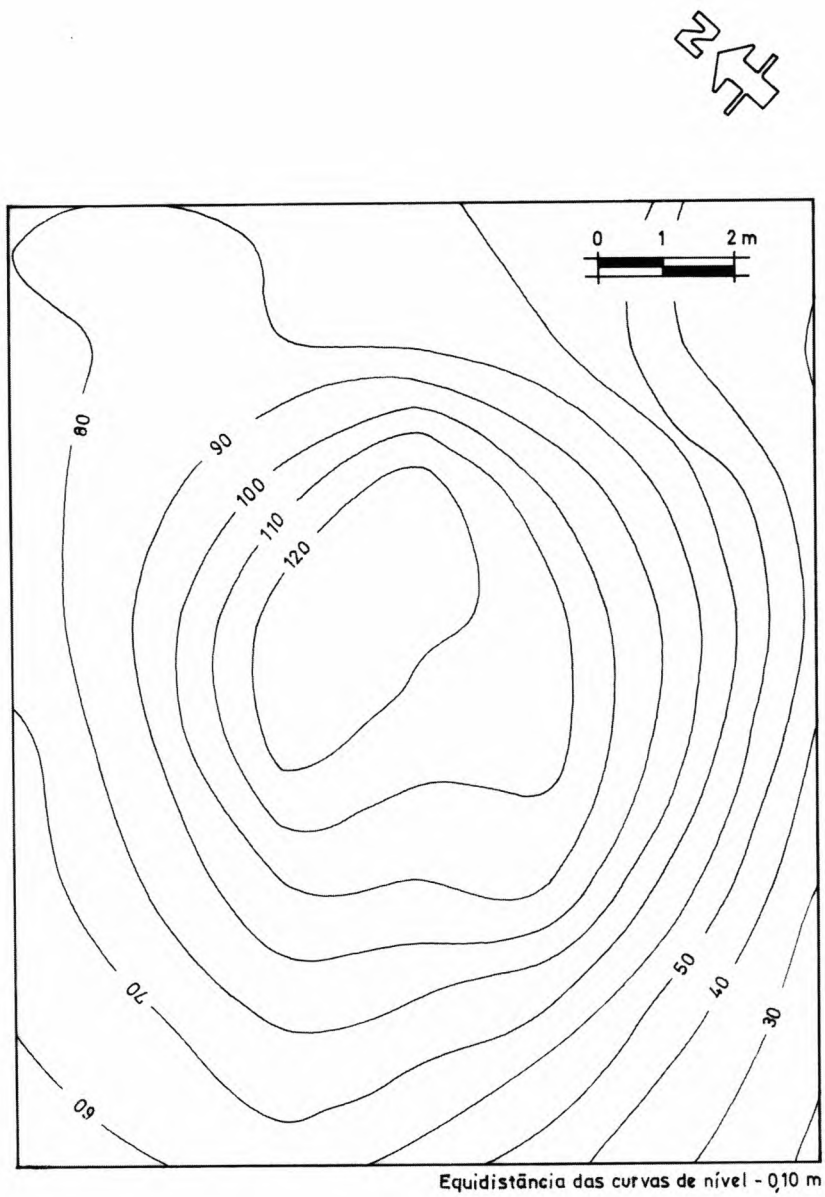


FIG. 4 - Levantamento topográfico.

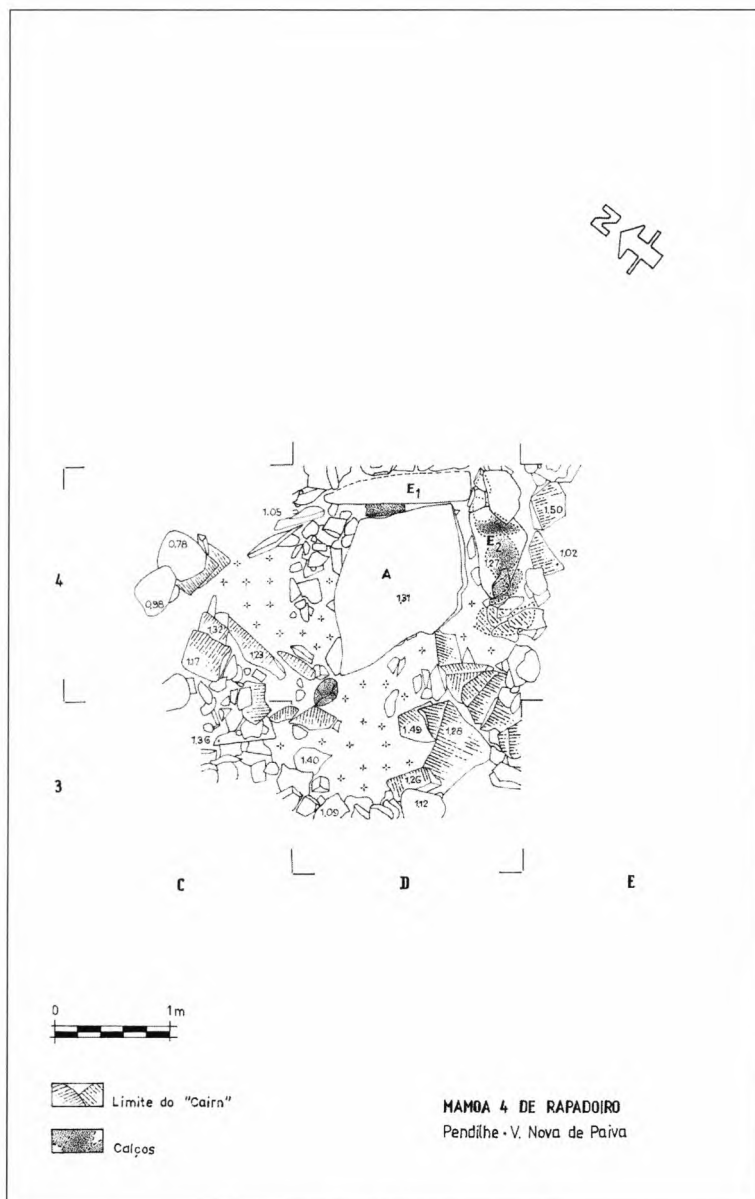


FIG. 7 – Planta da área da câmara.

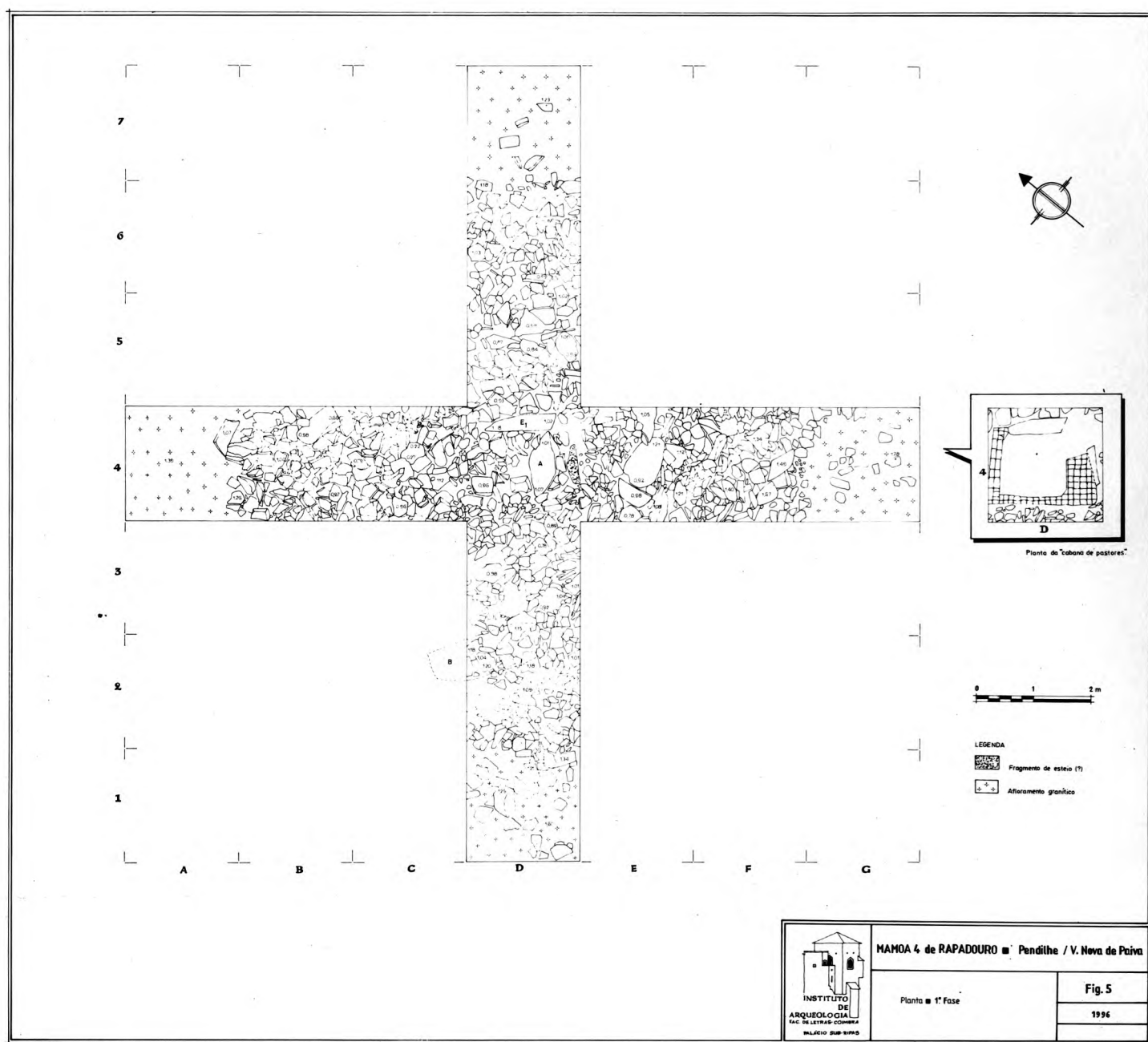
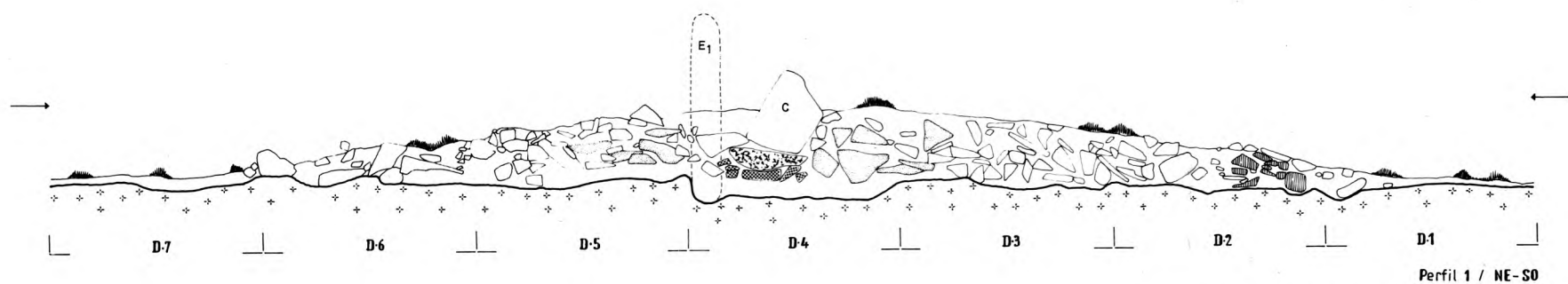
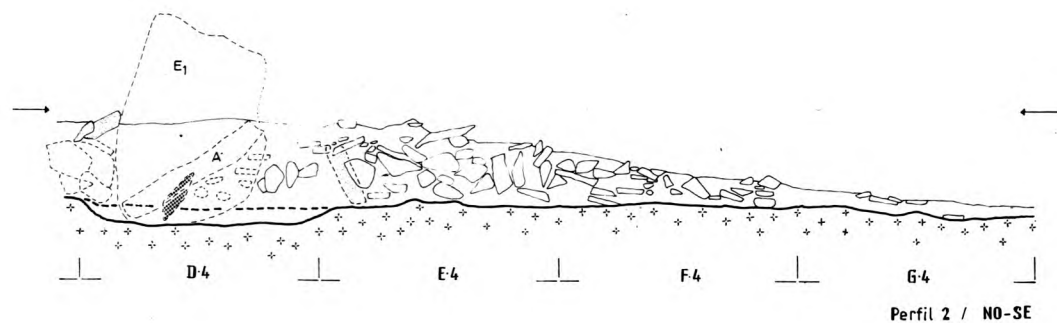


FIG. 5 – Planta do monumento.

(Página deixada propositadamente em branco)

LEGENDA

-  "Cairn"
-  Lajes de reforço do "Cairn" na área da câmara
-  Pedras de fecho do "tumulus"
-  Fragmento de esteio
-  Calços
-  Afloramento granítico



MANOIA 4 DE RAPADOURO ■ Pendilhe - Vila Nova de Paiva

1996

FIG. 6 – Perfis 1 (NE-SO) e 2 (NO-SE).

(Página deixada propositadamente em branco)

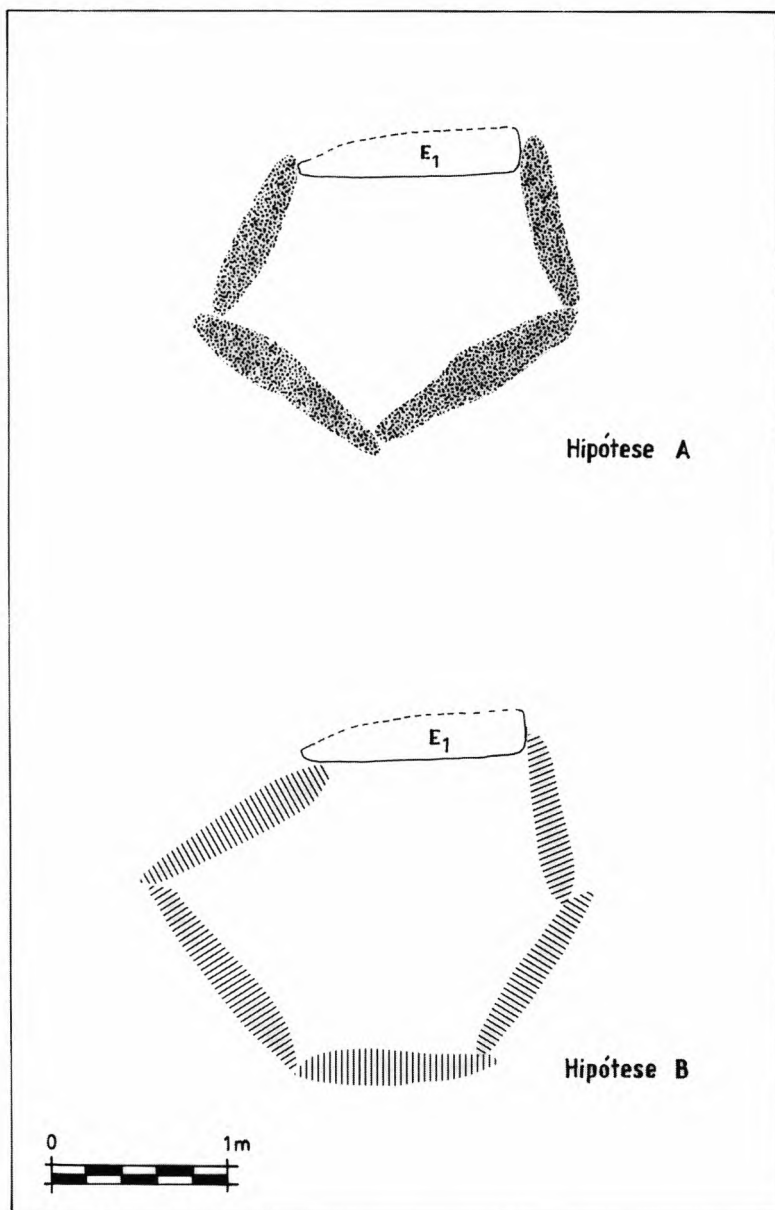
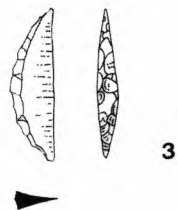
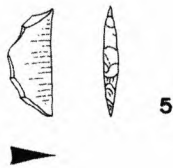


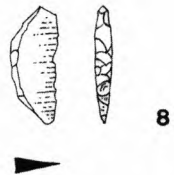
FIG. 8 – Reconstituição hipotética da planta da câmara.



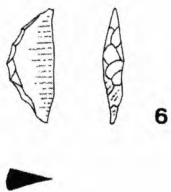
3



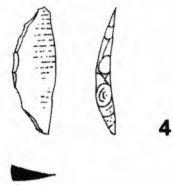
5



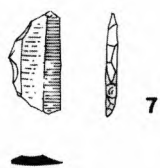
8



6



4



7



9

FIG. 9 – Espólio lítico.



FOTO 1 — Aspecto do “cairn”, em fase de escavação, no centro do qual foi construído um “abrigo de pastores”, aproveitando os elementos megalíticos da câmara funerária original. Obs. de sudeste.

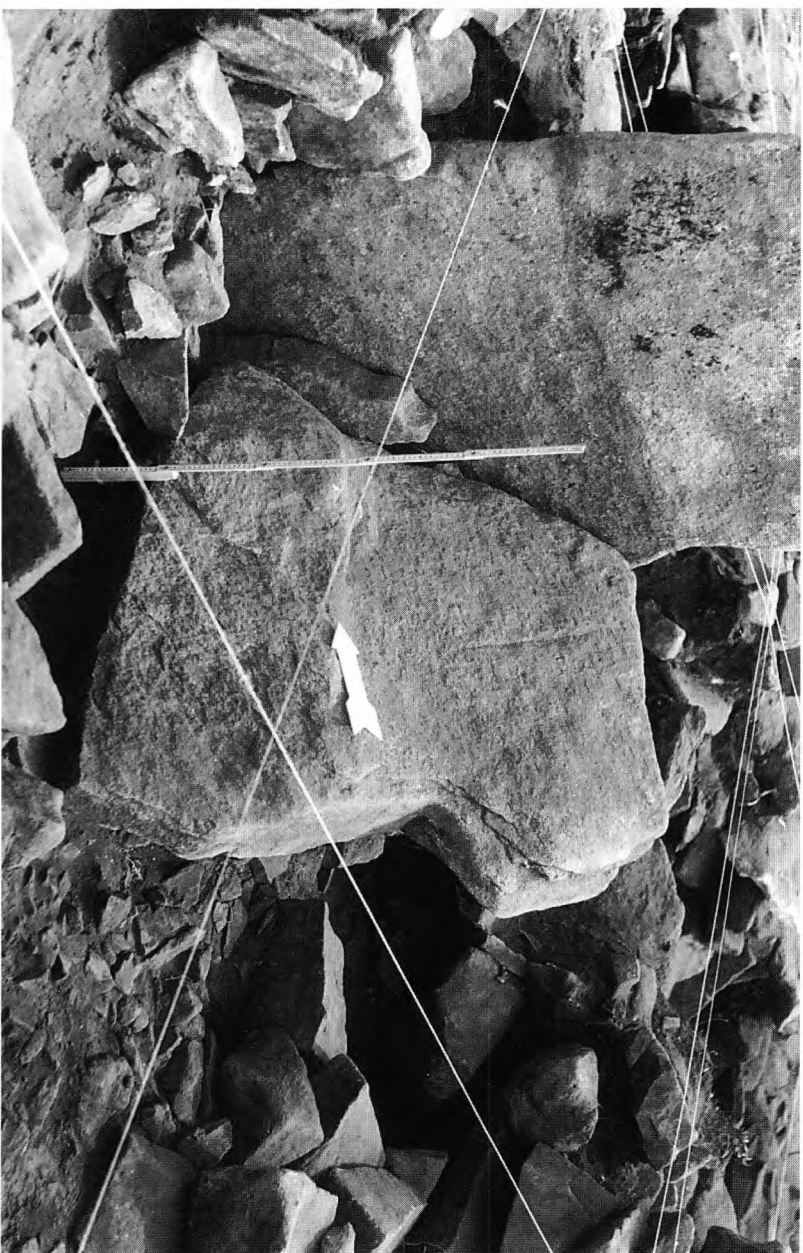


Foto 2 — Área da câmara. Esteio *in situ* e possível lajé de cobertura (fragmento).
Obs. aprox. de oeste.

RAQUEL VILAÇA

Professora auxiliar da Faculdade de Letras de Coimbra

UMA NOVA LEITURA PARA O MONTE DO FRADE (PENAMACOR)

“Conimbriga” XXXVI (1997) p. 27-44

RESUMO: Em 1990 e 1991, realizaram-se escavações na estação arqueológica do Monte do Frade (Penamacor), ocupada no Bronze Final, cujos resultados foram publicados. Os trabalhos circunscreveram-se a uma das plataformas mais elevadas do monte. Verificou-se que a ocupação se limitou a um pequeno espaço, ficando em aberto a questão da real dimensão deste sítio. Em 1995, efectuaram-se novos trabalhos — sondagens e prospecções sistemáticas — com o objectivo preciso de esclarecer este assunto.

Este texto dá conta desses resultados que não só responderam a este problema como revelaram outras informações passíveis de um novo olhar sobre o Monte do Frade.

A ocupação efectiva do sítio restringe-se, com efeito, ao constrangedor espaço de cerca de 126 m². Aí se encontram diversas estruturas de habitat, com destaque para uma cabana, à qual se acede por uma espécie de “átrio” e por uma estreita passagem empedrada e limitada por dois afloramentos graníticos, um dos quais com “covinhas”. Outras rochas com “covinhas” distribuem-se à volta das estruturas centrais, simulando a sua protecção.

O Monte do Frade deve ser hoje visto como um pequeno casal, habitado por alguém com uma posição social privilegiada e distinta, que não foi só abrigo nem espaço de suporte a determinadas actividades, mas um espaço protegido, onde se congregaram múltiplas vivências, profanas e sagradas.

ABSTRACT: Archaeological excavations in 1990 and 1991 revealed a late Bronze age occupation at the site of Monte do Frade (Penamacor). The work,

subsequently published, was limited to one of the highest plateaux of this present day farm. It appeared that occupation was restricted to a small area, while the question of the total surface inhabited remained unanswered. Renewed excavation was commenced in 1995 - this time test trenches were dug in a program of systematic investigations - with the explicit aim to clarify this problem.

The following article describes the results obtained, not only regarding the problem at hand, but it also supplies further information giving us a new perspective of Monte do Frade.

The effective occupation is indeed constricted to a diminutive zone of only 126 m². There several structures, living quarters, were found, one of which is of special interest. A narrow passage of stonework, its width restricted by two outcrops of granite, gives onto the *atrium* of a small shelter. One of the outcrops has small cup marks. Other rocks with such are located around the central structures as if placed there for defensive purposes.

Monte do Frade must now be seen as a small homestead, inhabited by someone with a certain position of distinction and social privilege. It was not merely a shelter or a space where various activities took place, but a protected area of multiple, both profane and sacred, functions.

UMA NOVA LEITURA PARA O MONTE DO FRADE (PENAMACOR) *

1. Introdução

Em 1990 e 1991, realizámos escavações na estação arqueológica do Monte do Frade, Penamacor (CMP 1/25.000, folha 248; Latitude — 40° 08 18,630 N; Longitude — 01° 59 58,355 E Lx.), cujos resultados foram publicados (VILAÇA, 1995 a: 125-163).

A estação insere-se numa elevação destacada na paisagem, grossseiramente oblonga, em “forma de violino”, orientada de NW/SE, com cerca de 500 m de comprimento. Nela se destacam dois cabeços independentes, mas de altimetria similar, e ainda um terceiro, mais modesto (Est. I).

Os dados recolhidos revelaram uma ocupação efectiva circums-crita ao cabeço mais setentrional, com 576 m de altitude. Nesta área foram abertas três frentes de trabalho, com resultados substancialmente diferentes.

Na vertente norte desta elevação (sector III), onde se realizou uma sondagem, nada se conservou com o plantio de um eucaliptal.

Na vertente meridional, as sondagens efectuadas na plataforma com condições mais favoráveis (sector II), demonstraram uma ocupação espacialmente circums-crita, com “empedrados” e uma fossa, a que correspondem, entre outros, alguns materiais cerâmicos decorados com incisões e puncionamentos, de filiação neolítica. Com ela se correlaciona a data de C14 (ICEN-968: 4780±60 BP) que, uma vez calibrada, aponta para uma cronologia de meados do IV milénio AC (VILAÇA, 1993; 1995 a: 307). Com excepção de uma estrutura de combustão que continha fragmentos cerâmicos partidos *in situ* atribuíveis ao Bronze

(*) À redacção deste texto não foram alheios os comentários que o Prof. Doutor Jorge de Alarcão fez aos meus trabalhos no Monte do Frade - o que agradecemos.

Final, os restantes materiais desta época recolhidos neste sector deverão corresponder a arrastamentos provenientes desde o ponto mais elevado da estação.

No topo deste cabeço encontramos uma pequena plataforma (sector I) correspondente ao verdadeiro núcleo de ocupação do Bronze Final. Além dos materiais cerâmicos, líticos e metálicos, contam-se diversas estruturas — lareiras, buracos de poste e “empedrados” - definidoras de, talvez, duas unidades de habitação. A estratigrafia revelou uma primeira ocupação, aparentemente limitada em termos espaciais e temporais (camada 4). Seguiu-se-lhe uma segunda fase de ocupação (camadas 3 e 2 base) que, pelo contrário, foi intensa e extensa, com uma exploração máxima da área disponível. As quatro datas de 04 existentes, após calibração, sugerem uma ocupação ocorrida num momento a situar entre finais do século XII e o X AC (VILAÇA, 1995 a: 374).

No estudo desta estação sublinhámos três das suas mais peculiares facetas: a posição destacada, isolada, exposta e dominadora deste sector, quer no contexto morfológico local, quer em termos regionais; a qualidade dos seus materiais, tanto mais evidente quando confrontados com a inópia e rusticidade das suas estruturas; as reduzidas dimensões em termos espaciais da área ocupada.

A confirmar-se este último aspecto, estaríamos perante o mais pequeno povoado conhecido do Bronze Final no quadro do Ocidente peninsular, o que levantaria, indiscutivelmente, múltiplas questões. Confirmando-se tal semblante, como articulá-lo com a excelência dos materiais?

Aos trabalhos de campo realizados em 1990 e 1991 faltaram as sondagens que, em 1995, realizámos com o objectivo preciso de averiguar a real dimensão de tão insólita estação. A cronologia da ocupação do Monte do Frade estava definida, designadamente para o período que nos interessava abordar, caracterizados estavam os seus vestígios móveis e imóveis. Importava agora esclarecer se a ocupação do Bronze Final identificada no sector I a ele se circunscrevia ou se, pelo contrário, outras áreas haviam sido igualmente ocupadas.

Este texto dá conta dos resultados desses trabalhos que não só deram resposta a esta questão como revelaram outras informações passíveis de um novo olhar sobre o Monte do Frade.

2. Trabalhos realizados em 1995 e respectiva interpretação

2.1. Sondagens e prospecções

De acordo com o objectivo definido, a estratégia adoptada versou a realização de prospecções sistemáticas em toda a área do Monte do Frade — cumes e vertentes — às quais se juntaram sete sondagens distribuídas por quatro novos sectores.

Entre os sectores I e II e a nordeste deste, numa área junto à curva dos 550 m, que passou a ser designada por sector IV (Est. I) realizaram-se duas sondagens. Trata-se de uma pequena plataforma, com cerca de 15 X 7 m, em esplanada, aberta e virada a sul, sendo, a norte, delimitada por um conjunto de afloramentos graníticos, que a protegem. Não existiam quaisquer materiais à superfície.

Uma das sondagens, com 2 x 2 m, revelou-se estéril. A outra, de 3 m², e que atingiu 28 cm, profundidade a que se encontrava o saibro, provou que esta zona nunca foi ocupada. Apenas se registou uma única camada de terra de tom castanho-claro, pouco compacta e de textura arenosa.

Os vinte e dois fragmentos cerâmicos aí recolhidos (onze bojos, seis bordos, um fundo, uma carena e três asas em fita) terão escorrido desde o sector I. Todos manuais, inserem-se nos tipos de fabrico e nos tipos morfológicos definidos para a estação. Destacam-se um bordo do tipo 1 e um outro, com incisões no lábio, do tipo 13 (VILAÇA, 1995 a: 155).

A elevação de maior altitude (580 m), que passou a ser designada por sector V (Est. I), também foi alvo da nossa pesquisa. Pelas suas condições topográficas, desde sempre este sítio nos tinha chamado a atenção. Conhecíamos este cabeço e respectivas vertentes cobertos por densa vegetação, quer arbórea, quer arbustiva, o que sempre condicionara as prospecções, nunca sistemáticas, realizadas. Alguns materiais aí fomos recolhendo, mas nunca de natureza indiscutivelmente pré-histórica.

Ao iniciarmos a campanha de 1995, foi um outro cenário que encontramos — agreste e desolador — resultante do intenso e devastador incêndio que grassara cerca de um mês antes. Percorrida agora de uma forma sistemática, esta área, ampla, embora irregular e pontuada de afloramentos graníticos, mereceu a realização de duas sondagens.

A sondagem 1, com 2 x 3 m, foi implantada no ponto mais elevado, junto ao complexo de afloramentos graníticos existente. Identificou-se

uma única camada de terra de tom castanho-claro, pouco compacta e de textura arenosa, com 23cm de espessura. A cerca de 10 cm de profundidade recolheram-se seis fragmentos cerâmicos fabricados ao torno, de características modernas.

A sondagem 2 também foi implantada na zona mais elevada, mas a nascente daquela, num recinto naturalmente delimitado por afloramentos graníticos. Abriram-se 8 m², totalmente estéreis, até à profundidade de 18 cm, altura em que surgiu o saibro. Os sedimentos eram similares aos da sondagem 1.

Nas vertentes norte e noroeste do terceiro “pico”, área identificada por sector VI (Est. I) e cuja altitude atinge os 546 m, abriram-se mais duas sondagens, com 4 m² cada. As condições de formação e de deposição dos sedimentos destas sondagens revelaram-se idênticas às das sondagens do sector V; o saibro encontrava-se à profundidade de 20/22 cm. Foram recolhidos quatro fragmentos cerâmicos incaracterísticos.

Na zona do sector VII (Est. I), junto à base e do lado nascente da plataforma do sector I, abrimos uma sondagem de 4m², estéril, o que surpreende, pois seria de encontrar alguns materiais arrastados desde aquele sector, que fica sobranceiro.

Ainda que pudessem ter sido continuadas e repetidas, considerámos estas sondagens e prospecções em número suficiente para dar resposta à nossa questão. E os resultados, globalmente negativos, são inequívocos quanto à diminuta área da ocupação do Bronze Final desta estação arqueológica: ela não ultrapassa os cerca de 126m² do sector I.

No âmbito da campanha de 1995, foram ainda realizados alguns trabalhos naquele sector. Além do derrube das banquetas do DI e do EI e da abertura parcial dos quadrados mais setentrionais e periféricos da plataforma (Est. II), foi feita uma limpeza global de toda a área.

Se as duas primeiras acções nada acrescentaram de significativo à compreensão da estação — nem a estratigrafia revelou alterações, nem novas estruturas se registaram —, com a última identificaram-se novas “cavinhas” que, ajuntar às já conhecidas, permitem e exigem um novo olhar sobre o Monte do Frade.

2.2. *Espólio*

As acções desenvolvidas no sector I proporcionaram a recolha de novos materiais cerâmicos, líticos e metálicos, que se inserem,

cronológica e culturalmente, na linha dos já estudados (VILAÇA, 1995 a: 130-142).

Os fragmentos cerâmicos, num total de quatrocentos e vinte e sete, distribuem-se da seguinte maneira (recorde-se que as camadas 3 e 2 base são camadas de ocupação e que o topo desta e a camada 1 são níveis de abandono ou de destruição): camada 1 (84 ex.); camada 2 (247 ex.); camada 3 (49 ex.); limpeza de penedos (47 ex.). Apenas sessenta e um fragmentos são passíveis de atribuição tipológica, de acordo com a tabela elaborada (VILAÇA, 1995 a: 155), não se tendo registado novos tipos (Est. III e IV).

Verifica-se que o tipo 1, definido pelas taças carenadas, reúne vinte e sete exemplares, seis da camada 1, treze da camada 2 e oito da camada 3. O tipo 10, representado por pequenos recipientes de perfil em S, corresponde a quatro fragmentos, dois da camada 1, um da camada 2 e um de limpezas. O tipo 13, representativo dos potes de grande capacidade, soma trinta exemplares, dos quais quatro são da camada 1, dezoito da camada 2, quatro da camada 3 e quatro de limpezas.

Em termos percentuais e comparando estes dados com os de 1990 e 1991, não se encontram grandes discrepâncias, particularmente no que diz respeito aos tipos mais representativos:

1990/1991	1995
tipo 1 — 49,22%	tipo 1 — 44,26%
tipo 10 — 2,33%	tipo 10 — 6,55%
tipo 13 — 48,44%	tipo 13 — 49,18%

Isto significa que se mantém correcta a ideia de que, nesta estação, a relação percentual entre taças carenadas e potes de armazenagem e/ou cozinha é de assinalável equilíbrio (aliás, com primazia para aquelas em 1990/91), situação que não se verificou em qualquer um dos outros povoados coevos (Castelejo, Alegrios e Moreirinha) que escavámos (VILAÇA, 1995 a: 272).

Os fragmentos decorados são em número muito reduzido: quatro com decoração brunida e oito com incisões sobre os lábios. Aqueles, na variante de faixas brunidas, integram-se na organização 15, por nós definida (VILAÇA, 1995 a: 50-51 e 284): apresentam linhas paralelas entre si, com orientação oblíqua, configurando triângulos, justapostas a outras similares, mas com orientação divergente (Est. IV-2 e 4).

Os materiais líticos estão representados por quatro peças. Temos dois dormentes de granito, um completo (56 x 30 x 11,5 cm), de

contorno subelíptico, secção subtrapezoidal, perfil e superfície activa aplanados, e o outro ligeiramente fragmentado (32 x 19,5 x 6,3 cm), de contorno subtriangular, secção plano-convexa e perfil cóncavo; um movente completo sobre seixo natural de quartzito (10,5 x 7,5 x 6,1 cm), de contorno sub-rectangular e secção subtrapezoidal, com uma das faces polida; um alisador/polidor sobre seixo natural rolado de quartzito.

São três as peças metálicas, de bronze, provenientes dos trabalhos de 1995. Além de uma argola fechada, lisa, de contorno e secção circular (Est.IV-6), contam-se um punhal e uma pinça.

O fragmento de punhal, do tipo ‘Torto de Mós’, foi recolhido na limpeza do perfil nascente do EI’ 03, numa zona de grande concentração de carvões, encontrando-se reduzido à parte proximal, com lingueta completa. Esta, subtriangular, conserva três rebites cilíndricos *in situ*, e a sua demarcação da lâmina é assinalada por dois marcados entalhes ou chanfros laterais, simétricos, em forma de meia-lua, cujas extremidades mais próximas da lingueta terminam em dois pequenos espigões. No vértice definido pelos três rebites arrancam, em leque, duas finas linhas incisas e paralelas, que correm ao longo da lâmina (Est. IV-5).

A pinça, de “tipo olhai” (CATLING, 1964: 228), encontra-se num péssimo estado de conservação (Est. IV-7): as duas hastes, uma das quais incompleta, estão fragmentadas e desligadas. Obtidas a partir de uma lâmina muito delgada, não apresentam qualquer tipo de decoração, ao contrário do que acontece com o outro exemplar conhecido desta estação (VILAÇA, 1995 a: Est. CIV-2).

Sublinhámos já a importância do achado da primeira pinça do Monte do Frade (VILAÇA, 1995 a: 343), que se vê agora reforçada pelo novo exemplar. Elementos raríssimos, as duas pinças em análise são as primeiras, e por enquanto únicas, provenientes de um inequívoco contexto habitacional indígena do Bronze Final do Centro-Occidental da Península. Os contextos de outros achados coevos, caso das duas pinças da sepultura da Roça do Casal do Meio, Sesimbra (SPINDLER *et alii*, 1973-1974: 120) ou da sua figuração na esteira de Ervidel II, Aljustrel (GOMES e MONTEIRO, 1976-1977: 299), sugerem que estamos perante itens, de ressonância mediterrânica, absorvidos por uma minoria da população indígena do Bronze Final, ou constituindo mesmo propriedade de indivíduos de origem oriental, se assim quisermos ler o contexto da sepultura de Sesimbra.

2.3. Rochas com "cavinhas"

Como mostra a Est. V, boa parte da pequena plataforma do sector I está preenchida por afloramentos e lajes graníticos.

As campanhas de 1990 e 1991 revelaram a existência de dois afloramentos decorados com "cavinhas". Um deles, com uma única, estava colmatado pela camada 2, sucedendo o mesmo com o outro que, todavia, apresentava vinte e uma "cavinhas" distribuídas por dois grupos (VILAÇA, 1995 a: 142).

Para além das acções atrás descritas, os trabalhos desenvolvidos em 1995 neste sector envolveram também profundas limpezas, nomeadamente de remoção de musgos e de líquenes das rochas. Assim se descobriram novas "cavinhas", distribuídas por seis rochas ou afloramentos (Est. V), cuja caracterização, primeiro individual e depois relacional, passamos a apresentar.

A rocha 1 (Est. VI e Fotos 1 e 2) corresponde ao mais extenso (cerca de 11 x 11,40 m) e aplanado afloramento deste sector, mesmo assim com uma diferença de cotas entre os seus pontos mais elevado e mais baixo na ordem dos 1,70 m. De contorno muito irregular e profusamente retalhado por diáclases, apresentava o seu canto ocidental coberto pelos sedimentos da camada 2. Além das vinte e uma "cavinhas" já conhecidas e concentradas em dois grupos próximos, exactamente naquele canto, regista, de forma dispersa, mais onze. De diâmetros não muito díspares (entre 3-4 cm), destaca-se, porém, uma maior, com 4,3 cm, que ocupa o centro do afloramento; as profundidades rondam os 2/2,5 cm. Em termos espaciais, estamos perante uma nítida dicotomia: as "cavinhas" isoladas disseminam-se por zonas centrais, enquanto que os núcleos ocupam a periferia do afloramento.

A rocha 2 (Est. VII), já conhecida, encontra-se no seio da área ocupada e encontrava-se igualmente "selada" pela camada 2. De superfície aplanada, apresenta uma única "cavinha".

As rochas 3 e 4 (Est. VII), independentes mas praticamente coladas uma à outra, têm, respectivamente, forma subcónica e subparalelipipédica. A primeira possui uma "cavinha" na zona central e a segunda ostenta duas numa das extremidades.

Na rocha 5 (Est. Vili), penedo isolado de tendência cónica, foram reconhecidas três "cavinhas" marcadas linearmente e de forma quase equidistante.

A rocha 6 faz parte de um amontoado de penedos de contornos e superfícies muito irregulares. Possui dez "cavinhas" distribuídas de

acordo com o esquema presente na rocha 1 : quatro delas estão dispersas e o núcleo de seis, de tendência linear dupla, acantona-se numa das extremidades, simultaneamente um dos pontos mais elevados do penedo.

As “cavinhas” do Monte do Frade foram gravadas por abrasão sobre afloramentos graníticos, ora aplanados e extensos, ora de superfícies convexas, irregulares e acanhadas. Com raras exceções, pautam-se por uma assinalável uniformidade no que respeita a dimensão, diâmetro e profundidade.

Ao nível da distribuição espacial e mútua relação em cada rocha, devem ser realçadas três linhas de força: “cavinhas” isoladas e outras obviamente associadas; uma distribuição aparentemente aleatória das “cavinhas” isoladas, mas não dos núcleos ou grupos, que ocorrem sempre na periferia das rochas; os conjuntos podem revestir um carácter linear simples e duplo ou, pelo contrário, sem ordem aparente.

Dos múltiplos afloramentos existentes no sector I, só alguns foram gravados. Olhando conjuntamente todos os testemunhos deste sector, e antes de nos debruçarmos sobre o problema, em parte insolúvel, da respectiva cronologia, diremos que a distribuição das rochas com “cavinhas” é delimitativa da área onde se instalou a comunidade que aqui habitou, ou seja, nos afloramentos centrais não existem cavinhas (Est.V). Se quisermos, numa outra perspectiva, a esmagadora maioria das rochas com “cavinhas” encontra-se nos lados do Sol nascente e do Sol poente.

Como se sabe, a cronologia das “cavinhas” é assunto que não merece a concordância dos investigadores, nem pode, aliás, visto que é assinalável a diversidade e a natureza dos contextos em que ocorrem, o que também lhes confere uma potencial multiplicidade de sentidos e de significâncias. Por outro lado, a sua distribuição geográfica é muito ampla. Com efeito, se as quiséssemos definir, diríamos que são trans-temporais, transculturais e polissémicas.

Contra a defesa de uma cronologia curta das “cavinhas” atlânticas, circunscrita ao Neolítico (BURGESS, 1990: 161), temos de contrapor, para o Ocidente Peninsular, uma cronologia de parâmetros amplos.

Associadas a múltiplos contextos neolíticos, permanecem ao longo de toda a Pré-história Recente, chegam ao Bronze Final, cruzam a Proto-história, onde, não raro, ocorrem no interior de povoados, mantêm-se em grande número de “berrões”, cobrindo-os totalmente ou alinhando-se sobre a zona da coluna vertebrada (LÓPEZ MONTEAGUDO,

1983: 51-52) e sobrevivem ainda na órbita de algumas ermidas medievais (HENRIQUES *et alii*, 1995: 200).

A conotação neo-calcolítica que, muitas vezes, lhes é atribuída, decorre da frequente presença de “covichas” em contextos daquela época, nomeadamente do mundo megalítico e afim. É vulgar a sua presença nas tampas e esteios das antas, mas já não ao nível do lajeado, como acontece no interessante e tão pouco conhecido dolmen de Frieiro, Vila Pouca de Aguiar. Este monumento, pertença de um grupo de quatro, apresentava uma laje colocada horizontalmente à entrada da câmara, à altura da base dos esteios, assente no solo natural, preenchida com trinta e duas “covichas” (VASCONCELOS, 1897: 358-359). Embora não esteja aqui em discussão o estudo dos rituais megalíticos, mais interessante ainda é que “toda a superfície da pedra estava coberta de uma camada de cinza, misturada com ossos humanos mais ou menos carbonizados, e com terra — o que tudo enchia também portanto as covinhas” (VASCONCELOS, 1897: 359).

Para a Beira Interior, os casos da Anta Grande de Medelim, que possuía a tampa cheia de “covichas” (PEREIRA, 1933: 55-56 e fig. 3), ou do monumento da Granja de S. Pedro, Idanha-a-Velha, com “covichas” em dois dos esteios da câmara e ainda nos dois menires nesta inseridos (ALMEIDA e FERREIRA, 1971: 165-166) testemunham a ligação das “covichas” ao fenómeno megalítico. Embora com bases bem mais precárias, é normalmente aceite idêntica cronologia para as “covichas” em afloramentos junto aos quais nada mais se conhece, tidos como “sanctuários”. No sul da Beira Interior, são conhecidos vários conjuntos deste tipo, isolados, por vezes na proximidade de mamoa (HENRIQUES *et alii*, 1995) ou claramente relacionados com o complexo rupestre da Arte do Vale do Tejo (onde este tema é muito raro) como a rocha inteiramente preenchida de “covichas” da Ribeira do Pracana (MONTEIRO e GOMES, 1974-1977).

Outras vezes, os respectivos contextos são de cronologia (Idade do Bronze) e de natureza (funerária) muito precisas. Por exemplo, junto à cista da sepultura da Quinta da Água Branca, Vila Nova de Cerveira, encontravam-se duas lajes, uma das quais apresentava dezanove “buraquinhos” numa das faces e uma outra na face oposta (FORTES, 1905-1908: 244-245). Também a laje de cobertura da cista 1 da Vinha do Casão, Vila-moura, possuía algumas “covichas” (GOMES *et alii*, 1986: 68).

A sua associação a estátuas-menires e esteias, calcolíticas e da Idade do Bronze, com contexto funerário ou desconhecido, reforçam a

ubiquidade que atribuímos às “cavinhas”. Poderemos apontar, entre outros, o recente achado da estela, possivelmente calcolítica, de Alcaria, Serpa (LOPES, 1997), e ainda os casos conhecidos da estela de Alfarrobeira (GOMES, 1994: 29 e fig. 10), da estela de Ervidel II (GOMES e MONTEIRO, 1976-1977: 301), das estátuas-menires de Chaves e de Faiões, Chaves (JORGE e JORGE, 1990: 301-302), etc.

A cronologia pré-histórica das duas situações do Monte do Frade detectadas em 1990-1991 é garantida pelo facto de se encontrarem “seladas” pela camada 2, interpretada como uma camada de ocupação ao nível da sua base. A identificação de novas “cavinhas” nada ajudou à solução deste problema, multiplicando, pelo contrário, o leque das hipóteses de cronologia.

São quatro as hipóteses de resolução, todas admissíveis.

Porque não há dados de natureza tipológica, técnica, estilística ou estratigráfica, é admissível a ideia de que as “cavinhas” terão sido gravadas por diferentes comunidades, isto é, umas seriam do IV milénio a. C., outras da transição do II para o I milénios a. C., ou ainda de um outro período anterior a este, no que respeita as rochas 2 e parte da 1, ou de qualquer outra altura, em relação às restantes.

A segunda hipótese sugere que as comunidades neocalcolíticas que estacionaram na ladeira do Monte do Frade designada por sector II poderão ter tido o seu “santuário” no sector I, num espaço sagrado, mais perto dos deuses (se é que esses habitavam o mesmo universo dos nossos), sem interferências do viver quotidiano, que havia profanado uma outra área do monte. O seu significado e função dissiparam-se e foram levados para outro lugar, acompanhando as comunidades que serviam. Nesta perspectiva, as “cavinhas” do Monte do Frade são de cronologia neocalcolítica e, embora presentes, nada disseram à comunidade do Bronze Final.

Na terceira hipótese admite-se que o grupo que ocupou o sector I é o responsável pela execução das “cavinhas”, contemplando-se, portanto, uma cronologia do Bronze Final.

Finalmente, há que considerar a séria hipótese de que, embora com uma possível origem muito remota, as “cavinhas”, total ou parcialmente, foram assimiladas, por certo com uma perversão no sentido e significado de origem, pela comunidade do Bronze Final. Fazendo parte do foro simbólico e ritual, independentemente do(s) seu(s) significado(s), ao estarem presentes num contexto de natureza habitacional, pelo seu carácter de distinta visibilidade, é um mundo simbólico e

sagrado que invade, que se insinua, que é assimilado ou incorpora já um espaço doméstico, por excelência profano.

O que, do nosso ponto de vista, deve ser aqui valorizado, não é tanto a contemporaneidade total, parcial ou, pelo contrário, mútua exclusão cronológica das “cavinhas” e do *habitat* do Bronze Final, mas a indiscutível proximidade, associação e relação espacial dos mesmos, ainda que diacronicamente distantes.

Tempo e cronologia são conceitos que não se confundem totalmente: esta é um dado por si mesmo, apreensível ou não; aquele é uma construção social, ou seja, é assimilado distintamente conforme os actores sociais. Sendo social, envolve vários níveis ou vários tempos (GONÇALVES, 1992: 133-139; ALARCÃO, 1993-1994: 11-12) que são construídos, expressos e simbolizados de forma necessariamente diferente e muitas vezes contraditória.

Se é verdade, como sublinhou Bradley, que o tempo ritual é distinto do tempo do quotidiano (BRADLEY, 1991: 210-211), também é verdade que estes tempos, ainda que cronologicamente distantes, podem intersectar-se e partilhar os mesmos espaços. O que podemos aqui ter é uma combinatória, no mesmo espaço, de diferentes elementos temporais que se penetram, uma sobreposição de temporalidades, cada qual com o seu ritmo, cada qual com a sua natureza: as “cavinhas”, mesmo anteriores, permaneciam visíveis, presentes, como marcas, sinais na paisagem, ou símbolos comunitários.

Signos, símbolos, objectos sinaléticos ou meras imagens de outrem (ALARCÃO, no prelo), sem dicionários e desconhecendo a chave dos códigos, nunca saberemos em rigor o que foram as “cavinhas”. Para esta discussão, que não desenvolveremos, talvez seja de valorizar aquilo que, em termos gráficos, é mais notório e constante, independentemente dos contextos: a sua autonomia em termos de unidades independentes, por um lado, e o seu carácter repetitivo, por outro.

Sendo entidades possuidoras de sentidos e significâncias, isto é, porque constituíram actos intencionais, conscientes (em consciência?), até que ponto é aceitável considerá-las resultantes de acções desenvolvidas em estado de transe, acompanhadas de visões entópticas ou outras provocadas por alucinogénios, como é agora moda defender, seja para a arte paleolítica (LEWIS-WILLIAMS, J. e DOWSON, T. 1988), seja para a arte megalítica da Irlanda e da Bretanha (BRADLEY, 1989), seja para os petróglifos galegos (VAZQUEZ VARELA, 1993)?

3. Relendo o espaço do Monte do Frade

Numa nova perspectiva, relacional ou dialógica, o espaço do sector I, ou seja, o espaço do Monte do Frade, que a ele se confina, pode ser visto com outros olhos. E a cabana central vê-se “completada” agora com as rochas e suas “cavinhas”.

Relendo o espaço e a sua organização, o acesso ao sector I só podia ser feito em dois sentidos, visto que, a norte e a poente, a escarpa vertical, definida por gigantescos afloramentos, o impedia.

Admitindo o acesso desde nascente, que também implicava o escalar de penedos, chega-se a um espaço com cerca de 14/15 m² (VILAÇA, 1995 a: Est. LXXIX), aparentemente, de “portas” franqueadas, onde encontramos estruturas de combustão e testemunhos de várias actividades. E impossível saber se constituiu unidade autónoma ou se, pelo contrário, terá sido um anexo complementar da cabana central.

Talvez o acesso principal fosse feito subindo a ladeira que se desenvolve do lado sul. Chegando ao topo, encontramos diante de nós essa cabana principal, de cerca de 30 m², com lareira central e dois buracos de poste avançados (VILAÇA, 1995 a: Est. LXXII). Terão constituído o suporte da cabana ou simbolizariam apenas uma passagem para o seu interior? O acesso a este espaço privado implicaria, porém, a supressão de outras “barreiras”.

Na zona dos quadrados B/C-4/5 (VILAÇA, 1995 a: Est. LXXII) define-se uma espécie de “átio” (com raríssimos materiais e onde não se encontraram testemunhos de qualquer actividade) com dois “empedrados”. A entrada propriamente dita da cabana, estreita e assinalada por um “empedrado”, era delimitada por dois afloramentos, um dos quais com “cavinhas” (rocha 1).

Mais do que simples estruturas utilitárias, os “empedrados” podem ser vistos como áreas de passagem simbolicamente assinaladas, como acessos a recintos específicos, tal como acontecia com a pequena rampa de seixos da entrada do pequeno abrigo ritual dos Alegrios (VILAÇA, 1995 a: 169; 199 e Est. CXXX), e à semelhança do que hoje sucede quando se desenrolam *carpettes* vermelhas, se estendem capas pretas de estudantes ou se cobre de flores multicolores o asfalto das ruas.

As “cavinhas” não se esgotam, porém, na zona de entrada. Elas distribuem-se por vários rochedos que delimitam a área central onde se encontra a cabana. Em termos meramente organizativos, esta situação pode ser entendida como uma mútua exclusão entre um espaço habi-

tacional, profano, e um espaço sagrado, isto é, dois espaços, cada qual com seu desempenho. O que vemos aqui é mais do que isso, ou antes, não é bem isso. Talvez seja mais correcto tomar as partes pelo todo, isto é, de forma relacional, de todos os elementos do espaço entre si e entre eles todos e a comunidade que lhes deu vida. Nesta perspectiva, os restos habitacionais do Monte do Frade constituíram mais do que simples estruturas; não foram só abrigo nem espaço de suporte a determinadas actividades, foram antes um espaço específico e protegido, a que se acedia vencendo “barreiras”, ou, pelo contrário, inatingível. Um espaço vivo, pela dinâmica das produções e reproduções sociais do quotidiano.

Aquele esquema espacial é comparável à organização que encontramos noutros contextos, de natureza estritamente sagrada. Com efeito, é frequente as “covinhas” ocuparem posições limítrofes em relação às áreas centrais dos contextos em que se inserem, como sucede no complexo rupestre do Vale do Tejo, onde a sua função poderá ter sido a de anunciar o “santuário” e fazer a introdução ou a iniciação ao seu espaço (GOMES, 1987: 28). O mesmo se repete no “santuário” exterior do Escoural, Montemor-o-Novo, ou ainda nas rochas da Alagoa, Tondela (GOMES *et alii*, 1983: 305). Teríamos, nestes casos, “covinhas” com uma função indicadora ou sinalética de áreas sagradas.

Não cremos que as “covinhas” do Monte do Frade anunciassem fosse o que fosse. Encaramo-las mais como um elemento de reforço simbólico, demarcador de um espaço que, sendo doméstico, o ultrapassava. Olhar os espaços domésticos do Bronze Final numa perspectiva dicotómica, como antítese entre o profano e o sagrado, é, talvez, um exercício mutilante e distorcido. A capacidade de autotransfiguração desses espaços, por recurso a rituais celebrados em actos públicos (ou limitando-se à privacidade doméstica?), como forma de legitimação de poderes e de tensões sociais, também foi já sublinhada (VILAÇA, 1995 b).

O Monte do Frade foi dado a conhecer como um dos vários povoados do Bronze Final da Beira Interior que, tal como os outros, possui especificidades e características próprias. Numa, é único, porém, e paralelos noutras regiões não se encontram facilmente. A confirmação de que a ocupação do Bronze Final se limitou ao confrangedor espaço de cerca de 126 m² do sector I, obriga-nos a corrigir a sua classificação como um povoado “normal” para a época.

Se é certo que a expressão de “povoado” significa um lugar que foi habitado, o que aqui se confirma, também não deixa de ser verdade

que essa expressão traz a si associada a ideia de um sítio que abrigou diversas famílias, isto é, um sítio residencial de alguma extensão. Ora, o espaço útil do Monte do Frade não suportaria mais do que 6/7 pessoas, eventualmente 10/12, portanto, uma ou duas famílias. De qualquer forma, nunca um agregado de várias famílias. Temos, pois, de encontrar uma outra expressão para este sítio.

A ideia de uma residência rural, em contraponto com os maiores povoados, que não passariam, porém, de toscas e pobres aldeias com frustes choças entre penedos, eles próprios tão rurais quanto o Monte do Frade, talvez seja preferível designá-lo sem o epíteto, simplesmente residência ou casal.

Mas, sem dúvida, um casal habitado por alguém com uma posição social privilegiada e distinta. Não podemos dizer que se trata de um sítio rico, como, aliás, nenhum dos outros povoados escavados o foram: não se detectaram acervos notórios de excedentes, não há sinais de intensificação de actividades nem as forças produtivas parecem ter ultrapassado o âmbito familiar (“household”), não se pode falar em acumulação de metal ou de outros bens reveladores de uma intensa actividade de redistribuição. Como defendemos, à época, a riqueza não estava nos povoados, mas fora deles, no domínio territorial por eles exercido (VILAÇA, 1995 b).

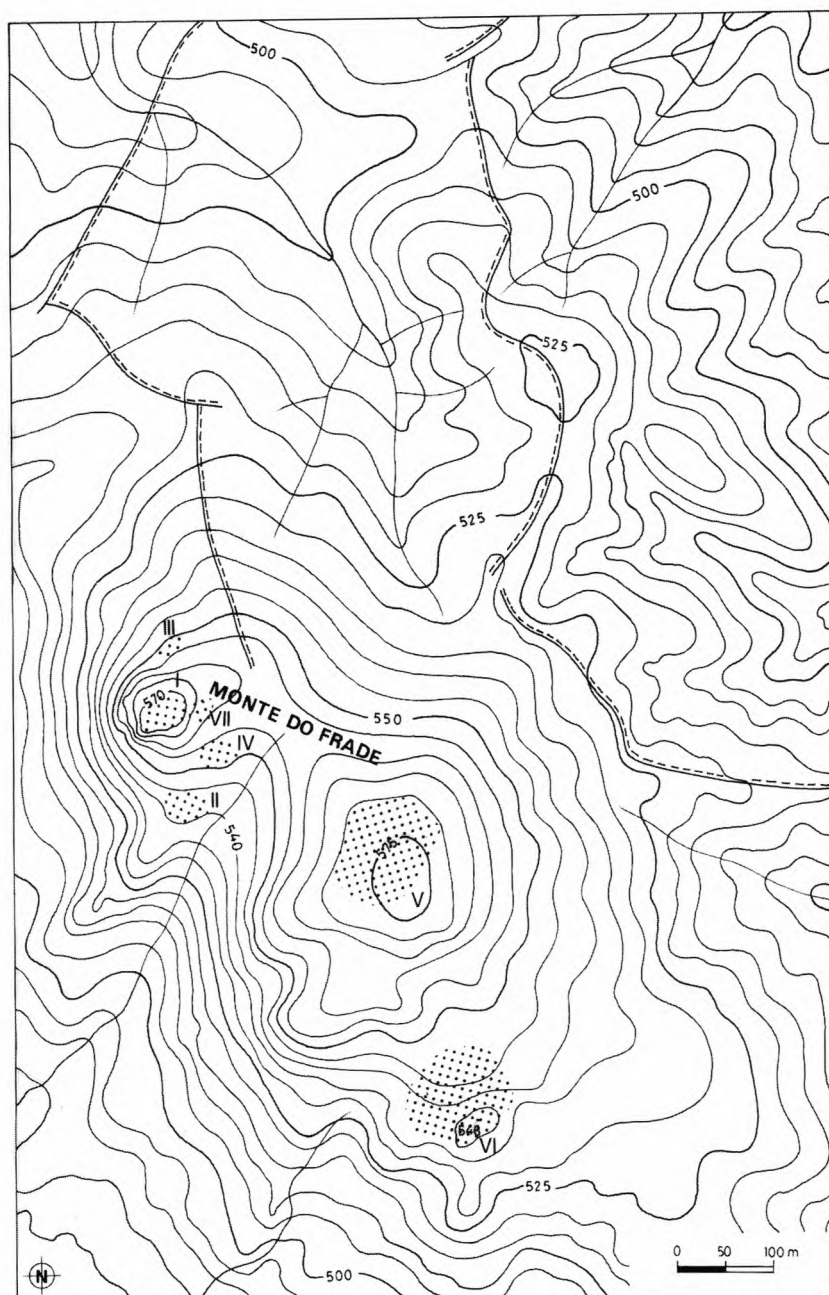
O pressuposto de que um sítio é tanto mais importante quanto maior for a sua dimensão e o número de habitantes e, consequentemente, maior a troca de informação e mais intensa a emulação, não se coaduna ao que temos. A quantidade e qualidade dos materiais, cerâmicos e metálicos, alguns únicos em contextos habitacionais, como as duas pinças de bronze, ou muito raros, como a faca de ferro, e a presença de gravuras, que afastam o carácter de mero abrigo para este sítio, são bastos elementos para não o colocarmos no degrau mais baixo, mas, pelo contrário, num dos superiores.

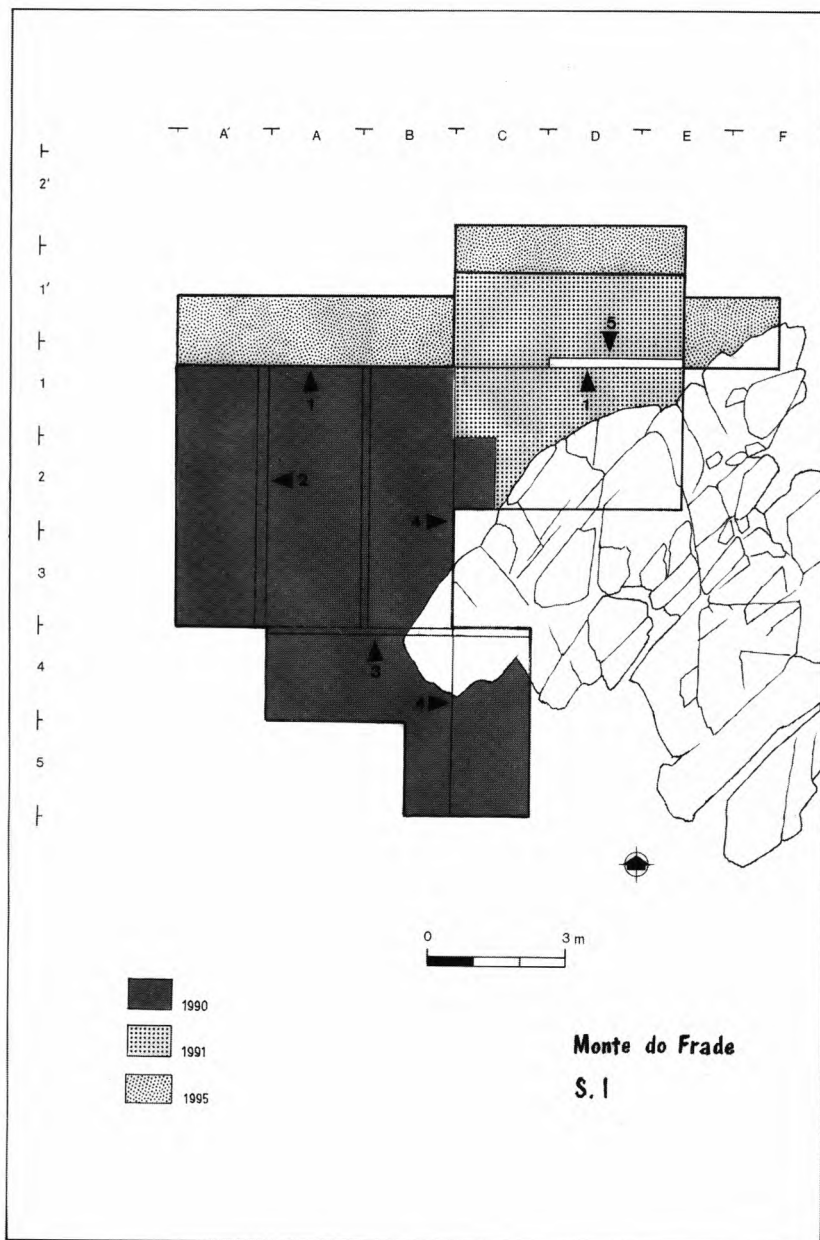
O Monte do Frade, não sendo rico nem grande, era talvez propriedade dos mais ricos e dos maiores para os parâmetros da época.

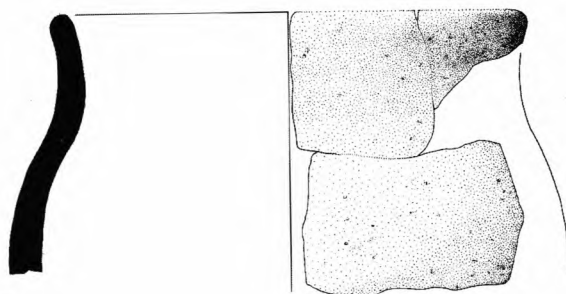
BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1993-1994), “A Arqueologia e o Tempo”, *Conimbriga*, XXXII-XXXIII, 9-56.
- ALARCÃO, J. , “A Arqueologia como semiologia da cultura material”, *Revista de Guimarães* (a publicar).
- ALMEIDA, F. e FERREIRA, O. V. (1971), “Um monumento pré-histórico na Granja de S. Pedro (Idanha-a-Velha)”, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, I, Coimbra, 163-168.
- BRADLEY, R. (1989), “Deaths and Entrances: A Contextual Analysis of Megalithic Art”, *Current Anthropology*, 30 (1), 68-75.
- BRADLEY, R. (1991), “Ritual, time and history”, *World Archaeology*, 23 (2), 209-219.
- BURGESS, C. (1990), “The chronology of cup and cup-and-ring marks in Atlantic Europe”, *Revue Archéologique de l'Ouest*, supplément 2 (Hommage a P.-R. Giot), 157-171.
- CATLING, H. W. (1964), *Cypriot Bronzework in the Mycenaean World*, Oxford.
- FORTES, J. (1905-1908), “A sepultura da Quinta da Água Branca”, *Portugália*, II, 241-252.
- GOMES, M. V. (1987), “Arte Rupestre do Vale do Tejo”, in *Arqueologia do Vale do Tejo*, Lisboa, IPPC, 26-43.
- GOMES, M. V. (1994), “A Necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no concelho de Silves”, *Xelb*, 2.
- GOMES, M. V. e MONTEIRO, J. P. (1976-1977), “As esteias decoradas da Herdade do Pomar (Ervidel-Beja) — estudo comparado,” *Setúbal Arqueológica*, II-III, 281-343.
- GOMES, M. V., GOMES, R. V., BEIRÃO, C. M. e MATOS, J. L. (1986), *A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular*, Lisboa, Trabalhos de Arqueologia, 02, IPPC.
- GOMES, R. V., GOMES, M. V. e SANTOS, M. F. (1983), “O Santuário exterior do Escoural. Sector NE (Montemor-o-Novo, Évora)”, *Zephyrus*, XXXVI, 287-307.
- GONÇALVES, A. C. (1992), *Questões de Antropologia Social e Cultural*, Porto, Afrontamento.
- HENRIQUES, F., CANINAS, J. C. e CHAMBINO, M. (1995), “Rochas com covinhas na região do Alto Tejo Português”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4), 191-206.
- JORGE, V. O. e Jorge, S. O. (1990), “Statues-menhirs et stèles du Nord du Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, II série, VII, 299-324.
- LEWIS-WILLIAMS, J. e DOWSON, T. (1988), “Entoptic phenomena in Upper Paleolithic art”, *Current Anthropology*, 29 (2), 201-245.
- LOPES, M. C. (coord.) (1997), *Arqueologia do Concelho de Serpa* (no prelo).
- LÓPEZ MONTEAGUDO, G. (1983), *Expansión de los “verracos” y características de su cultura*, Madrid, Universidad Complutense.
- MONTEIRO, J. P. e GOMES, M. V. (1974-1977), “Rocha com covinhas na Ribeira do Pracana”, *O Arqueólogo Português*, série III, VII-IX, 95-99.

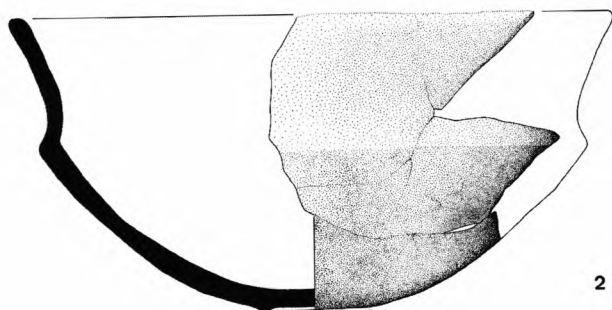
- PEREIRA, F. A. (1933), “A Pedra d’Anta ou um monumento megalítico na Beira Baixa”, *O Archeologo Português*, XXIX, 49-75.
- SPINDLER, K., BRANCO, A. C., ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O. V. (1973-1974), “Le monument à coupole de l’âge du bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz)”, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, LVII, 91-153.
- VASCONCELOS, J. L. (1897), *Religiões da Lusitânia*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional.
- VAZQUEZ VARELA, J. M. (1993), “Alucinaciones y arte prehistórico: teoría y realidad en el Noroeste de la Prehistoria Iberica”, *Pyrenae*, 24, 87-91.
- VILAÇA, R. (1993), “A ocupação neocalcolítica do Monte do Frade (Penamacor)”, *Actas da 3ª Reunião do Quaternário Ibérico*, Coimbra, 499-511.
- VILAÇA, R. (1995 a), *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*, série “Trabalhos de Arqueologia”, n.º 9, IPPAR, Lisboa, 2 vols.
- VILAÇA, R. (1995 b), “Hierarquização e conflito no Bronze Final da Beira Interior”, *Colóquio Internacional — Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, Lisboa (no prelo).



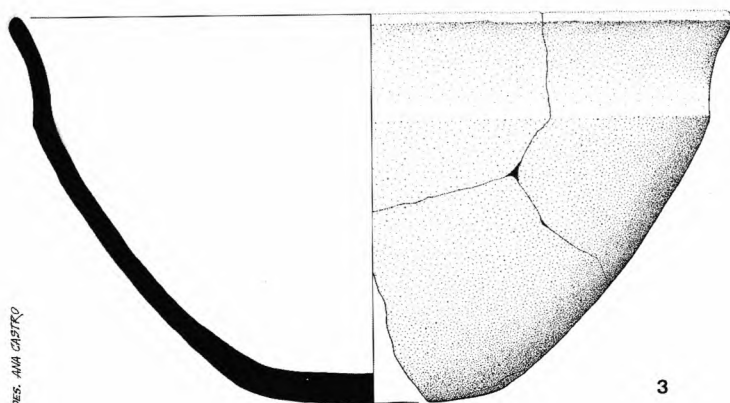




1

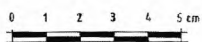


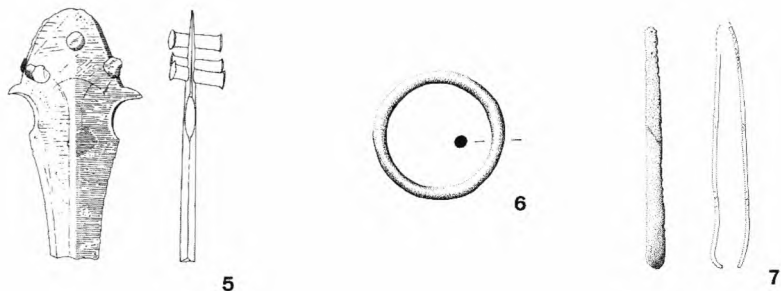
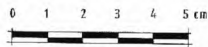
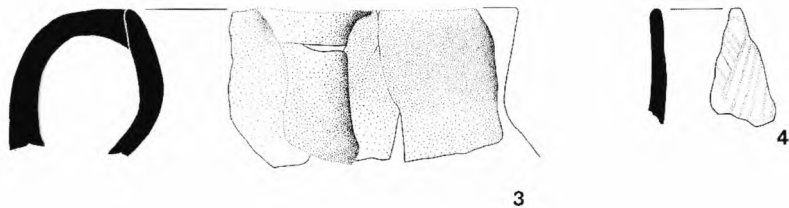
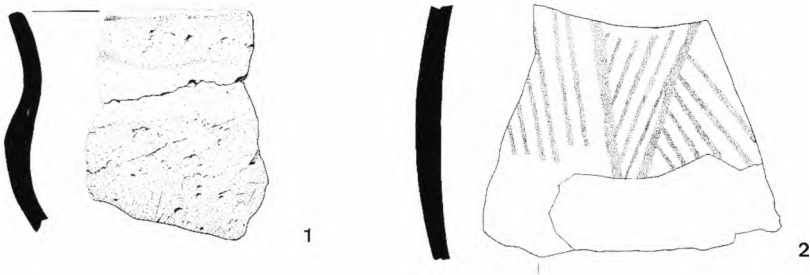
2

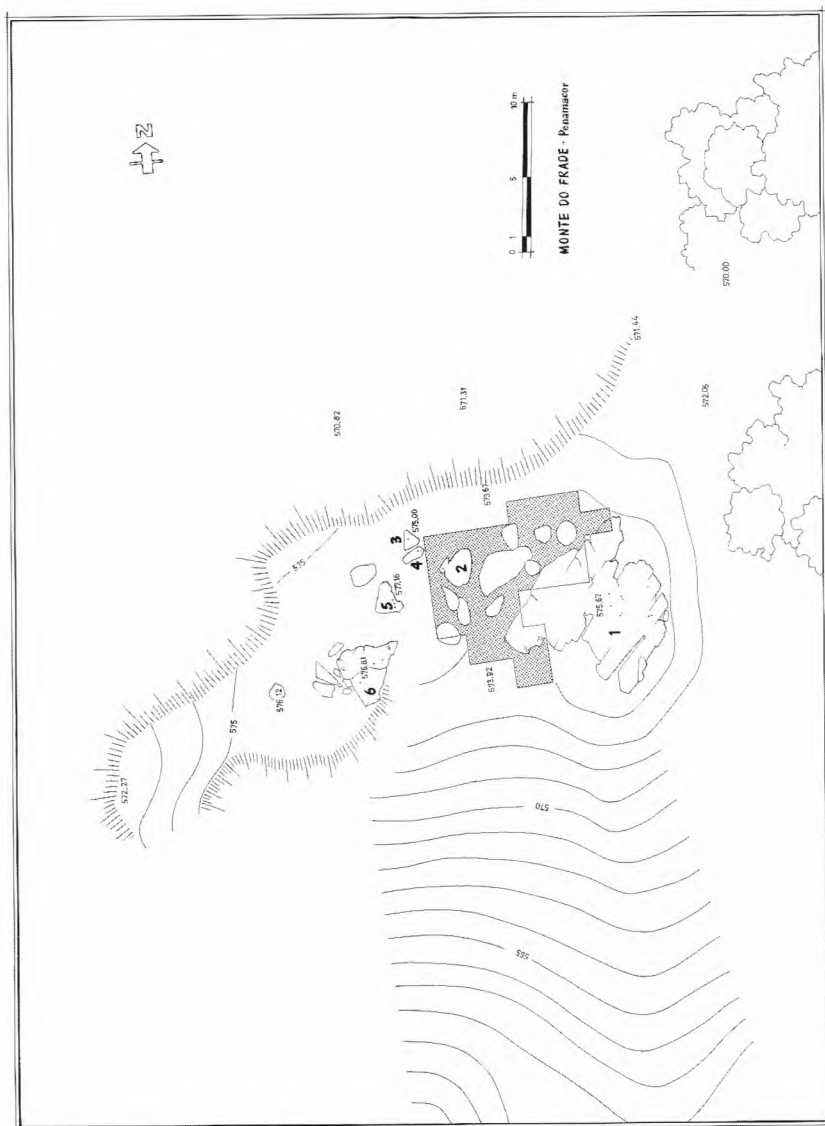


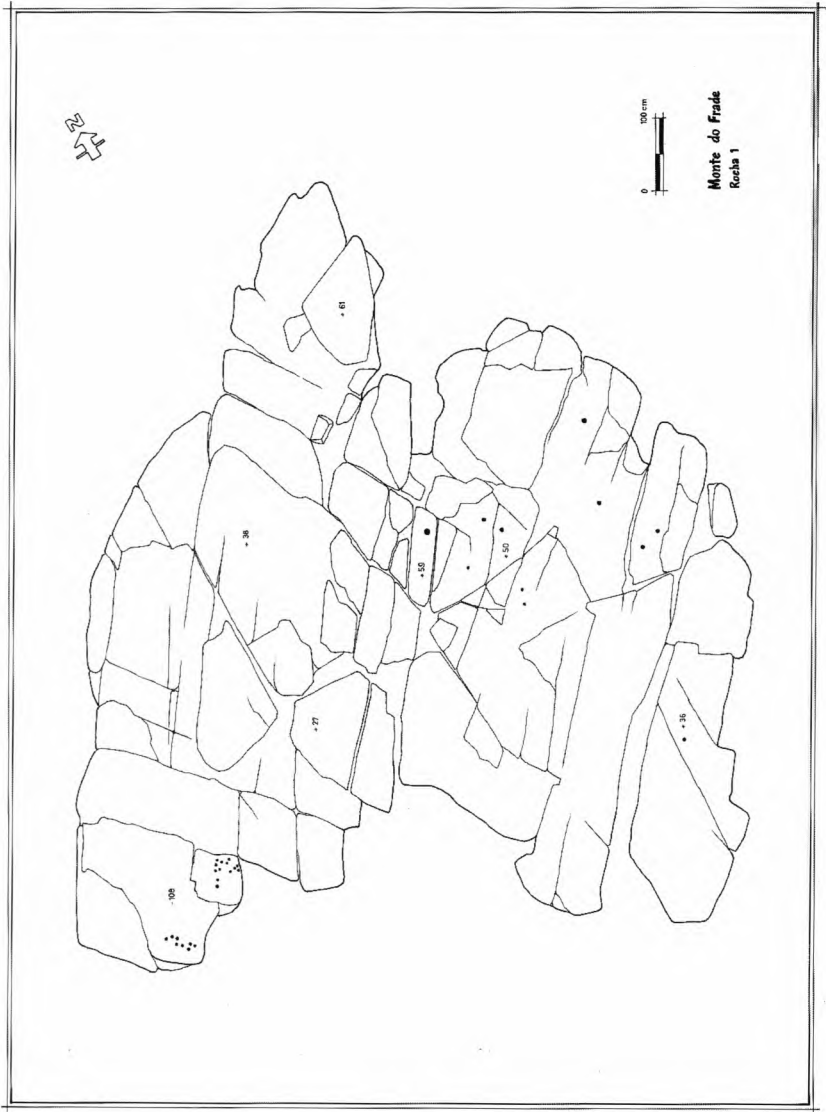
3

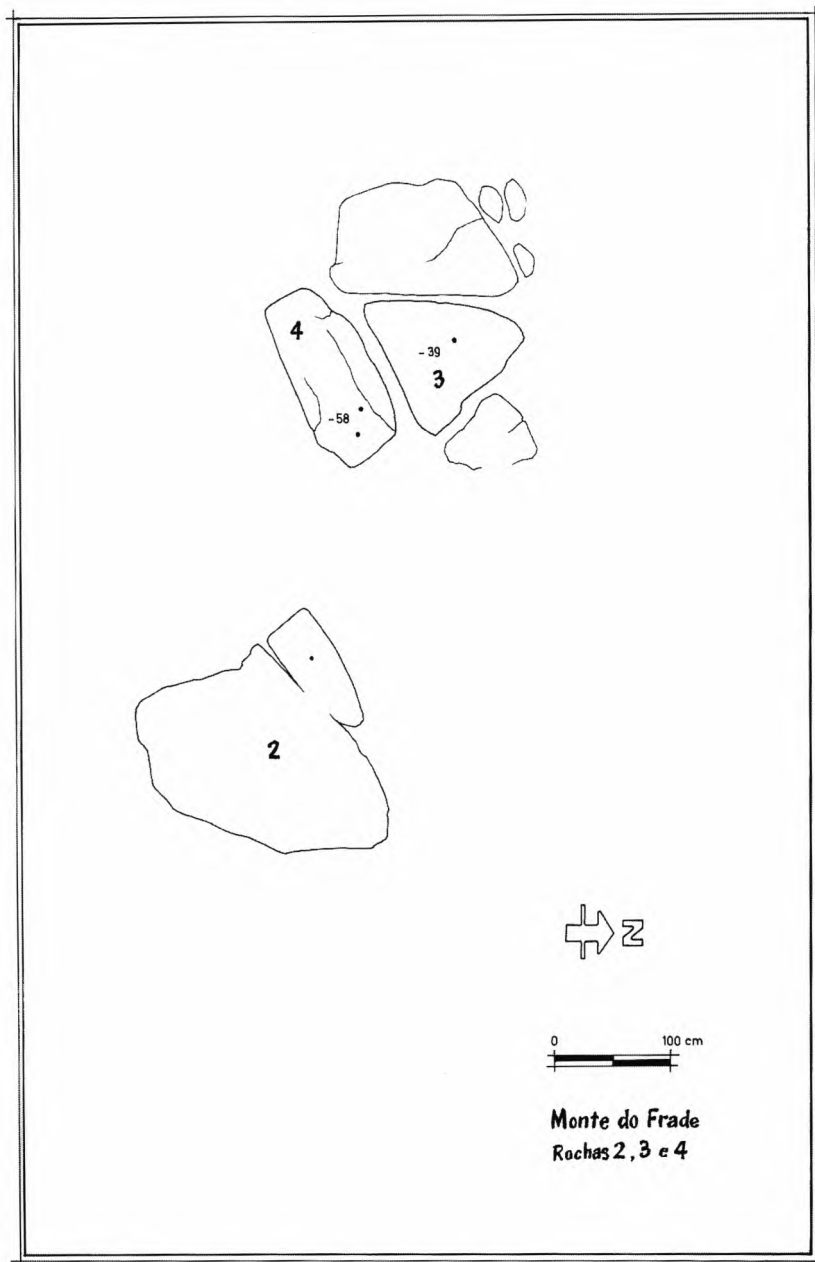
DES. ANA CASTRO











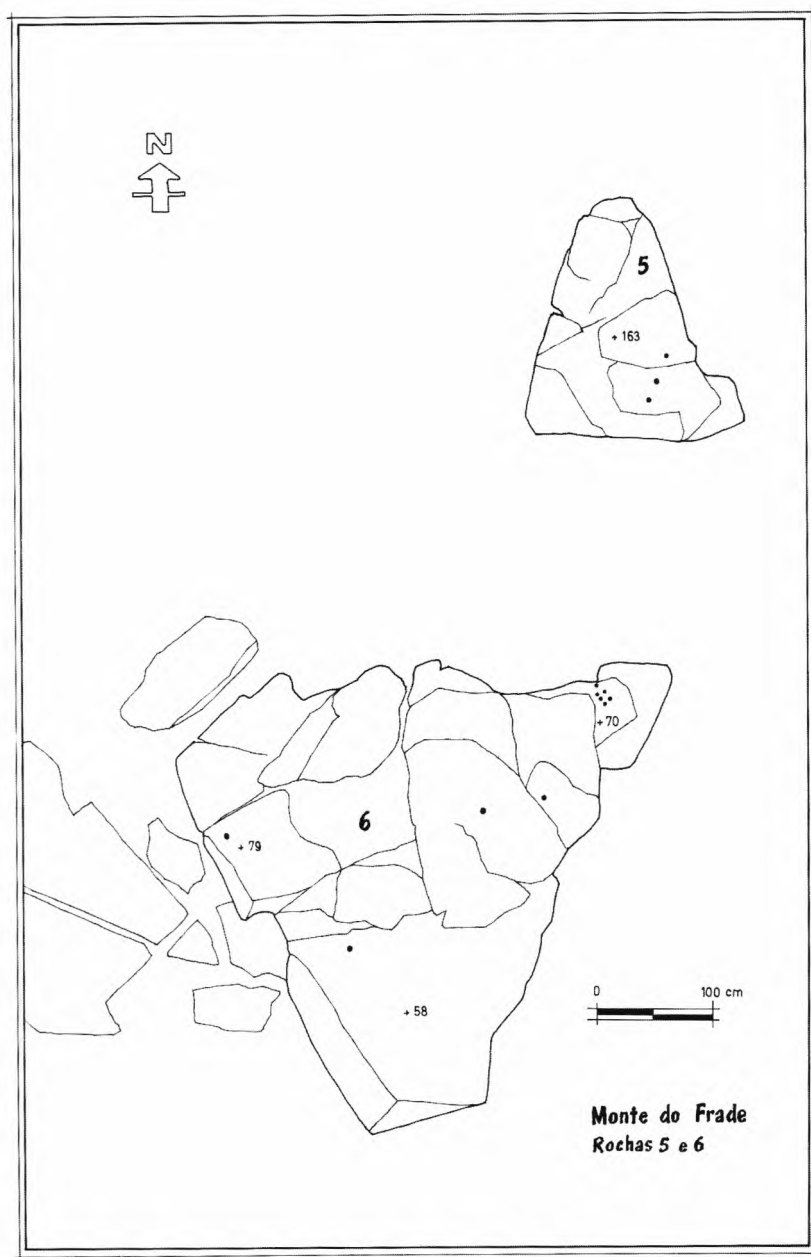




FOTO 1 – Aspecto geral da rocha 1.



FOTO 2 – Pormenor da rocha 1.

(Página deixada propositadamente em branco)

JEAN-PIERRE BRUN

CNRS, UMR 6573 Centre Camille Jullian et Etudes d'Antiquités Africaines.

PRODUCTION DE L'HUILE ET DU VIN EN LUSITANIE ROMAINE

“Conimbriga” XXXVI (1997) p. 45-72

RESUMO: Procura fazer-se o ponto da situação acerca do que se conhece da produção de vinho e de azeite na Lusitânia romana. Examinam-se os diferentes tipos de fontes - literárias, iconográficas e arqueológicas - com particular atenção para estas últimas, acentuando quão grandes são, ainda, as lacunas existentes. A multiplicidade de estudos sobre as ânforas, cujo material permitiu que se conservassem até aos nossos dias, tem contribuído para ocultar a importância dos contentores de madeira (tonéis e pipas), sobrevalorizando-se a produção vinícola. Por outro lado, o interesse que, desde há muito, vêm despertando as ricas *villae* romanas e os seus mosaicos levou a que se deixassem para um plano secundário as instalações de produção, que permanecem, por isso, insuficientemente conhecidas. Uma breve análise do que actualmente se sabe - mormente em relação às *villae* de S. Cucufate, Torre de Palma e Freiria (em Cascais) - possibilita, no entanto, que se proponham algumas grandes linhas de evolução. A oleicultura e a vinicultura desenvolvem-se desde o século I, como se conclui dalgumas instalações de produção e do aparecimento de certos tipos de ânforas vinárias. O auge da produção, no século II, está, em nosso entender, dissimulado pela utilização crescente - e bem depressa exclusiva - de utensílios de madeira: prensas, pipas, tonéis. A continuidade da viticultura no Baixo Império encontra-se atestada pela presença de lagares em vários grandes domínios, entre os quais o de Torre de Palma, que pensamos poder interpretar como lagar de vinho. Os vestígios arqueológicos documentam, além disso, a evolução das técnicas: difusão rápida dos lagares de vara e parafuso; substituição dos *dolia* por tonéis, do século II em diante, por influência, nomeadamente,

das técnicas célticas. O oleicultura permanece, porém, menos conhecida, devido à raridade dos vestígios claramente interpretáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Lusitânia, época romana, viticultura, oleicultura, lagar, tonel, ânfora, villa.

RÉSUMÉ: Cet article tente de présenter l'état des connaissances sur la production du vin et de l'huile en Lusitanie à l'époque romaine. Les différents types de sources, textuelles, iconographiques et archéologiques sont examinés en mettant l'accent sur ces dernières et en cernant l'ampleur de nos lacunes pour tenter une restitution des "chaînon manquant". Par exemple, la multiplication des études sur les amphores dont le matériau permet la conservation occulte l'importance des contenants en bois (tonneaux et foudres) et donc survalorise la production des sauces de poisson, certes considérable, au détriment de la production de vin. Par ailleurs, l'intérêt porté depuis longtemps aux riches *villae* romaines et à leurs mosaïques a joué au détriment des installations de production qui restent mal connues. Un bref examen des installations connues à ce jour, et notamment celles des *villae* de São Cucufate, de Torre de Palma, de Freiria (Cascais), permet toutefois de proposer quelques grandes lignes d'évolution. L'oléiculture et la viticulture se développent dès le 1^{er} siècle comme le montrent quelques installations de production et l'apparition de certains types d'amphores vinaires. L'essor de la production au II^e siècle est, selon nous, masqué par l'utilisation croissante et bientôt exclusive d'instruments en bois: presses, foudres, tonneaux. Le maintien de la viticulture au Bas-Empire est attesté par la présence de pressoirs dans plusieurs grands domaines dont celui de Torre de Palma que nous proposons d'interpréter comme un pressoir à vin. Les vestiges archéologiques nous renseignent aussi sur l'évolution des techniques: rapide diffusion des pressoirs à levier et vis, remplacement des *dolia* par des tonneaux dès le II^e siècle sous l'influence des techniques celtiques, par exemple. L'oléiculture reste plus mal connue du fait de la rareté des vestiges clairement interprétables.

MOTS-CLEFS: Lusitanie, époque romaine, viticulture, oléiculture, pressoir, tonneau, amphore, villa.

PRODUCTION DE L'HUILE ET DU VIN EN LUSITANIE ROMAINE (0)

Traiter de l'oléiculture et de la viticulture en Lusitanie, sur le territoire du Portugal d'aujourd'hui⁽²⁾, revient à inventorier nos lacunes: presque aucune source écrite, des vestiges archéologiques encore rares et d'interprétation difficile, une iconographie intéressante mais que l'on doit se garder de surinterpréter. Comme presque partout dans le monde romain, toute la documentation écrite a disparu. L'exemple de l'Égypte romaine doit constamment éveiller notre vigilance sur ce point: les activités agricoles dont nous allons examiner quelques traces s'intégraient dans une organisation complexe où les acteurs économiques (état, cités, producteurs, marchands, clients) agissaient dans le cadre d'une législation, d'une fiscalité et de contrats de droit privé. Toutes ces relations étaient matérialisées par une abondante "paperasse" seulement conservée grâce au climat très sec de la vallée du Nil et du Fayoum: cadastres, contrats de vente de domaines, de vignobles, voire de récoltes sur pied, contrats de location de main d'oeuvre agricole, d'huilerie, de parcelles de terre, contrats de fabrication de conteneurs en céramique,

(1) Il me faut remercier ici Pierre André, qui m'a fait redécouvrir le Portugal au cours d'un mémorable voyage d'étude en novembre 1996, Jorge de Alarcão qui a bien voulu accueillir cet article dans la revue *Conimbriga* et Adília Moutinho Alarcão qui, non contente d'encourager la rédaction de cette mise au point, a toujours répondu avec gentillesse à mes incessantes demandes de documentation.

Mes remerciements vont aussi à G. Cardoso et J. d'Encarnação qui ont bien voulu m'autoriser à publier une photographie et un plan de l'installation de pressurage qu'ils ont mis au jour dans la *villa* de Freiría.

(2) Par commodité, nous incluons dans cette étude quelques gisements portugais situés au nord du Douro (Lavra, Fonte do Milho et Tralhariz) et n'appartenant pas à la Lusitanie romaine mais à la Galice.

en bois, en cuir pour le traitement et la vente de l'huile et du vin, contrats de transports, rôles d'impôts, reçus de prêts, etc. Pour la Lusitanie, comme partout ailleurs en Europe, il ne nous reste que des mentions fugitives dans des oeuvres littéraires ou documentaires et les vestiges archéologiques, encore trop peu exploités.

1. Les sources

1.1. *Les textes*

Il y a peu à tirer des textes antiques sur l'économie agricole de la Lusitanie. Pour la période qui précède immédiatement la conquête romaine, nous disposons du témoignage de Polybe (XXXIV, 8 *apud* Athénée Vili, 330c), qui visita la région en 151 avant J.-C. Il nous apprend que la Lusitanie est fertile et cite les prix de divers produits agricoles, parmi lesquels le vin ("un métrète (39 litres) de vin coûte une drachme"). Etant donné le contexte et le prix relativement bas, il semble clair qu'il s'agit de vin local et non d'importation.

Pour la période romaine, le seul texte qui évoque la production du vin en Lusitanie est la Géographie de Strabon. Le livre III, qui traite de la Péninsule Ibérique, a été écrit en 18 après J.-C. et décrit la vallée du Tage: "L'étier supérieur renferme une île longue d'environ 30 stades et d'une largeur à peine inférieure, couverte d'une végétation luxuriante et de belles vignes (*σιὰπnsXov*). Cette île se trouve à la hauteur de Moro" (à proximité de Santarém) (III, 3, 1). L'insignifiance de ce renseignement contraste avec la description détaillée de la Turdétanie due au même auteur qui évoque notamment la qualité du vin et de l'huile produits en abondance dans la vallée du *Baetis*-Guadalquivir (III, 2, 6). Durant tout l'Empire, cette région sera vantée par les écrivains pour l'excellence de ses productions; son huile et son vin seront attestés par l'épigraphie sur pierre et sur d'innombrables amphores. L'absence de mention du vin de Lusitanie dans les textes littéraires semble indiquer que leur renommée n'atteignait pas les cercles dirigeants de Rome; mais cela n'implique pas que la production de vin et d'huile était négligeable et leur commerce seulement local. En tout cas, certaines olives lusitaniennes, les *praedulces*, qui, aux dires de Pline (*N. H.* XV, 17), étaient plus douces que du raisin sec, avaient acquis une réputation flatteuse. On les cultivaient seulement en Afrique

et en Lusitanie, autour à *Emerita*, mais le texte de Pline ne permet pas de savoir s'il faut prendre l'expression *stricto sensu* (autour de la ville, dans le territoire de la cité?) ou *lato sensu* (dans la province de Lusitanie, dont le nom à *Emerita* serait emblématique).

Strabon (III, 3, 7) évoque également la vie des montagnards de l'intérieur de la Lusitanie: sobres, ils ne boivent généralement que de l'eau ou de la bière; le vin n'est consommé que lors de banquets familiaux. Il semblerait donc qu'aux alentours du changement d'ère, la vente du vin lusitanien chez les populations de l'intérieur était limitée (à moins qu'il ne s'agisse d'une version locale du *topos* du sobre montagnard); en tout état de cause, cette situation a pu rapidement évoluer.

1.2. *Les représentations figurées*

Les représentations dyonisiques dans les mosaïques sont trop banales dans l'ensemble de l'Empire pour constituer autant d'indices d'une production locale de vin, même si, dans certains cas, il y a pu avoir une volonté d'évoquer une production prestigieuse du domaine: ce pourrait être éventuellement le cas de la mosaïque représentant Dionysos et la thiasse bachique de Torre de Palma et de la mosaïque bachique de Santa Vitoria do Ameixial, *villa* dans laquelle on trouve aussi une invocation à Dionysos (Chaves 1956, p. 57). Il faut également rappeler que l'on peut voir à Mérida une mosaïque représentant trois vendangeurs foulant le raisin dans une cuve dont le déversoir donne sur une sorte de baquet de transport du moût (Freijeiro 1978). Enfin, Dionysos était honoré dans une *villa* au moins, celle d'Estoi à Milreu, où un buste de Dionysos couronné de pampres a été découvert au siècle dernier ⁽³⁾ et on sait désormais que cette grande exploitation possédait des vignes et des oliviers (Hanel 1989). Un tel culte n'est probablement pas dépourvu de signification: dans la province de Narbonnaise, par exemple, on connaît désormais plusieurs cas d'association entre la production du vin et la présence de statues de Dionysos. Une enquête sur le Portugal permettrait, peut-être, d'associer d'autres sculptures dionysiaques à des *villae*.

(3) Matos 1995, p. 56-57. Une autre tête de Dionysos a été découverte à Mértola (Beja) hors contexte et plusieurs autres sont signalées sans provenance au Museu Nacional de Arqueologia (Matos 1995, p. 58-59 et 196-197).

1.3. *Les installations viticoles et oléicoles* (fig. 1)

Faute de document écrit, on souhaiterait pouvoir se fonder sur des données archéologiques. Les ruines des *villae* lusitaniennes sont célèbres et impressionnantes. Qu'il suffise de citer les *villae* de São Cucufate à Vila de Frades, d'Estoi à Milreu, de Torre de Palma à Monforte, parmi les plus connues. Toutefois, rares sont celles qui ont été totalement fouillées en accordant une attention suffisante aux vestiges agricoles. L'attrait des mosaïques historiées joue autant sur le chercheur que sur le grand public. Durant longtemps, on n'a cherché qu'à mettre au jour les parties d'habitation luxueusement décorées et on négligeait les bâtiments rustiques, aux sols de terre battue et au mobilier peu attirant. Dans la *villa* de Torre de Palma, la découverte des pressoirs par M. Heleno est la conséquence non d'un programme de recherche sur l'économie agricole, mais du dégagement quasi total des vestiges dû à d'autres objectifs; dans la *villa* de Santa Vitória do Ameixial, on a surtout dégagé les parties nobles, pièces de réceptions, thermes susceptibles de livrer des mosaïques (Chaves 1956). Aujourd'hui encore, les fouilles en cours des *villae* de Tourega (Évora) ou de Cegonha (Vidigueira) n'ont jusqu'ici mis au jour que les thermes, les parties d'habitation, les complexes religieux, alors que pour la première, au moins, un contrepoids de pressoir a été anciennement signalé (Gorges 1979, PS.26). En revanche, il faut mettre en exergue l'exemple remarquable des recherches conduites à l'occasion des fouilles de la *villa* de São Cucufate. Non seulement les fouilleurs se sont attachés à reconstituer les étapes de l'évolution de la *villa*, mais aussi à cerner l'ampleur de son domaine et la nature de ses productions, grâce au dégagement des parties agricoles et à des prospections systématiques dans son territoire (Alarcão, Etienne & Mayet 1990). Toutefois, même dans ces quelques cas privilégiés, l'étude des productions agricoles n'est pas dénuée d'ambiguïtés: lorsque l'on découvre des pressoirs et des cuves, il n'est pas toujours aisé de distinguer s'il s'agit de vin ou d'huile. La présence de macro-restes végétaux, tels que pépins ou noyaux d'olives est un bon indice mais, dans les fouilles anciennes, ce type de vestige n'a que rarement été observé et sa mention est exceptionnelle: à Roxo (Santiago de Cacém), à la fin du siècle dernier, on a découvert un pressoir et des pépins de raisin (Alarcão, 1974, p. 47). Dans la *villa* de São Cucufate dont les fouilleurs ont estimé ne pas être en mesure de

trancher entre l'huile et le vin⁽⁴⁾, un certain nombre d'indices sont en faveur de ce dernier: des pépins de raisins ont été retrouvés dans la salle de manœuvre des pressoirs; on ne trouve aucune trace de moulin à huile et bien des *dolia* étaient poissés (Alarcão, Etienne & May et 1990, 246). Il existe des cas où les vestiges mis au jour sont sans ambiguïté: dans la *villa* de Ponte de Igreja (Nelas), un fouloir se déverse par une large goulotte dans une grande cuve: il semble clair que ce type d'installation, qui trouve de nombreux parallèles en Grèce, en Italie et en Gaule, était destiné à exprimer le jus de raisin comme l'avait bien vu Santos Rocha (1897) (fig. 2). Dans la *villa* de Torre de Palma, ce sont les particularités architecturales du bâtiment qui conduisent à s'interroger sur la destination d'un long bâtiment dans lequel se trouvent trois cuves et une énorme pierre de pressoir. Etant donné que ce secteur de l'Alentejo est, aujourd'hui, essentiellement voué à l'olivier, le pressoir a été attribué à l'extraction de l'huile d'olive (Sardinha d'Oliveira 1958). Or, malgré l'état d'arasement du site, nous verrons plus loin que les caractéristiques de l'édifice ne s'expliquent véritablement que s'il s'agit d'un chai à vin. En revanche, la dimension des cuves permet rarement une discrimination. Si les petites cuves jumellées sont attribuables à la décantation de l'huile, on trouve de grandes cuves aussi bien dans les installations viticoles qu'oléicoles (Brun 1993B). De même la présence d'une chaudière dans les pressoirs n'indique pas forcément qu'il s'agit d'une huilerie car on a autant besoin de feu pour faire réduire le moût afin de préparer le *defrutum* que pour chauffer l'eau destinée à faciliter l'extraction de l'huile.

Celle-ci n'est attestée avec certitude que lorsqu'on découvre de véritables moulins à huile formés d'une partie dormante circulaire dans laquelle tournent une ou deux meules cylindriques ou hémisphériques verticales. De tels moulins sont très rarement mentionnés dans la littérature archéologique: on ne connaît guère que celui de la *villa* de Fontão (Lavra), dans la région de Porto (Gorges 1979, p. 456). Une enquête sur le terrain permettrait certainement d'en inventorier d'autres, encore qu'en bien des endroits on devait utiliser un procédé que Columelle mentionne sous le nom de *canalis et solea* (XII, 52, 6). Il s'agit en fait d'une auge de bois inclinée dans laquelle un ouvrier chaussé de sabots de bois piétinait les olives. Ce type d'instrument, encore largement employé dans la vallée du Guadalquivir à l'époque moderne, ne laisse évidemment aucune trace archéologique.

(4) Mais, depuis la publication, Pierre Sillières a déterminé qu'il s'agissait d'une installation viticole (Leveau, Sillières et Vallat, 1993, p. 222).

1.4. *Les amphores*

Peut-on compléter nos renseignements sur une éventuelle production locale de vin ou d'huile grâce à l'étude des amphores? On sait que les amphores étaient essentiellement utilisées pour le transport maritime des denrées liquides. A ce titre, des fabrications d'amphores à huile ou à vin au cours de l'Empire romain seraient de bons indices d'une production viticole ou oléicole assez importante pour être exportée. Or il faut reconnaître que, pour l'essentiel, les amphores lusitaniennes, entre le I^{er} et le V^e siècle, étaient destinées au transport des poissons conservés dans de la saumure et des sauces de poisson (le *garum*) (Mayet 1990). En marge de cette production omniprésente et écrasante, certains ateliers dans les vallées du Tage et du Sado ont peut-être produit des amphores vinaires. Ce serait le cas de l'atelier de Muge, dans la vallée du Tage, où l'on aurait fabriqué des amphores Dressel 2/4 au cours du Haut-Empire (Cardoso 1990, p. 156) et de celui de Porto dos Cacos, dans la basse vallée du Tage, qui fabriquait des amphores à fond plat (Raposo 1990, p.126-127). La production de cet atelier couvre les cinq premiers siècles de notre ère, mais ces amphores sont attribuables à une phase antérieure aux fours des IV-V^e siècles (Raposo & Duarte 1996, p. 253). Mayet & Tavares da Silva (1994a) et Mayet, Schmitt & Tavares da Silva (1996, p. 22). interprètent ce type d'amphore comme une variante plus ancienne de l'amphore Almagro 51c et, donc, comme un récipient destiné au transport des salaisons, mais il paraît clair que cette amphore à fond plat dénommée Lusitana 3 imite tout autant les amphores de forme Gauloise 4, conteneur du vin de Narbonnaise, que de forme Dressel 30, conteneur du vin de Maurétanie Césarienne (Alarcão & Mayet 1990, p. 187-189; Fabião 1996, p. 378-379) (fig. 3). Il est donc possible que les amphores de ce type produites à Porto dos Cacos étaient destinées au transport de vin local au cours des II^e et III^e siècles ⁽⁵⁾. Le même type de production a été mis en évidence dans la vallée du Sado (Diogo & Faria, 1990, fig. 52, n.° 13 et 53, n.° 27), probablement à Abul A⁽⁶⁾. Plusieurs exemplaires en ont

⁽⁵⁾ Diogo (1987, p. 185), signale également une possible production d'amphores imitant les Dressel 28 dans la vallée du Sado, mais cette indication demande à être étayée.

⁽⁶⁾ Sur les amphores à fond plat d'Abul A : Mayet, Schmitt & Tavares da Silva, 1996, p. 103.

été trouvés en mer notamment dans l'embouchure du Tage, à Vila Franca de Xira, où il semble qu'une embarcation chargée d'amphores de ce type ait coulé (Diogo & Alves 1988-1989).

En tout état de cause, aucun type d'amphore n'a pu jusqu'ici être attribué à l'huile de Lusitanie. Cela ne signifie pas pour autant qu'il n'y avait pas de production d'huile dans cette province, mais peut-être qu'elle n'était pas suffisante pour être exportée outre mer. Pour la consommation dans les villes lusitaniennes et pour le trafic intérieur, un transport d'huile dans des outres était plus adapté (7). En revanche, la Lusitanie importait de l'huile de Bétique: les amphores Dressel 20 ne sont pas rares sur les côtes lusitaniennes et même à l'intérieur des terres, y compris dans des *villae* qui ont pu produire de l'huile, notamment en Alentejo; c'est seulement dans le Nord du Portugal qu'elles se raréfient considérablement. Fabião (1993-1994) lie cette pénétration au grand trafic maritime qui transitait le long des côtes de la Lusitanie en direction de la Bretagne et aux approvisionnements officiels comme ceux de l'armée (8). Mais que signifient quelques amphores isolées ? De nombreuses régions oléicoles ont importé de l'huile de Bétique au cours du Haut-Empire: la Campanie (on connaît de nombreuses amphores Dressel 20 à Pompéi: Tchemia 1964), la Narbonnaise (large dispersion y compris dans les *villae* oléicoles: Brun 1986, p. 267-270). Sont-elles les témoins rescapés d'importations massives ou, au contraire, indiquent-elles des achats diversifiés normaux dans le cadre d'une économie ouverte ou bien encore sont-elles autant de preuves d'une économie administrée (9)? Tel propriétaire a pu vouloir goûter la célèbre huile de Bétique, voire s'en procurer régulièrement, sans que cela soit interprétable comme le signe de l'absence de production d'huile lo-

(7) Il convient de remarquer à ce propos que la Lusitanie est voisine de régions climatiquement hostiles ou peu favorables à la culture de l'olivier comme la Galice et le nord-ouest de la Tarraconnaise. Il ne fait guère de doute que ces contrées montagneuses devaient être approvisionnées par portage d'outres.

(8) Je ne pense pas que l'on puisse faire état dans cette problématique de l'inscription trouvée à Tocina, en Bétique, appartenant à un monument funéraire érigé par Marcus Cassius Sempronianus, un *diffusor olearius* originaire d'*Olisipo* (González Fernández 1983 et 1991, 2, n.° 281). Certes ce négociant en gros était né à *Olisipo* mais rien ne permet de penser qu'il était impliqué dans le commerce de l'huile de Bétique vers la Lusitanie.

(9) Si l'on admet qu'une majorité de ces amphores proviennent bien de trafics officiels.

cale⁽¹⁰⁾. En fait, la situation était probablement complexe: des cargaisons ont dû être affrêtées par l'administration, notamment l'armée, et parallèlement, souvent sur les mêmes bateaux une partie des amphores étaient destinées au commerce privé (c'est ce que Dick Whittaker (1989, p. 65) appelle joliment le "marché subventionné"). A côté de ces trafics, très visibles car on sait parfaitement reconnaître les Dressel 20, une production locale et un commerce interne ont pû fort bien prospérer et rester invisibles à nos yeux, l'une parce qu'on manque de fouilles et l'autre parce qu'on devait transporter l'huile dans des outres. En résumé, en dehors des phénomènes massifs, comme la production des amphores Dressel 14 et Almagro 51, qui témoignent d'une formidable production de salaisons de poissons, on a bien du mal à apprécier l'importance de la viticulture ou de l'oléiculture en fonction de la fabrication ou de l'importation de tel ou tel type d'amphore, car une part probablement considérable de l'huile et du vin était conditionnée dans des conteneurs en matériaux périssables. Les résultats de l'étude des amphores ne peuvent donc être la base unique de notre réflexion et ils doivent être relativisés par la prise en compte des autres sources.

1.5. *Les dolia*

Les viticulteurs italiens utilisaient de grandes jarres, appelées *dolia*, pour faire fermenter le jus de raisin. Ces *dolia* en céramique avaient des contenances variant entre 500 et 1500 litres en moyenne. Pour les rendre étanches et pour les stériliser, on les enduisait chaque année de poix, faite à partir de bois de résineux chauffés. En Italie et en Gaule méridionale, les installations viticoles romaines sont caractérisées par la présence de plusieurs dizaines à quelques centaines de ces

⁽¹⁰⁾ Il faut se garder de surinterpréter le témoignage des amphores surtout lorsque l'on traite des échantillons peu importants. Ainsi, la tentative de Pimenta (1982-1983) d'interpréter l'absence d'amphores vinaïres importées après le I^{er} siècle de notre ère et celle d'amphores à huile après le II^e siècle comme le signe d'un essor de la production locale ne peut être prise en considération, car l'échantillon qu'il utilise ne comprend que 37 amphores provenant de plusieurs gisements de la région de Sintra et réparties sur cinq siècles. Dans un lot aussi petit, l'absence d'un type d'amphore n'a aucune signification. Une telle démarche n'aurait de validité que si l'on pouvait traiter plusieurs milliers d'amphores provenant de plusieurs gisements judicieusement répartis.

jarres enterrées jusqu'au col dans le sol de hangars, les *cellae vinariae*. Il paraît probable que les chais à vin de Lusitanie en étaient également dotés, au moins au début de l'implantation romaine. En effet, les Italiens qui se sont installés dans cette région ont dû introduire leurs méthodes de culture et de vinification. La présence d'entrepôts contenant des *dolia* est donc un fort indice de production viticole. Il faut toutefois nuancer ce propos, car l'huile d'olive était également conservée dans des jarres, mais, pour des raisons évidentes de volume, ces *dolia olearia* sont toujours en petit nombre et peuvent être donc facilement distingués des jarres à vin. Des *dolia* contenant des traces de gras "fossilisées" auraient été anciennement découverts dans la *villa* de Alto da Fonte do Milho, à Canelas do Douro (région de Vila Real: Gorges 1979, p. 455); il faudrait toutefois pouvoir pratiquer des analyses en chromatographie pour obtenir une certitude. Par ailleurs, on a pu vinifier dans d'autres récipients que de jarres en terre-cuite, notamment dans des tonneaux de bois.

1.6. *Les tonneaux*

A Mérida, capitale de la Lusitanie, une stèle funéraire datée de la fin du I^{er} siècle ou du début du II^e siècle, représente un personnage ouvrant le robinet d'un tonneau. A partir de la fin du II^e et au III^e siècle, se répand la mode de se faire sculpter des tonneaux en ronde-bosse comme monument funéraire et d'y faire graver une épitaphe au milieu (fig. 4). Ce modèle de tombeau dérive de monuments en forme de demi-cylindres répandus en Lusitanie, en Tarraconnaise, en Afrique et en Maurétanie (Julia 1965). Leur signification est encore débattue, mais ceux de l'Alentejo (cités d'*Ebora*, de *Pax Iulia* et *Myrtilis*) offrent des représentations très réalistes de tonneaux qui tranchent avec les autres (Julia 1965, pl. 18, 1; Matos 1995, p. 126-129). Il est possible qu'il s'agisse d'une interprétation locale d'un modèle dont la signification de départ était autre ⁽ⁿ⁾. Alors que les inscriptions qui figurent sur les "cupae" stylisées du Sud du Portugal mentionnent surtout une onomastique servile, les "cupae" réalistes de l'Alentejo ont été comman-

⁽ⁿ⁾ Julia (1965) a émis l'hypothèse que ce type de monument funéraire était originaire d'Afrique du Nord et qu'il s'était répandu au cours du II^e siècle à partir de grands ports en relation avec l'Afrique.

dées par des personnes libres — à consonnance latine, souvent des citoyens romains — et, exceptionnellement, par un indigène (Viana 1945; Encarnação 1984, p. 813). Même si on ne peut exclure qu'il s'agisse d'une version locale du culte salvateur de Dionysos ailleurs illustré par des *sarcophages-lènoi* portant des représentations de vendanges et de foulage ⁽¹²⁾, ces représentations réalistes pourraient être en rapport avec la viticulture locale à l'instar du tonneau représenté sur la stèle du vigneron L. Cantius Acutus d'Aquilée. Quelle que soit l'explication, ces "cupae" réalistes doivent attirer notre attention sur la large utilisation du tonneau dans cette région de peuplement celtique, au moins à partir du II^e siècle. Dans son ouvrage sur *Le Vin de l'Italie romaine*, A. Tchernia a montré qu'à partir des Antonins la place prise par le tonneau au détriment de l'amphore dans la commercialisation du vin faussait les estimations des courants commerciaux (Tchernia 1986, p. 285-292). Cela signifie que la relative rareté des amphores vinaires lusitaniennes n'implique pas la faiblesse de la production de vin, puisque le vin a certainement été commercialisé en tonneaux, au moins à partir du II^e siècle et peut-être auparavant.

On peut ajouter que le tonneau complique l'interprétation des vestiges archéologiques des *villae*. En effet, si les viticulteurs lusitaniens utilisent massivement des tonneaux pour transporter leur vin à partir du II^e siècle, il faut en conclure qu'il emploient aussi probablement des foudres de bois pour vinifier. Or ces vaisseaux, parfois très grands — Strabon (V, 1,12) évoque des foudres grands comme des maisons en Italie du Nord —, ne laissent pas de traces archéologiques. Toute interprétation des vestiges archéologiques, surtout du Bas-Empire, devra donc tenir compte de la possible disparition de ces foudres.

1.7. *L'apport des études environnementales*

Beaucoup reste à faire pour appliquer à l'archéologie classique les méthodes employées en Préhistoire: analyses polliniques, carpologiques et anthracologiques. Bien souvent, les premières sont très décevantes. Les gisements en plein air, comme les *villae*, n'offrent que

⁽¹²⁾ Notamment au musée de Lisbonne: sarcophage des vendanges de Vila Franca de Xira (Matos 1995, p. 100-101).

rarement des sédiments valablement analysables, faute de bonnes conditions de conservation. Les prélèvements carpologiques et anthracologiques sont plus aisés à réaliser, mais on manque de spécialistes pour multiplier les études. Aussi doit-on se contenter de quelques données éparses qui, de plus, concernent seulement la Protohistoire: les analyses polliniques effectuées à Alpiarça, dans la région de l'estuaire du Tage, montrent des occurrences significatives de pollens de *vitis* et d'*olea* au cours de l'Âge du Fer (Leenwaarden & Janssen 1985, p. 229). On sait qu'il est impossible de distinguer les pollens des espèces sauvages et cultivées et les pollens de *vitis*, évidemment sauvage, sont déjà présents dès la base des colonnes sédimentaires d'Alpiarça dans un paysage encore largement forestier vers 5000 BP. À partir du VI^e siècle avant J.-C. (date radiocarbone 2590 BP), les pollens de *vitis* représentent 33% et ceux d'*olea* apparaissent. Ce serait en fait l'augmentation significative de son pourcentage corrélée au recul de la forêt⁽¹³⁾ et à l'extension des surfaces cultivées qui serait le signe de la culture de la vigne. L'apparition à la même période des pollens d'olivier serait également à mettre en relation avec l'introduction de l'oléiculture.

Ces premières études sont très prometteuses, mais il faudrait multiplier les analyses polliniques sur les gisements datés de l'époque historique ou sur des colonnes sédimentaires comprenant des niveaux de l'Antiquité pour obtenir des données présentant une valeur statistique et susceptibles d'être mises en série⁽¹⁴⁾.

2. Un essai d'histoire des techniques viticoles et oléicoles

2.1. Aux origines

Si notre connaissance de l'oléiculture et de la viticulture romaines au Portugal est lacunaire, celle de la période préromaine l'est encore plus. On peut inférer du témoignage de Polybe qu'au II^e siècle avant J.-C. des vignobles existaient déjà et que la production était suffisante

(¹³) La vigne sauvage est une liane qui pousse naturellement dans les forêts du pourtour méditerranéen.

(¹⁴) Une étude tendant à corréler les données environnementales et archéologiques a été récemment publiée sur l'oléiculture antique en Provence et pourrait servir d'exemple: Leveau *et alii* 1991.

pour maintenir un prix de vente raisonnable. Mais depuis quand? Une viticulture et une oléiculture locales s'étaient-elles développées sous l'influence des Phéniciens présents dans l'embouchure du Sado depuis le VII^e siècle ? Les vestiges retrouvés jusqu'ici à Abul se limitent à un établissement commercial occupé du VII au V^e siècle avant J.-C. (Mayet & Tavares da Silva 1994A); mais, à travers ces relations commerciales, de nouvelles cultures, comme celles de la vigne et de l'olivier, ont pu être transmises par les Phéniciens aux populations locales. Les premières analyses polliniques effectuées dans l'estuaire du Tage pourraient renforcer cette hypothèse. Elles montrent que la vigne sauvage poussait naturellement au Portugal mais que sa mise en culture n'eut lieu qu'au début de l'Âge du Fer parallèlement à celle de l'olivier. La coïncidence chronologique est probablement significative. Quoiqu'il en soit, les populations celtiques qui occupaient la Lusitanie entre l'Anas et le Tage buvaient à la fois du vin importé de Phénicie, de Grèce, puis d'Italie, du vin local et certainement aussi, comme leurs congénères de Gaule, de la cervoise qu'ils devaient conserver et transporter dans des fûts en bois.

2.2. *Au Haut-Empire: huile ou vin ?*

Parmi de bien nombreux changements, la conquête romaine et la déduction de colonies amenèrent de nouvelles formes de culture et une nouvelle gestion des territoires. Les techniques agricoles nous restent quasiment inconnues à moins d'étendre à la Lusitanie ce que Columelle (IV, 14, 2 et XI, 2, 60) et Pline (*N. H.* XIV, 29-30, XVII, 170) nous apprennent de l'agriculture de la Bétique: des vignes basses, taillées en gobelet, que l'on déchaussait, voire irriguait et que l'on vendangeait en juillet. Les nouvelles propriétés furent mises en valeur par des agriculteurs habitant des fermes dont la grandeur et le luxe augmentèrent au cours du I^{er} siècle après J.-C. L'exemple le mieux connu est désormais celui de la *villa* de São Cucufate: une première ferme fut construite vers le milieu du I^{er} siècle de notre ère. Elle comportait quelques pièces d'habitation pour le propriétaire, un bâtiment "rustique" qui pourrait avoir servi de logement à un intendant et au personnel et des pièces à usage de stockage. Parmi celles-ci certaines sont qualifiées par les auteurs de la publication, de *cellae oleariae* et/ou *vinariae* à cause de la découverte dans ce secteur de nombreux fragments de *dolia*. Ces

pièces ouvrent sur le “couloir” 10, qui comportait trois files de *dolia* enterrés; ces derniers furent arasés et recouverts d’un sol en béton ultérieurement (fig. 5). Les auteurs de la publication ont bien vu qu’il s’agissait d’un entrepôt probablement pour les liquides et ils observent que nombre de fragments de *dolia* retrouvés dans ce secteur étaient poissés (Alarcão, Etienne & Mayet 1990, p. 54 et 245-246). Ce type d’entrepôt rappelle fortement les chais à vin d’Italie et de Narbonnaise et le “couloir” 10 a toutes chances d’avoir servi à la vinification. Si cette interprétation est juste, cela signifierait que, dès les débuts de la *villa*, le domaine fut en partie consacré à la culture de la vigne et que, dans cette seconde moitié du I^{er} siècle de notre ère, on vinifiait dans les *villae* de l’Alentejo selon des techniques italiennes. D’autres *villae* viticoles sont probablement attestées par des celliers à *dolia*, voire par des accumulations de fragments de *dolia*. La *villa* de Tralhariz, Quinta da Ribeira (région de Bragança) comportait plusieurs *dolia*. Le site de Canelas do Douro, Alto da Fonte do Milho (région de Vila Real) possédait un fouloir-pressoir et des *dolia* dont certains portent des inscriptions peintes ⁽¹⁵⁾ (fig. 8). Dans la grande *villa* de Quinta de Marim (Olhão, région de Faro), trois *dolia* étaient encastrés dans un pavement (Santos Rocha 1895). Ces témoignages sont encore trop imprécis quant au nombre et la contenance des *dolia* et, sauf à São Cucufate, trop mal datés pour tirer des conclusions. Mais on peut émettre l’hypothèse qu’il s’agit d’installations viticoles des I^{er} et II^e siècles de notre ère⁽¹⁶⁾.

⁽¹⁵⁾ Sur Tralhariz, Quinta da Ribeira, nous ne possédons qu’une description sommaire de Severo (1900, p. 396) qui mentionne au moins six *dolia* qu’il attribue à un cellier. Sur Canelas do Douro, voir Russell Cortez 1949 et 1951, p. 66-71, ainsi que Gorges 1979, p. 457-458 et Alarcão 1988, II, 1, p. 29, n.° 1/494. Dans une *villa* fortifiée occupée du I^{er} au V^e siècle de notre ère, se trouvent un complexe thermal et des bâtiments agricoles, notamment une installation viticole. Elle comprenait un fouloir dont le fond était formé de deux dalles fortement inclinées vers un déversoir et limité par des murettes, ou plutôt des planches fixées dans des rainures. On pressait sur ces mêmes dalles à l’aide d’un levier qui était ancré dans un massif maçonné au nord et dont le guidage était assuré par deux montants de pierre fixés dans le mur nord du fouloir (fig. 8). Le moût se déversait dans un réceptacle qui en fait devait contenir un baquet de transport en bois analogue à celui qui est représenté sur la mosaïque des vendanges de Mérida. Le cellier dont ne subsistaient que trois fonds de *dolia in situ* s’étendait au sud du fouloir.

⁽¹⁶⁾ Un ensemble de pressurage attribué à la vinification a été récemment fouillé dans la *villa* de Las Musas (Arellano, en Navarre). Il comporte deux aires de presse, deux cuves et un vaste cellier. Ce dernier, divisé en deux nefs par une file de pilier),

Le cas de São Cucufate est plein d'enseignements quant à l'évolution de la vinification dans l'Alentejo au II^e siècle. Sous le règne d'Hadrien, une nouvelle *villa* fut construite qui, tout en intégrant les structures anciennes, accroissait considérablement les surfaces bâties: construction d'un péristyle, des thermes, de logements pour le personnel et d'installations agricoles. Parmi celles-ci, on trouve un pressoir doté de deux presses à levier, se déversant dans une cuve latérale à l'est (Alarcão, Etienne & Mayet 1990, p. 81-82) (fig. 6). Des amas de pépins de raisins ont été trouvés dans la fosse des contrepoids; cet indice précieux sur la nature de la production semble trouver confirmation grâce à l'étude des structures bâties: les deux cuves situées en bout du pressoir, au nord, ne peuvent avoir fonctionné avec ce dernier, car leur fond est pratiquement au même niveau que celui du pressoir. Il faut donc imaginer qu'elles recueillaient un liquide provenant d'un fouloir situé au nord et à un niveau plus élevé (un mètre environ); l'arasement des vestiges a dû le faire disparaître. On pourrait donc reconstituer une séquence complète de vinification: fouloir surélevé, deux cuveaux de recueil, deux pressoirs en contrebas et un cuveau de recueil du vin de presse. Une telle installation suppose une production relativement importante de vin, mais il faut donc repérer le lieu où l'on faisait fermenter le moût. Au nord des pressoirs se situe un entrepôt (n.º 1) dont la toiture était soutenue par un pilier central (fig.7). Cette pièce, qui a été trouvée vide à l'exception de foyers aménagés relativement tardifs, pourrait avoir abrité soit des *dolia defossa*, soit des foudres de bois dans lesquels on vinifiait ⁽¹⁷⁾. Si cette dernière hypothèse était retenue, on assisterait au

mesure 28 m par 7,10 m et contenait 34 *dolia* retrouvés vides et, pour une part, retournés (Mesquiriz 1993). L'installation est datée du I^{er} siècle et semble avoir fonctionné jusqu'à la fin du III^e siècle, époque où ce secteur de la *villa* a été incendié. Si l'attribution de l'installation est confirmée (une base de moulin à huile a été également trouvée dans le cellier), cela signifierait qu'en Navarre aussi on vinifiait dans des *dolia* au Haut-Empire.

⁽¹⁷⁾ Alarcão, Etienne & Mayet 1990, 80. De nombreux fragments de *dolia* et de couvercles ont été découverts dans cette zone, mais aucun n'était pas en place. Les *dolia* étaient-ils enterrés dans l'entrepôt 1 et auraient-ils été extraits seulement au Bas-Empire pour être remplacés par des tonneaux ? Ou bien sont-ils issus de l'arasement des *dolia* du "couloir" 10? Contre la première hypothèse, on remarquera que les fouilleurs n'ont pas retrouvé de logements creusés dans le substrat. Mais il faut reconnaître que le bâtiment était très arasé et que dans l'angle sud-est, mieux conservé, ils ont découvert un amas significatif de fragments.

passage, dès le début du II^e siècle, d'une vinification de type italique, en *dolia*, à une vinification en foudres, clairement influencée par les techniques celtiques.

Une autre grande *villa* largement dégagée mérite un bref examen: celle de Torre de Palma, à Monforte. Dans une récente publication, S. Maloney et J. Haie réexaminent ce gisement anciennement fouillé par M. Heleno à la lumière des recherches conduites par l'Université de Louisville (Kentucky, USA) (Maloney et Haie 1996). La site a connu six phases principales de construction entre le milieu du I^{er} siècle (état I) et le Moyen-Age (état VI). Au cours de l'état II, vers la fin du I^{er} siècle ou au début du II^e siècle, on édifia une vaste ferme comportant une maison de maître, des thermes et des bâtiments d'exploitation et de logement de la main d'oeuvre disposés autour de deux cours. La *villa* semble alors produire essentiellement des céréales stockées dans des greniers dont les sous-sols sont renforcés de longuerines. Dans la seconde moitié du III^e siècle et/ou au début du IV^e siècle, les anciens bâtiments sont totalement transformés: une nouvelle *pars urbana* est construite, très vaste, centrée sur un péristyle et ornée de superbes mosaïques. Les bâtiments agricoles sont alors remodelés et, à proximité immédiate de la nouvelle *pars urbana* et de l'ancienne maison du maître, dans une cour, on bâtit un ensemble de bassins enduits de béton de tuileau que M. Heleno avait identifié comme un lavoir. S. Maloney et J. Haie proposent d'attribuer ces ruines à une installation viticole sur la base de comparaisons avec des installations du XIX^e siècle. Il est à craindre toutefois que l'on ne puisse pas utiliser ces vestiges pour notre propos, car, si le plan publié peut faire penser effectivement à un grand fouloir se déversant dans deux cuves de recueil, un examen des vestiges en place montre que les niveaux de sols sont quasiment horizontaux et qu'il est impossible d'utiliser cette installation pour produire du vin de la façon dont procédaient les anciens (voir Palladius, I, XVIII, 1, par exemple). En revanche, il pourrait s'agir de réservoirs d'eau dont l'emplacement, au contact de la maison de maître, serait plus adapté qu'une cuverie génératrice de nuisances.

Toutes les transformations des produits agricoles n'étaient pas concentrées dans les campagnes: une partie était réalisée dans les villes par de modestes propriétaires. A Conimbriga, un fouloir à vin a été mis au jour dans l'Insula du Vase Phallique (Alarcão & Etienne 1977, p. 161) (fig. 9). La datation de cette structure est large, entre le II^e et le V^{ème} siècle, mais elle est très caractéristique. Les raisins étaient

déversés dans le fouloir qui mesure 2,90 m de long par 1,70 m de large; ils étaient foulés au pied et le moût s'écoulait dans le cuveau (1 m x 0,90 m x 0,70 m) qui avait une contenance utile de 600 litres environ. La vinification s'opérait dans des récipients qui n'ont pas été retrouvés. Il est possible que, là aussi, on ait utilisé des foudres de bois qui n'auraient pas laissé de trace. De même, un contrepoids de pressoir a été découvert dans les fouilles anciennes; on ne peut l'attribuer à l'huile ou au vin mais il témoigne d'activités de transformations agricoles dans la ville même, comme cela est connu en bien des endroits (*Volubilis*, *Munigua*, etc...) (Alarcão 1977, p. 79).

Pour cette période, on ne connaît pas de pressoir attribuable avec certitude à l'extraction de l'huile. Les mêmes appareils étaient utilisés pour les deux produits et il faut disposer d'installations complètes et bien conservées pour pouvoir discriminer les deux productions. Pour tenter d'estimer la place de la production locale, il faut prendre en compte les traces d'importation.

U évolution des pressoirs

L'évolution technique des pressoirs est relativement bien connue dans l'ensemble de l'Empire et il semble que la Péninsule Ibérique ait été plus ouverte aux progrès que d'autres provinces comme l'Afrique. Au Haut-Empire, tant pour l'huile que pour le vin, on utilisait généralement des pressoirs à levier et câbles. Ce type de pressoir utilise un long tronc d'arbre très lourd que l'on actionne avec des câbles de cuir manoeuvré à l'aide d'un treuil fixé à un gros bloc de pierre parallélépipédique. Des blocs hors contexte de ce type ont été signalés à plusieurs reprises, notamment à Pedrões, Santiago (région de Setúbal: Faria & Ferreira 1986, p. 50), mais seul celui de la *villa* de Freiria (Cascais) a été retrouvé *in situ*. Les fouilles en cours, conduites par G. Cardoso et J. d'Encarnação, ont dégagé la *pars urbana* décorée de mosaïques, des thermes et la *pars rustica* comportant un grenier et une installation de pressurage qui comprend un pressoir et deux cuves (fig. 10 et 11). A l'extrémité de la presse se trouve une fosse approximativement carrée dans laquelle se trouve un contrepoids parallélépipédique en pierre creusé de deux encoches latérales en queue d'aronde et d'une rainure axiale sur la face supérieure. Ces logements recevaient des montants de bois latéraux maintenus ensemble par une tringle horizontale et servant

à fixer le rouleau d'un treuil que l'on actionnait avec des barres de bois. Le levier du pressoir (*leprelum*) était manoeuvré à l'aide de câbles enroulés autour du treuil. Le marc de raisin ou les olives écrasées étaient pressés sur un sol de béton de tuileau (*opus signinum*) recouvrant un affleurement de rocher aplani. Le liquide extrait était dirigé vers des cuves disposées latéralement et enduites de béton de tuileau. Elles comportaient des boudins d'étanchéité aux angles et un (ou deux) puisard pour recueillir les restes de liquide lors des vidanges ou nettoyages. L'état actuel des recherches ne permet pas de déterminer avec certitude si cette installation servait au pressurage de P huile ou du vin. Peut-être la découverte d'éléments caractéristiques comme une meule à huile ou des macrorestes significatifs permettra de trancher la question; la présence de deux ensembles de petites cuves est toutefois un indice en faveur de l'huile ⁽¹⁸⁾.

Le remplacement de ces pressoirs à câbles, peu pratiques et relativement dangereux par des pressoirs à vis est une question encore débattue (Brun 1993A). Les premières attestations de pressoirs à vis remontent à la fin du I^{er} siècle avant J.-C. et se diffusent, en Italie au moins, au cours du I^{er} siècle de notre ère. En Narbonnaise, ce n'est pas avant la fin du II^e siècle qu'ils remplacent les pressoirs à câbles. En Afrique, il semble que l'on n'ait jamais utilisé des pressoirs à vis même à l'époque byzantine, mais en Maurétanie Tingitane, à Volubilis notamment, on décèle le changement au cours du II^e siècle (Akerraz & Lenoir 1981-1982). Dans la Péninsule Ibérique, les pressoirs à vis sont omniprésents au Bas-Empire, mais quand font-ils leur apparition? Une huilerie mise au jour dans les fouilles de Munigua (région de Sevilla) est datée de la première moitié du I^{er} siècle de notre ère et elle est dotée d'un pressoir à levier et vis (Hanel 1989). Dans la *villa* de São Cucufate, les deux contrepoids de pressoir à vis sont attribués à la phase II, celle de l'édification d'une nouvelle *villa* à péristyle au cours du second quart du II^e siècle (Alarcão, Etienne & Mayet 1990, p. 81-82), mais il faut toutefois rester prudent car les pressoirs ont continué de fonctionner au IV^e siècle et on a pu alors effectuer des transformations, l'adaptation de vis et le remplacement des contrepoids par exemple, sans que cela laisse forcément des traces datables. Dans la majorité des cas, en effet, les contrepoids cylindriques de vis sont en relation avec les états tardifs des *villae*. En

(18) Le seul indice que Ton peut éventuellement utiliser est la présence d'un cercle de pierres, en grande partie détruit et situé dans la salle des cuves : s'agit-il des vestiges du socle d'un moulin à huile? (Fig. 11 en bas).

tout état de cause, les débuts de ces transformations semblent anciens et dès les I^{er} et II^e siècles, certaines installations sont dotés de pressoirs dernier cri. Ces nouveaux pressoirs employaient des vis de fort diamètre assujettis à des contrepoids de pierre cylindriques. La vis traversait l'extrémité du *prelum* et s'engageait dans un écrou fixé au dessus du levier. La vis était maintenue dans un logement grâce à une gorge enserrée par deux demi-plateaux solidement fixés dans le bloc de pierre par des tenons en queue d'aronde et de crochets de fer.

Si l'on connaît relativement bien le système de manoeuvre des pressoirs lusitaniens, pour l'essentiel des vis assujetties à des contrepoids, on ne sait quasiment rien de leur mode d'ancrage. Le pressoir de Sobões da Mina (Bensafrim dans l'Algarve), mal daté, offre un bon exemple d'appareil rupestre dont le levier est encastré dans une paroi rocheuse (Santos Rocha 1896). Une mortaise permet de glisser une aiguille afin de régler la hauteur de la poutre servant de levier (fig.12). La forme et la profondeur du cuveau rectangulaire où s'exerçait le pressurage paraissent indiquer qu'il servait aussi de fouloir: on aurait donc là un appareil vinaire.

A Fonte do Milho, un massif arasé situé au nord du pressoir devait servir de massif d'ancrage; en revanche, le système de manoeuvre est inconnu. Ailleurs, on en est réduit aux interrogations: en l'absence de bloc d'ancrage de jumelles, on se résoud, faute de mieux, à supposer un ancrage dans une niche murale, tant à São Cucufate, à Torre de Palma, qu'à Monte do Meio (fig. 13).

2.3. *Au Bas-Empire*

Les IV^e et V^e siècles de notre ère sont marqués par un extraordinaire essor de la vie rurale. La Péninsule Ibérique se couvre de *villae* très vastes, luxueuses, décorées de mosaïques, centres de vastes domaines agricoles. Toutes ces exploitations cultivaient des céréales, la plupart s'adonnaient à l'élevage ovin, porcin et bovin et certaines à l'élevage des chevaux (notamment la *villa* de Torre de Palma). Une grande majorité d'entre elles possédaient également des olivettes et des vignobles, mais notre appréciation de l'ampleur de ces cultures est obérée par le manque de données fiables. La plupart de sites de *villae* n'ont pas encore livré de témoignage de ces productions et lorsqu'on a trouvé des blocs caractéristiques comme les contrepoids des pressoirs,

ils sont le plus souvent mal datés et mal décrits dans les publications anciennes, comme à Fontão (Lavra), à Vale de Prazeres, Torre dos Namorados (Castelo Branco), à Beira, Tapada do Garrianchos (Portalegre), à Meada, à Tapada Grande, à Alvega, Vale de Cano, Nossa Senhora de Tourega (Évora), à Cardigos, A Moradeira ou à Mexilhoeira Grande, Abicada, à Monte do Poço Seco (Faro)⁽¹⁹⁾. Parfois, la forme des contrepoids est connue: elle est cylindrique à Monte do Meio (Beja: Viana 1957, p. 37), à Pisões (Beja: Ribeiro 1972, pi. 2 montre trois contrepoids de vis cylindriques) ou à Orzalão (Torrão, Setúbal: Faria & Ferreira 1986, p. 51).

Un pressoir à vis de cette époque a été mis au jour dans la *villa* de Monte do Meio (Viana 1957, p. 37-40). Il était installé dans une ancienne salle d'apparat décorée d'une mosaïque et doit être rapporté au plus tôt à la fin du IV^e siècle. Un petit bassin bétonné en forme de fond de *dolium* est placé entre la salle de presse et le contrepoids cylindrique du pressoir: il pourrait s'agir d'une cuve de recueil d'huile, mais elle peut aussi bien n'avoir aucun rapport avec l'installation (fig. 13). Les vestiges ne sont pas assez bien décrits et le plan trop incomplet pour que l'on puisse proposer une interprétation assurée. C'est aussi le cas de la *villa* de Santa Vitória do Ameixial: un ensemble de trois pièces a été interprété comme une installation de pressurage à huile par Chaves (1956, p. 73-75). Elles comportaient des sols en béton de tuileau et la pièce médiane (D) possédait une cuve (2,76 m de long, 0,96 m de large et 0,21 m de profondeur). La pièce E, profonde de 0,70 m, comportait une cupule d'un diamètre de 0,40m, dont Chaves fait un support dans lequel tournait la vis du pressoir. Là encore la description et le plan (fig. 14) sont insuffisants pour se prononcer. Outre le fait que ces constructions ne sont pas précisément datées, elles ne présentent aucune disposition permettant de les interpréter comme des aires de presse. Il est possible qu'il s'agisse en fait de cuves partiellement arasées: l'espace E serait alors classiquement pourvu d'une cupule de nettoyage et la faible profondeur de la cuve Db trouverait une explication. Dans cette hypothèse, il faudrait restituer des pressoirs à l'est entre le mur A et le mur H. Leur sol ayant été totalement détruit, n'en subsisteraient que les fondations. Aller plus loin, notamment à propos de la détermination du produit traité, serait hasardeux.

(19) Pour tous ces sites, je renvoie à la somme de J. de Alarcão, *Roman Portugal*, *Gazeteer* 1988, *sub nomine*.

Dans quelques cas privilégiés, on peut préciser la destination des installations comme à Estoi (Milreu), à Torre de Palma (Monforte) et à São Cucufate (Vila de Frades). Dans la *villa* d'Estoi à Milreu (Hanel 1989), l'installation viticole comprend un fouloir, un pressoir et des cuves de recueil, mais on ne connaît pas le mode de vinification.

A Torre de Palma, les vestiges agricoles situés à l'ouest de la grande cour précédant la demeure aristocratique du Bas-Empire, comprennent un pressoir, deux ou peut-être trois cuves et un vaste entrepôt que Maloney & Hale (1996) attribuent à leur phase IV, datée du troisième quart du IV^e siècle. Qualifiée d'huilerie à la suite des premières fouilles de M. Heleno, cette installation doit vraisemblablement être attribuée au vin contrairement à ce que proposent Oliveira (1967) et Maloney & Hale (1996, p. 292). Il faut tenter de le démontrer:

- l'installation ne comporte pas de moulin, ni de meule;
- la plateforme du pressoir est vaste; il y aurait la place pour installer deux pressoirs à leviers, mais il n'y a qu'un contrepoids;
- un fond de petite jarre est inséré dans le sol du pressoir (Oliveira 1967, fig. 2): son emplacement pourrait faire penser que l'on a affaire à un pressoir à huile: un tel aménagement se conçoit lorsqu'on a besoin de récupérer l'huile de première pression avant d'envoyer l'huile et l'eau chaude de seconde pression dans des cuves plus grandes où s'effectuera la décantation. Toutefois cet indice n'est pas dirimant, car certains pressoirs à vin des environs de Pompéi sont équipés de petits *dolia* bâtis dans leur pavement et connectés avec le sol de la presse par un canal (*villa* della Pisanella par exemple: Pasqui 1897, p. 468);
- les cuves de recueil sont grandes, mais ce n'est pas non plus un critère de discrimination (Brun 1993B);
- elles sont construites dans un vaste entrepôt mesurant environ 43 m de longueur par 14 m de largeur et rythmé par des piliers qui délimitent une allée centrale et vingt compartiments (fig. 16). Cet entrepôt a été ultérieurement cloisonné et transformé en pièces d'habitation (phase V: V-VIP siècles), mais il est évident que, au cours de la phase productive, il était libre de tout aménagement bâti.

Ce type de grand hangar, rythmé par des piliers et comportant des cuves, est connu en Italie (*villa* de Russi: Corlaita Scagliarmi 1975) et en Narbonnaise (*villa* de Saint-Barthélémy de Montgey, Tarn: Passelac 1986). Ils semblent caractéristiques d'installations viticoles où l'on

vinifiait non dans des jarres de terre-cuite, mais dans des vaisseaux de bois. La *villa* de Russi est située dans la région de Ravenne, dans cette Cisalpine de peuplement gaulois où, selon Strabon, la vinification était conduite dans de grands foudres.

On peut interpréter ces observations dans le cadre d'une production de vin d'autant plus que la culture de la vigne est attestée par la découverte de serpettes de vigneron (Alves 1989, p. 94). Grâce à une ouverture pratiquée dans le mur nord du pressoir, le raisin était déversé dans la partie nord de la plateforme qui servait de fouloir. Le moût pouvait s'écouler dans l'une ou l'autre des cuves. Lorsque le raisin était assez foulé, on le pressurait immédiatement et le jus s'écoulait dans une des cuves. L'intérêt de posséder plusieurs cuves de recueil du moût résidait dans la possibilité de vider l'une pendant que l'on utilisait l'autre et éventuellement de séparer les jus issus du foulage de ceux extraits à la presse. On sait que les jus de presse n'ont pas la même composition que les moûts tirés du foulage et que Pline recommandait notamment de ne pas mêler aux autres le jus provenant du marc de deuxième serre ⁽²⁰⁾. Le moût était ensuite transvasé des cuves dans des récipients pour que la fermentation puisse s'effectuer. Le grand hangar était susceptible de loger vingt foudres. En laissant un espace de circulation autour des piliers, on pourrait restituer des foudres mesurant 1,80 m de diamètre et 3,40 m de longueur, soit d'une capacité moyenne de 85 hl, ce qui donnerait une capacité théorique de production maximale de 1700 hl. Pour relativiser ce chiffre, il faut le comparer à ceux obtenus dans les domaines viticoles d'Italie et de Narbonnaise (voir, en dernier lieu, Tchernia 1995). Les *villae* italiennes ont des capacités de vinification variant de 100 hl (*villa* Regina) à 792 hl (*villa* de la Pisanella) et à 880/1100 hl (*villa* de Settefinestre). Il faut aller dans la province de Narbonnaise pour dépasser ces chiffres: la *villa* de Cavalaire (Var) présentait des capacités de production pouvant atteindre 1700 hl, celle de La Roquebrussanne (Var) 1020 hl, celle de Donzères (Drôme) 2500/3000 hl et celle de Rians (Var) au moins autant (Brun & Congés 1994). A. Tchernia retient une fourchette de rendement comprise entre 35 hl et 60 hl à l'hectare au maximum. Les plus grands de ces domaines

⁽²⁰⁾ Vairon *R. R.* I, 54, 3: "Lorsque le marc sous le pressoir a cessé de s'écouler, certains coupent tout ce qui dépasse et le pressent à nouveau et après ce nouveau pressurage obtiennent ce qu'on appelle le vin de rognure et le conservent à part car il a un goût de fer".

pouvaient donc posséder entre 40 et 80 hectares de vignes. Si l'on applique les mêmes ratios à Torre de Palma, il faudrait estimer que le vignoble couvrait entre 30 et 50 hectares.

A São Cucufate, les fouilleurs n'ont décelé aucun changement dans la zone des pressoirs au cours du Bas-Empire. Plus au sud, toutefois, un vaste entrepôt fut alors construit. Il s'agit d'un bâtiment large de 12 m et dont la longueur excède 20 m; l'évolution de son plan n'est pas claire, mais il semble bien que, primitivement, il ait été divisé en deux nefs par une série de piliers axiaux. Là encore, il pourrait s'agir d'un vaste chai à vin abritant des foudres qui, dans un second temps aurait été cloisonné et transformé en pièces à usages indéterminées.

Comme pour le Haut-Empire, la production d'huile reste mal connue (on ne peut que lui attribuer, sous toutes réserves, que l'installation de Monte do Meio). Cette anomalie tient certainement au manque de prospection systématique et à la rareté des dégagements des parties agricoles. En effet, les vestiges les plus caractéristiques de la production de P huile, les meules et les moulins, ont tendance à disparaître plus aisément que ceux des pressoirs, plus encombrants et peu réutilisables (Brun 1993B). Gageons que l'intérêt suscité par les productions agricoles et la vie économique amènera sous peu une documentation renouvelée sur ce sujet.

Il reste qu'il faut se poser la question de l'existence de régions de production spécialisée et celle des débouchés commerciaux. L'état actuel de la documentation privilégie l'Alentejo comme grande région viticole dès le Haut-Empire, mais il existe quelques sites de production dans la vallée du Douro et il est possible que cette région soit sous représentée dans la documentation. Pour l'huile, on manque encore de données pour se prononcer. Quant aux débouchés, une vaste enquête reste à mener d'une part pour tenter de trouver les lieux de consommation des amphores Lusitaniennes ³ qui ont dû souvent être confondues dans les publications avec des amphores gauloises ⁴ ou Dressel 30. Si notre hypothèse de vinification en foudres est exacte, il en découle que la majorité du vin produit à partir du II^e siècle dut être commercialisé en tonneaux. On buterait alors sur une des limites des sources archéologiques, la conservation des documents; à moins de découvrir de nouvelles sources écrites, la question de la diffusion du vin lusitanien depuis les Antonins jusqu'au Bas-Empire a toutes chances de rester insoluble.

BIBLIOGRAPHIE

- AKERRAZ (A.), LENOIR (M.) — Les huileries de Volubilis, *Bulletin d'archéologie marocaine*, XIV, 1981-1982, p. 69-120.
- ALARCÃO (J. de) — *A vida rural no Alentejo na época romana*. Coimbra, 1974.
- ALARCÃO (J. de), ETIENNE (R.) — *Fouilles de Conimbriga. I. L'architecture*. Paris, De Boccard, 1977.
- ALARCÃO (J.) — Les amphores, in: Alarcão (J.), Etienne (R.) — *Fouilles de Conimbriga VI*. Paris, De Boccard, 1977, p. 79-91.
- ALARCÃO (J. de) — *Portugal romano*. Lisboa, Verbo, 1983.
- ALARCÃO (J. de) — *Roman Portugal*, Warminster, Aris & Phillips, 1988. (vol I, Introduction; vol II, Gazetteer: 1, Porto, Bragança & Viseu; 2, Coimbra & Lisboa; 3, Évora, Faro & Lagos).
- ALARCÃO (J. de), ETIENNE (R.), MAYET (F.) (dir.) — *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris, De Boccard, 1990.
- ALFENIM (R.), LOPES (C.) — La villa romaine de Monte da Cegonha, *Les dossiers d'archéologie* n.º 198, Le Portugal, Novembre 1994, p. 64-67.
- ALVES (Fr.) (dir.) — *Le Portugal, des origines à l'époque romaine*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1989.
- BRUN (J.-?) — *L'oléiculture antique en Provence, Les huileries du département du Var*. 15^{ème} Supplément à la Revue archéologique de Narbonnaise. Paris, CNRS, 1986.
- BRUN (J.-P.) — Les innovations techniques et leur diffusion dans les pressoirs, in: Amouretti (M.-C.) & Brun (J.-P.) (éds.) — *La production du vin et de l'huile en Méditerranée*. Supplément au B. C. H. Athènes, 1993A, p. 539-550.
- BRUN (J.-P.) — La discrimination entre les installations oléicoles et vinicoles, in: Amouretti (M.-C.) & Brun (J.-P.) (éds.) — *La production du vin et de l'huile en Méditerranée*. Supplément au B. C. H. Athènes, 1993B, p. 511-537.
- BRUN (J.-P.) & CONGÈS (G.) — La villa viticole romaine des Toulons (Rians, Var), *Annales de la Société des sciences naturelles et d'archéologie de Toulon et du Var*, 1994, p. 219-241.
- CARDOSO (G.) — O forno de ânforas de Muge, in: Alarcão (A.), Mayet (F.) — *As ânforas lusitanas /Les amphores lusitaniennes*. Conimbriga, Museu, 1990, p. 153-166.
- CARDOSO (G.), ENCARNAÇÃO (J. d') — A villa romana de Freiria e o seu enquadramento rural, *Studia Historica, Historia Antigua* (Salamanca), X-XI, 1992-1993, p. 203-217.
- CARDOSO (G.), ENCARNAÇÃO (J. d') — 10.^a campanha na villa romana de Freiria (Cascais), *Al-madan*, 4, 1995, p. 167.
- CHAVES (L.) — Estudos lusitano-romanos I: A villa luso-romana de Santa Vitoria do Ameixial (Concelho de Estremoz), *O Arqueólogo Português*, XXX, 1956, p. 14-117.
- CORLAITA SCAGLIARINI (D.) — *Russi, la villa romana, la città*. Faenza, Società di Studi Romagnoli, 1975.
- DIOGO (A. M. D.) — Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano, *O Arqueólogo Português*, IV, 1987, p. 179-191.

- DIOGO (A. M. D.), FARIA (J. C. L.) — Fornos de cerâmica romana no vale do Sado: alguns elementos, in: Alarcão (A.), Mayet (F.) — *As ânforas lusitanas/Les amphores lusitaniennes*. Conimbriga, Museu, 1990, p. 173-186.
- DIOGO (A. M. D.), ALVES (F.) — Ânforas lusitano-romanas provenientes do meio fluvial, *O Arqueólogo Português*, IV, 6/7, 1988-1989, p. 227-240.
- ENCARNAÇÃO (J. d') — *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 1984.
- FABIÃO (C.) — Sobre a tipologia das ânforas da Lusitânia, in: Filipe (Gr.), Raposo (J. M. C.) — *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa, Dom Quixote, 1996, p. 371-390.
- FABIÃO (C.), CARVALHO (A.) — Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva, in: Alarcão (A.), Mayet (F.) — *As ânforas lusitanas/Les amphores lusitaniennes*. Conimbriga, Museu, 1990, p. 37-63.
- FABIÃO (C.) — O azeite da Bética na Lusitânia, *Conimbriga*, XXXII-XXXIII, 1993-1994, p. 219-245.
- FREJEIRO (A. B.) — *Mosaicos romanos de Merida, Corpus de mosaicos romanos de España*, fase 1. Madrid, 1978.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ (J.) — Nueva inscripción de un *diffusor olearius* en la Betica, in: *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad, Segundo congreso internacional, Sevilla, 1982*. Madrid: Universidad Complutense, 1983, p. 183-191.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ (J.) — *Corpus de inscripciones latinas de Andalucía*, 2, Sevilla, 1991.
- GORGES (J.-G.) — *Les villas hispano-romaines: Inventaire et problématique archéologiques*. Paris, De Boccard, 1979.
- GORGES (J.-G.) — Villas romaines de Lusitanie, *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, 46-47, 1987, p. 149-170.
- GORGES (J.-G.) — Villes et villas de Lusitanie: Intéractions, échanges, autonomies, in: *Les villes de Lusitanie romaine*. Paris, CNRS, 1990, p. 91-113.
- HANEL (N.) — Römische Öl- und Weinproduktion auf der Iberischen Halbinsel am Beispiel von Munigua und Milreu, *Madriider Mitteilungen*, 30, 1989, p. 204-238.
- JULIA (D.) — Les monuments funéraires en forme de demi-cylindres en Tarraconnaise, *Mélanges de la Casa de Velásquez*, I, 1965, p. 29-54.
- LEENWARDEN (W. V.), JANSSEN (C. R.) — A preliminary palynological study of peat deposits near an oppidum in the Lower Tagus Valley, Portugal, *Actas da Reunião do Quaternário Ibérico*, II, 1985, p. 225-236.
- LEVEAU (P.), HEINZ (C.), LAVAL (H.), MARINVAL (P.), MEDUS (J.) — Les origines de l'oléiculture en Gaule du Sud. Données historiques, archéologiques et botaniques, *Revue d'Archéométrie*, 15, 1991, p. 83-94.
- LEVEAU (PH.), SILLIÈRES (P.), VALLAT (J.-P.) — *Campagnes de la Méditerranée romaine*. Paris, Hachette, 1993.
- LIMA (J. F.) — Aspectos da romanização no território português de Bética, *O Arqueólogo Português*, 2, 1, 1951, p. 171-211.
- MALONEY (ST. J.), HALE (J. R.) — The villa of Torre de Palma (Alto Alentejo), *Journal of Roman Archaeology*, 9, 1996, p. 275-294.

- MANTAS (V. G.) — As cidades marítimas da Lusitânia, in: *Les villes de Lusitanie romaine*. Paris, CNRS, 1990, p. 149-205.
- MATOS (J. L. de) (dir.) — *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Escultura Romana*. Lisboa, 1995.
- MAYET (F.) — Typologie et chronologie des amphores lusitaniennes, in: Alarcão (A.), Mayet (F.) — *As ânforas lusitanas/Les amphores lusitaniennes*. Conimbriga, Museu, 1990, p. 29-35.
- MAYET (F.), TAVARES DA SILVA (e.) — L'établissement phénicien d'Abul (Alcácer do Sal), *Les dossiers d'archéologie* n.º198, Le Portugal, Novembre 1994 (A), p. 22-23.
- MAYET (F.), TAVARES DA SILVA (e.) — Les industries de salaisons de poisson dans la basse vallée du Sado, *Les dossiers d'archéologie* n.º198, Le Portugal, Novembre 1994 (B), p. 68-73.
- MAYET (F.), SCHMITT (A.), TAVARES DA SILVA (e.) — *Les amphores du Sado, Portugal*. Paris, De Boccard, 1996.
- MESQUIRIZ IRUJO (M.-A.) — La villa de las musas (Arellano-Navarra). Estudio previo. *Trabajos de Arqueologia Navarra*, 11, 1993, p. 55-90.
- OLIVEIRA (A. J. S.) — O lagar romano de Palma, *Boletim da Junta de Provinda de Alto Alentejo*, 1958, p. 5-13.
- OLIVEIRA (A. J. S.) — A villa lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte), *Lavoura Portuguesa*, 3-4, Abril 1967, p. 10-18.
- PANCIERA (S.) — Olearii, in: D'Arms (J. H.), Kopff (E. C.) (eds) — *The Seaborne Commerce of Ancient Rome, Studies in Archaeology and History*. Rome, American Academy, 1980, p. 235-250.
- PASQUI (A.) — *La villa pompeiana della Pisanella presso Boscoreale*, in: *Monumenti antichi*, VII, Roma, 1897.
- PASSELAC (M.) — Observations aériennes et sondages sur la villa de Saint-Barthelemy à Montgey (Tarn), in: *Mélanges Labrousse*, 1986, p. 303-321.
- PIMENTA (Fr. C.) — Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra, *Sintria*, I, 1982-1983, p. 117-150.
- PINTO (C. V.), PARREIRA (R.) — Contribuição para o Estudo do Bronze Final e do Ferro a Norte do Estuário do Tejo, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, 1978, p. 147-163.
- PINTO (I. V.), VIEGAS (C.) — Les thermes de la villa romaine de Tourega, *Les dossiers d'archéologie* n.º198, Le Portugal, Novembre 1994, p. 60-63.
- PONTE (M. S.), GUIMARÃES (M.), PESSOA (M.), MARQUES (A. P.) — La production de l'huile et du vin au Portugal durant l'Antiquité et le Moyen-Age in: Amouretti (M.-C.) & Brun (J.-P.) (éds.) — *La production du vin et de l'huile en Méditerranée*. Supplément au B. C. H. Athènes, 1993, p. 413-421.
- RAPOSO (J. M. C.) — Porto dos Cacos: uma oficina de produção des ânforas romanas no vale do Tejo, in: Alarcão (A.), Mayet (F.) — *As ânforas lusitanas /Les amphores lusitaniennes*. Conimbriga, Museu, 1990, p. 117-151.
- RAPOSO (J. M. C.), DUARTE (A. L.) — O forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete), in: Filipe (Gr.), Raposo (J. M. C.) — *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa, Dom Quixote, 1996, p. 249-266.

- RIBEIRO (F. N.) — *A villa luso-romana de Pisões*. Beja, 1972.
- RUSSEL CORTEZ (F.) — As escavações arqueológicas do “castellum” da Fonte do Milho, *Anais do Instituto do Vinho do Porto*, 12, 1951, p. 17-88.
- SANTOS ROCHA (A.) — Antiguidades de Marim, *O Archeologo Português*, I, 1895, p. 113-116.
- SANTOS ROCHA (A.) — Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve, *O Archeologo Português*, II, 1896, p. 65-79.
- SANTOS ROCHA (A.) — Antiguidades romanas das vizinhanças de Nelas, *O Archeologo Português*, III, 1897, p. 81-86.
- SCIALLANO (M.), SIBELLA (P.) — *Amphores, comment les identifier?* Aix, Edisud, 1991.
- SEVERO (R.) — Notícia da estação romana na Quinta da Ribeira em Tralhariz, *Portugalia*, I, 2, 1900, p. 391-398.
- TCHERNIA (A.) — Amphores et marques d'amphores de Bétique à Pompéi et à Stabies, *MEFR*, 1964, p. 419-449.
- TCHERNIA (A.) — *Le vin de VIltalie romaine: Essai d'histoire économique d'après les amphores*. Rome, Ecole française, 1986.
- TCHERNIA (A.) — Les dimensions de quelques vignobles romains, in: *Du Latifundium au Latifondo*. Bordeaux, CNRS, 1995, p. 383-394.
- TEIXEIRA (C.) — Estação romana de Canelas (Poiars da Régua), *Trab. da Soc. Port. de Ant. e Etnol*, IX, 1940, p. 130-135.
- VIANA (A.) — Museu Regional de Beja, Arqueologia de Beja, II, Secção lapidar, *Arquivo de Beja*, II, 1945, p. 97-128 et 321-322.
- VIANA (A.) — Ruínas romanas do Monte do Meio, *Arquivo de Beja*, XI, 1954, p. 13-16.
- VIANA (A.) — Villa romana do Monte do Meio, *Arquivo de Beja*, XVI, 1959, p. 36-43.
- VIANA (A.), FORMOSINHO (J.), FERREIRA (O. Veiga) — De lo prerromano a lo árabe en el museo regional de Lagos, *AEA*, 1953, p. 128-130.
- WHITTAKER (C. R.) — *Les frontières de l'Empire romain*. Paris, Les Belles Lettres, 1989.

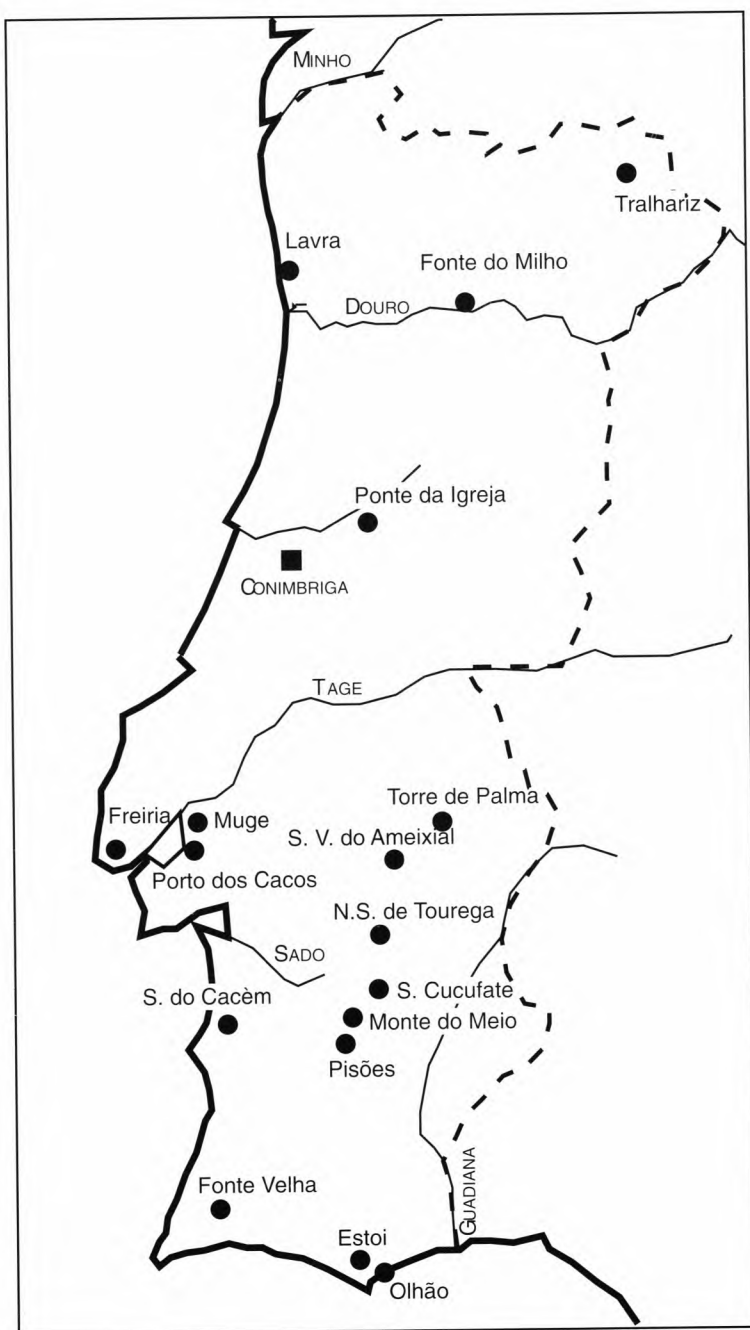


FIG. 1 - Carte des sites mentionnés.

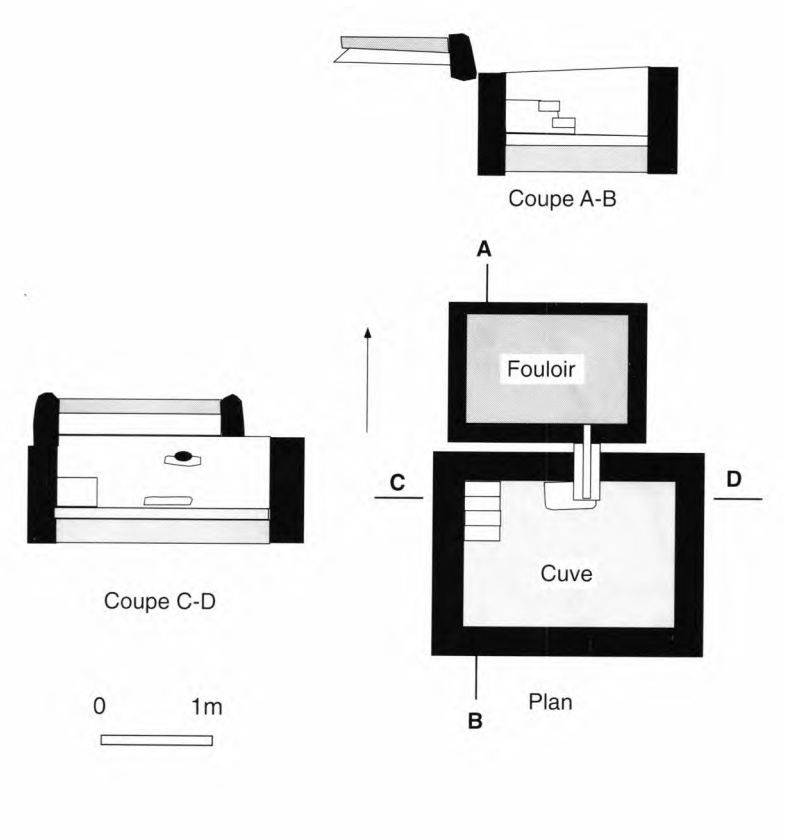


FIG. 2 - Fouloir de Ponte da Igreja, d'après Russell Cortez 1951, fig. 24.

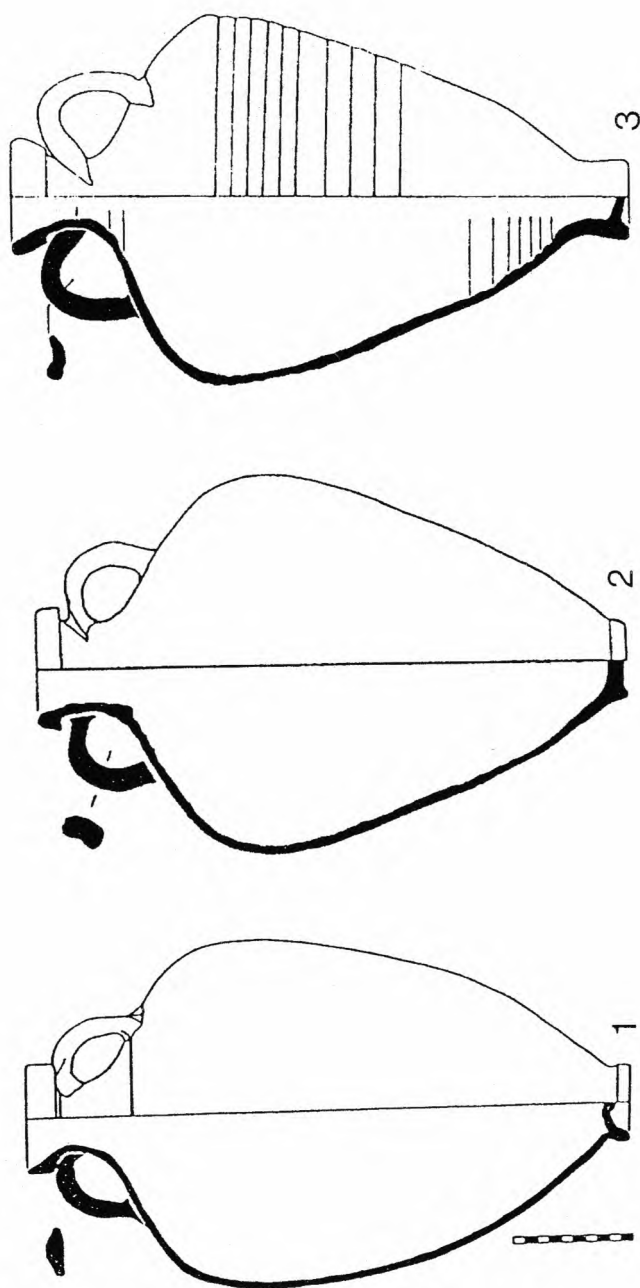


FIG. 3 – Amphores vinaires à fond plat: 1. Lusitanienne 3, d'après Diogo 1987,
 2. Gauloise 4 (de Fos sur Mer), 3. Dressel 30 (de Bérénice, Lybie), d'après Sciallano & Sibella 1991.



Fig. 4 – Monument sépulcral en forme de tonneau (Herdade de St.^a Luzia, S. Brissos, Beja). Encarnação 1984 n.º 308.

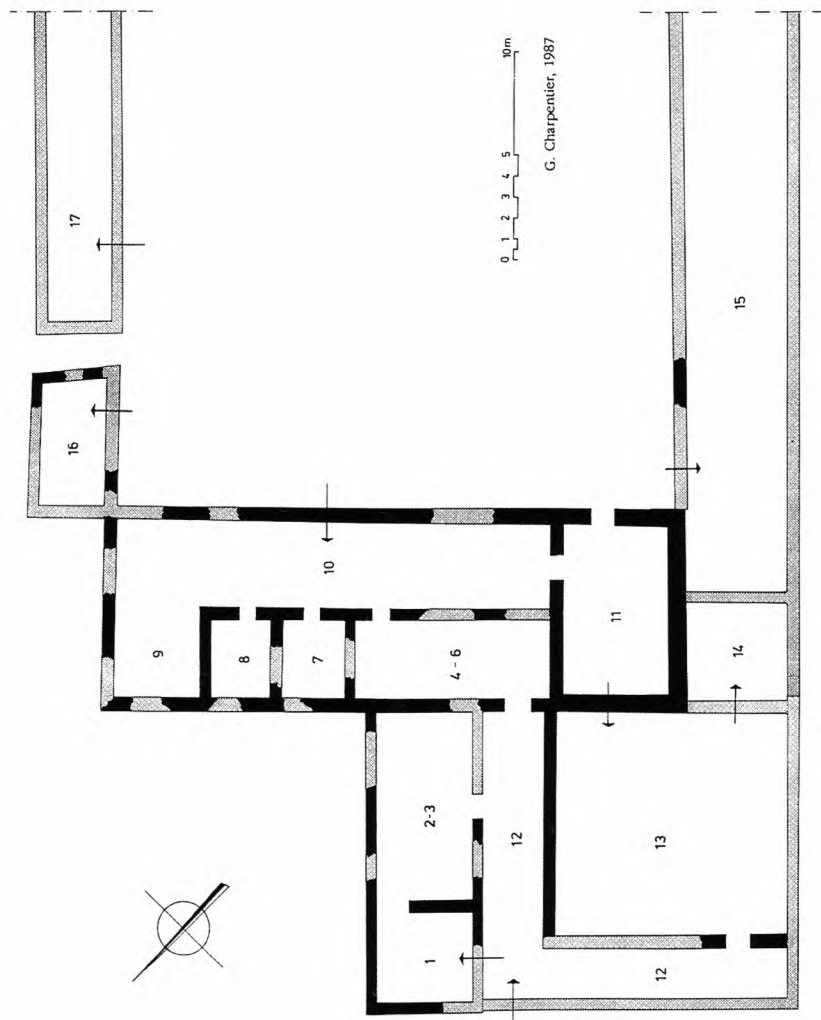


FIG. 5 – Villa I de São Cucufate, d'après Alarcão, Etienne & Mayet 1990, Pl. XLI.

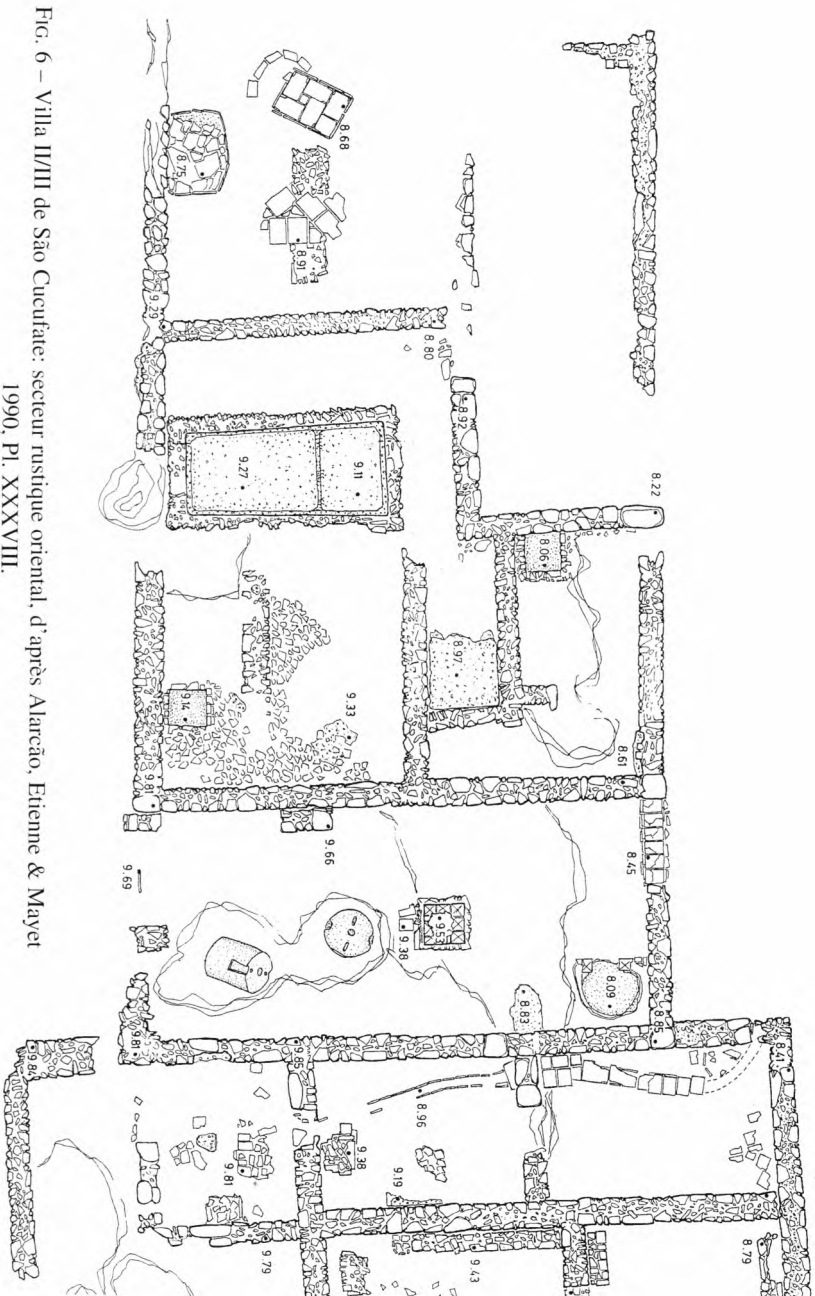


FIG. 6 – Villa II/III de São Cucufate: secteur rustique oriental, d'après Alarcão, Etienne & Mayet 1990, Pl. XXXVIII.



G. Charpentier, 1987

FIG. 7 – Villa III de São Cucufate: secteur rustique oriental, d'après Alarcão, Etienne & Mayet 1990, Pl. L.

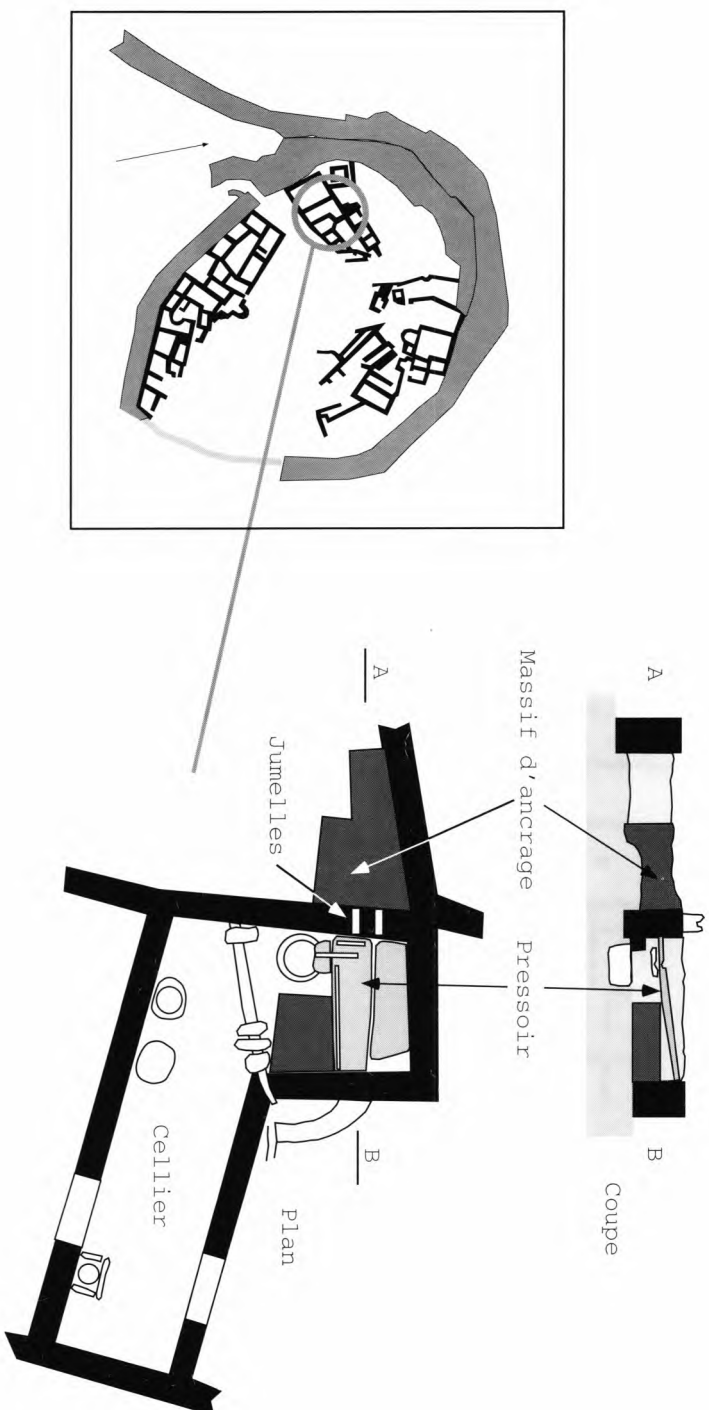


Fig. 8 – Pressoir de Fonte do Milho, d'après Russell Cortez 1951, fig. 22.



FIG. 9 – Fouloir à vin de Conimbriga, d'après Alarcão et Etienne, 1977, Pl. XXXIX.

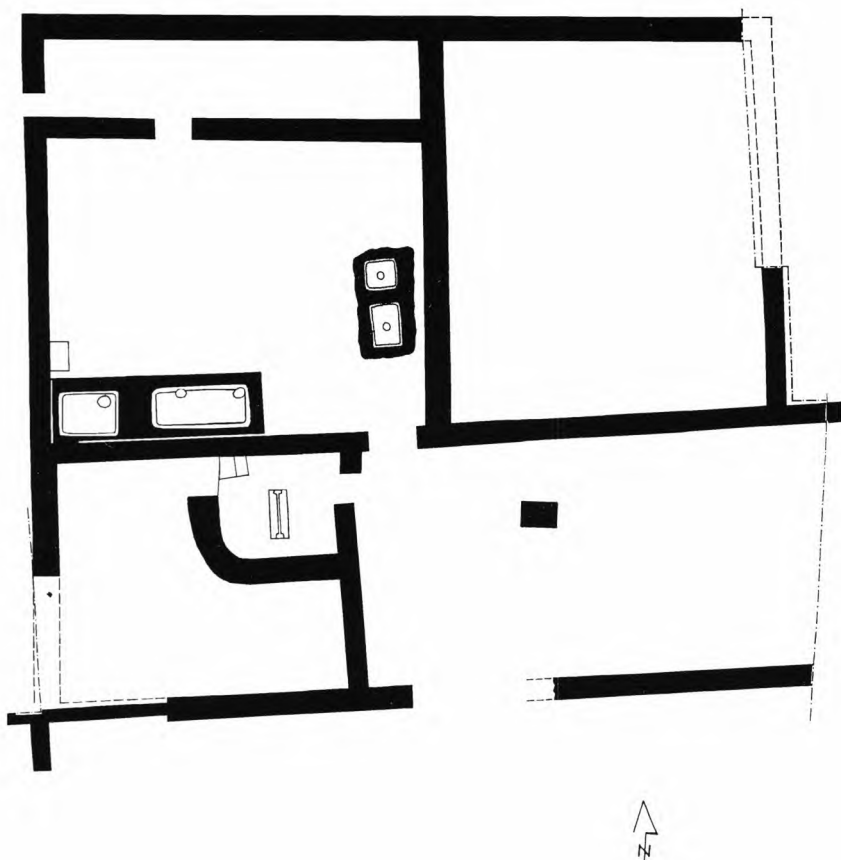


FIG. 10 – Pressoir de la *villa* de Freiria, plan d'après Cardoso & Encarnação.
Esc. 1.200

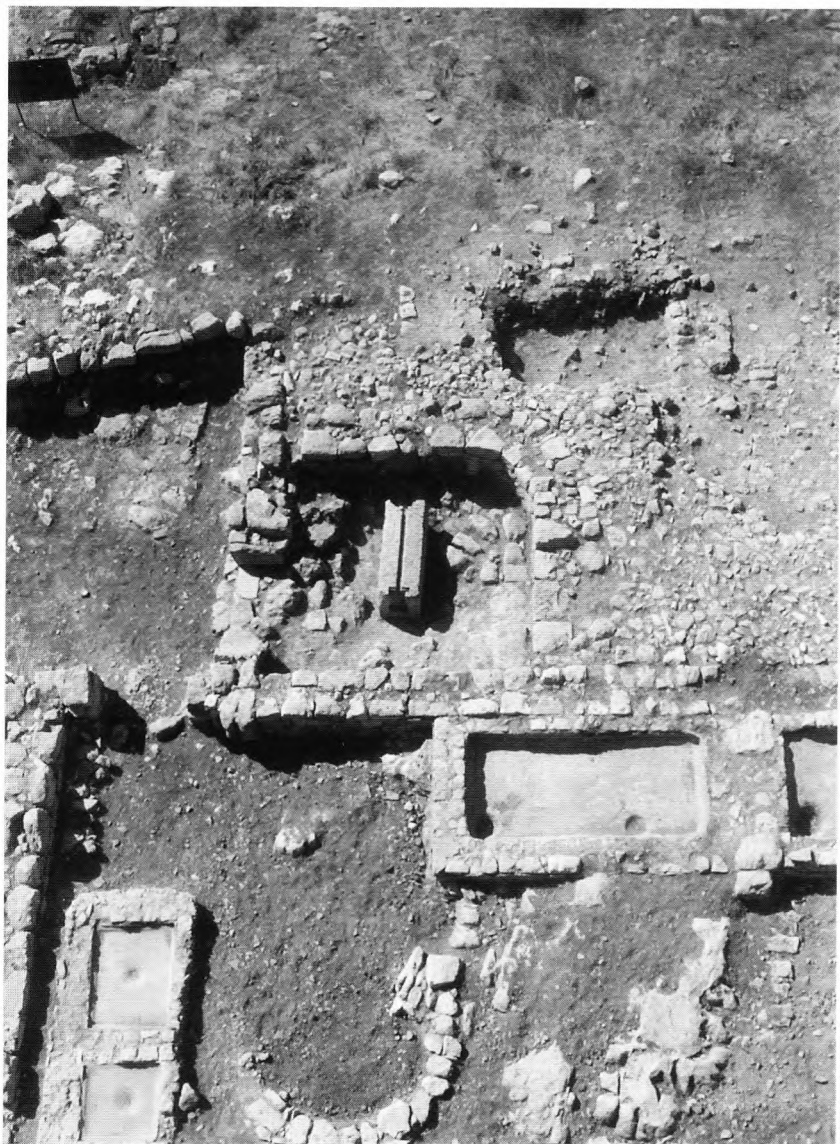
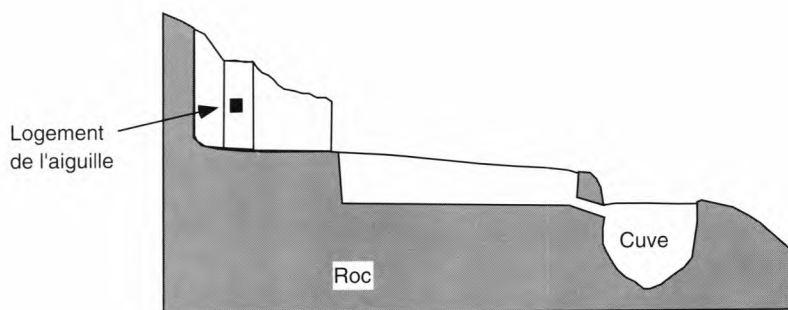
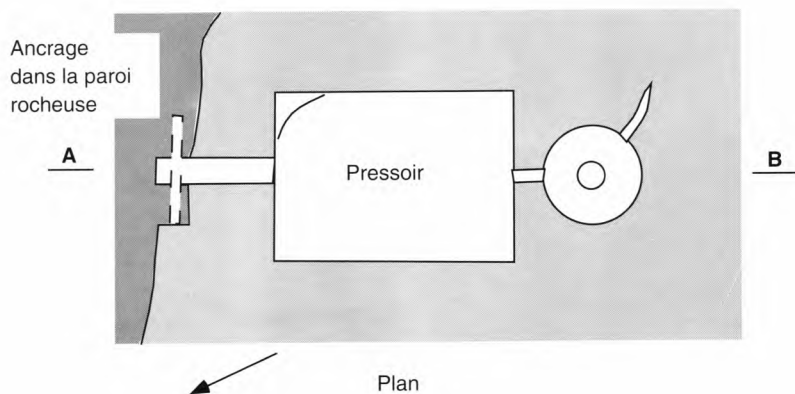


FOTO: G. CARDOSO

FIG. 11 – Pressoir de la villa de Freiria, photographie aérienne,
d'après Cardoso & Encarnação.



Coupe A-B



Plan

0 1m

FIG. 12 – Pressoir de Sobões da Mina, d'après Russell Cortez 1951, fig. 23.

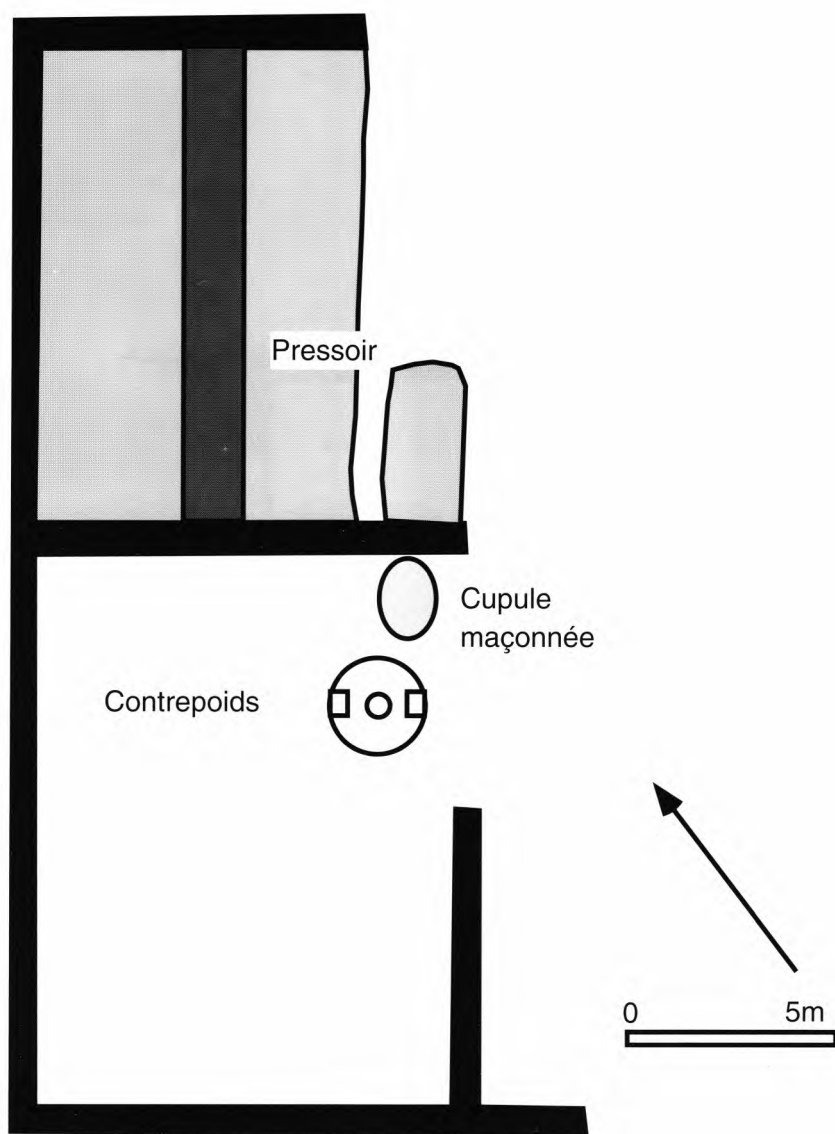


FIG. 13 – Villa de Monte do Meio, d'après Viana 1957, fig. 3.

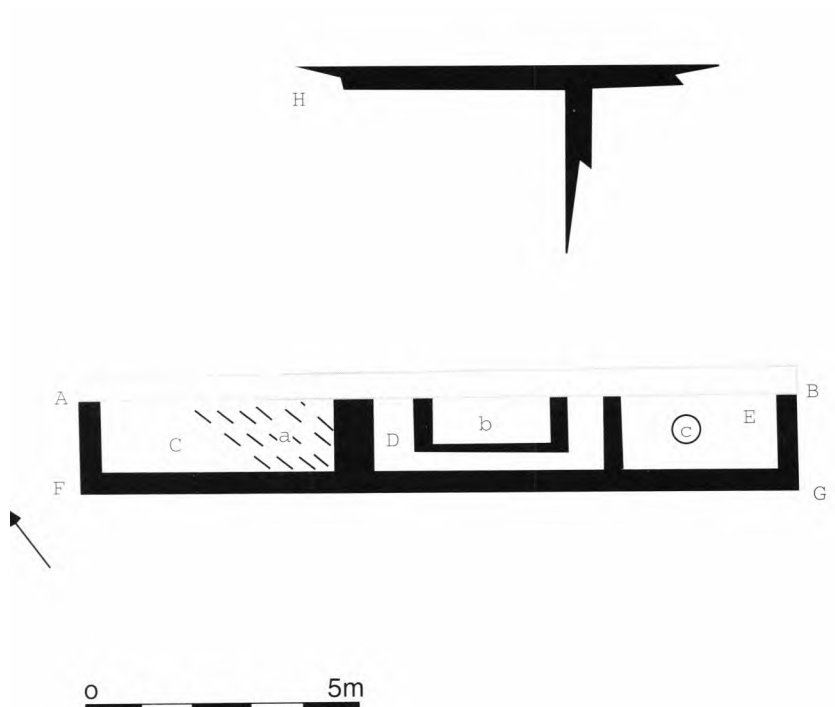


FIG. 14 *Villa de Santa Vitoria do Ameixial, d'après Chaves.*

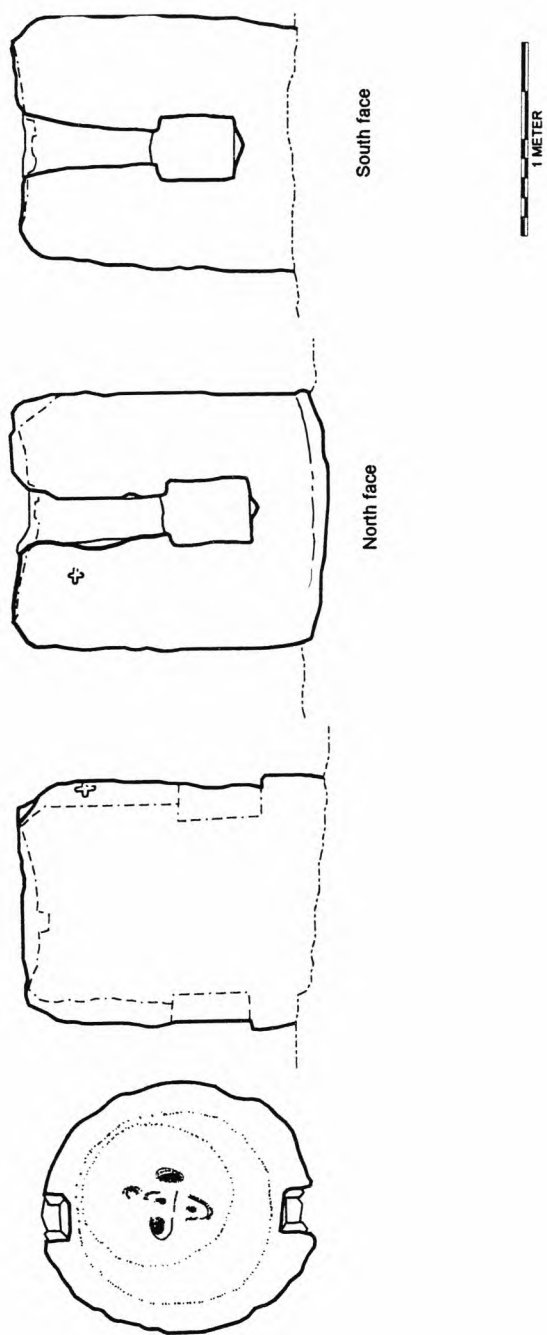


FIG. 15 – *Villa* de Torre de Palma, contrepois de pressoir, d'après Maloney & Hale 1996, Fig. 20.

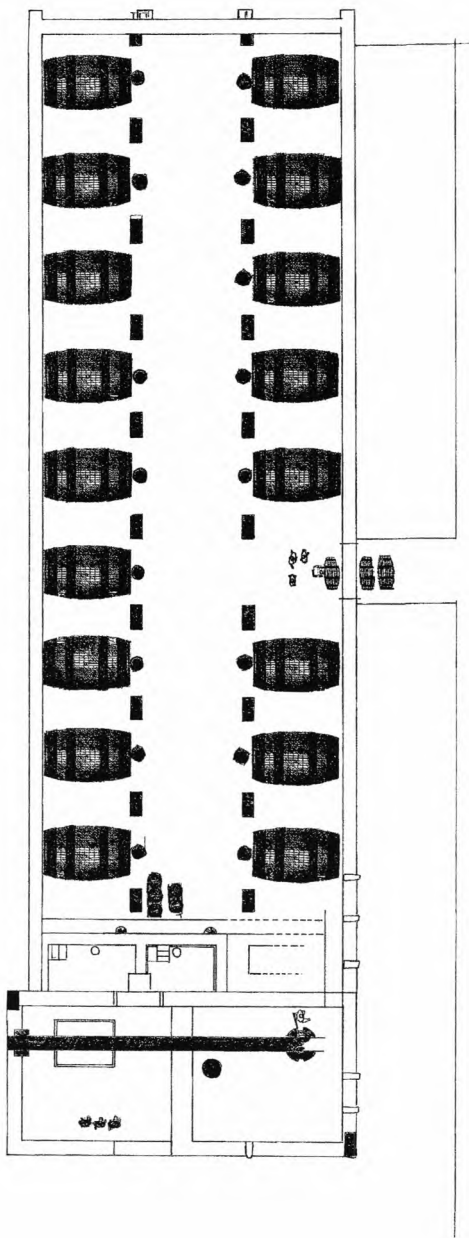


FIG. 16 – *Villa* de Torre de Palma. plan du pressoir, d'après P. André

MARTA GONZÁLEZ HERRERO

Universidad de Oviedo

Becaria del Instituto Camões en el Instituto de Arqueologia de Coimbra

ALGUNOS CASOS PARTICULARES DE PROMOCIÓN SOCIAL
ENTRE MILITARES EUSITANO-ROMANOS

“Conimbriga” XXXVI (1997) p. 73-93

RESUMEN: Se estudian algunas inscripciones halladas en Lusitania en las que figuran individuos que tras su paso por el ejército, han promocionado socialmente. Todos ellos pertenecían a familias de prestigio en el medio indígena o estaban relacionados con éstas.

El análisis de la documentación de la *Civitas Igaeditanorum* sirve a la autora para proponer la estancia en suelo lusitano del *ala I singulariorum civium Romanorum* durante la primera mitad del siglo I d.n.e.

RÉSUMÉ: On étudie quelques inscriptions trouvées en Lusitanie romaine et où sont mentionnés des personnages qui ont amélioré leur situation sociale après être passé par l'armée. Tous appartenaient à des familles prestigieuses dans le milieu indigène ou étaient en rapport avec elles. L'analyse de la documentation épigraphique de la *Civitas Igaeditanorum* permet à l'auteur de proposer le séjour de *Vaia I singulariorum civium Romanorum* en Lusitanie au cours de la première moitié du I^{er} siècle après J. C.

(Página deixada propositadamente em branco)

ALGUNOS CASOS PARTICULARES DE PROMOCIÓN SOCIAL ENTRE MILITARES LUSITANO-ROMANOS

Resulta un hecho innegable para el historiador de la Antigüedad que la sociedad romana se define por una estructura piramidal determinada por la existencia de tres *ordines* como unidades sociales que representan una minoría dentro de la realidad social. Éstos constituyen un grupo elitista, al tratarse de individuos que por nacimiento y nivel económico controlan el poder político y gozan de prestigio social. En la base de la pirámide se situaría una masa de hombres y mujeres a los que la miseria iguala y la condición jurídica diferencia. Ellos constituyen la mano de obra que permite a la élite privilegiada mantener su poder económico, político y social.

No obstante, dentro de esta estructura jerarquizada y aparentemente impenetrable, existió cierta movilidad social, producto del interés por parte del Estado romano en el desarrollo de determinados mecanismos de control en la gestión de la *res publica*. Roma potenció una promoción interesada, al integrar a las élites en los Senados locales, al permitirles emprender la carrera ecuestre e, incluso, poner en sus manos el trono imperial. El sistema de los tres *ordines* tuvo que adaptarse a las nuevas circunstancias con las que el Estado se enfrentaba: el control de un inmenso Imperio. Sólo integrando a las comunidades en el propio sistema, su funcionamiento estaría garantizado. En palabras de Alessandra Gara, “una disponibilidad fuertemente vinculada a una forma casi institucional de control pero afirmación real y documentada de una movilidad posible, en un sistema fuertemente jerarquizado como es la sociedad romana, fundada en el criterio de *status*” (').

(ó “La mobilità sociale nell’Impero”, *Athenaeum*, 11, 1991, p. 335.

En tanto que la posibilidad de movilidad respondió a los intereses del Estado romano, parece lógico que ésta se limitase a los niveles relativamente altos de la pirámide, es decir, a las élites provinciales de colonias y municipios a las que se ofreció la posibilidad de renovar los cuadros dirigentes itálicos en el gobierno y administración de las provincias del Imperio. En este sentido, los *homines noui* demostraron cómo la valía personal podía superar al prestigio familiar, siempre y cuando contasen con los recursos económicos necesarios.

También en los niveles más bajos existió una movilidad determinada por el nivel económico. Una movilidad que sin suponer la transgresión de *ordines* es también característica de la sociedad romana. La figura del liberto enriquecido, al que su pasado servil priva del ascenso social y que busca su integración a través de la Augustalidad, constituye un ejemplo paradigmático estudiado por José Manuel Serrano en la Península Ibérica (2).

No obstante, este fenómeno de promoción social debió ser excepcional. Precisamente su excepcionalidad hace su estudio más atractivo. Los fenómenos menos frecuentes, a veces resultan extraordinariamente decisivos para definir las características de la propia sociedad en la que se producen.

Hemos abordado su estudio en la provincia de Lusitania desde la perspectiva, no de un grupo en concreto, sino a través de la institución militar*3). Se trata de valorar hasta qué punto el ejército permitió la movilidad vertical de las élites así como aquellos movimientos que se aprecian fuera de los *ordines*.

El valor del ejército como mecanismo de progresión social ha sido prolíficamente estudiado, especialmente en lo que se refiere a los niveles superiores de la estructura militar (4). En cuanto a la promoción eco-

(2) *Status y promoción social de los libertos en la Hispania Romana*, Sevilla, 1988.

(3) Tema de la tesina de licenciatura que con el título *El fenómeno de promoción social entre los militares de la Lusitania Romana* fue realizada bajo la dirección del Dr. Julián de Francisco Martín y defendida en la Universidad de Oviedo (Departamento de Historia Antigua) en Septiembre de 1995.

(4) La obra de G. Alföldy, *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den Spanischen Provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*, Weisbaden, 1969, contempla la carrera de los senadores. La de los oficiales ha sido estudiada en distintos trabajos prosopográficos. Destacan los estudios de H.-G. Pflaum, *Les procurateurs équestres*, París, 1950; *Les carrières procuratoriennes équestres sous*

nómica de legionarios y *auxilia*, la bibliografía es abundantísima ⁽⁵⁾, mientras que las cuestiones referidas a la promoción jurídica de los auxiliares han sido tratadas entre otros, por M. A. Cheesman⁽⁶⁾, D. B. Saddington ⁽⁷⁾ e Y. Le Bohec⁽⁸⁾.

Por lo que se refiere al ejército en Hispania cabe mencionar el trabajo de J. M. Roldán que incentivó el interés de los investigadores españoles por la temática militar ⁽⁹⁾. Un estudio muy completo sobre el ejército estacionado en suelo hispano y el papel que Hispania desempeñó en la evolución política, administrativa y económica del Imperio es el de R. Le Roux⁽¹⁰⁾. El autor utiliza fundamentalmente fuentes epigráficas, resultando la obra de gran interés para el conocimiento de

VHaut-Empire romain, París, 1960-62; *Supplement aux carrières procuratoriennes équestres*, París, 1982; C. Nicolet, *L'ordre équestre à l'époque républicaine (312-43 av. J.C.)* t. 1: *Définitions juridiques et structures sociales*, París, 1966; t. 2: *Prosopographie des chevaliers romains*, París, 1974. Más recientemente, R. W. Devijner, *The equestrian officers of the Roman Imperial Army*, Amsterdam, 1989; *Prosopographie des chevaliers romains Julio-claudiens*, Roma, 1992.

Sobre aquellos cargos que pueden ser considerados como apertura de la carrera ecuestre ver B. Dobson, "The *praefectus fabrum* in the early principate", *Britain and Rome. Essays presented to Eric Birley on his sixtieth birthday*, Kendal, 1966, pp. 61-84 y "The centurionate and social mobility during the Principate", *Recherches sur les structures sociales dans l'Antiquité classique*. Colloque National du CNRS, París, 1970, pp. 99-116.

De la organización de las carreras dentro de la legión se ocupa D. J. Breeze en "The organisation of the career structure of the immunes and principales of the Roman Army", *BJ*, 174, 1974, pp. 245-290.

⁽⁵⁾ Ver por ejemplo E. Birley, "Veterans of the Roman Army in Britain and elsewhere", *The Roman Army. Papers 1929-1986*, Mavors IV, Amsterdam, 1988, pp. 272-275; J. B. Tsirkin, "The veterans and the romanization of Spain", *Gerion*, 1, 1989, pp. 137-147; A. M. Speidel, "Roman Army pay scales", *JRS*, LXXXII, 1992, pp. 87-106; R. Alston, "Roman military pay from Caesar to Diocletian", *JRS*, LXXXIV, 1994, pp. 113-123.

⁽⁶⁾ *The Auxilia of the Roman Imperial army*. Studia Historica 59, Roma, 1968 (edición anastática).

⁽⁷⁾ *The development of the Roman Auxiliary Forces from Caesar to Vespasian*, Zimbawe, 1982.

⁽⁸⁾ *Les Unités Auxiliaires de l'Armée Romaine*, París, 1989.

⁽⁹⁾ *Hispania y el ejército romano. Contribución a la historia social de la Hispania antigua*, Salamanca, 1974.

⁽¹⁰⁾ *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 404*, París, 1982.

las peculiaridades que presenta la epigrafía militar. Los estudios prosopográficos también han proporcionado notables aportaciones en los últimos años⁽ⁿ⁾-

Nos ocuparemos aquí del análisis de tres inscripciones procedentes de la *Ciuitas Igaeditanorum* que consideramos de especial interés para el estudio del fenómeno de promoción social a través del ejército en el mundo romano. La pequeña aldea portuguesa de Idanha-a-Velha y la región circundante, perteneciente al concelho de Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco, han proporcionado una abundante documentación epigráfica en su mayor parte recopilada por D. Fernando de Almeida ⁽¹²⁾.

El primero de los epígrafes que aquí presentamos fue hallado en la misma muralla de la *ciuitas* y en él es mencionado un individuo llamado *Lucius Marcius Tanginif Maternus* que presto sus servicios en el *ala I singulariorum ciuium Romanorum* ⁽¹³⁾. La pérdida de la parte inferior del texto no nos permite saber si se trata de su epitafio o si la inscripción debe ser interpretada como un reconocimiento que el soldado recibe en su *ciuitas* de origen.

L(ucio) • Marcio
Tangini • f(ilio)
Materno
dec(urioni) • alae I
[singular(iorum)] • c(iuium) • R(omanorum) —]

A Lucio Marcio Materno, hijo de Tangino, decurión del ala primera de los singulares ciudadanos romanos ...

En una segunda inscripción, Lucio Marcio Materno consagra un ara a las divinidades *Liber Pater* y *Libera* ⁽¹⁴⁾. Existen otros testimonios

(ⁿ) Buena muestra son las obras de A. Caballos, *Los senadores hispanorromanos y la romanización de Hispania (siglos I-III)*. I. Prosopografía, Ecija, 1990 y de J. M. Ojeda Torres, *El servicio administrativo imperial ecuestre en la Hispania Romana durante el Alto Imperio*. I. Prosopografía, Sevilla, 1993.

⁽¹²⁾ *Egitania. Historia e Arqueologia*, Lisboa, 1956.

⁽¹³⁾ F. de Almeida, *o. c.*, 1956, pp. 155-156.

⁽¹⁴⁾ F. de Almeida, *o. c.*, 1956, pp. 378-379. P. Le Roux no se refiere a esta inscripción en el *corpus* por él elaborado.

en la epigrafía hispana del culto a Baco y, más concretamente en la provincia de Lusitania, se aprecia cierta concentración en el área de *Turgalium* ⁽¹⁵⁾.

La presencia del término *ueteranus* sin hacer constar su condición de decurión, induce a pensar que el motivo de tal consagración no fue otro que agradecer su salida del ejército y, dadas las connotaciones de estas divinidades, propiciar la fecundidad de las tierras que le habrían sido asignadas así como la de su propia familia ⁽¹⁶⁾. Recordemos que en el momento del licénciamiento el militar se reincorpora a la vida civil, lo que supone poder contraer matrimonio legal y disponer de una propiedad. Esta era la forma en que el Estado romano premiaba los largos años pasados al servicio de las armas.

Libero
Patri et
Liberæ
L(ucius) Marcus
Maternus
uet(eranus) u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)

A *Liber Pater* y *Liberæ*. Lucio Marcio Materno, veterano, cumplió el voto con agrado.

Con la consagración del ara, el militar celebraría públicamente su promoción en su *ciuitas* de procedencia. El origen lusitano del soldado es incuestionable por la presencia en la primera inscripción y formando parte de la filiación paterna, de un antroponimo claramente indígena. El nombre personal *Tancinus* o *Tanginus* está documentado innumerables veces en Lusitania siendo mucho menos frecuente fuera de ella ⁽¹⁷⁾.

Las características de la escritura son similares a las del primer epígrafe, si bien se aprecia un mayor descuido en la ejecución de las letras ⁽¹⁸⁾. No obstante, posponer una datación sin otros argumentos

⁽¹⁵⁾ Sobre los testimonios del culto a *Liber Pater* en la epigrafía hallada en Lusitania ver O. García Sanz, *Espacio, Tiempo y Forma*, serie II, 4, 1991, pp. 193-195.

⁽¹⁶⁾ Cfr. J. R. Rosco Madruga - L. Tellez Jiménez, *Manifestaciones...*, 1986, pp. 193-195.

⁽¹⁷⁾ Cfr. M. M. A. Dias, *Conimbriga*, XVIII, 1979, pp. 224-225.

⁽¹⁸⁾ Este rasgo de la escritura lleva a D. F. de Almeida a sugerir una datación más tardía del ara.

parece un tanto arriesgado, más considerando que nos movemos en un pequeño intervalo cronológico. No debemos descartar la posibilidad de interpretar el primero de los epígrafes como el epitafio de *Lucius Marcius Maternus*. En buena lógica, el militar quiso hacer constar el grado de *decurio*, la mayor dignidad que había alcanzado dentro del ejército. Para un soldado de caballería, acceder al decurionato significaba una verdadera promoción y un prestigio indiscutible.

La documentación referida a *Lucius Marcius Maternus* se completa con un tercer epígrafe en el que éste celebra la carrera militar de *Lucius Marcius Auitus*, prefecto del *ala I singulariorum ciuium Romanorum*. La inscripción ofrece el interés añadido de darnos a conocer el *cursus honorum* del prefecto ⁽¹⁹⁾:

L(ucio) • Marci[o]
 Lusci • f(ilio) • Quir(ina) Auit[o]
 praef(ecto) fabr(um)
 praef(ecto) coh(ortis) I S[u]-
 ror(um) sagitta[r(iorum)]
 trib(un) mil(itum) leg(ionis) X Erele n[s(is)]
 praef(ecto) eq(uitum) alae I singfu]-
 lar(iorum) c(iuium) R(omanorum) donis donafto]
 Marcius Maternus e[qu]-
 es alae eiusdem praefefcto]
 optumo ob meri fa

A Lucio Marcio Ávito, hijo de Lusco, de la tribu Quirina, prefecto de los trabajadores manuales, prefecto de la cohorte I de los Suros arqueros, tribuno militar de la legión X Pretense, prefecto de caballería del ala I de los singulares ciudadanos Romanos, distinguido con las condecoraciones militares. Marcio Materno, soldado de caballería de su misma ala, para el prefecto óptimo, por sus méritos.

Estos epígrafes revelan la existencia de un soldado originario de Lusitania que se establece en su provincia de origen una vez trascurrido su servicio reglamentario. Es en la localidad de Monsanto, muy cerca de Idanha-a-Velha, donde consagra el ara a *Liber Pater et Libera* en el que hace constar su condición de veterano. Considerando que la inscripción

⁽¹⁹⁾ F. de Almeida, *o. c.*, 1956, pp. 154-155.

en la que figura como *decurio* sea muy probablemente su epitafio, la muerte del militar se habría producido en su *ciuitas* de origen.

Sabemos además que en la misma *Ciuitas Igaeditanorum* y cuando todavía militaba como *eques*, Lucio Marcio Materno se encargó de erigir una dedicatoria honorífica al prefecto de su misma unidad. De este hecho se deduce que el soldado estuvo en activo en la zona de Idanha-a-Velha, antes de licenciarse y establecerse definitivamente.

Se conoce por Tácito un *ala I singulariorum ciuium Romanorum*⁽²⁰⁾ que pudiera ser identificada con la unidad en la que militó Lucio Marcio Materno. Con motivo de las Guerras Civiles fue llamada por Vitellio para combatir a su lado y, al poco, la unidad se puso del lado de Vespasiano. Posteriormente, fue enviada a Germania Superior para combatir la revuelta de *Ciivilis* y nunca más regresó a suelo peninsular. Al respecto, resulta de gran interés el análisis que M. P. Speidel hace de las siguientes palabras escritas por Tácito ⁽²¹⁾: “*Excita ohm a Vitellio, deinde in partes Vespasiani transgressa*”. En otro pasaje añade: “*Auxilia tamen e Germania Britanniaque exciuit neque ex Hispaniis properabatur*” El autor ha llamado la atención sobre el término *excita* cuyo significado preciso es “hacer salir fuera del lugar donde se está”. De ello se deduce que, antes de salir con dirección a Italia, el *ala I singulariorum ciuium Romanorum* se encontraba en un lugar donde tenía guarnición regular.

Consideramos conveniente plantear la posibilidad de que el *ala* haya estado acantonada en Lusitania durante la primera mitad del siglo I d. n. e. Más concretamente, su lugar de estacionamiento se localizaría en un área comprendida entre la *Ciuitas Igaeditanorum* donde conocemos la estancia de dos de sus miembros, uno de ellos en activo, y *Caurium*, donde existe otro testimonio epigráfico de la unidad.

Se trata de un epitafio elevado en Coria por *Catuenus Tongi*, *eques* que también militaba en ella⁽²²⁾.

⁽²⁰⁾ *Hist.*, IV, 70.

⁽²¹⁾ *Guards of the Roman armies*, Bonn, 1978, p. 58.

⁽²²⁾ A. Sánchez Paredes, “Fichas epigráficas”, diario cacereño *Extremadura* 25-1-1964, p. 3ª; R. Hurtado de San Antonio, *Corpus provincial de inscripciones latinas de Cáceres*, Cáceres, 1977, 221.

Tongius
 Uiroti • an(norum)
 LXXX • Catue-
 nus • Tongi • f(ilius) • PI-
 UIES eques • a-
 lae • primae • s[ingular(iorum)] • c(iuium) • R(omanorum)]

Tongio, hijo de Viroto, de 80 años. Catueno, hijo de Tongio ... soldado de caballería del ala primera de los singulares ciudadanos Romanos...

En lo que parece ser el epitafio de *Tongius* figuran dos individuos *peregrini* del territorio de *Caurium*, la actual localidad cacereña de Coria, a escasos kilómetros de Idanha-a-Velha. Al haberse perdido la parte inferior de la inscripción, no tenemos la certeza de que el *eques* actúe como dedicante, pero la forma en que se disponen los nombres de los individuos no es la habitual en un epitafio colectivo. Sólo es legible el inicio del nombre del ala, suficiente para identificarla con el *ala I singulariorum ciuium Romanorum* en la que también militaron *Lucius Marcus Auitus* como prefecto y *Lucius Marcus Maternus* como decurión.

Por tanto, cuando se produjo la muerte de *Tongius*, *Catuenus* se encontraba en activo en las proximidades de Coria, lo cual confirma que la unidad estaba estacionada en Lusitania con anterioridad al 68 d. n. e. Por lo que se refiere a *Lucius Marcus Maternus* también se encontraría en activo cuando celebró la carrera del prefecto en Idanha-a-Velha, puesto que entonces militaba como *eques*, sin que todavía hubiese alcanzado el grado de *decurio*, circunstancia que sin duda habría mencionado en el homenaje.

Los motivos que requirieron el estacionamiento del *ala I singulariorum ciuium Romanorum* en Lusitania debieron ser verdaderamente urgentes. Tras las guerras contra Cántabros y Astures, la pacificación del territorio peninsular había concluido, y únicamente permaneció en Hispania la legión VII Gémima.

Julián de francisco Martín recuerda muy oportunamente la coyuntura conflictiva que se vivió en Hispania durante la primera mitad del siglo I d. n. e. Sabemos que en tiempos de Nerón se produjo un levantamiento general en la provincia y que en el año 58 d. n. e. tuvo lugar la sublevación de los Astures, a la que se sumó la de los Baleáricos y las revueltas en la misma Lusitania ⁽²³⁾. Se ha de consi-

⁽²³⁾ *Conquista y romanización de Lusitania*, Salamanca, 1989 (2.^a ed. 1996), pp. 169-170.

derar además el interés por parte del Estado romano en la explotación de las minas de la provincia y el papel desarrollado por el ejército como mecanismo de control de la mano de obra.

Parece lógico que el gobernador provincial designase a un hombre originario de la zona como prefecto de una unidad reclutada en Hispania y renovada con individuos lusitanos. La procedencia indígena del prefecto es incuestionable, dada la coincidencia en su onomástica del *cognomen* latino *Auitus* y del nombre personal *Fuscus*. El primero se documenta con frecuencia en regiones recién romanizadas mientras que *Fuscus*, que figura como patronímico formando parte de su filiación, es probable que oculte un nombre indígena, dada su frecuencia en áreas que conservan una antroponimia primitiva ⁽²⁴⁾. El cuidado en el nombramiento de los mandos fue un medio más para asegurar el buen funcionamiento de las unidades militares. No en vano, el *ala I singulariorum ciuium Romanorum* sería empleada en el control de unos pueblos cuya rebeldía había requerido años atrás la presencia del propio Augusto.

El hecho de que el ala porte el título *ciuium Romanorum* no significa que estuviera constituida por ciudadanos romanos. Como ocurre con otras unidades del ejército romano, tendría simplemente un carácter honorífico. Hoy se admite que el título fue otorgado por los Flavios, pero pensamos que ya en época julio-claudia lo portarían algunas, como es el caso del *ala I singulariorum ciuium Romanorum*.

Según la hipótesis de M. P. Speidel ⁽²⁵⁾, esta unidad habría sido constituida a partir de los *equites singulares Augusti*, único cuerpo de guardia montada en el que podían participar ciudadanos romanos. El emperador Augusto habría reclutado como guardia personal a los singulares cuando estuvo personalmente en la Península y, en el momento en que salió para Roma, este cuerpo auxiliar habría quedado estacionado en suelo peninsular donde se iría renovando, no ya con ciudadanos romanos.

Por la documentación de Idanha-a-Velha conocemos a dos *peregrini* procedentes de Lusitania que fueron reclutados con este fin. Si no hay duda en cuanto a *Catuenus*, en el caso de Lucio Marcio Materno, se aprecia una evolución en la onomástica que también confirmaría su condición peregrina. Nótese que, en la inscripción en la que el soldado figura como *eques* no aparecen mencionados los *tria nomina* y sí cuando ya es decurión y veterano.

⁽²⁴⁾ Cfr. M. L. Albertos Firmat, *Estudios dedicados...*, 1979, p. 49.

⁽²⁵⁾ M. P. Speidel, *o. c.*, 1978, pp. 57-58.

Hasta aquí hemos planteado la estancia del *ala I singulariorum ciuium Romanorum* en la provincia de Lusitania durante la primera mitad del siglo I d. n. e. y por tanto, una datación julio-claudia de las inscripciones que nos ocupan. Sin embargo, el homenaje realizado por Lucio Marcio Materno ha sido datado en época flavia por la presencia de la tribu *Quirina* formando parte de la nomenclatura del prefecto ⁽²⁶⁾. Según la epigrafía hallada en Idanha-a-Velha, ésta habría alcanzado el estatuto de municipio bajo los Flavios, sin que se pueda precisar la fecha exacta de su promoción. Especialmente un ara dedicada a Marte por un liberto de los *Igaeditani* que lleva el gentilicio *Flavius* parece confirmar la promoción flaviana⁽²⁷⁾.

Ahora bien, sólo si interpretamos el homenaje que recibe *Lucius Marcius Auitus* como su propio epitafio, podemos deducir que su lugar de procedencia fuera la *Ciuitas Igaeditanorum*. Ningún indicio en el epígrafe alude a la muerte del *praefectus*. La presencia de la fórmula *ob merita* está indicando expresamente la razón de la dedicatoria: la conmemoración de una brillante carrera militar.

Esta expresión aparece en la epigrafía hispana casi exclusivamente en dedicatorias honoríficas⁽²⁸⁾. Dentro del *Conventus Pacensis* consta en la que figuran precisamente otros dos miembros de la *gens Marcia*, entre los que se deduce una dependencia social⁽²⁹⁾. La fórmula se recoge en un epitafio también hallado en Lusitania⁽³⁰⁾ en el que prima el carácter honorífico sobre el propiamente funerario. El encargado de erigirlo es un liberto del difunto que se identifica tras sus familiares, con el fin de señalar su condición de *curante* y aludir al prestigio de su patrono con la expresión *ob merita*. La extraordinaria belleza del cipo destinado a ser colocado en suelo urbano, es muestra del carácter honorífico del epígrafe.

⁽²⁶⁾ P. Le Roux, o. c., 1982, p. 225.

⁽²⁷⁾ Un interesante trabajo sobre la *Civitas Igaeditanorum* en el que se plantea la cuestión de su promoción se debe a V. G. Mantas, *Actas del Primer Congreso Peninsular de Historia Antigua*, II, Santiago de Compostela, 1988, pp. 415-439.

⁽²⁸⁾ *CIL* II, 21, 34, 1053, 1064, 2025, 4468, 5845, 35, 4556, 3709, 1972.

⁽²⁹⁾ J. d'Encarnação, *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, pp. 314-315.

⁽³⁰⁾ *CIL* II, 378. El texto es el siguiente: *C(aii) Iuli(i) Materni ann(or)um LXIII Bovia Materna et Iulia Maxima patri piissimo faciendum) c(urauerunt) curante Iulio Dextro liberto ob merita patroni*.

El prefecto bien podía proceder de otro lugar de Lusitania. R Le Roux ha revisado la cuestión de la municipalización, concluyendo que no fueron creados en esta provincia municipios desde Augusto hasta la concesión del *ius Latii* ⁽³¹⁾. Sin embargo, la promoción de determinadas ciudades lusitanas no está del todo clara, y en concreto la de algunas relacionadas con la tribu *Quirina*, como es el caso de *Collipo*, quizás promovida bajo Claudio ⁽³²⁾.

También se ha de considerar la posibilidad de que *Lucius Marcius Auitus* hubiera recibido la ciudadanía romana a título personal antes de que Idanha fuese promocionada. Sabemos que era posible por concesión imperial tras el desempeño de cargos municipales, o por pertenecer a una familia prestigiosa dentro de la comunidad. A este respecto, convendría recordar que este lusitano estaba vinculado con la *gens Marcia*.

En *Ammaia* se documenta una concesión de ciudadanía por el emperador Claudio a un tal *Cornelius Macer* que ocupó dos magistraturas. Es muy probable que la tribu en la que fue adscrito fuese la *Quirina*, que figura abreviada con la inicial. La posición que ocupa esta “Q” tras el *nomen* del individuo hace más probable que deba ser interpretada como la tribu de Cornelio y descartar la posibilidad de que se trate del *praenomen* de un segundo personaje ⁽³³⁾.

Por último, se ha de considerar que tal y como es mencionada la carrera de *Lucius Marcius Auitus* es posible que haya sido realizada antes del gobierno de Claudio, aún figurando la prefectura de los artifices al comienzo del *cursus*. Esta posición ha sido considerada como argumento para defender que fue bajo los Flavios cuando *Lucius Marcius Auitus* realizó las milicias, en el período en que suele anteceder a la carrera ecuestre.

El estudio de B. Dobson sobre la naturaleza de este cargo durante el Alto Imperio revela cómo, antes del 69 d. n. e., hay una amplia variación en la posición ocupada por la prefectura. El autor considera que el término “carrera” debe ser usado con reserva, ya que su valor se relaciona más con la honorabilidad que otorga disfrutarlo, bien como reconocimiento de una trayectoria militar considerada, bien

⁽³¹⁾ “Les villes de statut municipal en Lusitanie romaine”, *Table Ronde Internationale du CNRS* (Talence, le 8-9 décembre 1988), París, 1990, pp. 36-49.

⁽³²⁾ Otro caso problemático es el de *Ammaia*. A propósito de su municipalización y la fecha en que se produjo ver J. Alarcão, *Arqueologia*, 11, 1985, p. 103.

⁽³³⁾ A esta conclusion llega J. de Francisco Martín, *MHA*, 1, 1977, p. 237.

como trampolín para los jóvenes a la hora de comenzar la carrera ecuestre ⁽³⁴⁾.

Muy probablemente *Lucius Marcius Auitus* haya sido uno de los *praefecti fabrum* que recibieron la prefectura como reconocimiento de su considerable experiencia, una vez realizadas las milicias y obtenido las condecoraciones honoríficas. Es frecuente que los oficiales de provincias renunciaban a las procurátelas y se conformaban con el reconocimiento de la honorabilidad y el acceso al Senado municipal ⁽³⁵⁾. Pensamos que este fue el motivo que llevó a *Lucius Marcius Maternus* a celebrar su *cursus*, más si existía una relación de dependencia entre ambos, como comentaremos a continuación. Un patrono de prestigio beneficiaba al cliente con vistas a un reclutamiento o futuro ascenso, que de hecho se produjo.

La carrera del prefecto comenzó con la prefectura de la cohorte I de los Suros. Desgraciadamente sólo hay constancia de la pertenencia de esta unidad a la armada de Africa durante el siglo III, sin que se sepa nada de su historia militar anterior ⁽³⁶⁾. Después desempeñó funciones como tribuno militar de la legión X Fretense, unidad que, en tiempos de Tiberio, tomó parte activa en la defensa de Siria y Armenia. El emperador deseaba mantener la seguridad de la frontera oriental del Imperio, instalando campamentos militares a lo largo del Eufrates ante la agresión de los Partos. Entre los años 54 y 63 d. n. e. tuvo lugar la guerra entre Romanos y Arsacios en la que la legión participó ⁽³⁷⁾. En algún momento, *Lucius Marcius Auitus* desempeñaría su tribunado militar en tierras sirias y, una vez concluido el servicio reglamentario, habría obtenido la prefectura del *ala I singulariorum ciuium Romanorum* en Lusitania.

La dedicatoria honorífica en la que Lucio Marcio Materno celebra el *cursus honorum* de Lucio Marcio Ávito, al que se dirige como prefecto óptimo, encubre además una relación de clientelaje. Este vínculo establecido entre patrono y cliente, viene confirmado epigráficamente por la coincidencia del *praenomen* y *nomen* de ambos y cobra una importancia excepcional en el estudio de la promoción social a través del ejército.

⁽³⁴⁾ *Art. cit.*, p. 69.

⁽³⁵⁾ J. M. Ojeda Torres, 1993, *El servicio imperial...*, p. 14.

⁽³⁶⁾ Y. Le Bohec, 1989, *o. c.*, pp. 88-89.

⁽³⁷⁾ E. Dabrowa, 1990, *Legio X Fretensis...*, p. 12.

El patronazgo, como institución orientada al establecimiento de una red de vínculos de dependencia y fidelidades que aseguren el mantenimiento del poder económico y político, también tuvo su peso en la institución militar ⁽³⁸⁾.

El caso que nos ocupa muestra su funcionamiento a un doble nivel: Lucio Marcio Ávito pertenecía a la *gens Marcia*, hecho que favoreció su ingreso en el *ordo equester* y su nombramiento posterior como *praefectus fabrum* que le abriría las puertas del Senado local. Como oficial al servicio del ejército romano, alcanzó un *status* relevante en Lusitania, actuando a su vez como patrono. Su cliente se ve favorecido al ingresar y ascender en el *ala I singulartiorum ciuium Romanorum*, precisamente la unidad que él mismo comandaba ⁽³⁹⁾.

La promoción social de todos aquellos lusitanos que accedieron al *ordo equester* a través del ejército, dependió en gran medida de unas buenas relaciones. Tres de ellos fueron nombrados *praefecti fabrum* en época de Tiberio, tras haber desempeñado alguna magistratura además del flaminado⁽⁴⁰⁾.

Al tratarse de individuos sin experiencia militar previa, la apertura de las milicias pasaba por la acción directa del oficial al que asistían como *praefecti fabrum*. Éste enviaba una *commendatio* al Emperador para proponer como candidato al tribunado miliar a su subordinado. Desconocemos si *Cnaeus Cornelius Seuerus* y *Marcus Aurelius* llegaron a realizar alguna milicia como en el caso de los *Bocchii* de *Salada*.

Significativamente, tres de ellos pertenecían a la *gens Cornelia*, lo que sugiere la existencia de una relación con alguna familia republicana. Era frecuente que las familias de mayor peso dentro del medio

⁽³⁸⁾ El acceso de los libertos a la Augustalidad está condicionado por la capacidad de acción y presión en la política local del patrono. Se trata de una simbiosis de intereses ya que, al colocar a dependientes en cargos militares y públicos, la posición del patrono en la esfera municipal se consolida. Ver J. M. Serrano, 1988, *Status y promoción* ..., pp. 134-135.

⁽³⁹⁾ El ejemplo de Lucio Marcio Ávito junto con *IRCP*, 235 son los dos únicos testimonios de oficiales de rango ecuestre procedentes de Lusitania. Desgraciadamente, desconocemos la identidad del individuo conmemorado en la basa de *Pax lulia* aunque muy probablemente su gentilicio sea *Marius* y por tanto, vinculado con una *gens* sobresaliente.

⁽⁴⁰⁾ *ILER*, 1558; *IRCP*, 236, 185, 188, 189 y 207.

indígena entrasen a formar parte de las clientelas a cargo de los generales que pasaban por Lusitania, o bien de familias italianas que se habían establecido en la provincia. Esta relación era buscada por las élites indígenas con el fin de obtener beneficio de ella, en el sentido de acceder a los Senados locales y conservar el control económico y político, ahora al servicio de Roma. La relación de los *Cornelii* con Lusitania es bien conocida, en especial la de Publio Cornelio Escipión Emiliano, individuo que había sido adoptado por la *gens Cornelia* y que ocupó un papel destacado como general. Esta oligarquía local promueve a su vez la formación de clientelas que se ven favorecidas por el hecho de pertenecer a una *gens* prestigiosa.

Contamos entre los soldados lusitanos con un acceso al *ordo equester* desde la legión. Se trata de una inscripción considerada falsa y cuya creación se atribuye a André de Resende. Recientemente se ha defendido su autenticidad con argumentos sólidos ⁽⁴¹⁾.

Desde la perspectiva de la promoción social, la carrera de *Caius Antonius Flavinus* resulta perfectamente coherente. Procedente del municipio de *Ebora*, fue reclutado en la legión II Augusta donde alcanzó el puesto de *hastatus* y distinguido por su valor con un collar de oro y doble paga.

El siguiente cargo que figura en su *cursus honorum* es el de *sevir iunior*, que tendría paralelismos con el *sevir equitum* de Roma, encargado de la ceremonia ecuestre conocida como *lusus Troiae* cuyo objetivo era el de inspirar la idea de patriotismo o servir de entrenamiento de los jóvenes que iban a emprender la carrera militar. Según L. R. Taylor, el *lusus Troiae* tendría su proyección municipal en los *lusus iuvenales*, juegos organizados por asociaciones de *iuvenes* cuya celebración corría a cargo del *sevir equitum*, distinto oficial de Roma. El *sevir iunior* sería el oficial encargado de preparar a estos jóvenes de provincias que iban a emprender la carrera ecuestre, igual que el *sevir equitum* hacía con aquellos que tenían previsto iniciar la carrera senatorial en Roma ⁽⁴²⁾.

F. H. Stanley Jr. relaciona la presencia de este *sevir iunior* en el municipio de *Ebora* con la celebración de los *ludi Saeculares*, festival del que en ocasiones formaba parte el *lusus Troiae*. Es muy posible

⁽⁴¹⁾ Sobre esta cuestión ver F. H. Stanley Jr., *ZPE*, 102, 1994, pp. 226-231, donde el autor cuestiona los argumentos utilizados por Mommsen para defender la no autenticidad del epígrafe.

⁽⁴²⁾ Cfr. L. R. Taylor, *JRS*, 13-14, 1924, p. 168.

que el *Saeculum* y el *lusus Troiae* también fueran conmemorados en distintas ciudades del Imperio cuando el Emperador ordenaba su celebración⁽⁴³⁾. Así, Cayo Antonio Flavino, como oficial a cargo del adiestramiento de prometedores caballeros, habría participado en la organización de la ceremonia ecuestre en Lusitania.

Como es sabido, el ingreso dentro de la corporación de los *equites romani* estaba abierto a las élites provinciales que habían rendido sus servicios al Estado, generalmente militares y magistrados municipales. Este nombramiento tenía cierto interés de cara a la promoción porque algunos, sobre todo los antiguos primipilos que se habían distinguido por sus cualidades, podían alcanzar las procúratelas.

Creemos que es el caso de *Caius Antonius Flavinus* aunque su acceso al *ordo equester* no se produjo tras haber desarrollado funciones como centurión primipilo. Flavino ocupó el puesto de *hastatus* que aquí no aparece junto al término *posterior* o *prior*, muy probablemente porque militaba en la primera cohorte de la II Augusta. En la primera cohorte de la legión existía una diferencia en los títulos de sus cinco centuriones que designados en orden ascendente eran: *hastatus posterior*., *princeps posterior*, *hastatus*, *princeps* y *primus pilus*. Así, con el término *hastatus* ya se sobreentendería, si se trataba de la primera cohorte, que se refería a un *prior hastatus*. Por contra, para los centuriones del resto de las cohortes, el término *prior* o *posterior* señalaba una diferencia de status y dignidad entre cada categoría. Una hipótesis que explica la aparición en las inscripciones de centuriones que son denominados como *hastati* sin precisión de su categoría, junto a aquellos en los que figura el término *primus* o *priori*⁽⁴⁴⁾.

En la práctica, la carrera legionaria se presentaba complicada y larga para los *hastati*. De hecho, el cargo no figura en los mecanismos de promoción que hasta ahora son conocidos dentro de estas unidades ⁽⁴⁵⁾. El ingreso de Cayo Antonio Flavino en el *ordo* ecuestre se vio favorecido por la obtención de las *annonas duplas*, pasando a recibir doble

(43) A lo largo del siglo III d. n. e., cronología del epígrafe que nos ocupa, el *Saeculum* fue celebrado por Septimio Severo en el año 204 con el objeto de señalar el inicio de una nueva centuria o etapa de renovación en la historia del Imperio, tal y como había hecho Augusto en el 17 a. n. e. También se celebró en el año 248 d. n. e., con ocasión del milenario de Roma. Cfr. F. H. Stanley Jr., *art. cit.*, 1994, pp. 234-235.

(44) F. H. Stanley Jr., *art. cit.*, 1994, pp. 230-231.

(45) Para una información más detallada sobre los resortes de la carrera legionaria ver D. J. Breeze, *BJ*, 174, 1974, p. 268.

paga como *duplicarius*. Ello le permitiría alcanzar un estatuto similar al del centurión primipilo, la cota más alta a la que podía haber llegado siendo hastado.

No obstante, junto a la valía del soldado, el hecho de que *Caius Antonius Flavinus* procediese de una familia con cierto relieve en *Ebora*, debió ser determinante en su promoción a través del ejército. Como dedicante del epitafio figura su madre, *Iunia Verecunda*, flaminica perpetua del municipio lusitano. No deja de ser significativo que esta flaminica no es la única que se relaciona con una celebración ecuestre, ya que al menos otras tres inscripciones documentadas en España recuerdan a flaminicas vinculadas a la promoción de carreras de caballos o juegos circenses ⁽⁴⁶⁾.

De los pretorianos procedentes de Lusitania, sólo en un caso se produce el ingreso en el *ordo decurionum*. Se trata de un miembro de la *cohors VI praetoria* que, una vez licenciado, fue nombrado *euocatus* de Antonino Pío ⁽⁴⁷⁾. Establecido en su lugar de origen, el *ordo* de *Collippo* acordó acogerle entre los decuriones, eximiéndole del pago de los *summa honoraria* y de los dispendios que el ejercicio de un cargo público conllevaba.

El hecho de haber sido nombrado *euocatus* del propio Emperador, le otorgó un prestigio y unos medios económicos que le permitieron trasgredir la jerarquía de los tres *ordines*. Los ingresos de un *euocatus* eran considerables: con anterioridad a la reforma de Septimio Severo percibían en torno a cinco mil denarios por *stipendium i4**).

Tras finalizar el servicio en la guardia imperial dentro de la VI cohorte pretoriana, el Emperador requirió sus servicios al encomendarle una función específica como *euocatus*. Parece ser que la mayor parte de los *euocati* no eran destinados a provincias, sino que realizaban funciones relacionadas con la administración civil en suelo itálico. Su servicio podía prolongarse largo tiempo sin que se produjese una promoción, si bien encontramos algunos al mando de cuerpos auxiliares o bien como centuriones ⁽⁴⁹⁾.

De nuevo estamos ante un caso en el que la promoción social viene determinada por la pertenencia a una *gens* prestigiosa dentro de Lusitania.

⁽⁴⁶⁾ *ILER* 2054, 465 y 432.

⁽⁴⁷⁾ D. de P. Brandão, *Conimbriga*, XI, 1972, pp. 51-55, II.

⁽⁴⁸⁾ P. A. Brunt, *PBSR*, XVIII, 1950, p. 71.

⁽⁴⁹⁾ E. Birley, 1988, *The Roman Army. Papers 1929-1986*. Mavors IV, Amsterdam, p. 321.

La onomástica de los duunviros que figuran en la dedicatoria hecha por el pretoriano en agradecimiento a Antonino, presenta una extraordinaria similitud con la suya propia. Pertenecían a la *gens Allia* y *Sulpicia*, dos de los grupos que tuvieron fácil acceso a los cargos públicos. Nótese que el gentilicio del primero y el *cognomen* del segundo se corresponden con los *cognomina* del militar. El indigenismo de la *gens Allia* no está claro, si bien pudiera relacionarse con el nombre indígena *Alio*. El nombre personal *Allius* es mucho más abundante que otros formados sobre el mismo radical, lo que puede explicarse porque se trate de una asimilación a la misma forma latina ⁽⁵⁰⁾.

Las *gentes Talotia* y *Allia* serían representantes de una aristocracia municipal en Lusitania, con dos de sus miembros integrados en el Senado local de *Collippo*. La presencia de estas élites locales al servicio de Roma, muestra el proceso de selección social y política de notables para actuar como intermediarios entre el medio indígena y la administración.

El paso por el ejército y la pertenencia a una *gens* de prestigio permitió a *Quintus Talotius Allius Sillonianus* su integración en el Senado local. Es entonces cuando realiza un acto de beneficencia pública al erigir en suelo municipal una estatua dedicada al emperador que le había nombrado su *euocatus*. Con este acto, el soldado agradece el honor que le ha sido concedido al mismo tiempo que, aún habiendo sido dispensado de los *munera* inherentes al cargo, destina parte de su patrimonio al beneficio de la comunidad. La beneficencia pública se presenta como práctica social, económica y psicológica, expresión de un doble deseo de promoción social futura y búsqueda de *status* dentro de la comunidad.

Tal y como muestra la documentación epigráfica de Lusitania, el ejército como vía de promoción social fue una alternativa válida para determinados individuos que ya procedían de familias prestigiosas o estaban ligadas a éstas por una relación de clientelaje. Una institución que la oligarquía municipal empleó en beneficio propio para facilitar la transgresión de *ordines* de sus miembros y favorecer el ascenso de sus clientes ⁽⁵¹⁾.

⁽⁵⁰⁾ M. Palomar Lapesa, 1957, *La onomástica personal*, Salamanca, p. 30.

⁽⁵¹⁾ Este fenómeno ha sido detectado en la comunidad mistérica. Los grupos dominantes integraron a libertos y esclavos públicos como medio de control de la cofradía religiosa y de las relaciones que ésta mantenía con la administración pública. Ver J. Alvar Ezquerro, en *Religion et anthropologie de l'esclavage et des formes de dépendance*. Actes du XX^{ème} colloque du GIREA-Besançon, 4-6 Novembre, 1993. Annales Littéraires de l'Université de Besançon, 534, pp. 275-293.

REFERENCIAS

- ALARCÃO (J. de), 1985: “Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve — A propósito de uma obra de José d’Encarnação”, *Arqueologia*, 11, pp. 99-111.
- ALBERTOS FIRMAT (M.^a L.), 1979: “Vettones y lusitanos en los ejércitos imperiales” en *Estudios dedicados a Carlos Callejo Serrano*, Cáceres, pp. 31-51.
- ALMEIDA (F. de), 1956: *Egitânia. Historia e Arqueologia*, Lisboa.
- ALVAR EZQUERRA (J.), 1993: “Integración social de esclavos y dependientes en la Península Ibérica a través de los cultos místéricos” en *Religion et anthropologie de Vesclavage et des formes de dépendance*. Actes du XX^{ème} colloque du GIREA — Besançon, 4-6 Novembre. Annales Littéraires de l’ Université de Besançon, 534, pp. 275-293.
- BIRLEY (E.), 1988: “*Euocati Auge*, a review” en *The Roman Army. Papers 1929-1986*. Mavors IV, Amsterdam.
- BRANDÃO (D. de Pinho), 1972: “Epigrafia romana coliponense”, *Conimbriga*, XI, pp. 41-192.
- BREEZE (D. J.), 1974: “The organisation of the career structure of the innunes and principales in the Roman Army”, *BJ*, 174, pp. 245-290.
- BRUNT (P. A.), 1950: “Pay and superannuation in the Roman Army”, *Papers of the British School at Roma*, XVIII.
- DABROWA (E.), 1990: *Legio X Fretensis. A prosopographical study of its officers (I-III c. A. D.)*, London.
- DIAS (M. M. Alves), 1979: “A propósito da inscrição B-143 do Museu Regional de Beja”, *Conimbriga*, XVIII, pp. 203-221.
- DOBSON (B.), 1966: “The *praefectus fabrum* in the early principate” en *Britain and Rome*. Essays presented to Eric Birley on his sistieth birthday, Kendal, pp. 61-84.
- ENCARNAÇÃO (J. d’), 1984: *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra.
- FRANCISCO MARTÍN (J. de), 1977: “Los magistrados municipales en Lusitania durante el Alto Imperio”, *MHA*, 1, pp. 227-245.
- 1989 (2.^a ed. 1996): *Conquista y romanización de Lusitania*, Salamanca.
- GARA (A.), 1991: “La mobilità sociale nell’Impero”, *Athenaeum*, 11, pp. 335-359.
- GARCÍA SANZ (O.), 1991: “*Liber Pater* epigráfico: textos y contexto religioso”, *Espacio, Tiempo y Forma*, serie II, 4, pp. 171-198.
- HURTADO DE SAN ANTONIO (R.), 1977: *Corpus provincial de inscripciones latinas de Cáceres*, Cáceres.
- LE BOHEC (Y.), 1989: *Les Unités Auxiliaires de P Armée Romaine en Afrique Proconsulaire et Numidie sous le Haut Empire*, Paris.
- LE ROUX (P.), 1982: *L’armée romaine et l’organisation des provinces ibériques d’Auguste à l’invasion de 404*, Paris.
- 1990, “Les villes de statut minicipal en Lusitanie romaine” en *Table Ronde Internationale du CNRS* (Talence, le 8-9 décembre 1988), Paris, pp. 36-49.
- MANTAS (V. G.), 1988: “*Orarium donauit Igaiditanis*:: epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana” en *Actas del Primer Congreso Peninsular de Historia Antigua*, II, Santiago de Compostela, pp. 415-439.

- OJEDA TORRES (J. M.), 1993: *El servicio administrativo imperial ecuestre en la Hispania Romana durante el Alto Imperio*. I. Prosopografía, Sevilla.
- PALOMAR LAPESA (M.), 1957: *La onomástica personal pre-latina de la antigua Lusitania*, Salamanca.
- ROSCO MADRUGA (J.) y TELLEZ JIMÉNEZ (L.), 1986: “*Liber-Libera*” en *Manifestaciones religiosas en la Lusitania*. Primeras Jomadas sobre Manifestaciones Religiosas en Lusitania (Marzo de 1984), Cáceres, pp. 141-142.
- SERRANO DELGADO (J. M.), 1988: *Status y promoción social de los libertos en la Hispania Romana*, Sevilla.
- SPEIDEL (M. P.), 1978: *Guards of the Roman armies*, Bonn.
- STANLEY JR (F. H.), 1994: “CIL II 115: Observations on the only *sevir iunior* in Roman Spain”, *ZPE*, 102, pp. 226-236.
- TAYLOR (L. R.), 1924: “*Seviri Equitum Romanorum* and Municipal *Seviri*: A Study in Pre-Military Training Among the Romans”, *JRS*, 13-14, pp. 158-171.

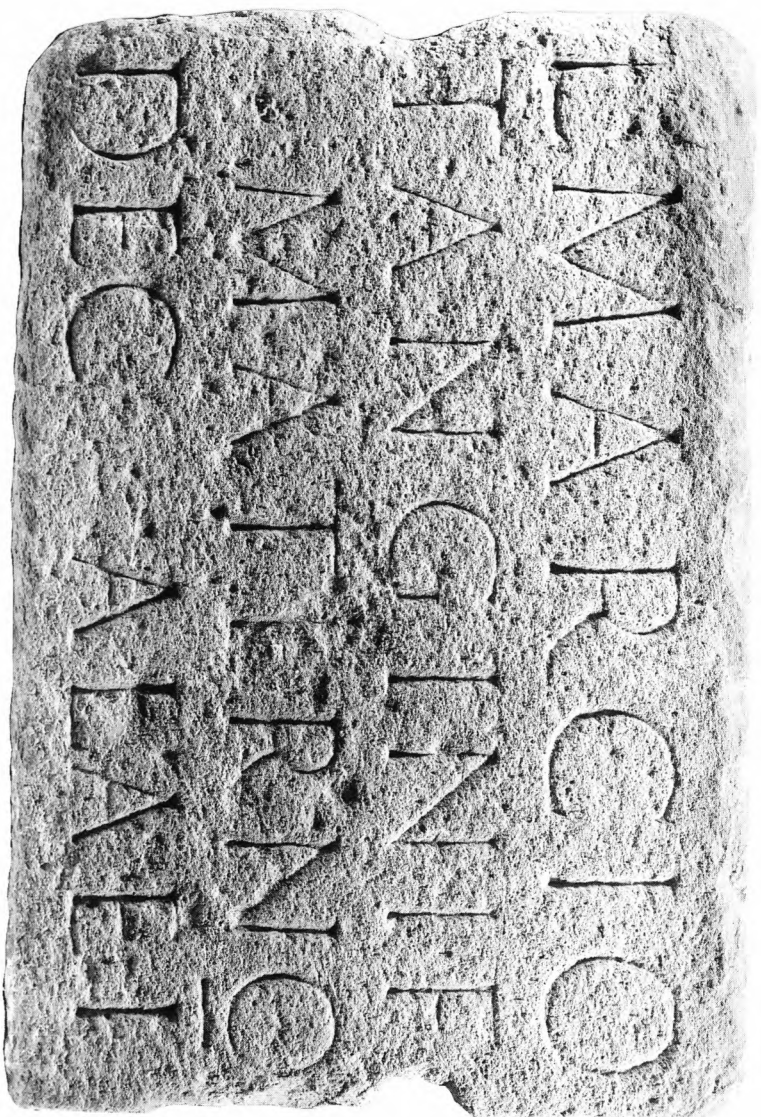


Fig. 1 – Homenaje a Lúcio Márcio Materno, *Civitas Igathianorum*.
FOTO DEL FIM FERREIRA



FIG. 2 – Homenaje a Lúcio Márcio Avito. *Civitas Igaeditanorum*.

FOTO DELFIM FERREIRA

(Página deixada propositadamente em branco)

SONIA MARÍA GARCÍA MARTÍNEZ

Colaboradora en el Departamento de Estudios Clásicos, Área de Historia Antigua de la Universidad de León (España).

UNA CELTICA SUPERTAMARCA EN ANDIÑUELA (LEÓN)

“Conimbriga” XXXVI (1997) p. 95-101

RESUMEN: En este artículo analizaremos un epígrafe funerario de época romana, hallado en la localidad leonesa de Andiñuela (León), donde aparece referida una mujer supertamarca.

ABSTRACT: In this article we will analyse a funerary Roman inscription found in the village of Andiñuela (León) where appears reported a Supertamarca woman.

(Página deixada propositadamente em branco)

UNA CELTICA SUPERTAMARCA EN ANDIÑUELA (LEÓN)

El presente epígrafe (véase foto) fue encontrado de forma fortuita en el mes de abril de 1995, al remover unas tierras con motivo de labores de repoblación forestal, en la localidad de Andiñuela, provincia de León (España). En la actualidad es propiedad particular (Noviembre, 1996)0.

Se corresponde con un monumento funerario realizado en arenisca de grano fino, del cual desconocemos cómo pudo ser originalmente, aunque a juzgar por lo conservado se trataba de una estela de buena factura. El texto aparece repartido en seis líneas y está realizado con gran cuidado y esmero. Presenta motivos decorativos en la parte superior de la cabecera correspondientes éstos con un creciente lunar en bajorrelieve flanqueado por dos rosas hexapétalas insertas en sendos círculos trazados a compás. La parte posterior del monumento debió ser lisa, a pesar de que en la actualidad presenta varios desconches y fracturas parciales.

Dimensiones de la pieza: (91/86) x (65/56) x (20) cms.

Dimensiones de las figuras: Creciente lunar (24 cms. de anchura y 20 cms. de altura) y rosa hexapétala (9 cms. de diámetro).

La lectura y transcripción del epígrafe sería:

EBVRI • A (*hedera*) /CALVENI • F • / CELTICA / SVP(*erta-*
marca)* D(*castello ? o centuria ?*)»/LVBRI»
•H (*ic*) • Sf *ita*) • E(*st*) •

(1) Nuestra gratitud a D. Fermín Cadierno Carro, vecino de Torneros de Jamuz, por las informaciones facilitadas sobre el lugar y circunstancias de hallazgo, así como por la visualización del monumento y realización de la fotografía correspondiente.

Agradecemos las sugerencias apuntadas por José d'Encarnação (Universidade de Coimbra) y Patrick Le Roux (Université de Rennes) para la buena consecución de este artículo. Todo lo referido en el texto es responsabilidad de la autora.

Su traducción:

Aquí yace Ebiiria, hija de Calvenus, céltica supertamarca del castellum (?) o centuria (?) de Luber, de 26 años; séate la tierra leve.

Altura de las letras: 7,5/9 cms. Han sido trazadas de forma asurcada.

Interpunción variada:

línea 1: punto de sección circular entre las letras “7” y “A” y *hedera distinguens* trazada con poco cuidado al final de la línea.

línea 2: puntos de sección circular.

línea 3: sin interpunción.

líneas 4, 5 y 6: puntos de sección triangular.

La singularidad de este epígrafe funerario reside en varios aspectos que conviene resaltar:

1.º Se trata de una mujer, de ascendencia indígena y ello lo inferimos a través de cuatro indicadores:

- a) su modo de identificación personal: *cognomen* + patronímico. El nombre personal aparece referido por *Eburia*(²) y el patronímico por *CalveniQ) f(ilia)*.
- b) su pertenencia al *populus* de los *celtici supertamarci* (Plinio, IV, 111 - *Supertamarci* - y Pomponio Mela, III, 11 - *Supertamarci*), emplazado éste en las tierras al Norte del río Tambre (⁴).

(²) Por el momento no se ha documentado el antropónimo *Eburia*, pero sí *Ebura* o *Eburus/Eburius* en genitivo (Cf. T. Mañáñez Pérez, *Epigrafía y numismática de Astorga romana y su entorno*, Astorga-Salamanca, 1982, n.º 99, p. 106 (Astorga) e *ILER* n.º 2727 (Villamexia) entre otros).

Se puede apuntar que todos tienen en común la raíz *Ebur-* lo que prenota carácter indígena (Cf. M^a. L. Albertos Firmat, “La onomástica personal indígena del noroeste peninsular (astures y galaicos)”, *III Col. Leng. Cult. Paleo*, Lisboa, 1985, pp. 255-310, en especial p. 283 y J. M. Abascal Palazón, *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia, 1994, p. 349) (= Abascal, *Nombres*).

(³) No se ha constatado epigráficamente en suelo peninsular por el momento ningún *Calvenus*, pero sí *Calvinus* (Cf. Abascal, *Nombres*, p. 312). Ambos antropónimos derivados de la raíz *Calv-* (Cf. M^a. L. Albertos Firmat, *La onomástica personal primitiva de Hispania*, Salamanca, 1966, pp. 73, 86, 276, 284, 292 y 301).

(⁴) Cf. A. Tranoy, *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la*

c) su adscripción al *castellum* (?) o *centuria*⁽⁵⁾ (?) de *Lu-ber*⁽⁶⁾, no documentado por el momento (7).

d) no es un hecho insólito el que una *celtica supertamarca* indique su pertenencia a una unidad inferior (*Fusca Coedi f celtica superta(marca) D Elaniobrensi* (Astorga))⁽⁸⁾.

2.º Su estancia en la zona se debe a una migración relacionada con la puesta en explotación de una zona minera, el distrito de valle del Duerna-Médulas, centrado éste en la extracción del oro⁽⁹⁾. Este hecho

péninsule ibérique dans l'Antiquité, París, 1981, p. 60 (=Tranoy, *Galice*) y M^a. D. Dopico Caínzos-P. Rodríguez Alvarez, "Paleoetnografía de Gallaecia", *Complutum*, n.º 2-3, Madrid, 1990, pp. 395-398, en especial p. 396.

(5) El Prof. Encarnação nos sugirió que la C invertida, según las ocasiones, se puede desdoblar en *castellum* y otras en *centuria*. Y será siempre *centuria* cuando le siga un genitivo de características antropónimicas, como parece ser el caso. Nosotros, por el momento, preferimos no pronunciarnos al respecto.

(6) Presenta parecido gráfico con el *D LETIOBRI* documentado en un epígrafe funerario de *Bracara Augusta*-Braga- (Cf. P. Le Roux-A. Tranoy, "Les nécropoles de Bracara Augusta. B. Les inscriptions funéraires", *Cadernos de Arqueologia*, n.º 6-7, Braga, 1989-90, pp. 183-230, en especial n.º 3, p. 194, fig. 5).

(7) Cf. las listas de los mismos recogidas en M^a. L. Albertos Firmat, "Organizaciones suprafamiliares en la Hispania Antigua", *S.A.*, n.º 37, Santiago de Compostela-Valladolid, 1975, pp. 1-66; Idem, "Organizaciones suprafamiliares en la Hispania Antigua", *B.S.A.A.*, vol. XL-XLI, 1975, pp. 5-66; Idem, "Perduraciones indígenas en la Galicia Romana: los castros, las divinidades y las organizaciones gentilicias en la epigrafía", *Act. Bim. Lugo*, Lugo, 1977, pp. 17-27, en especial, pp. 22-26; Idem, "Organizaciones suprafamiliares en la Hispania Antigua, II", *B.S.A.A.*, vol. XL VII, Valladolid, 1981, pp. 208-214; Idem, "Sobre los castella del Noroeste peninsular", *I Cong. Hist. Ant.*, voi. II, Santiago de Compostela, 1988, pp. 190-195; G. Pereira Menaut-J. Santos Yanguas, "Sobre la romanización del noroeste de la Península Ibérica: las inscripciones con mención del origo personal", *Sem. Arq. Noroeste Pen.*, vol. III, Guimarães, pp. 117-138; Tranoy, *Galice*, pp. 371-378; M. Fernández Mier, "Esteia romana de Villaverde", *B.I.D.E.A.*, n.º 144, Oviedo, 1994, pp. 695-700 y J. Mangas-M. Olano, "Nueva inscripción latina. Castella y castellani del área astur", *Gerión*, n.º 13, Madrid, 1995, pp. 339-347.

(8) Cf. F. Diego Santos, *Inscripciones romanas en la provincia de León*, León, 1986, n.º 109, pp. 115-116, Lám.LXXXVII (=IRPLe). Proponemos la lectura de *Elaniobrensi* y no *Blaniobrensi* como tradicionalmente admitía la investigación anterior, en virtud de la revisión de la lectura de la pieza "in situ".

(9) Cf. F. J. Sánchez-Palencia Ramos, "Explotaciones auríferas en el *Conventus Asturum*", *Ing. y Rom. Conv. Asturum*, Oviedo, 1983, pp. 67-87; F. J. Sánchez-Palencia Ramos et alii, "La Zona Arqueológica de las Médulas (1988-89)", *A.E.A.*, vol. LXIII, Madrid, 1990, pp. 249-264 y Cl. Domergue, *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité Romaine*, 1990, París como trabajos más significativos.

no es extraño ni para la población supertamarca ⁽¹⁰⁾ ni para otras personas de origen extraconventual asentadas en la región ⁽ⁿ⁾.

3.º Utiliza elementos decorativos en el monumento relacionados con el mundo de ultratumba tales como el creciente lunar ⁽¹²⁾ y la rosa hexapétala, para preservar el momento del óbito ⁽¹³⁾, encontrándose de

⁽¹⁰⁾ Otras referencias a personas pertenecientes a este pueblo y hallados en la zona donde apareció el monumento que analizamos tenemos en Astorga (Cf. *IRPL*e, n.º 102. pp. 111-112, Lám. LXXXIV, n.º 104, p. 113, Lám. LXXXVI y n.º 109, pp. 115-116, Lám. LXXXVII). Además existe un excelente trabajo de la profesora M^a.L. Albertos Firmat, “Los célticos supertamárlicos en la epigrafía”, *C.E.G.*, vol. XIX, Santiago de Compostela, 1974-75, pp. 313-318, donde se recoge la evidencia de este pueblo en la epigrafía. Se debe adjuntar a la lista de epígrafes con personas de origen supertamarco la reciente aparición en S. Pedro de Mera (Lugo) de una inscripción funeraria (Cf. *Lucensia*, n.º 13, Lugo, 1996, en la portada y contraportada, sin lectura crítica). No hemos incluido en esta lista de personas supertamarcas la pieza (Cf. E. W. Haley, *Migration and economy in Roman imperial Spain*, Barcelona, 1991, n.º 426, p. 72) que tradicionalmente se admitía como el *origo* de un supertamarco, puesto que hemos visto el monumento empotrado en la actual muralla de Astorga, y dada la forma de soporte y el tamaño de las letras, desaprobamos que se trate de una inscripción funeraria y menos con origen supertamarco; más bien, a nuestro modo de ver, se trata de un dintel que se ubicaría en un edificio de buenas dimensiones.

(*) Cf. F. J. Sánchez-Palencia Ramos *et alii*, “La mano de obra en la minería romana del Noroeste Peninsular”, *T.A.E.*, vol. XXXIV, fase. 3-4, Porto, 1994, pp. 243-358; Idem, “Las explotaciones auríferas y la ocupación romana del Noroeste de la Península Ibérica”, *II Simp. Arq. Noroeste*, 1983, Santiago de Compostela, pp. 225-246; Idem, “La minería del oro en el Noroeste peninsular. Tecnología, organización y poblamiento”, *Sem. sobre Min. y Met. en la Esp. Romana. IV C. V. Fons Melaria, Córdoba*, 1993; A. Orejas, “Les populations des zones minières du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique (bassin NO du Douro, León-Espagne)”, *D.H.A.*, 20.1, París, 1994, pp. 245-282 y S. M^a García Martínez, “Los distritos mineros del Noroeste hispanorromano como lugares de atracción de población exógena, según los testimonios epigráficos”, *Cong. Int. Min. “La cultura leonesa de la mina”*, Astorga, 1996 (en prensa).

⁽¹²⁾ Podemos apuntar que el uso de este elemento decorativo en las inscripciones funerarias es restrictivo a la actual provincia de Pontevedra-*Conventus Lucensis*-. Cf. G. Baños Rodríguez, *Corpus de inscripciones romanas de Galicia. II. Provincia de Pontevedra*, La Coruña, n.º 37, 41, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 52, 56, 57, 58, 59, 71 y 81).

Para la provincia de León es preciso referirse a los monumentos de León capital (Cf. *IRPL*e, Lám. CXLV) y Villadecanes (Cf. *IRPL*e, Lám. XLI) y más próximo al lugar del hallazgo de la pieza en estudio, mencionar los monumentos hallados en Astorga (Cf. *IRPL*e, Lám. LXXIV), Santa Colomba de Somoza (Cf. *IRPL*e, Lám. CLXXI) y Santa Marina de Somoza (Cf. *IRPL*e, Lám. CLXXIV).

⁽¹³⁾ Astorga (Cf. *IRPL*e, Lám. LXXXIII y Lám. LXXXVIII).

forma conjugada ambos, igual que se evidencia en otros monumentos funerarios de la región ⁽¹⁴⁾.

La cronología del epígrafe por la *ordinatio* onomástica y por los elementos que la definen, se puede datar en la primera mitad del siglo I de nuestra era, momento a partir del cual comienza a desaparecer la mención de 3 y aparece la indicación del *origo* personal por medio de otras referencias ⁽¹⁵⁾.

Con esta inscripción funeraria podemos concluir que la epigrafía del *Conventus Asturum* se enriquece de forma continuada. La importancia de la pieza reside en varios hechos a la vez: primero, aparece en un contexto de explotación minera, lo que evidencia el desplazamiento hacia el lugar de gentes procedentes de otras partes de *Hispania* y más en concreto del *Conventus Lucensis*, hecho que no se encuentra descontextualizado; segundo, es otra prueba más del sistema de organización indígena, 3 *Luber*; tercero, advierte la movilidad de gentes en busca de una mejora en sus condiciones de vida y centrada ésta en su ocupación en las explotaciones mineras del oro; y cuarto, añadir dos nuevos antropónimos a la lista onomástica indígena (*Eburia* y *Calvenus*).

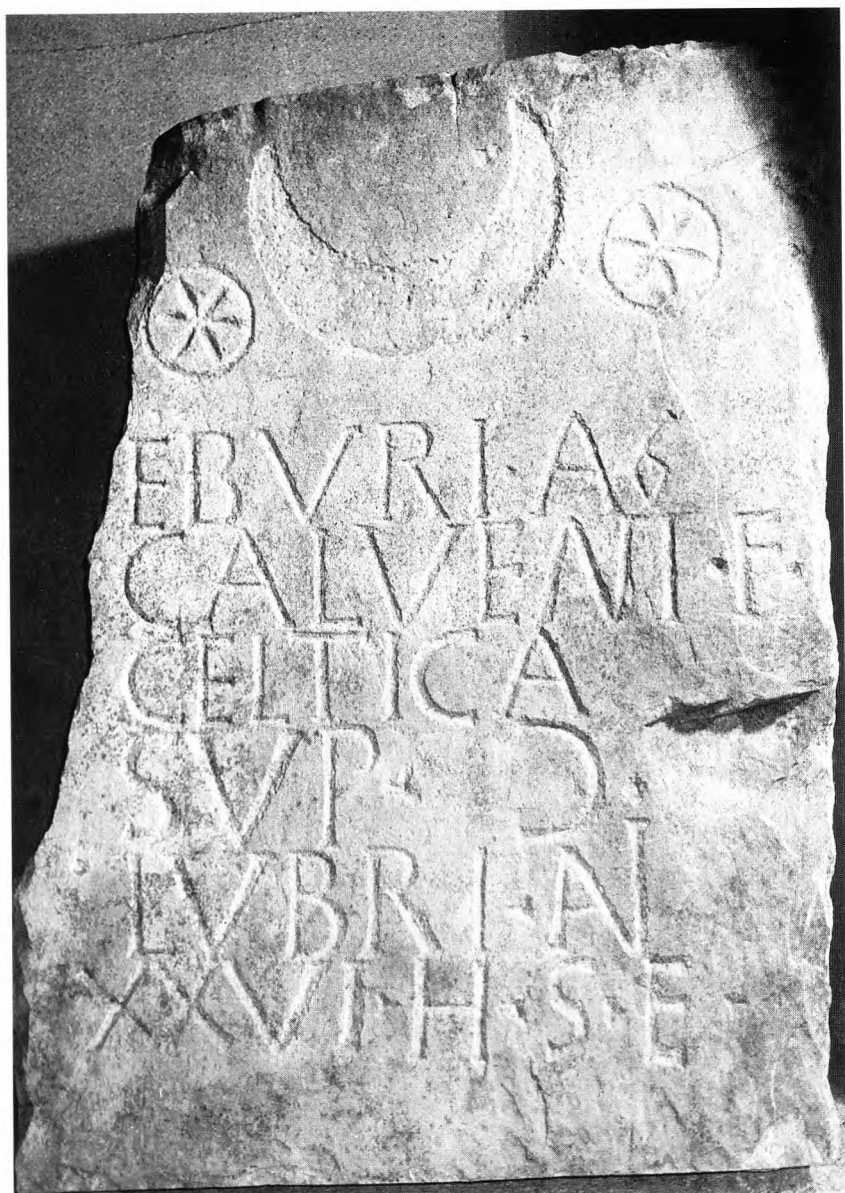
Nota da Redacção: Com a devida vénia, informamos que, no VII Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleo-hispánicas (Saragoça, Março de 1997), Antonio Rodríguez Colmenero deu a conhecer magnífica estela esculturada, procedente de Lugo, com a seguinte inscrição (a publicar nas respectivas actas):

APANA • AMBO/LLI • F (*ilia*) • CELTICA / SVPERTAM (*arca*)/
3 (*centuria*) MIOBRI /⁵AN(*norum*) • XXV (*quinque et viginti*) • H(/c) •
S(*ita*) • E(*st*) / APANVS • FR{*ater*} • F(*aciendum*) • C(*uravit*)

É nossa a interpretação *centuria*, na l. 4, porquanto, à semelhança do que se passa com LVBRI, MIOBRI será genitivo do antropónimo MIOBER. [J. d'E.]

⁽¹⁴⁾ Astorga (Cf. *IRPL*e, Lám. XCIII) y León (Cf. *IRPL*e, Lám. CXLV).

⁽¹⁵⁾ Cf. G. Pereira Menaut, “Los castella y las comunidades de Galicia”, *Zephyrus*, vol. XXIV-XXV, Salamanca, 1982, pp. 249-267, en especial p. 259.



Epígrafe funerária de Andiñuela

ÉL vio MELIM DE SOUSA

Conservador dos Museus da Câmara Municipal de Sintra

EURICO SEPÚLVEDA

Licenciado em Economia

MATERIAIS INÉDITOS DA NECRÓPOLE ROMANA
DA HERDADE DA BARROSIHA (ALCÁ CER DO SAL)
— A COLECÇÃO DOS COMENDADORES NUNES CORREIA
“Conimbriga” XXXVI (1997) p. 103-122

RESUMEN: Estuda-se uma colecção particular de artefactos romanos, constituída por dez peças provenientes da necrópole romana da “villa” da Herdade da Barrosinha (Alcácer do Sal).

Os materiais corresponderão, certamente, ao espólio de uma sepultura de incineração, colocando-se a hipótese de a mesma ter pertencido a um cirurgião.

Uma das lucernas, com figuração de temática erótica, constitui exemplar inédito dentro das tipologias e bibliografias conhecidas.

Toda a colecção é atribuída ao séc. III d. C.

RÉSUMÉ: On présente les résultats de l'étude d'une collection d'objets romains qui proviennent de la nécropole de l'Herdade da Barrosinha (Alcácer do Sal — Portugal).

On croit que le mobilier de la sépulture appartient à un médecin. Dans la collection il y a une lampe qui par sa décoration paraît être inédite. La chronologie de l'ensemble se situe aux alentours du III^{ème} siècle après J. C.

(Página deixada propositadamente em branco)

MATERIAIS INÉDITOS DA NECROPOLE ROMANA DA HERDADE DA BARROSINHA (ALCÁCER DO SAL)

— A COLECÇÃO DOS COMENDADORES NUNES CORREIA

Nos últimos anos da década de 80, tivemos conhecimento, através do Dr. José Cardim Ribeiro, da existência, na Praia das Maças (Sintra), de uma colecção particular de artefactos arqueológicos romanos, proveniente da Herdade da Barrosinha (Alcácer do Sal).

Após contacto com os proprietários — Comendadores Maria Eva e Manuel Nunes Correia — agendámos uma deslocação à Praia das Maças, a fim de iniciarmos o estudo do dito espólio.

Deparámo-nos com um conjunto de cinco peças cerâmicas [uma *olla* (“urna”), três lucernas e um jarrinho de uma asa], quatro metálicas [uma *ligula*, dois *scalpella* e uma sonda cirúrgica (*specillum*)] e uma vítrea (taça), em relativo bom estado de conservação e de nítido cariz funerário.

Durante a sua análise, foi-nos referida a sua origem — a estação romana da Herdade da Barrosinha (Alcácer do Sal), pertença dos referidos comendadores. Não conseguimos, contudo, apurar qual a sua proveniência exacta dentro da área da herdade, apenas podendo ser excluídos, dentro desta, os campos de nula aptidão agrícola, dado a colecção provir de terrenos aráveis.

Os materiais em causa teriam sido recolhidos, muitos anos antes, por trabalhadores agrícolas, aquando do cíclico amanho manual das terras, tendo-os, então, descrito, como um “pote de barro com cinzas”, junto do qual se amontoavam outros vasos, lucernas e objectos metálicos, e num local onde, já anteriormente, tinham sido descobertos outros vestígios antigos, semelhantes a estes.

Este “conjunto”, impossível hoje de ser reconstituído integralmente com exactidão, terá, certamente, correspondido ao espólio de

uma sepultura romana de incineração, colocando-se a hipótese de a mesma ter pertencido a um cirurgião.

Não existem quaisquer registos dos achados, quer fotográficos, quer desenhados, mas apenas orais. Todavia, e segundo o Sr. Comendador Manuel Nunes Correia (entretanto falecido), terá havido, por altura da descoberta dos vestígios, uma troca de correspondência entre este e o Prof. Doutor Manuel Heleno, em que o primeiro dava conta e descrevia os materiais encontrados na Barrosinha, e no decurso da qual ambos teciam considerações várias sobre o espólio. Infelizmente, não tivemos acesso a toda essa documentação, por não se saber o seu actual paradeiro.

O certo é que a colecção ora em análise (dez peças no total) jamais se desfez, restando sempre integrada nos bens dos donos da Herdade da Barrosinha, quer em Alcácer do Sal, quer em Lisboa ou Sintra.

Os vários elementos do “conjunto”, à altura a que demos início ao seu estudo, encontravam-se inteiros e já lavados, não havendo, pelo que nos confirmaram, quaisquer outras peças ou fragmentos.

Desde logo nos foi salientada a total disponibilidade dos possuidores, em tudo o que necessitássemos e lhes fosse possível, no intuito de levarmos a bom termo o nosso trabalho.

Cabe-nos aqui agradecer, publicamente, esta louvável e esclarecida postura, tão pouco comum actualmente, sem a qual nunca teria sido viável a elaboração do artigo que ora se apresenta.

A “estação” romana da Herdade da Barrosinha

Não são vastas nem tão-pouco frequentes, as referências à “estação” romana da Herdade da Barrosinha (Alcácer do Sal) na bibliografia arqueológica, pelo que não se nos tornou difícil a tarefa de tentarmos coligir aqui a maior parte dessas informações (!).

Ao que se sabe, remonta ao ano de 1896 a primeira alusão escrita à “estação”, quando Joaquim Correia Baptista refere, n’*O Archeologo*

(>) Não sabemos se existirão ou não referências à Herdade da Barrosinha na imprensa local e regional; todavia, para o nosso trabalho, não tivemos esse factor em conta. Por outro lado, pensamos ser de admitir a existência de recolhas, não sistemáticas, de materiais arqueológicos, por parte de elementos do Museu Municipal de Alcácer do Sal e consequentes depósitos no mesmo.

Português i²), sob o título «*Salada*», o seguinte: “E mais abaixo ainda, a quatro quilómetros de Alcácer, no sítio da Barrosinha, existem alicerces, e muitos pedaços das faladas típicas telhas e tijolos, em sítio tão elevado que foi preferido pelo proprietário da respectiva herdade para eira; e a uns quatro metros do rio, na mesma margem direita, ainda se encontram inconfundíveis vestígios de um forno, estando a descoberto um pedaço de pavimento feito em formigão. Neste local julgo fácil extrair algumas telhas e ânforas completas, desde que se faça uma metódica exploração.

Outro tanto sucederá no sítio da Xarroqueira, a cinco quilómetros a jusante de Alcácer e ainda na mesma margem, onde se vêem muitos fragmentos de ânforas e de tijolos. Parece que houve aí, como na Barrosinha, vários fornos”.

Dois anos mais tarde, José Leite de Vasconcellos noticia, igualmente n’O *Archeologo Português* Q), a recolha de achados romanos [cerâmica de construção, ânforas e “barro saguntino” (*sigillata* e/ou cerâmica de paredes finas)], numa herdade localizada perto de Alcácer, a cerca de 1,5-2 km do centro da vila e implantada na margem direita do Sado, junto às águas do rio. Identificando-a como “Herdade da Barrosinha”, interroga-se, desde logo, sobre a sua classificação tipológica — “povoação” ou “simples *villa*”.

Logo aqui, e apenas com base nas informações relatadas por Joaquim Correia Baptista e José Leite de Vasconcellos, se denota uma discrepância, a nível do espaçamento a que colocam os achados em relação a Alcácer do Sal. O primeiro refere que distam cerca de 4 km da vila, o segundo cerca de 1,5-2 km daquela, embora os coloquem ambos na margem direita do rio. Tais localizações, revelam, por si sós, a existência de uma “estação” arqueológica, talvez uma grande *villa*

(2) Volume II, n.º 1, p. 7.

(3) Volume IV, n.º 1-6, p. 113. Refere concretamente: “Herdade da Barrosinha — Fica ainda mais perto de Alcácer: 1,5 quilómetros a 2 quilómetros. Na margem direita do Sado, junto à água, encontrámos, no mesmo dia, inúmeros fragmentos de ânforas: bojós, asas, gargalos; o Sr. Baptista tinha também achado testos. Foi aqui que apareceu, na ocasião da nossa visita, o fragmento de asa de ânfora com a inscrição que acima transcrevi. Apareceram igualmente muitos tijolos prismáticos e outros, bem como fragmentos de barro saguntino, e de *opus signinum*. — Merece a pena proceder a escavações, porque decerto aparecem mais objectos. Só depois se saberá se se trata de povoação ou de simples *villa*”.

áulica, cujos vestígios abrangeriam uma área vastíssima, ou, então, estações distintas, apesar de insertas na mesma herdade e implantadas na mesma margem do Sado.

Somente muito tempo depois, em 1974 — apesar do surgimento de uma referência esporádica à Barrosinha inserta em dois mapas de difusão de marcas de lucernas analisadas na dissertação de licenciatura de Maria Elisabeth Cabral, em 1973 —, serão publicados, segundo moldes científicos correctos, os primeiros materiais arqueológicos romanos exumados na Barrosinha. As cinco lucernas estudadas então por aquela arqueóloga ⁽⁴⁾ e pertencentes ao Museu Nacional de Arqueologia, após aquisição por parte do Prof. Doutor Manuel Heleno — “embora desintegradas do seu contexto arqueológico” —, forneceram as primeiras datações válidas para aquela “estação”, ao concluir-se, da sua análise, estar-se na presença de um “fabrico hispânico”, datado do século III d. C.

Mesmo assim, tanto a dúvida que os relatos de Joaquim Correia Baptista e de José Leite de Vasconcellos originaram quanto à existência de uma ou mais “estações” arqueológicas na Herdade da Barrosinha, como, ainda, a confirmação das primeiras cronologias apontadas para a “estação” por Maria Elisabeth Cabral, através das datações dos artefactos que publicara em 1974, apenas terão desfecho em 1987, através da publicação de um artigo de António Manuel Dias Diogo *{et alii}* na *Conimbriga*, intitulado “Fornos de ânforas de Alcácer do Sal” ⁽⁵⁾.

Com efeito, os seus autores revelam a real existência, não de um único local arqueológico, mas de dois, distintos — Barrosinha I [implantado a cerca de 4 km de Alcácer do Sal, segundo Joaquim Correia Baptista, e a cerca de 4km para montante de Alcácer, segundo Antonio Manuel Dias Diogo *et alii*] e Barrosinha II [situado a cerca de 1,5-2 km de Alcácer do Sal, segundo Leite de Vasconcellos, e a cerca de 2,5 km para montante de Alcácer, segundo Dias Diogo *et alii*], correspondendo-lhes, em nossa opinião, respectivamente, ao primeiro, os vestígios referidos por Correia Baptista e, ao segundo, os achados identificados por Leite de Vasconcellos. Em ambos os locais, assinalam, unanimemente, a presença de fornos de ânforas e dos consequentes vestígios da sua laboração.

⁽⁴⁾ “Cinco lucernas inéditas da Barrosinha (Alcácer do Sal)”, *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, volume II, Lisboa, 1974, pp. 175-184.

⁽⁵⁾ Volume XXVI, Coimbra, 1987, pp. 77-111.

Os materiais estudados por Dias Diogo *et alii*, recolhidos numa vala de drenagem para escoamento de águas na Herdade da Barrosinha, durante o Verão de 1978, por elementos do Museu Municipal de Alcácer do Sal e pertencentes a Barrosinha II, revelaram, de facto, a existência de uma grande estação arqueológica, abundante em vestígios romanos característicos de *villae*, desde as sempre presentes ânforas, até às cerâmicas comuns, *sigillatas*, cerâmica de paredes finas, pesos de tear e cerâmica de iluminação.

As datações fornecidas pelas peças pertencentes ao espólio exumado em 1978, que se encontram depositadas no Museu Municipal, apontam para o segundo quartel do século I d. C. (ânfora, *sigillata* itálica, cerâmica de paredes finas e lucerna), como a cronologia mais recuada, e, para os inícios do século II d. C, como a cronologia mais avançada (ânforas e *sigillata* africana clara A), não se registando, porém, a ocorrência de quaisquer achados com cronologia posterior aos inícios do século II d. C.

Para Barrosinha I apenas é referido, naquele artigo, que os seus fornos fabricaram peças semelhantes às “dos outros fornos do Sado” [ânforas “Dressel 14 e talhas” (*dolia*)], deduzindo-se, assim, para eles, uma cronologia análoga, ou seja, uma produção que não exceda os princípios do século II d. C.

Face ao acima exposto, poder-se-á deduzir que as *lucernae* do século III d. C., publicadas por Maria Elisabeth Cabral, como, ainda, as peças da colecção Nunes Correia, igualmente datadas de cronologias mais tardias do que os inícios do século II d. C, dificilmente pertencerão a Barrosinha I ou a Barrosinha II, mas sim a uma “terceira” estação arqueológica.

Recorde-se, também, que os nossos materiais, dado o contexto em que foram encontrados, e mesmo os depositados no Museu Nacional de Arqueologia, pela sua excelente conservação, indiciam a presença de uma necrópole, localizada algures, mas dentro da herdade, cuja existência nos foi, de resto, confirmada por elementos do Museu Municipal de Alcácer do Sal ⁽⁶⁾. Confronte-se, também, a este propósito, o fragmento de um óptimo colar romano (ouro, contas de vidro e gemas) exposto naquele Museu, sob a referência de “Herdade da Barrosinha”, e que provém igualmente de um enterramento.

(6) Agradecemos ao Dr. João Carlos Faria e ao Sr. Fernando Gomes as preciosas informações que tão amavelmente nos cederam.

Em 1980, A. M. Dias Diogo, na *Conimbriga* (vol. XIX, p. 149), fala de prospecções efectuadas na Herdade da Barrosinha, entre 1976 e 1979.

No fascículo 2 — “Coimbra e Lisboa” — de *Roman Portugal* (1988, p. 133, 5/ 360-Barrosinha), Jorge de Alarcão refere a Herdade da Barrosinha, relatando a existência, no local, de alicerces, cerâmicas várias e de uma necrópole de inumação, agradecendo esta última informação a João Carlos Faria e a Marisol Ferreira. Surge-nos aqui, saliente-se, a primeira notícia escrita concreta, em bibliografia arqueológica, da necrópole da *villa* da Barrosinha. Nesse mesmo ano, 1988, surge uma nova, mas muito breve alusão à Herdade da Barrosinha, sobretudo no que respeita ao fabrico, ali, de ânforas, desta feita, no trabalho (inédito) de Manuel Maia⁽⁷⁾, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa como «Prova Complementar de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia», intitulado *Ânforas do Sul da Lusitânia. Ensaio de Caracterização e Contributos para a História Económica*.

Pouco depois, já em 1990, nas *Actas das Jornadas sobre Ânforas Lusitanas. Tipologia, Produção, Comércio* ⁽⁸⁾, dá-se conhecimento de treze novos e inéditos achados anfóricos [todos pertencentes a vasilhas do tipo “Lusitana 2” (=Dressel 14)] nos fornos da Barrosinha I.

Igualmente de 1990 data a penúltima referência à Herdade da Barrosinha, que seríamos. Trata-se de uma alusão, feita por Vasco Gil Mantas (p. 179), à existência de pesos de lagar de azeite em “ruínas de estabelecimentos rurais, em parte correspondentes a *villae*”, dando como exemplo, de entre estas, a Barrosinha.

Muito recentemente, em 1996, Françoise Mayet, Anne Schmit e Carlos Tavares da Silva fazem alusão, de novo, às ânforas da Herdade da Barrosinha (fabrico e achados), na obra *Les Amphores du Sado (Portugal)*. Os autores inserem na sua obra dois mapas com a localização precisa da estação da Herdade da Barrosinha e apresentam uma actualização dos achados dispersos.

Conclui-se, após a análise das várias notícias supra-relatadas, que todas as “estações” romanas da Herdade da Barrosinha corresponderão,

(7) Páginas 3 e 38, notas 1 e 2.

(8) Página 175 e figs. 46-48.

seguramente, a uma grande *villa* áulica. Esta possuiria diversos (pelo menos dois) complexos fabris de ânforas e cerâmica comum (*dolia*), por sua vez dotados de fornos e, ainda, a respectiva necrópole e demais dependências adjacentes, localizadas, todas elas, a uma relativa maior ou menor distância do centro principal.

A colecção dos Comendadores Nunes Correia - Catálogo

Quase todas as peças da colecção se apresentavam inteiras, pelo que forneceram perfis completos (caso das cerâmicas e vidro), o que nos facilitou, sobremaneira, a detecção das respectivas formas e consequente datação das mesmas.

Temos assim:

N.º 1 (Est. I) — **Peça:** recipiente de cerâmica comum tipo “urna”, inteira, onde foi recolhida a incineração, segundo os trabalhadores rurais. Possui bordo revirado para fora, não muito pronunciado e fundo recto. **Forma:** Pote Tipo 2b — variante de gargalo baixo de Nolen: *olla* de bordo revirado para fora do tipo 1 de Vegas. **Diâmetro:** 153 mm ao nível do bordo e 98 mm ao nível do fundo. **Pasta:** castanha-acinzentada escura, de grão grosseiro, com elementos não plásticos de grandes dimensões, micácea, porosa e dura. **Engobe:** externo, de cor idêntica à da pasta, espesso, homogêneo, não muito brilhante; interno, inexistente. **Cronologia:** Nolen adianta para esta forma uma datação balizada entre 15-12 a. C. e a segunda metade do século III d.C., referindo, no entanto, ser preferível não se adiantar uma cronologia exacta para estes potes, dado o seu larguíssimo espectro temporal. Por sua vez, Vegas refere que o seu tipo 1 foi muitíssimo disseminado, quer por todas as províncias romanas do Império, quer por toda a época romana, não sendo possível estabelecer, deste modo, em seu entender, quaisquer significações cronológicas ou geográficas específicas para estas “vasilhas de cozinha”. Estas opiniões parecem comprovar-se com as cronologias atribuídas por Jorge Alarcão para as peças de cerâmica comum n.ºs 151, 701 e 889 de Conímbriga, todas elas potes de bordo esvasado e com cronologias do período flaviano, para a primeira, e do século V d. C., para as segunda e terceira.

N.º 2 (Est. II, n.º 1) — **Peça:** taça inteira de vidro transparente, bordo com aba revirada para fora, embora com uma pequena curvatura no topo, a nível do remate. Com bolhas de ar, muito irisada e fundo em anel muito mais espesso do que a parede. Parede muito delgada, arredondada e com duas curvaturas acentuadas, uma, mais aguda, parte para o remate do bordo, outra,

mais larga, desce para fazer o pé. Entre ambas, inscreve-se um bojo bastante pronunciado. O exterior do fundo apresenta-se, na generalidade, convexo, embora se denote uma concavidade central que origina um *omphalos*, correspondendo-lhe um interior côncavo e, logicamente, uma pequena depressão circular central. **Forma:** não encontramos, na bibliografia consultada, nenhum paralelo exacto para a nossa peça. Ainda assim, pensamos que a forma Isings 87 é a que melhor se enquadra — bordo esvasado, corpo alto e fundo em anel. Todavia, o bordo da taça da Herdade da Barrosinha é semelhante ao patente na forma Isings 42a. Esta forma de Isings possui, igualmente, fundo com pé em anel, muito embora bem diferente do nosso. Para concluir, é-nos impossível identificar a nossa taça como uma variante de qualquer das formas de Isings atrás citadas. **Diâmetro:** 129 mm, a nível do bordo exterior e 62 mm, a nível do interior do pé em anel. **Cronologia:** Para a sua forma n.º 87, Isings adianta uma datação de finais do século I d. C./ inícios do século II d. C. e, do mesmo modo, uma cronologia de Marco Aurélio (161 d. C. — 180 d. C.), estendendo-lhe a mesma até aos finais deste século, para a segunda peça identificada com esta forma e encontrada em Ventimiglia. A forma n.º 42a, por seu turno, está datada desde os Flávios (mas não antes), abrangendo todo o século II d. C. e mesmo estratos mais tardios. Uma taça de bordo revirado para fora e fundo em anel conservada no Museu Arqueológico Nacional de Cagliari, de forma Isings 42a, ainda que de perfil diferente do nosso, foi datada por Daniela Stiaffani e Giuseppina Borghetti (1994, p. 138 e Tav. 99), de entre os séculos I d. C. e os inícios do século III d. C. Uma outra peça idêntica (forma Isings 42a), conservada no Museu Arqueológico de Estrasburgo (Véronique Arveiller-Dulong e Jacques Arveiller, 1985, p. 66 e 67, n.º 17), foi alvo de uma reutilização num enterramento datado do século III d. C. ou de cronologia superior. Confrontem-se, igualmente, as tigelas de vidro exumadas em *Balsa* e publicadas em 1994, de forma Isings 42a, para as quais se adianta uma cronologia desde Cláudio/ Nero até data imprecisa dentro do século III d. C. (Nolen *et alii*, 1994, pp. 171, 172, 188, 189 e 231, Est. 36) e as duas tigelas Isings 42a da colecção Bustorff Silva (Simões, 1987, p. 265, 273, 277 e 282). Em nossa opinião, e tendo em conta as cronologias aferidas — tanto as patentes na bibliografia, como as fornecidas pelo demais espólio exumado na necrópole da Herdade da Barrosinha — achamos poder datar-se a nossa taça do século III d. C.

N.º 3 (Est. II, n.º 2) — **Peça:** jarrinho em cerâmica comum, de uma asa e de bordo esvasado (boca larga), embora com uma ligeira curvatura para o interior no bordo. Possui fundo recto. **Forma:** Não encontramos, nas tipologias sobre cerâmica comum disponíveis, uma forma idêntica à da peça em questão. Todavia, a que mais se lhe assemelha consiste no tipo 45 de Vegas, «bocal», embora a nossa peça não apresente, de modo tão evidente, a carena característica daquela forma. Ainda assim, podemos observar uma carena

insinuada e localizada a dois terços do vaso, na sua metade inferior. Confrontar igualmente a peça n.º 45 de *Balsa* (Nolen, 1994, pp. 138, 224-225 e Est. 28, cr-45), a qual, embora não sendo idêntica à nossa, tem semelhanças. **Diâmetro:** 50 mm, ao nível do bordo esvasado. **Pasta:** castanha-avermelhada algo escura, de tom vivo, de grão grosseiro, de elementos não plásticos de médias dimensões, não muito micácea, porosa e dura. **Engobe:** externo, inexistente; interno, inexistente. **Cronologia:** Vegas, para o seu tipo 45, avança uma cronologia desde o século I d. C. até o século III d. C., embora saliente o facto de a forma em questão não perdurar por estratos arqueológicos insertos no século IV d. C. Nolen, para a sua peça, indica a segunda metade do século I d. C. e toda a centúria seguinte, referindo, no entanto, a existência de jarrinhos de forma semelhante em estratos do século III d. C.

N.º 4 (Est. III, n.º 1 e 2) — **Peça:** lucerna de disco, piriforme, inteira e com vestígios de uso, **Medidas:** 108 mm de comprimento; 61 mm de largura e 30 mm de altura. **Forma:** Dressel-Lamboglia 30 B (Cfr. Deneauve XI A/ Paiol 12 AJ /Walters 108/Broneer XXVIII/Yványi XI). **Pasta:** castanha-avermelhada escura, de grão grosseiro, com elementos não plásticos de médias e por vezes grandes dimensões, maciça, micácea (moscovite), porosa e dura. **Englobe:** apresenta somente vestígios nalgumas partes. Grosseiro, de cor castanha-avermelhada, mas de tonalidade mais escura e encarnada do que a da pasta, espesso (por vezes muito espesso, sobretudo nos vincos formais, devido a acumulações), homogéneo e sem brilho. **Orla:** ampla e arredondada (algo convexa). De superfície bastante irregular, onde se inscrevem oito cachos de uvas (ou pinhas?) muito mal definidos e dispostos quatro de cada lado do eixo bico/ asa. O paralelo mais exacto para esta decoração parece ser o observado na lucerna n.º 61 de Conímbriga (Alarcão e Ponte, 1976, p. 101 e Pl. XXVI, n.º 61). Junto ao bico inscreve-se uma ligeira protuberância decorativa (?), a qual, infelizmente, nos é impossível precisar. Esta elevação poderá, hipoteticamente, representar uma letra, talvez um “V”, com o vértice apontado para o centro do disco. Vide a marca de oleiro inserta na peça n.º 202 (fundo), descrita por Ferreira de Almeida (1953, p. 182 e Est. XLII, n.º 202) e o “V inciso” patente no fragmento n.º 7 de Conímbriga, estudado por Belchior (1969, p. 32 e Est. I, n.º 7). **Disco:** algo cóncavo, relativamente pequeno e separado da orla por uma cancelura quase imperceptível. É ocupado por uma cena que representa o momento após a caça entre animais, onde se observa um leão sentado, voltado para a direita e segurando entre as patas dianteiras um cordeiro. Apesar de toda a significação de poder, soberania, justiça e sabedoria que envolve normalmente a figura do leão, a par, até, de toda a simbologia cristã que o mesmo encerra (luta entre o bem e o mal, martírio e ressurreição), não podemos, no nosso caso, enveredar por estas explicações. Somos de opinião, portanto, estar-se perante, não de uma cena de *venatio* comum, a qual implica sempre a existência do elemento humano, mas

sim dum caso especial daquela, representada através de uma figuração composta por aqueles dois animais, composição bem característica dos motivos decorativos do século III d. C., apesar de não muito frequente, mas longe, ainda, de qualquer outra aceção religiosa posterior. Confrontar peças n.º 32, proveniente do enterramento n.º 56 da necrópole da Torre das Arcas (Viana e Dias de Deus, 1955, pp. 253 e 257) e n.ºs 84, 85, 203, 205, 261, 273, 323, 329 e 331, publicadas por Ponsich (1961, *passim*). Ver, também, as peças com figurações de leões enumeradas por Bailey (1980, pp. 71 e ss. e Fig. n.º 75). Orifício de alimentação grande, centralizado e inserto numa depressão não muito pronunciada, localizada na metade inferior do disco. **Base:** plana, de fundo côncavo, não decorado. **Asa:** de argola, não decorada, Tipo Ponsich 8. **Bico:** arredondado, amplo e largo. **Cronologia:** tanto a forma Dressel-Lamboglia 30 B, como as asas tipo Ponsich 8, são comumente aceites como características do século III d. C.

N.º 5 (Est. IV, n.ºs 1 e 2) — **Peça:** lucerna de disco, piriforme, inteira, com irregularidades de fabrico e vestígios de uso. **Medidas:** 94 mm de comprimento; 63 mm de largura e 28 mm de altura. **Forma:** Dressel-Lamboglia 30 B (Cfr. Deneauve XI A/ Paiol 12 Pd Walters 108/ Broneer XXVIII/ Yványi XI). **Pasta:** castanha escura, com laivos avermelhados irregulares, de grão grosseiro, com elementos não plásticos de médias e, por vezes, grandes dimensões, micácea, porosa e dura. **Engobe:** de má qualidade, de cor castanha escura, espesso, homogéneo e sem brilho. **Orla:** idêntica à da peça anterior. **Disco:** idêntico ao da peça anterior. Orifício de alimentação muito pequeno, centralizado, mas inserto numa profunda depressão localizada na metade inferior do disco. **Base:** idêntica à da peça anterior. Denota-se, todavia, a presença de um pé em anel perceptível, embora estilizado, o qual remata a base, do lado exterior. **Asa:** idêntica à da peça anterior. **Bico:** idêntico ao da peça anterior, mas não tão perfeito, ou seja, não completamente circular. **Cronologia:** século III d. C.

N.º 6 (Est. V, n.ºs 1, 2 e 3) — **Peça:** lucerna de disco, circular e intacta. **Medidas:** 103 mm de comprimento; 71 mm de diâmetro e 30 mm de altura. **Forma:** Dressel-Lamboglia 30 A. Autores há que fazem derivar esta forma da Dressel-Lamboglia 27, considerando-a uma mera variante desta última (Cfr. Deneauve VIII B/ Ponsich III C/ Paiol 11 B/ Walters 108/ Broneer XXVIII/ Yványi XI). **Pasta:** bege-acastanhada escura, de grão médio, com elementos não plásticos de médias dimensões, porosa, dura e algo depurada. **Engobe:** de cor idêntica à da pasta, não muito espesso, homogéneo, e pouco brilhante. **Orla:** quase plana, ligeiramente arredondada e larga. Decorada com rosetas de oito pétalas (quatro no total) e cachos de uvas (igualmente quatro ao todo), intercalados e dispostos dois de cada lado do eixo bico/ asa. Como paralelos para a decoração da orla, damos as lucernas n.ºs 150 (Est. XX, n.º 2) e 154 (Est.

XX, n.º 6) de Conímbriga (Belchior, 1969, pp. 64 e 65) e as n.ºs 1, 2 e 3 da Herdade da Barrosinha (Cabral, 1974, pp. 8-10). Os mais exactos, porém, são as lucernas n.º 33, exumada na sepultura 38 da necrópole de Torre das Arcas (Viana e Dias de Deus, 1955, pp. 250 e 253), as n.ºs 136 e 140, provenientes de Tróia de Setúbal/ São Domingos (?) e Miróbriga, respectivamente (Ferreira de Almeida, 1953, pp. 170-171 e Est. XXXIX) e as representadas nas Ests. n.ºs XXXIV, XXXVI e XXXVII de Tróia de Setúbal (Cabral, 1973). **Disco:** plano, apresentando, todavia, uma ligeira depressão para o interior (embora pouco pronunciada). Está separado da orla por duas caneluras que o delimitam. É amplo e todo ocupado por uma cena erótica, composta por três elementos, dois homens e uma mulher, em plena função sexual. Notam-se dois elementos do sexo masculino, um de pé e outro sentado, com a mulher de perneio. Os motivos eróticos são, como sabemos, muito comuns nas lucernas. Contudo, para o nosso caso concreto, não conseguimos encontrar um paralelo rigorosamente exacto [três elementos humanos envolvidos numa única cena erótica, exceptuando-se a lucerna conservada no British Museum, sobre a qual se observa uma figuração identificada como cena de pedofilia (Bailey, 1980, p. 70, Fig. n.º 72/ Q 1369) e a lucerna de fabrico grego publicada em 1955 por Maria Ludwika Bernhard (p. 322, 323 e Tabi. LXXXV), em cujo disco se observa uma cena algo similar à nossa, embora não idêntica, com figuração de temática erótica composta por três elementos, a qual é identificada pela autora pela palavra latina *symplegma* (encontro, reunião)], apresentando todos os demais discos de *lucernae* na bibliografia consultada, cenas com duas únicas figuras apenas. Confronte-se, ainda assim, dentro das cenas eróticas comuns, as lucernas publicadas por Ponsich, 1961, peças n.ºs 155-161, *passim*, e as lucernas apresentadas por Bailey, 1980, nas figs. n.ºs 68, 69, 70, 71 e Pl. LXXXI. As cenas eróticas surgem também sobre as paredes das taças cerâmicas (*terra sigillata*), de que são exemplo as apresentadas por Knorr (1907, Est. XXVII), e Lutz (1970, p. 146, n.º P 79). Compostas por duas figuras (Knorr) e por quatro (Lutz), esta última cena poderia, em nossa opinião, ter originado, talvez, a figuração apresentada no disco desta lucerna, dada essencialmente a posição em que se encontram os diversos intervenientes. Outra hipótese que apresentamos, a qual nos foi sugerida amavelmente pela Prof Doutora Maria Teresa Amaré Tafalla, é a da cena em análise corresponder a uma representação do mito de Hílas, mais concretamente na passagem em que é enlevado pelas ninfas junto de uma fonte ⁽⁹⁾. Confronte-se, ainda, a este propósito, as diversas representações do mito atrás descrito patentes no trabalho de Fernando Regueras Grande *et alii*, publicado em 1994 (pp. 31 a 46). Orifício de alimentação pequeno e ligeiramente deslocado para a esquerda,

(9) Agradecemos aqui, publicamente, à Prof Doutora Maria Teresa Amaré Tafalla, esta sugestão.

inserto na metade inferior do disco. Base: de fundo ligeiramente côncavo, é delimitada por duas caneluras não muito profundas. Apresenta ainda três palmas espinhadas, ladeadas pela marca de fabrico “KI”, incisa. Duas outras lucernas da Barrosinha ostentam decorações de palmas espinhadas, embora nunca em número superior a uma (Cabral, 1974, peças n.ºs 2 e 3). Belchior (1969, p. 78 e Est. XXVII, n.º 4) apresenta, por sua vez, uma palmeta na base de uma lucerna. A ostentação de palmas e/ou palmetas é muitíssimo frequente, tanto nas decorações cerâmicas, como nas marcas de oleiro, pelo que nos escusamos de fornecer aqui mais paralelos. Confrontar, ainda assim, pela sua proximidade geográfica, as lucernas de Tróia de Setúbal estudadas, em 1973, por Elisabeth Cabral (pp. 76, 79 e 81 e Ests. XXXV, XXXVIII, XCVII e CIII). No nosso caso, a curiosidade é que temos três palmas espinhadas estampadas na base, tendo-se descoberto apenas um exemplar idêntico (três palmetas), o qual surge patente numa lucerna de produção tunisina publicada por Anselmino e Pavolini (*Atlante*, 1981, p. 192 e Tav. XCV). As siglas «KI», poderão corresponder, talvez, às primeiras duas letras do nome do oleiro. Com efeito, e após a consulta da obra *A Lexicon of Greek Personal Names* (1987, pp. 256-268), surgiram-nos muitas possibilidades de nomes começados por “KI” dentro do período imperial (31 a. C. - 310 d.C.), razão pela qual, apesar de certamente estarmos na presença de um nome grego, não os enumeramos aqui, até porque todos seriam igualmente hipóteses válidas. Ressalve-se ainda o facto de os autores da obra atrás mencionada (Fraser e Mathews, 1987) não fazerem referência aos materiais de suporte dos nomes (pedra, cerâmica, etc.). Outra hipótese que colocamos, embora em segundo lugar, dada a sua improbabilidade, é a de estarmos perante, não das iniciais do oleiro, mas, porventura, dos sinais identificadores do mesmo ⁽¹⁰⁾. Ferreira de Almeida (1953, p. 85) diz, a certa altura, que a marca *Romanensis*, por vezes, é acompanhada por um “X” ou por um “K”, dando como exemplo a lucerna classificada com o n.º 582 do British Museum. Esta é a única referência a um “K” isolado que observámos na bibliografia consultada. Para o “I”, damos como paralelo certas siglas iguais à nossa, mas com significação de “L” patentes no *Corpus Vasorum Arretinorum* (1968, p. 235, n.º 870), e nos vários C. / L. embora observáveis sobre *terra sigillata* galo-romana e insertas na constituição de nomes. Asa: de argola, decorada por uma pequena faixa em relevo, onde se inscrevem oito

⁽¹⁰⁾ J. A. Ferreira de Almeida (1953, pp. 84-85) refere, ao analisar as marcas de oleiro das lucernas, que “com as assinaturas também foram usados sinais, letras isoladas, figurações de vária ordem. (...) Estas assinaturas pessoais tornar-se-iam muito úteis ao bom funcionamento da laboração oficial; em fornos comuns eram cozidos simultaneamente vasos de diversos mestres e só assim se tornava fácil separar a produção de cada um. Letras isoladas ou sinais complexos também aparecem no *infundibulum* com o mesmo fim provável.”

pérolas irregulares. Tipo Ponsich 8. **Bico:** arredondado. **Cronologia:** todos os autores consultados aceitam uma datação do século III d. C. para a forma Dressel-Lamboglia 30 A e para as asas tipo Ponsich 8, pelo que a nossa peça data, certamente, desta centúria. Ressalve-se, contudo, o facto de Anselmino e Pavolini *Catlante*, 1981, p. 192) adiantarem para a sua lucerna de Forma VII/ /Tipo A2, a qual ostenta o único paralelo exacto para as nossas três palmetas incisas, uma datação provável da primeira metade do século IV d. C.

N.º 7 (Est. VI, n.ºs 1 e 2) — **Peça:** colher de bronze (*ligula*), formada por uma concavidade oval, larga e arredondada, inteira e ligada ao cabo de secção circular, por um ressalto acentuado e desnivelado, destacando-se claramente o cabo da concavidade. O cabo é, por sua vez, ponteagudo na extremidade. As *ligulae* apresentam variadíssima tipologia e material de fabrico, sendo consideradas peças vulgares dentro dos materiais romanos. Possuem diversas utilidades, essencialmente domésticas e farmacêuticas, mas também médico-cirúrgicas. Todavia, as suas finalidades específicas são-lhes conferidas pelos respectivos contextos arqueológicos, bem como pelos resíduos subsistentes. Segundo J. S. Milne (1907, p. 75), desde que surjam associadas a outros instrumentos cirúrgicos, o seu uso não deixa de ser senão o da medicamentação (administração, doseamento, preparação). **Medidas:** 171 mm de comprimento total; cabo com um comprimento de 121 mm; concavidade com 50 mm de comprimento e 28 mm de diâmetro máximo. **Paralelos:** uma *ligula* semelhante à da Herdade da Barrosinha, mas descoberta na Andaluzia, é publicada por Enrique Melendo (1988, p. 194, Lam. LII, n.º 4). Sabemos também da existência de uma *lígula* muito semelhante exumada na *villa* de São Miguel de Odrinhas (São João das Lampas, Sintra), a qual se encontra conservada no Museu Regional de Sintra. **Cronologia:** Melendo (1988, p. 194) adianta uma cronologia do Baixo Império como provável para a *lígula* da Andaluzia anteriormente referida. Por sua vez, a de São Miguel de Odrinhas, por provir das escavações de 1957, das quais não temos quaisquer registos, poderá ser datada de toda a ocupação da segunda *villa* ali implantada e que data dos séculos III-IV d. C. (Melim de Sousa, 1989, pp. 182).

N.º 8 (Est. VI, n.º 3) — **Peça:** escalpelo, de bronze (*scalpellum*, «*corvus*»!), terminado numa das extremidades num “bico de corvo”, portanto, numa ponta curva, cortante e ponteaguda. Este instrumento destinava-se, segundo Enrique Melendo (1988, p. 24), à extirpação de tumores e verrugas. O exemplar da Barrosinha não apresenta já um corte eficaz. O autor atrás citado não atribui, no seu livro, qualquer representação gráfica deste escalpelo à descrição que faz do mesmo, pelo que adiantamos a hipótese de estarmos perante um «*corvus*», tomando apenas por referência aquela descrição. O cabo, de secção circular, apresenta-se fragmentado, mas muito pouco deve faltar para a sua totalidade.

O troço do cabo junto à lâmina, embora igualmente de secção circular, apresenta um diâmetro maior do que o que se inscreve depois da zona achatada (localizada quase na sua extremidade — a 2/3), não se sabendo, todavia, como terminaria na outra extremidade. Pensamos, contudo, que o seu remate seria simples, não se julgando, assim, que terminasse em sonda. **Medidas:** 203 mm de comprimento total (fragmento). A lâmina possui 9 mm de largura máxima. **Paralelos:** a peça n.º 5 da estampa CX de Melendo (1988) é idêntica à nossa, apenas diferindo por ser algo menos larga ao nível da lâmina. Infelizmente o autor não a identifica no texto, pelo que adiantámos a hipótese de se tratar de um *scalpellum* do tipo «*corvus*», com base na descrição a que já aludimos. **Cronologia:** é-nos completamente impossível precisar qualquer data para este tipo de instrumento, pelo que, no nosso caso, o mesmo terá de ser aferido temporalmente de acordo com o seu contexto arqueológico.

N.º 9 (Est. VI, n.º 4) — **Peça:** escalpelo em forma de “bico de corvo”(?), de bronze (*scalpellum*, «*corvus*»?), fragmentado e incompleto. Idêntico ao anterior, apenas diferindo um pouco na lâmina (ligeiramente mais larga) e no cabo. Este último apresenta-se espiralado em quase todo o seu comprimento, embora irregularmente. Na junção do cabo com a lâmina, inscreve-se um ressalto pronunciado (remate), formando como que um anel a toda a volta do cabo. **Medidas:** 110 mm de comprimento total (fragmento). A lâmina apresenta um diâmetro máximo de 10 mm. **Paralelos:** os mesmos que adiantámos para a peça anterior. **Cronologia:** confrontar o que se observou para o *scalpellum* identificado com o número 8.

N.º 10 (Est. VI, n.º 5) — **Peça:** sonda simples?, sonda de ouvido?, de bronze — *specillum?*, *oricularium specillum?*, *auriscalpium?* Vareta metálica lisa, fina e de secção circular, não exibindo qualquer tipo de particularidade. Não decorada. Quanto à sua funcionalidade, a tratar-se de uma sonda simples, seria muito variada, pois consiste num instrumento polivalente. Ainda assim, convém lembrar que a peça não se encontra completa, conhecendo-se apenas uma das extremidades. Se rematasse, do lado inexistente, numa pequenina lígula, plana ou côncava, ou numa argola, estaríamos decerto perante um *oricularium specillum* ou um *auriscalpium*. Pensamos que não seria muito maior do que o fragmento que possuímos. Talvez se possa sugerir que a extremidade inexistente fosse, ou idêntica à existente, ou seja, uma ponta aguda (caso da sonda simples), ou, então, detentora duma forma diferente, mas dentro do espectro tipológico das sondas de ouvido. Ambos os casos são válidos, sendo impossível adiantar-se algo mais, pois, quer numa hipótese, quer noutra, as dimensões dos instrumentos são extremamente variáveis, não se conseguindo, por essa via, fazer uma opção. **Medidas:** 282 mm de comprimento (fragmento), 3,5 mm de diâmetro máximo, ao nível da secção do cabo.

Paralelos: são inúmeras as sondas apresentadas por Melendo (1988, *passim*), tanto simples, como de ouvido, pelo que nos escusamos de as enunciar exaustivamente. Outros autores, como por exemplo Jackson (1990, Fig. 4, n.º 10), apresentam igualmente variados tipos de sondas. **Cronologia:** o uso dos instrumentos médico-cirúrgicos denominados por “sondas” é atestado pela bibliografia e pelas fontes clássicas como característico de todo o período romano. A sonda médico-cirúrgica de Alcácer do Sal (enterramento da Barrosinha) terá, pois, de ser datada pelo seu contexto.

Conclusões

Torna-se, por variadíssimas razões, imperativa a escavação integral da *villa* áulica da Herdade da Barrosinha. Apenas mediante esta escavação se poderá conhecer a totalidade da estação, quer a nível da extensão das estruturas e localização das diversas componentes arquitectónicas, quer no que respeita ao estudo exaustivo de todo o espólio que a mesma venha a revelar.

A julgar pelos materiais já exumados na *villa* e respectiva necrópole — os quais urge centralizar, reunindo-os no Museu Municipal de Alcácer do Sal —, cuja inequívoca qualidade é notória, estaremos perante uma importante estação arqueológica, importância a que a própria localização geográfica não será alheia.

De facto, a proximidade de *Salacia* e, sobretudo, a do Sado, aliada, por sua vez, à fertilidade dos solos, confere-lhe garantias únicas de ter sido um local onde se desenvolveram actividades diversas — produção anfórica e agrícola — de extrema relevância dentro do contexto económico da época romana, na Lusitânia.

O espólio funerário estudado no presente artigo, certamente respeitante à sepultura de um cirurgião, terá, na sua totalidade, de ser datado pelas peças sobre as quais se aferiu uma cronologia mais fina — as lucernas —, que indicaram, no conjunto, o século III d. C.

O seu fabrico, que supomos hispânico, à semelhança das demais *lucernae* publicadas em 1974, revela-nos a existência de fornos localizados no Sul da Península Ibérica (peças n.ºs 4 e 5) e, talvez, em Mérida, para a lucerna erótica (peça n.º 6). De igual modo, a *olla* e o jarro de boca larga, ambos de cerâmica comum, indicam uma produção local.

Para a taça de vidro, por sua vez, poder-se-á adiantar uma importação itálica, inserta na cronologia já sugerida.

Todos os instrumentos médico-cirúrgicos e farmacêuticos, pela sua enorme difusão e amplitude temporal, terão, forçosamente, de ser datados através das três lucernas.

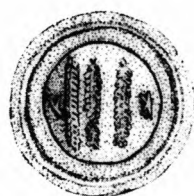
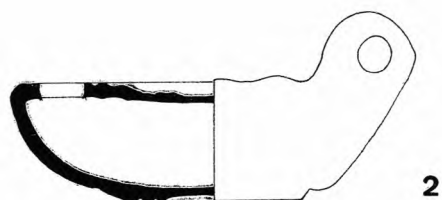
Assim, conclui-se que o contexto arqueológico do enterramento analisado deverá ser atribuído à terceira centúria da era de Cristo, tornando-se muito difícil, para além de erróneo, tentar precisar um espaço cronológico mais restrito no decorrer daquele século.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de, 1974, *Cerâmica Comum Local e Regional de Conimbriga*, Suplementos de *Biblos*, 8, Coimbra.
- 1974, “A Necrópole de Monte Farrobo (Aljustrel)”, *Conimbriga*, vol. XIII, pp. 5-32.
- 1988, *Roman Portugal*, vols. I e II (Fase. 2), Warminster.
- ALARCÃO, J. e ALARCÃO, A., 1966, “O Espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel)”, *Conimbriga*, vol.V, pp. 7-104.
- ALARCÃO, Adília Moutinho e PONTE, Sálete da, 1976, “Les Lampes”, *Fouilles de Conimbriga*, vol. VI, Paris.
- 1976, “As lucernas romanas do Paço Ducal de Vila Viçosa”, *Conimbriga*, vol. XV, pp. 73-91.
- ALMEIDA, J. A. Ferreira de, 1953, “Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal”, *O Arqueólogo Português*, Nova Série, n.º 2, pp. 5-208.
- AMANTE SÁNCHEZ, Manuel, 1993, “Lucernas Romanas de la Région de Murcia (Hispania Citerior)”, *Anejos de Antigüedad y Cristianismo*, I.
- ANSELMINO, E. e PAVOLINI, C., 1981, “Ceramica Africana. Terra-Sigillata: Lúcame”, *Atlante delle forme ceramiche I: Ceramiche fine romane nel bacino mediterraneo (medio e tardo impero)*, Roma, pp. 184 e ss.
- ARVEILLER-DULONG, Véronique e ARVEILLER, Jacques, *Le verre d'époque romaine au Musée Archéologique de Strasbourg*, Paris, 1985.
- BAILEY, Donald M., 1980, *A Catalogue of the Lamps in the British Museum, II, Roman Lamps made in Italy*, Londres.
- BALIL, Alberto, 1968, “Marcas de ceramistas en lucernas romanas halladas en España”, *Archivo Español de Arqueología*, 41, pp. 158-178.
- 1982, “Estudios sobre Lucernas Romanas — III”, *Studia Archaeologica*, 70, pp. 5-17 e Láms. I-III.
- BAPTISTA, Joaquim Correia, 1896, “Salada”, *O Archeologo Português*, vol. II, n.º 1, p. 7.
- BELCHIOR, Claudette, 1969, *Lucernas Romanas de Conimbriga*, Museu Monográfico de Conimbriga, Coimbra.

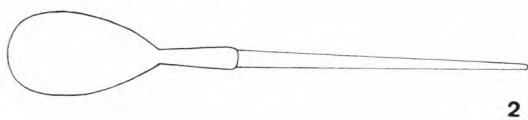
- BERNHARD, Maria Ludwika, 1955, *Lampki Starozytne*, Varsóvia, pp. 322, 323, e Tabi. LXXXV, n.º 306.
- BLÁZQUEZ, José María, 1993, *Mosaicos Romanos de España*, Ed. Cátedra, Madrid, pp. 335-342.
- BOROBIA MELENDO, Enrique Luis, 1988, *Instrumental Medico-Quirurgico en la Hispania Romana*, Madrid.
- CABRAL, Maria Elisabeth, 1973, *Lucernas Romanas de Tróia de Setúbal (Museu Nacional de Arqueologia)*, vols. I e II, Dissertação de Licenciatura em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiada).
- 1974, “Cinco lucernas inéditas da Barrosinha (Alcácer do Sal)”, *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, vol. II, p. 175-184.
- 1976-1977, “Lucernas romanas de Miróbriga”, *Setúbal Arqueológica*, vols. II-III, pp. 455-463 e Ests. I-V.
- CAEIRO, José O. da Silva, 1993, *Arqueologia do Concelho de Serpa*, Publicações “Universidade de Évora”, Évora, pp. 7-25.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain, 1982, *Dictionnaire des Symboles*, Ed. Robert Lafont/ Jupiter, Paris, pp. 575-577.
- DENEAUVE, Jean, 1969, *Lampes de Carthage*, Paris.
- DIOGO, Antonio Manuel Dias, 1980, “Fornos de ânforas do Monte do Bugio. Notícia preliminar”, *Conimbriga*, vol. XIX, pp. 147-150.
- 1987, *et alii*, “Fornos de ânforas de Alcácer do Sal”, *Conimbriga*, vol. XXVI, Coimbra, pp. 77-111.
- DIOGO, António Manuel Dias e FARIA, João Carlos L., 1990, “Fornos de cerâmica no Vale do Sado. Alguns elementos”, *Actas das Jornadas sobre Ânforas Lusitanas. Tipologia, Produção, Comércio*, Diffusion E. de Boccard, Paris, pp. 173-186.
- FRASER, P. M. e MATTHEWS, E., 1987, *A Lexicon of Personal Greek Names*, vol. L Clarendon Press, Oxford.
- ISINGS, C., 1957, *Roman Glass*, Groningen/ Djakarta.
- JACKSON, Ralph, 1990, “Roman doctors and their instruments: recent research into ancient practice”, *Journal of Roman Archaeology*, vol. 3, *passim* e Fig. 4, n.º 10.
- KNORR, Robert, 1907, *Die verzierten Terra-sigillata — Gefässe von Rottweil*, Est. XXVII.
- LEITÃO, Manuel e PONTE, Sálete da, 1980, “Lucernas romanas do Museu Tavares Proença Júnior (Castelo Branco)”, *Conimbriga*, vol. XIX, pp. 151-158.
- LUTZ, M., 1970, “L’Atelier de Saturninus et de Satto à Mittelbronn (Moselle)”, XXII Supplément à *Gallia*, CNRS, Paris, pp. 146-147.
- MAIA, Manuel, 1988, *Ânforas do Sul da Lusitânia. Ensaio de Caracterização e Contributos para a História Económica*, trabalho apresentado à Faculdade de Letras de Lisboa como Prova Complementar de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia (policopiada).
- MAYET, Françoise, SCHMIT, Anne, e SILVA, Carlos Tavares da, 1996, *Les Amphores du Sado (Portugal)*, Paris, pp. 34-39.
- MANTAS, Vasco Gil, 1990, “As cidades marítimas da Lusitânia”, *Les Villes de Lusitanie romaine*, CNRS, Paris, pp. 149-205.

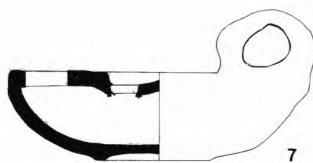
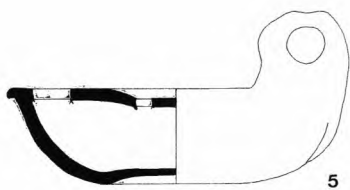
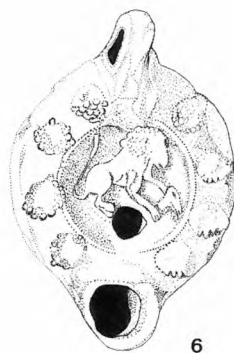
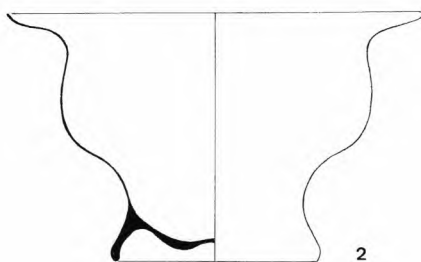
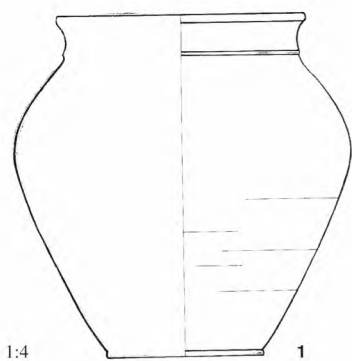
- MILNE, J. Stewart, 1907, *Surgical Instruments in Greek and Roman Times*, Oxford.
- NOLEN, Jeannette U. Smit, 1985, *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa.
- NOLEN, Jeannette U. Smit *et alii*, 1994, *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares — Balsa*, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus.
- NOLEN, Jeannette U. Smit e DIAS, Luisa Ferrer, 1981, “A necrópole de Santo André. Parte II — Os materiais”, *Conimbriga*, vol. XX, Coimbra, pp. 33-180.
- OLEIRO, J. M. Bairão, 1952, *Catálogo das Lucernas Romanas — Museu Machado de Castro*, Coimbra.
- PEREIRA, Maria Luisa Veiga Silva, 1990, “Instrumentos cirúrgicos de Balsa (Quinta da Torre d’Ares)”, *Conimbriga*, XXIX, pp. 107-127.
- PONSICH, Michel, 1961, *Les Lampes Romaines en Terre Cuite de La Maurétanie Tingitane*, Publications du Service des Antiquités du Maroc, Fase. 15, Rabat.
- PONTE, Sálete da, 1987, “Artefactos romanos e post-romanos de S. Cucufate”, *Conimbriga*, vol. XXVI, Coimbra, pp. 133-165.
- REGUERAS GRANDE, Fernando, YAGÜE HOYAL, Pablo, e MARCOS FIERRO, Rosa, 1994, *Rapto y Rescate del Héroe. El Mosaico de «Hilas y las Ninfas»*, Museo de León, Junta de Castilla y León.
- SIMÕES, Maria Helena, 1987, “Os vidros romanos da colecção Bustorff Silva do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia”, *O Arqueólogo Português*, vol. 5, Série IV, Lisboa, pp. 259-286.
- SOUSA, Elvino Melim de, 1989, “O Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas”, *Ler Historia*, n.º 15, pp. 182-183.
- STIAFFINI, Daniela e BORGHETTI, Giuseppina, 1994, *I Vetri Romani del Museo Archeologico Nazionale di Cagliari*, Oristano.
- TAF ALLA, Maria Teresa Amaré, 1984, *Lucernas Romanas de Bilbilis*, Zaragoza.
- 1987, *Lucernas Romanas de la Rioja*, Logroño.
- 1987, *Lucernas Romanas: Generalidades y Bibliografía*, Monografías Arqueológicas, n.º 26, Zaragoza.
- 1988, *Lucernas Romanas de Aragón*, Zaragoza.
- VASCONCELLOS, José Leite de, 1898, “Excursão archeologica ao Sul de Portugal/ 4. Arredores de Alcacer/ 8- Herdade da Barrosinha”, *O Archeologo Português*, vol. IV, n.º 1-6, p. 113.
- VEGAS, Mercedes, 1973, *Cerámica Común Romana del Mediterráneo Occidental*, Universidad de Barcelona, Instituto de Arqueología y Prehistoria.
- VIANA, Abel e DEUS, António Dias de, 1955, “Necropolis de la Torre das Arcas”, *Archivo Español de Arqueología*, 2.º semestre, Madrid.





1:2





(Página deixada propositadamente em branco)

FÉLIX TEICHNER

Professor Auxiliar de Arqueologia

NOTE SUR LE FONDS NUMISMATIQUE ROMAIN
DE FOZ DO RIO ARADE (PORTIMÃO, PORTUGAL)

“Conimbriga” XXXVI (1997) p. 123-160

RÉSUMÉ: Au milieu des années 80, lors de travaux de dragage dans la région de l'embouchure du Rio Arade près de Portimão (Algarve), apparurent plus de 476 pièces de monnaie romaines. Ces pièces conservées aujourd'hui dans le Museu Nacional de Arqueologia à Lisbonne et dans des collections privées à Portimão, constituent jusqu'à présent une des plus vastes et des plus importantes sources sur l'histoire antique de l'habitat dans une région par ailleurs fortement modifiée par les constructions liées à l'explosion touristique de ces dernières décennies. Contrairement au petit trésor monétaire de Portimão 2, déjà présenté dans un article précédent, ces pièces trouvées au fond de la mer peuvent être considérées comme un échantillon représentatif de la circulation monétaire de l'époque dans la ville portuaire antique. Un denier républicain et une frappe municipale ibérique constituent désormais une première indication sur la présence — supposée depuis déjà longtemps — d'habitations avant notre ère. La provenance des pièces de l'antiquité tardive, avec une forte proportion de types orientaux, montre clairement l'importance des contacts maritimes ainsi que l'intégration du site portuaire atlantique dans les circuits économiques du monde méditerranéen. Cette dernière constatation paraît d'autant plus importante, que dans le même temps nous ne disposons d'aucune épave de bateau de l'époque - témoins les plus précieux des routes maritimes antiques.

ZUSAMMENFASSUNG: Mitte der 80iger Jahre kamen bei Baggararbeiten im Mündungsgebiet des Rio Arade bei Portimão (Algarve) über 476

römische Münzen zutage. Die im Museo Nacional de Arqueologia in Lissabon und in Privatsammlungen in Portimão aufbewahrten Stücke stellen bis heute eine der umfangreichsten und wichtigsten Quelle zur antiken Siedlungsgeschichte des im Zuge des Tourismusbooms der letzten Jahrzehnte stark zersiedelten Kleinraumes dar.

Im Gegensatz zu einem bereits früher vorgestellten kleinen Schatzfund (Portimão 2) dürfen die auf dem Meeresgrund gefundenen Münzen (Portimão 1) als repräsentative Stichprobe aus dem ehemaligen Geldumlauf in dem antiken Hafenort gelten. Mit einem republikanischen Denar und einer Iberischen Stadtprägung finden sich nun erste Hinweise auf einen bereits seit langem postulierten Beginn der Siedlung vor der Zeitenwende. Die Herkunft der spätantiken Münzen, mit einem deutlichen Übergewicht der ostlichen Emissionen, verdeutlicht die Bedeutung des Seehandels und ebenso die Einbindung des am Atlantik gelegenen Hafenplatzes in die Handelsströme des Mittelmeerraumes. Diese Erkenntnis erscheint um so wichtiger, als uns entsprechende Schiffsfunde als wichtigste Zeugen der antiken Seefahrtsrouten aus der Region bisher gänzlich fehlten.

NOTE SUR LE FONDS NUMISMATIQUE ROMAIN DE FOZ DO RIO ARADE (PORTIMÃO, PORTUGAL)

Introduction

Au coeur du Barlavento sur la côte de l'Algarve déjà tournée vers les vents de l'Atlantique, se trouve au-dessus du rivage proprement dit, sur la falaise, le grand centre touristique de Portimão. La ville doit sa célébrité avant tout à la pittoresque silhouette brun-rouge, étrangement façonnée par les marées, des écueils de Praia da Rocha situés un peu plus à l'Ouest. Entre la ville et les anciens villages de pêcheurs de Pachal et de Ferragudo, situés plus à l'Est, s'étend l'embouchure du Rio Arade qui s'écoule en de nombreux méandres. Outre Castro Marim (Baesuris), Tavira (Balsa) et Faro (Ossonoba), la baie de l'Arade, distante d'un peu plus de 170 milles marins des colonnes d'Hercule (Gibraltar), fait partie des lieux de mouillage naturels les plus importants du littoral algarve.

Nos connaissances sont extrêmement réduites en ce qui concerne l'utilisation antique de cette situation idéale pour l'habitat et le mouillage. Les quelques gisements archéologiques sur le territoire de la ville, répertoriés dans les deux manuels importants de M. L. Estácio da Veiga Affonso dos Santos et J. de Alarcão, témoignent de l'existence d'installations de transformation du poisson (bassins pour la production du garum), de thermes aux riches mosaïques polychromes et de nombreuses "tegulae" portant les marques des "Aemili, Ivniorum, M. Sulpici"¹).

P) J. de Alarcão, Roman Portugal (Warminster 1988) vol. 2, 3 p. 182 (no. 7/117).

- M. L. Estácio da Veiga Affonso dos Santos, Arqueologia Romana do Algarve (Lisboa 1971) pp. 127-134. - M. Varela Gomes, R. Varela Gomes, Levantamento Arqueológico-Bibliográfico do Algarve (Lisboa 1988) p. 93. - Carta 1993, fol. 603-2, 7. - M. da Graça Maia Marques, Vestígios arqueológicos no Concelho de Portimão. Subsídios para a Carta arqueológica do Concelho. En: 4.º Congresso do Algarve 1, pp. 55-60 (Faro 1986).
- Teichner 1995, p. 281.

De par l'affluence du tourisme de masse des dernières décennies, des activités de construction incontrôlées et de la destruction de monuments archéologiques qui les accompagna, l'ensemble du territoire de la ville doit être considéré aujourd'hui comme un désert archéologique ⁽²⁾. Ainsi, devant notre maigre connaissance de la situation antique de F habitat, la thèse - énoncée à plusieurs reprises - selon laquelle la zone d'habitation de Portimão correspondrait à la ville portuaire *Portus Hanibalis*, mentionnée par l'auteur ibérique Pomponius Mela, peut à peine être vérifiée ⁽³⁾.

Circonstances de découverte

Au milieu des années 80, au cours d'opérations de pompage de sédiments dans le port par les autorités portuaires (*capitania*), on mit à jour pour la première fois de grandes quantités de matériel archéologique de l'époque romaine. Malheureusement, les travaux de l'époque ne purent être accompagnés d'examen archéologiques systématiques. Cependant, même en l'absence de descriptions plus précises des conditions de découverte, ces objets témoignent d'une vaste activité antique portuaire et navale.

La plus grande partie des objets fut, grâce à l'attention de collectionneurs privés, dégagée de la vase pompée, sur une section de la plage au sud de Portimão (rive droite de l'Arade, entre Convento de São Francisco et Portimões) ⁽⁴⁾.

Une part des objets mis à jour à l'époque se trouve aujourd'hui au Museu Nacional de Arqueologia à Belém, une autre au musée de Portimão, le reste dans différentes collections archéologiques privées.

Autour de C. Tavares da Silva, A. Coelho-Soares et J. Soares, une équipe d'archéologues a pu, dès 1984, examiner une partie des céramiques, en particulier les amphores, et donner à la profession un premier aperçu du matériel trouvé ⁽⁵⁾. Grâce à l'obligeance d'un collectionneur

⁽²⁾ Carta 1993, pp. 27-28.

⁽³⁾ Mela 3, 7. - VgL: A. Tovar, *Iberische Landeskunde* 2, 2 (Lusitanien) (Baden-Baden 1976) pp. 207-208. - J. de Alarcão en *Nova História de Portugal 1: Portugal das origens à romanização* (Lisboa 1990) p. 432.

⁽⁴⁾ Tavares da Silva/Coelho-Soares/Soares 1987, fig. 1-2. - Teichner 1995, p. 282 note 1-2.

⁽⁵⁾ Tavares da Silva/Coelho-Soares/Soares 1987.

privé, l'auteur de ces lignes a pu présenter en 1995 un premier ensemble de 19 pièces de monnaie trouvées dans le Rio Arade. Il s'agit d'un petit dépôt (Portimão 2) de la deuxième moitié du 3^e siècle, qui constituait très vraisemblablement le contenu d'une bourse, sans doute celle d'un membre d'équipage ⁽⁶⁾.

Suite à l'invitation du directeur de l'époque du MNA Belém - le Dr. Francisco Alves - et grâce au soutien réitéré du collectionneur privé déjà cité, il fut possible l'an dernier de donner, compte tenu des connaissances actuelles, un panorama représentatif du vaste ensemble numismatique antique issu des travaux de dragage (Portimão 1). 386 pièces de monnaie issues des recherches de Portimão et conservées au MNA Belém (ARD a)⁽⁷⁾ ont donc pu être examinées, ainsi que 90 autres de la collection de Portimão (ARD b) ⁽⁸⁾.

En dépit des circonstances incertaines de leur découverte, ces pièces de monnaie peuvent être considérées pour l'instant comme le témoignage le plus important de l'histoire de l'habitat de l'installation portuaire antique au cours de l'époque impériale romaine.

La classification

L'organisation de la liste se conforme pour une grande part au schéma du FMRD⁽⁹⁾, l'ouvrage de classification systématique de toutes les monnaies de l'époque romaine trouvées en Allemagne, sur lequel se sont basés entretemps des répertoires de conception similaire au Luxembourg (FMRL), en Autriche (FMRÖ), en les Pays-Bas (FMRN), en Slo-

⁽⁶⁾ Teichner 1995.

⁽⁷⁾ Transmis de la collection de José Gameiro au musée.

⁽⁸⁾ Les remerciements pour le droit d'examiner les pièces, s'adressent au directeur du MNA Belém, Monsieur Dr. Francisco Alves et Monsieur Ing. Jaime Palinha (Portimão). Durant les travaux à Portimão, j'ai pu compter sur la collaboration de Madame Magister S. Weidauer (Berlin), et à Lisbonne de Madame Archeol. R. Ramos (Lisbonne). Les photographies sont l'oeuvre d'une part de Monsieur Dr. M. Kunst (DAI Madrid), d'autre part de l'auteur lui-même. Mais cette étude a été avant tout rendue possible grâce à l'appui compréhensif de mon supérieur de l'époque à l'Institut Allemand d'Archéologie de Lisbonne, Monsieur Dr.-Ing. Dr. h. c. Theodor Hauschild.

⁽⁹⁾ Sur l'organisation du FMRD: Jahrbuch für Numismatik und Geldgeschichte 7, 1956, pp. 9-71. - H. - J. Kellner, Die Fundmünzen der römischen Zeit in Deutschland, Abt.I, Bayern, vol. 1, Oberbayern (Berlin 1960) pp. 17-26.

vénie (FMRSI) et en Hongrie (FMRH). En raison de cette abondante diffusion dans le monde numismatique, nous renoncerons, dans une très large mesure, à des indications plus détaillées.

L'enchaînement vertical se déroule chronologiquement, commençant à l'intérieur d'une même période de règne par les émissions en cuivre (*aes*). Dans le même temps, les "Augusti" sont placés en premier, avant les frappes pour "Caesares" et femmes de la famille impériale.

A l'intérieur de ces groupes sont insérées les références chiffrées de l'ouvrage cité ainsi que les lieux d'émission classés géographiquement d'Ouest en Est.

Les émissions des I^e-III^e siècles apr. J. C. se réfèrent à RIC, et en complément à Robertson (Hunt). Après 337, on utilisera les données du LRBC, ceci s'applique également à l'émission FEL-TEMP-REPARATIO, dans la mesure où l'estampille de l'atelier monétaire est reconnaissable. Dans le cas de règnes simultanés de plusieurs empereurs, on a renoncé - à l'instar du FMRD - à l'introduction de dates complémentaires d'émissions. Les pièces qui n'ont pu être datées exactement figurent dans la liste après celles dont la date est certaine.

Le classement horizontal est effectué selon les catégories suivantes:

- a) numéro d'ordre
- b) type de monnaie
- c) datation, en général selon les ouvrages précités
- d) légende avers (face)
- e) légende revers (pile)
- f) estampille de l'atelier monétaire
- g) citation
- h) numéro d'inventaire

Apparaissent d'abord les marques faites sur le centre de la pièce, puis celles faites sur le bord.

Etat de conservation

Les pièces de monnaie trouvées se composent toutes, à l'exception de quelques deniers plus anciens, d'un alliage commun de bronze. Un fort encrassement ainsi que des phénomènes de corrosion dûe aux

réactions chimiques du métal dans l'eau salée, ont rendu dans presque tous les cas un nettoyage des pièces inévitable.

Alors que la majorité des pièces, c'est-à-dire celles appartenant au Museu Nacional de Arqueologia à Belém, ont été nettoyées avec des solutions chimiques au Museu Monográfico de Conimbriga les monnaies se trouvant à Portimão portaient encore, lors de leur examen au cours de l'été 1995, leur patine antique et n'avaient été, au dire du propriétaire, que légèrement nettoyées selon des procédés mécaniques ⁽¹⁰⁾.

Dès lors, l'état de conservation n'a pas été mentionné en détail. Les illustrations ci-jointes donneront toute fois une impression de l'état des pièces les mieux conservées. Les traces de circulation intéressant l'archéologue ne sont plus toujours observables. De même, compte tenu des différences de méthodes de nettoyage, des indications de poids des pièces ne paraissent pas d'un grand intérêt.

Analyse de la série

La série commence avec un denier républicain isolé de LVCIVS SEMPRONI VS PITIO de la deuxième moitié du deuxième siècle avant J.C. (145-138) ("). Même sur des sites d'habitation de Lusitania qui sont bien étudiés, les monnaies de la Rome républicaine aussi anciennes sont peu fréquentes. S'il n'est pas exclu qu'il s'agisse d'une pièce d'argent ultérieurement arrivée en ce lieu, elle n'en constitue pas moins une première preuve de l'hypothèse maintes fois postulée, de l'expansion côtière précoce de Rome⁽¹²⁾. Une pièce de monnaie frappée dans la Péninsule Ibérique date des premières décennies de notre ère. Il s'agit d'une pièce de bronze (Quadrans), probablement frappée en l'an 15 après J. C., dans la ville portuaire de Carteia dans le Sud de la Baetica C³). Précisément ces pièces, de par leur large diffusion le

⁽¹⁰⁾ Cf. par exemple les observations dans: C. Santamaria, L'épave Dramont "E" à Saint - Raphaël (Ve siècle ap. J.-C.). *Archaeonautica* 13 (Paris 1995) pp. 111-116.

⁽ⁿ⁾ Bost/Chaves/Depeyrot 1987, pp. 18-22 note 24 carte 4 (monnaies officielles romaines). - Pereira/Bost/Hiernard 1974, pp. 196-201 carte 1. - Cf. A. Marques de Faria, Três tesouros monetários romanos da época republicana. *Nvmmvs* 2^{ser} 14/15, 1991/1992, pp. 79-94.

⁽¹²⁾ Récemment au sujet de la "romanisation": Teichner 1997.

⁽¹³⁾ F. Chaves, Las monedas hispano-romanas de Carteia (Barcelona 1979). - A. M. de Faria, Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português.

long des vieilles voies maritimes en deçà et au delà des colonnes d'Hercule, peuvent être considérées comme un important témoin du trafic maritime ⁽¹⁴⁾.

Le premier et le deuxième siècles ne sont par ailleurs pas très souvent représentés, ce qui est peu étonnant si l'on considère que, dans d'autres habitats urbains aussi, les monnaies de cette période sont sensiblement plus rares que celles d'époques ultérieures ⁽¹⁵⁾. Cette situation change toutefois à la fin du troisième siècle. Les grands bronzes du troisième siècle, contemporains de la phase terminale de l'ancien régime dominé par le sesterce et le denier, et présents en grande quantité dans beaucoup d'ensembles archéologiques ibériques, manquent pour l'instant totalement à Portimão ⁽¹⁶⁾.

En revanche, la circulation monétaire est caractérisée par les pièces de la période inflationniste 260-275, qui marquent la fin du système monétaire du Haut Empire.

Ainsi la grande part du monnayage de billon de Gallienus, de Claudius II et de Quintilius correspond aux tableaux numismatiques déjà connus dans d'autres sites ⁽¹⁷⁾.

En ce qui concerne les émissions de Gallienus, seul Auguste, on observe une large diffusion des officines individuelles, typique pour les fouilles d'habitat ⁽¹⁸⁾.

La nette domination de l'atelier monétaire de Rome par rapport aux deux monnaies de Milan atteste, en Algarve aussi la présence de l'économie de type "italien", déjà décrite au sujet de Conimbriga ⁽¹⁹⁾. Ce fait est confirmé par la provenance des monnaies de Claude le Go-

En: La moneda hispánica - ciudad y territorio, Anejos AEsp 14, 1995, pp. 143-153.

- RPC pp. 84-86 (type 123) pi. 9.

⁽¹⁴⁾ Bost/Chaves/Depeyrot 1987, pp. 16-18 pi. 1, 64/65.

⁽¹⁵⁾ Teichner 1997, pp. 71-72 fig. 1.

⁽¹⁶⁾ Sur cette phase: Callu 1969. - Pour le Portugal: Pereira/Bost/Hiernard 1974, pp. 226-230 esp. note 10-11. - A ce sujet également Teichner 1995, p. 283.

- Alarcão/Étienne/Mayet 1990, pp. 223-225.

⁽¹⁷⁾ Pereira/Bost/Hiernard 1974, p. 230. - Teichner 1995. - Teichner 1997.

⁽¹⁸⁾ En revanche, un indice précis du caractère de trésor d'un ensemble de Lisbonne est la prépondérance de la quatrième officine: R. Bland, A third century hoard from Lisbon. Coin Hoards VII (London 1985) pp. 178-180.

⁽¹⁹⁾ Pereira/Bost/Hiernard 1974, p. 235. - Alarcão/Étienne/Mayet 1990, p. 226 note 39, soutiennent à nouveau le fort attachement de la Péninsule à l'Italie et non à l'Empire Gaulois.

thique, trouvées en petit nombre seulement. Parmi les frappes posthumes du Gothique, le type avec l'aigle est légèrement plus fréquent que celui avec l'autel⁽²⁰⁾.

Parmi les monnaies posthumes de divinisation, on reconnaît, outre les variantes officielles connues, des barbarisations locales ⁽²¹⁾. Il semble que, dans l'Ouest de l'Empire Romain, une grande partie de la circulation monétaire de l'époque pré-constantinienne ait été constituée de ces imitations qui copiaient surtout les émissions des années 270-274 ⁽²²⁾. La difficulté de dater de façon absolue ces pièces est mise en évidence par l'exemple des castels d'Augst (Suisse), dont on a prouvé que la construction n'est pas antérieure à 276, mais dans lesquels dominant clairement les imitations de pièces des années 270-274 ⁽²³⁾.

En l'occurrence, on se trouve dans l'Algarve portugais, dans une zone dominée en premier lieu par les monnaies de Divus Claudius II. Des pièces de Tetricus I en revanche sont rares - caractéristique qui distingue la circulation monétaire dans de vastes parties de la Péninsule Ibérique, ainsi qu'en Italie et dans les provinces d'Afrique du Nord, de celle de la Gaule, dominée par Tetricus⁽²⁴⁾.

A la différence de Belo, São Cucufate et la plupart des sites urbains d'Afrique du Nord, la part des pièces de monnaie de Divus Claudius II n'est pas plus forte à Portimão ou à Milreu (Estoi) que celle des autres monnaies du troisième siècle; ceci est un phénomène observé

⁽²⁰⁾ Alarcão/Étienne/Mayet 1990, p. 226.

⁽²¹⁾ Spécialement sur Claudius II: R. Ziegler, *Der Schatzfund von Brauweiler. Untersuchungen zur Münzprägung und zum Geldumlauf im gallischen Sonderreich* (Köln, Bonn 1983). - Bost/Chaves/Depeyrot 1987, pp. 74-76. - R. Reece, *A collection of coins from the Center of Rome*. PBSR 50, XXXVII, 1982, pp. 116-145 esp. p. 130 (les pourcentages parfois énormes de ces séries). - Teichner 1997, p. 72.

⁽²²⁾ H.-J. Brem, S. Frey-Kupper, B. Hedinger et alii, *A la recherche des monnaies «perdues» Zum Münzumlauf im späteren 3. Jh. n. Chr.* Jahrbuch Schweizer Gesellschaft für Ur- und Frühgeschichte 79, 1996, pp. 209-215 esp. 212 note 14. - Cf. C. King, *Roman copies*. En: *Studien zu Fundmünzen der römischen Zeit in Deutschland* 10 (Berlin 1996) pp. 237-263. Bost/Chaves/Depeyrot 1987, p. 81.

⁽²³⁾ Ib.

⁽²⁴⁾ Perreira/Bost/Hiernard 1974, p. 242. - Bost/Chaves/Depeyrot 1987, p. 76. - Teichner 1997, p. 72. - Cf. J.-P. Callu, *Remarques sur le trésor de Thamusida III: les DIVO CLAVDIO en Afrique du Nord*. MEFRA 86, 1974, pp. 523-540. - P. Salama, *Huit siècle de circulation monétaire sur les sites côtier de Maurétanie central et oriental (III^e siècle av. J.-C. - V^e ap. J.-C.) essai de synthèse*. En: *I Symposium numismático de Barcelona* (Barcelona 1979) vol. 2, pp. 109-149.

plutôt dans les villes plus au Nord de la Péninsule Ibérique, comme à Idanha-a-Velha ou à Conimbriga⁽²⁵⁾.

L'aspect le plus intéressant de cette période est sans aucun doute la présence de quelques billons d'usurpateurs gallo-romains. Parmi les trouvailles ont pu être identifiés une frappe de Postumus en provenance de Cologne, et deux antoniniens portant des représentations remarquables, l'une de Tetricus I et l'autre de Tetricus II ⁽²⁶⁾.

Jusqu'à présent, l'étendue exacte des relations de la Péninsule Ibérique avec l'Empire Gaulois n'est pas définitivement éclaircie. Les découvertes numismatiques laissent toutefois penser à une brève appartenance, sous Postumus, de l'Ibérie à l'Empire Gaulois et sa reconquête par Claudius II ⁽²⁷⁾. Ainsi plusieurs trésors monétaires, comme par exemple celui de Gibraltar, ne comportent malgré un large échantillonnage, aucune monnaie de cet Empire Gaulois ⁽²⁸⁾. En revanche, sont présentes de façon isolée dans la plupart des sites archéologiques de la Péninsule Ibérique, des pièces de Postumus et très régulièrement de ses successeurs "usurpateurs" ⁽²⁹⁾.

Dans la série de Portimão se trouvent quelques pièces du début du 4^e siècle, tout juste antérieures à l'époque de la réforme. Les frappes disponibles, attribuables aux empereurs Dioclétien, Licinius I et Constantin I permettent à peine d'établir un parallèle avec l'afflux important, observé à Belo, de pièces en provenance d'Arles par voie maritime le long des côtes ⁽³⁰⁾.

⁽²⁵⁾ J.-P. Bost, I. Pereira, Les monnaies d'imitations de Claude 1^{er} trouvées sur le site de Conimbriga (Portugal). *Numisma* 24, 1974, pp. 120-130; pp. 167-181. - Perreira/Bost/Hiernard 1974. - Bost/Chaves/Depeyrot 1987, p. 74 carte 11. - Faria 1991/92, p. 124.

⁽²⁶⁾ Très bonnes représentations de la frappe de Tétricus dans: J. Lallemand, M. Thirion, Le Trésor de Saint-Mard I. Etude sur le monnayage de Victorin et de Tétricus. *Numismatique romaine. Essais, recherches et documents* 6 (Wetteren 1970).

⁽²⁷⁾ J. Lafaurie, L'Empire Gaulois. Apport de la numismatique. En: *ANRW* II, 2 (Berlin 1975) pp. 853-1012 esp. 866. - Bost/Chaves/Depeyrot 1987, p. 126. - Mais cf. Milreu: Teichner 1997 (avec un Postumus); Perreira/Bost/Hiernard 1974, pp. 230-238. - Alarcão/Étienne/Mayet 1990, p. 200 (un Tétricus I). - Faria 1991/92, p. 124 (un Postumus).

⁽²⁸⁾ Callu 1969, p. 205; p. 267.

⁽²⁹⁾ Bost/Chaves/Depeyrot 1987, p. 74 note 16, avec renvoi à Perreira/Bost/Hiernard 1974, pp. 235-238; Alarcão/Étienne/Mayet 1990, pp. 235-236, Carte 7. - Teichner 1997, 72 (no. A29).

⁽³⁰⁾ Bost/Chaves/Depeyrot 1987, p. 84.

Epoque de transition vers le Bas-Empire, la période de Constantin est la mieux représentée. On notera tout particulièrement la frappe hybride portant sur l'avvers la légende bien connue FL IVL HELENAE AVG, mais sur le revers la représentation, créée pour Théodora, de la PIETAS ROMANA. Parmi les pièces portant sur le revers la légende FEL TEMP REPARATIO du type aes 3, créé par la réforme du monnayage de 348, dominent les représentations de cavalier. Ces frappes au cavalier constituent, dans de nombreuses parties de l'Empire, la base du stock monétaire de la seconde moitié du IV^e siècle⁽³¹⁾.

Conformément aux attentes, les "aes 3" du type de la Galère et du type du Phénix sont plus rares. Il est notoire que parmi les pièces présentant un revers plus ou moins similaire - fait typique pour l'époque - se trouve également, à côté des monnaies décrites du IV^e siècle, une grande part de pièces qui ne sont précisément identifiables ni par la légende frappée sur l'avvers ni par l'effigie.

En ce qui concerne les ateliers de monnayage occidentaux, on observe la prépondérance de productions de Rome et d'Arles, arrivées sans doute par voie maritime dans le sud de la Péninsule Ibérique⁽³²⁾. Les émissions de Trêves et de Lyon, comme celles de la villa La Olmeda (Prov. Placencia) en Espagne du Nord, parvenues sur la Péninsule par les routes de l'Aquitaine et de la Castille, n'avaient quasiment aucune chance de circuler en grande quantité dans le Sud⁽³³⁾.

Une caractéristique importante du site portuaire antique de Portimão semble être la sur-représentation, au IV^e siècle, des émissions issues d'ateliers monétaires de l'Est de la Méditerranée⁽³⁴⁾. Cette structure se retrouve dans l'ensemble du Sud de la Lusitania, dans la Baetica et en Afrique. Déjà J. P. Bost a souligné que cette diffusion des frappes orientales ne comblait pas seulement un vide monétaire mais représentait aussi d'authentiques courants d'échanges économiques⁽³⁵⁾.

(31) Bost/Chaves/Depeyrot 1987, pp. 88-89. - Teichner 1997, p. 72.

(32) Alarcão/Étienne/Mayet 1990, p. 229 fig. 17. - C. Monteiro, C. Silva, P. Barbéelo, T. Gomes, Tesouro monetário tardo-romano de Fermentões (Guimarães). *Nvm-mvs* 2^{ser} 14/15, 1991/1992, pp. 95-117 fig. 1 et 3. - Faria 1991/92, p. 125 fig. 2-4.

(33) Alarcão/Étienne/Mayet 1990, p. 229. - M. Campo en: I. Symposium numismático de Barcelona (Barcelona 1979) vol. 1, pp. 125-138. - Bost/Chaves/Depeyrot 1987, pp. 83-85. - Perreira/Bost/Hiernard 1974, p. 252.

(34) Alarcão/Étienne/Mayet 1990, p. 231 fig. 18. - Alarcão/Étienne/Mayet 1990, pp. 229-231 fig. 17. - Perreira/Bost/Hiernard 1974, pp. 246-252 carte 8 fig. 3.

(35) Alarcão/Étienne/Mayet 1990, p. 231. - Cf. Perreira/Bost/Hiernard 1974, p. 250.

Mais Portimão se distingue aussi par une autre particularité. En observant le graphique fig. 1, on remarque rapidement la forte affluence, ici en Algarve, plus encore que dans les villes de Conimbriga et Belo, des frappes orientales, en particulier de Constantinople et de Cyzique⁽³⁶⁾.

Les dernières monnaies identifiables avec certitude, après celles de la maison de Constantin, sont les “folles AE 3” du type GLORIA ROMANORVM et SPES REI PVBLICAE. Avec ces pièces de la dynastie théodosienne s’achève la série monétaire antique.

En raison de changements politiques et économiques, les monnaies perdent, au plus tard avec le début du Ve siècle, leur rôle de plus sûr indicateur chronologique dans les fouilles d’habitat⁽³⁷⁾. L’absence de monnaies byzantines, islamiques ou de l’époque des Wisigoths, plus rares d’une façon générale, ne doit en aucun cas amener à conclure “ex silentio” à une interruption de l’habitation⁽³⁸⁾.

Parmi les 87 pièces plus récentes, non cataloguées ici, également apparues au cours des travaux de dragage, on distingue en premier lieu et après une longue période d’interruption, des *ceitis*, monnaies émises par la couronne portugaise à partir du milieu du XV^e siècle⁽³⁹⁾.

Interprétation

La particularité de l’ensemble numismatique de Portimão réside, par rapport aux découvertes monétaires généralement terrestres, dans sa provenance maritime, plus exactement d’une baie portuaire. Il est

- Bost/Chaves/Depeyrot 1987, pp. 85-86.- Dans ce sens aussi: M. Abad, *Currency circulation in Hispania from A.D. 284 to A.D. 395*. En: *Studien zu Fundmünzen der römischen Zeit in Deutschland* 10 (Berlin 1996) pp. 13-31 esp. 18-20 fig. 4.

⁽³⁶⁾ Sont encore à prendre en compte les monnaies du type VOT XX MVLTTXXX, qui n’ont été frappées qu’à l’Est de l’Empire Romain.

⁽³⁷⁾ Pereira/Bost/Hiernard 1974, pp. 303-304. - J. J. Cepeda Ocampo, *Moneda y circulación monetaria en el País Vasco durante la antigüedad (Siglos II a.C. - V d.C.)* (Bilbao 1990) p. 184. - La situation particulière à Idanha-a-Velha s’explique très facilement par l’histoire de la recherche: Faria 1991/92, pp. 129-130.

⁽³⁸⁾ Cf. Teichner 1997, p. 72. - La pièce byzantine récemment mise à jour lors des fouilles du temple d’Évora peut être considérée comme une grande particularité.

⁽³⁹⁾ F. A. Costa Magro, *Ceitis* (Sintra 1986). - F. Teichner, *Acerca da relevância cronológica de uma série de moedas*. *Nummus* 2^{ser}, 14/15, 1991/92, pp. 53-66. - Idem, *Mittelalterliche Münzfunde in Évora*. *Madriider Mitteilungen* 36, 1995, pp. 271-275.

- Teichner 1997, p. 72.

vrai que de comparables accumulations de trouvailles de monnaies, comme par exemple à Gruissan (Languedoc), laissent également supposer la présence d'un port, mais les monnaies de ces lieux, en raison de leurs conditions de découverte et de leur composition (datation, provenance, etc.) font clairement partie de trésors de différentes épaves ⁽⁴⁰⁾.

Contrairement au petit trésor déjà présenté de Portimão 2, rien n'indique ici une dissimulation dans un récipient. Les objets semblent avoir reposé sans protection dans les sédiments du fond de l'embouchure de la rivière. Dans le cas de ce grand ensemble de monnaies, l'hypothèse selon laquelle il ne s'agit pas d'un trésor mais d'une trouvaille liée à l'habitat, est confirmée par la similitude bien observable avec la circulation monétaire dans d'autres villes comparables (comme par exemple Belo, Idanha et Conimbriga) et villae (comme São Cucufate et Milreu)⁽⁴¹⁾. Il est évidemment possible de considérer les quelques exemplaires les plus anciens (monnaies thésaurisées) et les plus récents comme bornes chronologiques, bien que ces monnaies soient extraites d'un trésor révélant un noyau très homogène ⁽⁴²⁾. Mais c'est justement la présence simultanée d'un pic de pièces datant des règnes uniques de Gallienus et de Claudius II, et d'un pic de l'époque constantinienne, qui

⁽⁴⁰⁾ Solier 1981.

⁽⁴¹⁾ Sur les principes de la classification typologique des découvertes numismatiques: P. Grierson, *The Interpretation of Coin Finds*. Numismatic Chronical 1965, pp. 1-13. - V. Potin, *Systematisierung der Münzfunde und ihre Bedeutung für die numismatische Forschung*. En: Actes du 8^{ème} congrès international du numismatique 1973 (Paris 1976) pp. 12-23. - K. Grönbek-Hansen, *Site-finds as a Source to the Economic History of the Roman Empire*. Nordisk Numismatisk Årsskrift 1987-88 (en prep.).

⁽⁴²⁾ Sur le problème des pièces anciennes et les plus récentes ("Schlußmünzen") dans les trésors numismatiques, cf. par exemple la discussion persistante autour du cas "Limes" germanico-raetique: D. Baatz, *Ein Beitrag der mathematischen Statistik zum Ende des rätischen Limes*. En: *Studien zu den Militärgrenzen Roms. Forschungen und Berichte zur Vor- und Frühgeschichte in Baden-Württemberg* 20 (Stuttgart 1980) pp. 78-89. - H. M. v. Kaenel, H. Brem, J. T. Eimer, et alii, *Der Münzhort aus dem Gutshof in Neftenbach*. Züricher Denkmalpflege - Archäologische Monographien 16 (Zürich 1993). - P. Kos, *Sub principio Gallieno amissa Raetia ? Numismatische Quellen zum Datum 259/60 n.Chr. in Raetien*. Germania 73, 1995, pp. 131-144. - Cf. L. Avella, *Conjunto de antoninianos. "Tesorillo" hallado en el teatro romano de Tarraco*. En: *II Symposium numismático de Barcelona* (Barcelona 1980) pp. 221-226 [Faustina II (138-161), AE de Fel-Temp-Reperatio (353-358) et 28 antoniniens (1 Tetricus II et 27 divo Claudio)].

s'oppose à l'idée d'un trésor prélevé rapidement de la circulation monétaire ⁽⁴³⁾. La question se pose alors de savoir dans quelle mesure les monnaies extraites de Faire portuaire, du côté du fleuve ou de la mer, peuvent être - à la différence par exemple de trouvailles d'origine culturelle extraites de sources - représentatives de la circulation antique dans un groupe d'habitations.

En consultant la littérature spécialisée sur le sujet, notamment l'ouvrage fondamental de K. Lehmann-Hartleben, puis les différentes études de J. Rougé jusqu'aux plus récents développements de D. J. Blackmann, on constate, certes, que toute une série de questions d'histoire ancienne, économique et architecturale, concernant des installations portuaires antiques, ont pu être éclaircies ⁽⁴⁴⁾. Il manque cependant des réflexions méthodiques sur les possibilités d'interprétation du matériel des fouilles (céramiques, monnaies...)⁽⁴⁵⁾.

Ainsi, la possible relation entre des découvertes subaquatiques et des installations portuaires est très rarement prise en considération;

⁽⁴³⁾ Les pièces post-antiques dégagées, manifestement connexes, vont dans le même sens.

⁽⁴⁴⁾ K. Lehmann-Hartleben, *Die antiken Hafenanlagen des Mittelmeers*, Klio Beih. 14, (Leipzig 1923). - O. Testaguzza, *Portus* (Rome 1970). - J. Schäfer, *Zur Erforschung antiker Hafenanlagen*. Mansel 'e avmagan -Mélans Mansel (Ankara 1974) pp. 663-678. - P. Knoblauch, *Zur Erforschung antiker Hafenanlagen*. Standort, Ziel, Methode. En: Bericht über die 29. Tagung für Ausgrabungswissenschaft und Bauforschung (Karlsruhe 1978) pp. 24-30. - D. J. Blackmann, *Ancient Harbours in the Mediterranean*. *Journal of the International Nautical Archaeology and Underwater Exploration* 2, 1982, pp. 79-104; pp. 185-211. - Récemment par exemple: I. Béraud, C. Gébara, C. Lanuré, *La porte d'Orée transformations et avatars d'un secteur portuaire à Fréjus* (Var.) *Gallia* 48, 1991, pp. 165-256. - Cf. J. Rougé, *Recherches sur l'organisation du commerce maritime en Méditerranée sous l'empire romain* (Paris 1966) p. 250.

- *Navires et Commerces de la Méditerranée antique*. Hommage à Jean Rougé. *Cahiers d'histoire* 23, 1988, 3/4. - Sur les bateaux: P. Throckmorton, *Ships and shipwrecks: the archaeology of Ships*. En: D. J. Blackmann, *Marine Archaeology* (London 1973) pp. 493-516. - P. Throckmorton, *History from the Sea. Shipwrecks and Archaeology* (London 1987) esp. 60. - Spécialement sur l'architecture portuaire: J. Feyer, *The Harbour Installations of Roman Britain*. En: D. J. Blackmann (ed.), *Marine Archaeology*. 23th Symposium of the Colster Research Society 1971 (London 1973) pp. 261-273

⁽⁴⁵⁾ Cf. sur les ports fluviaux romains: D. Charlier, S. Leih, *Der Flußhafen vor der Colonia Ulpia Traiana*, in: *Archäologie im Rheinland 1995* (Köln 1996) pp. 54-56. - G. Rupprecht, *Die Mainzer Römerschiffe*. *Berichte über Entdeckung, Ausgrabung und Bergung* (Mainz 1982).

on conclut bien plus souvent à une épave de bateau. A cela A. J. Parker rétorque que les monnaies - contrairement à l'attente générale - ne font pas partie des objets typiques trouvés dans les épaves ⁽⁴⁶⁾. On peut, certes, trouver des petits "mast-step-deposits" ou les espèces personnelles d'un membre d'équipage ou d'un passager, ou des exemplaires isolés, mais de grands ensembles de monnaies restent rares. Dans ce sens, un ensemble de plombs romains trouvés a Fos-sur-Mer, indique plutôt un bureau de port qu'une épave isolée ⁽⁴⁷⁾.

Il est vrai que de telles trouvailles portuaires ne permettent que dans des cas exceptionnels, comme lors de fouilles subaquatiques précises dans des sédiments stables depuis l'Antiquité, de tirer des conclusions sur la diffusion des monnaies sur le site. De la même façon que les trouvailles terrestres relatives à l'habitat, les découvertes portuaires peuvent être considérées, à l'exception des grands trésors numismatiques qu'elles contiennent⁽⁴⁸⁾, comme des masses aléatoires qui se composent, d'après les principes esquissés par H. Chr. Noeske et R. Reece, de pièces perdues fortuitement par la population présente à l'époque ⁽⁴⁹⁾.

L'ensemble portuaire de Portimão ne peut donner, en raison des conditions particulières de découverte, de renseignements sur la stratigraphie (géographie monétaire) et l'histoire du lieu de trouvaille. Mais il peut être considéré comme un témoin représentatif dans le sens de la méthode numismatique, des processus de colonisation et des activités portuaires à Portimão.

⁽⁴⁶⁾ Parker 1992, p. 30. - En complément: J.-P. Bost, M. Campo, D. Colis *et alii*, L'épave Carbrera III (Majorque): échanges commerciaux et circuits monétaires au milieu du I^{er} siècle après Jésus Christ. Publications du Centre Pierre Paris URA 991 (Paris 1992) pp. 200-207 (amphore avec 967 pièces romaines). - Rogers 1981. - P. Salama, Les trésors maxentiens de Tripolitaine, rapport préliminaire. *Libya Antiqua* 3-4, 1966-1967, pp. 21-27. - Sober 1981.

⁽⁴⁷⁾ M. Sciallano, Une collection de plombs romains trouvés a Fos-sur-Mer. *Archaeonautica* 7, 1987, pp. 193-203 esp. 197. - Cf. Rogers 1981, 273.

⁽⁴⁸⁾ Alarcão/Étienne/Mayet 1990, p. 218, note 8.

⁽⁴⁹⁾ H.-Chr. Noeske, Bemerkungen zur Problematik der Siedlungsfunde. En: *Studien zu Fundmünzen der römischen Zeit in Deutschland* 1 (Berlin 1979) pp. 157-165. - R. Reece, The interpretation of site finds - a review. En: *Studien zu Fundmünzen der römischen Zeit in Deutschland* 10 (Berlin 1996) pp. 341-355. - Vgl. S. J. Keay, La circulación monetaria romana urbana y en el territorio: un estudio en contraposición. En: *I. Symposium numismático de Barcelona* (Barcelona 1979) vol. 1, pp. 239-255.

D'un point de vue statistique il s'agit également d'un échantillon significatif ⁽⁵⁰⁾. Cette série trouvée par hasard comprend en effet presque autant de pièces que celle de la villa romaine, systématiquement et largement fouillée, de São Cucufate (508 pièces) et environ quatre fois plus que celle de la villa de Milreu (122 pièces), déjà examinée depuis la fin du siècle dernier.

Avec le denier républicain, l'émission ibérique municipale de Carteia et trois autres monnaies julio-claudiennes, on trouve maintenant pour la première fois des indications sur un début de colonisation à l'époque romaine ancienne. Le petit nombre de frappes du Haut-Empire n'est pas en contradiction avec une circulation monétaire de type urbain. La concentration de découvertes monétaires observable pour le Bas-Empire, trouve son équivalent de façon impressionnante dans les trouvailles de céramiques dégagees également de la mer (*terra sigillata* et amphores) ⁽⁵¹⁾.

La provenance des monnaies de l'Antiquité tardive, avec leur forte proportion de pièces d'ateliers orientaux, montre l'importance des contacts maritimes, ainsi que l'intégration du site portuaire atlantique dans les circuits économiques du monde méditerranéen. Cette dernière constatation paraît d'autant plus importante, que dans le même temps, nous ne disposons d'aucune épave de bateau de l'époque - témoins les plus précieux des routes maritimes antiques ⁽⁵²⁾. A côté des innombrables épaves de bateaux le long de la côte méditerranéenne espagnole jusque dans la région de Gibraltar⁽⁵³⁾, on ne trouve, à l'Ouest des colonnes d'Hercule, que quelques épaves isolées autour de Cadiz ⁽⁵⁴⁾, ainsi qu'un unique bateau près de Bolonia⁽⁵⁵⁾. Sur la côte atlantique, d'autres épaves ne sont connues que beaucoup plus au Nord, dans la région de Vigo (Galice) ⁽⁵⁶⁾.

⁽⁵⁰⁾ Cf. P. Curnow, Coin lists, some problems of the smaller site. En: J. Casey, R. Reece, Coins and the Archaeologist. BAR 4 (Oxford 1974) pp. 52-63.

⁽⁵¹⁾ Tavares da Silva/Coelho-Soares/Soares 1987, p. 217 fig. 8. - Dans ce sens aussi: Alarcão/Étienne/Mayet 1990, p. 232 fig. 19.

⁽⁵²⁾ O. Crumlin-Pedersen, Wrecks as a Source for Ships and Sea Routes. En: 5th International Congress of Maritime Museums 1984, Proceedings (Hamburg 1985) pp. 67-78.

⁽⁵³⁾ Parker 1992, pp. 190-191 (no. 444-447).

⁽⁵⁴⁾ Parker 1992, pp. 83-84 (no. 129-133). - Vgl. O. Gómez Vallespin, Carta arqueológica de la Caleta. En: 6. Congreso Internacional de Arqueología Submarina, Cartagena 1982 (Madrid 1985) pp. 59-74.

⁽⁵⁵⁾ Parker 1992, pp. 68-69 (no. 91).

⁽⁵⁶⁾ Parker 1992, p. 79 (no. 121) p. 155 (no. 340) p. 304 (no. 789).

Devant ces faits, l'exemple de Portimão montre à quel point il est important de renforcer la protection du patrimoine culturel subaquatique, afin de permettre la préhension de tous les aspects de notre passé ⁽⁵⁷⁾.

BIBLIOGRAPHIE

- J. DE ALARCÃO/R. ÉTIENNE/F. MAYET, *Les Villas Romaines de São Cucufate* (Portugal) (Paris 1990).
- J.-P. BOST, F. CHAVES, G. DEPEYROT *et alii*, *Belo IV. Les Monnaies* (Madrid 1987).
- J.-P. CALLU, *La politique monétaire des Empereurs romains de 238 à 311*. Bibliothèque des écoles Françaises d'Athènes et de Rome 214 (Paris 1969).
- Carta Arqueológica de Portugal*. Concelhos de Portimão, Lagos, Silves, Albufeira, Loulé e São Brás de Alportel (Lisboa 1993).
- H. COHEN, *Description historique des monnaies frappées sous V Empire Romain I-VIII*. 2^e éd. (1880-1892).
- A. MARQUES DE FARIA, *Achados monetários em Idanha-a-Velha*. *Nvmmvs* II, 14/15, 1991/1992, pp. 121-149.
- A.S. ROBERTSON, *Roman Imperial Coins in the Hunter Coin Cabinet*, University of Glasgow (Oxford 1962).
- P. V. HILL, J. P.C. KENT, *The Bronze Coinage of the House of Constantine*, A.D.324-346, 2^e éd. (London 1960); R. A. G. CARSON, J. P. C. KENT, *Bronze Roman imperial Coinage of the Later Empire*, A.D. 346-498, 2^e éd. (London 1960).
- A. J. PARKER, *Ancient Shipwrecks of the Mediterranean & the Roman Provinces*. BAR Int. Ser. 580 (Oxford 1992).
- I. PERREIRA, J.-P. BOST, J. HIERNARD, *Fouilles de Conimbriga III. Les Monnaies* (Paris 1974).
- G. B. ROGERS, *Le trésor de Panse Saint-Roch. Folles constantiniens de la période 300-317*. *Archaeonautica* 3, 1981, pp. 265-434.
- H. MATTINGLY, E. A. SYDENHAM, C. H. V. SUTHERLAND *et alii*, *The Roman Imperial Coinage* (London 1923-1986).
- A. BRÜNETT, M. AMANDRY, P. P. RIPOLLIS, *Roman provincial Coinage*. Vol. I: From the death of Caesar to the death of Vitellius. (London/Paris 1992).
- H. CRAWFORD, *Roman Republican Coinage* (Cambridge 1974).
- Y. SOLIER, *Les épaves de Gruissan*. *Archaeonautica* 3, 1981, 1-264.

⁽⁵⁷⁾ F. J. S. Alves, A nova legislação sobre o património cultural subaquático português. *Al-madan* II, 4, 1995, pp. 47-50. - Pour des explications de la situation actuelle au Portugal de la protection des monuments historiques: V. Oliveira, S. Oliveira, Theoretical underpinnings of Portuguese Archaeology in the twentieth century. En: J. Ucko (ed.), *Theory in Archaeology. A world perspective* (London / New York 1995) pp. 251-262.

- F. TEICHNER, *Un hallazgo de monedas romanas en el "mare externum"*. Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología 35, 1995 (Homenaje a Don Hermanfrid Schubart) pp. 281-287.
- F. TEICHNER, *Die römischen Villen von Milreu (Algarve/Portugal)*. Ein Beitrag zur Romanisierung der südlichen Provinz Lusitania. Madrider Mitteilungen 38, 1997, pp. 106-162.
- C. TAVARES DA SILVA, A. COELHO-SOARES, J. SOARES, *Nota sobre material anfórico da Foz do Arade (Portimão)*. Setúbal Arqueológica 8, 1987, pp. 203-219.

CATALOGUE

Liste des abréviations

As	As
AE	aes
Ant	antoninien
barb	séries irrégulières ou locales
D	denier
d.	droite
Dp	dupondius
etn	étendard
Fol	follis
FH	falling horseman
g.	gauche
t.	Tête
RIC ?	lecture incomplète, pas de référence précise possible
RIC —	type inconnu de RIC
S	sesterce
—	monnaie indéterminée; pas de référence
F-	monnaie cassée
Indét.	indéterminé

A couronne

j rameau

Monnayage de la République romaine

Atelier du Rome BC 145-138 (Sydenham) 148 (Crawford)
 LVCIVS SEMPRONIVS PIIIO

1. D PITIO – X (tête de Rome à droite) [L. S]EMP [ROMA] Dioscures à droite RRC 216,1 ARDa090

Monnayage des cités de la Péninsule Ibérique
 Règne de Tiberius

2. Qd [GERMANICO ET DRVSO] [CAESARIBVS] III VIR CART ARDa383
 3. AE – – ARDa380

Monnayage de l'Empire Romain

Époque julio – claudienne Rome

4. As Tête a gauche. – ARDa378
 5. As Tête a gauche (Claudius ?) – ARDa381
 6. As part. – ARDa502

Hadrianus (117-138)

Rome

7. Dp/As 128/38 HADRANVS AVG COS III PP [ANNONA AVG] RIC 796a; Hunt. 506 ARDa379

Marc Aurel (161 – 180)
 pour Faustina II/ Lucilla Rome

8. Dp/As 161/80 – (Hilaritas) – ARDa382

Severus Alexander (222 – 235)
 pour Julia Mamaea Rome

9.	D	222/35	IVLIA MAM[AEA] Valerianus I (253 – 260) Rome	VENVS VICTRIX	RIC 358; Hunt.5	ARDa018
10.	An	253/60	IMP C P LIC VALERIANVS PF AVG Gallienus (260-268) Rome	RESTITVTOR ORBIS	RIC 117; Hunt.23	ARDa071
11.	An	260/8	GALLIEN[VS AVG]	[ABVNDANTIA AVG]	RIC 157; Hunt.52	ARDa080
12.	An	260/8	GALLIENVS AVG	AETERNITAS AVG G ^A	RIC 160; Hunt.54	ARDa004
13.	An	260/8	GALLIENVS AV[G	APOLLINI CONS AVG N	RIC 164; Hunt.97	ARDa020
14.	An	260/8	GALLIEN[VS AVG]	APOLLINI CONS AVG] H	RIC 164; Hunt.99	ARDa022
15.	An	260/8	[GALLIENVS AVG]	APOLLINI CON[S AVG] H ?	RIC 164; Hunt.99	ARDa041
16.	An	260/8	GALLIENVS AVG	APOLLINI CONS AVG ?	RIC 164; Hunt 100	ARDa011
17.	An	260/8	GALLIENVS AV[G]	APOLLINI CONS AVG] ?	RIC 164; Hunt 100	ARDa023
18.	An	260/8	GALLIENVS AVG	APOLLINI CONS AVG ?	RIC 164; Hunt 100	ARDa027
19.	An	260/8	[GALLIENVS AVG	DIANA CONS AVG XII	RIC 181; Hunt 137	ARDa019
20.	An	260/8	GALLIENVS AV[G]	DIANA CONS AVG] XII	RIC 181; Hunt.137	ARDa024
21.	An	260/8	GALLIENVS AVG	DIANAE CONS AVG XII	RIC 181; Hunt.137	ARDa028
22.	An	260/8	GALLIENVS AV[G	[DIA]N[AE CONS] AVG XII	RIC 181; Hunt 137	ARDa021
23.	An	260/8	GALLIENVS AVG	DIANAE CONS AVG X[.]	RIC 181; Hunt.137	ARDa029
24.	An	260/8	GALLIENVS AV[G]	DIANA[E CONS AVG] ?	RIC 181; Hunt.137	ARDa054
25.	An	260/8	GALLIEN[VS AVG]	DIANAE CONS AVG ?	RIC 181; Hunt.137	ARDa075
26.	An	260/8	[GALLIEN[VS AV[G]	FO[RTVNA REDVX S	RIC 193; Hunt 58	ARDa026
27.	An	260/8	[GALLIENVS AV[G	[FO[RTVNA REDVX] ?	RIC 193; Hunt 58	ARDa055
28.	An	260/8	GALLIENVS AV[G]	NEPTVNO CONS AVG IV	RIC 245; Hunt 121	ARDa010
29.	An	260/8	GALLIENVS AV[G	NEPTVNO CONS AVG	RIC 245; Hunt 122	ARDa006
30.	An	260/8	GALLIENVS AV[G	LIBERO P CONS AVG	RIC 230; Hunt 113	ARDa008
31.	An	260/8	Illisible	[LIBER]O P CONS AVG A ^A	RIC 230	ARDa056
32.	An	260/8	GALLIENVS AV[G	LIBERTAS AVG ?	RIC 233; Hunt 87	ARDa005

33.	An	260/8	GALLIENVS AVG	MARTI PACIFERO	RIC 236	ARDa001
34.	An	260/8	GALLIENVS AVG]	[MARTI] PACIFERO] B	RIC 236	ARDa053
35.	An	260/8	GALLIENVS AVG	VICTORIA AVG	RIC 305	ARDa002
36.	An	260/8	[GALLIENVS] AVG	SEC[V]RITAS ORBIS]	RIC 278; Hunt 48	ARDa057
37.	An	260/8	GALLIENVS AVG	SOLI CO[NS AVG]	RIC 283	ARDa025
38.	An	260/8	GALLIENVS AVG	—	—	ARDa003
39.	An	260/8	GALLIENVS AVG	—	—	ARDa007
40.	An	260/8	Illisible	Figure féminine à gauche	—	ARDa063
41.	An	260/8	Illisible	Animaux	—	ARDa064
42.	An	260/8	Illisible	—	—	ARDa068
Milan						
43.	An	260/8	GAL[LIENVS AVG]	APOLLO CONSER	RIC 468; Hunt 151	ARDa043
44.	An	260/8	[GALLIENVS AVG]	[VIRTU]S [AV ...]	RIC 534	ARDa042
Claudius II. (268-270)						
Rome						
45.	An	268/70	[IMP C CL]AVDIVS AVG	[FELICITAS AVG]?	RIC 32; Hunt 11	ARDa040
46.	An	268/70	[IMP C CL]AVDIVS AVG	FIDES EXER[CI]	RIC 36; Hunt 1	ARDa038
47.	An	268/70	[IMP] C CLAVD[IVS AVG]	[FIDE]S EXE[RCI]	RIC 36; Hunt 12	ARDa039
48.	An	268/70	IMP C CLAVDIVS AVG	[LIBERALI]TAS AVG	RIC 57; Hunt 2	ARDa059
49.	An	268/70	Illisible	[LIBER]ALITAS AVG	RIC 57; Hunt 2	ARDa060
50.	An	268/70	Illisible	[LIBER]ALITAS AVG	RIC 57; Hunt 2	ARDa062
51.	An	268/70	Illisible	PROVI[IDENTIA AVG]	type: RIC 91; Hunt 22	ARDa061
52.	An	268/70	IMP C CLAVDIV[S AVG]	VICTORIA AVG]	RIC 104	ARDa036
53.	An	268/70	IMP C CL[...]	[SALVS] AVG	RIC 98; Hunt 3	ARDa065
54.	An	268/70	[IMP C CL]AVDIVS AVG]	[SALVS] AVG]	RIC 98; Hunt 3	ARDa035
55.	An	268/70	IMP CL [...]	[VIRTU]S] AVG	RIC 111; Hunt 50	ARDa081
56.	An	268/70	Illisible	?	—	ARDa058
57.	An	268/70	Illisible	?	—	ARDa066

58.	An	268/70	Illisible		?	-	ARDa067
		Milan					
59.	An	268/70	IMP CLAUDIVS PF A[VG]		SPES PVBLICA		ARDa037
60.	An	268/70	IMP CLAUDIVS PF AVG		VIRTVS AVG	P	ARDa033
		Quintilius (270)/Aurélien (270-275) pour Divus Claudius II. Rome					
61.	An	270	DIVO [CLAVDIO]		CONSECRATIO, autel		ARDa031
62.	An	270	[DIVO] CLAVDIO		[CO]NSECRATIO, autel		ARDa032
63.	An	270	[DIVO] CLAVDIO		CONSECRATIO, autel		ARDa050
64.	barb	270/72	[DIVO] CL[AVDIO]		[CON]SECRATIO, autel		ARDa030
65.	barb	270/72	[DIVO] CLAVDIO		[CONSECRATIO], autel		ARDa049
66.	barb	270/72	[DIVO] CLAVDIO		[CONSECRATIO], autel		ARDa048
67.	An	270	DI[VO] CLAVDIO		CONSECRATIO, aigle		ARDa034
68.	An	270	[DIVO] CLAVDIO		[CONSECRATIO], aigle		ARDa046
69.	barb	270/72	[DIVO] CLAVDIO		[CONSECRATIO], aigle		ARDa045
70.	barb	270/72	[DIVO] CLAVDIO		[CONSECRATIO], aigle		ARDa044
71.	An	270	[DIVO] [CLAVDIO]		CON[SECRATIO], aigle		ARDa079
72.	barb	270/72	[DIVO] CLAVDIO		[CONSECRATIO], aigle		ARDa051
		Tacitus (275 – 276) Ticinvm					
73.	An	275/276	[IMP] CM CL TACITVS AVG		[SALV]S PVBLI	T	ARDa016
		Empereurs gallo-romains					
		Postumus (259 – 268) Cologne					
74.	An	259/68	Illisible		[FORTVNA REDVX]		ARDa052
		Tetricus I (270 – 274) Cologne ou Trier					

75.	barb	270/74	tete à droite	–				?	ARDa047
76.	barb	270/74	tete à droite	[SALVS AVG]				type: RIC 126 Hunt.12	ARDa501
pour Tetricus II									
Cologne ou Trier									
77.	An	270/74	Illisible	[FIDES M]ILIT[VM]				type: RIC 229; Hunt 7	ARDa074
Monnaies illisibles de III^e siècle									
78.	An ?		buste radié à droite.						
79.	An ?		Illisible	figure féminine				?	ARDa076
80.	An ?		Illisible	?				–	ARDa069
81.	An ?		Illisible	?				–	ARDa070
82.	An ?		Illisible	?				–	ARDa073
83.	An ?		Illisible	?				–	ARDa077
				?				–	ARDa078
Les Tétrarchies									
Maximianus (286 – 305)									
Rome									
84.	An	286/305	[IMP C]MAXIMIANVS PF AVG	VOT/XX dans une couronne				RIC VI, 2	ARDa013
Diocletianus (284-305)									
Rome									
85.	An	284/296	IMP DIOCLETIANVS AVG	IOVI CONSERVAT[ORI] AVGG				RIC 161/162	ARDa072
Licinius I (308 – 324)									
Rome ?									
86.	An	308/324	IMP LIC[...]	DN LICINIVS VOT XX				–	ARDa092
87.	Fol	308/324	buste à droite	VICTORIAE LAETAE [PRINC PERP]				–	ARDa150

Constantinus I. et sa famille

Constantinus I. (306 – 337)

88.	Fol	vor 324	IMP CONSTANTINVS PF AVG	SOLI INVICTO COMITI	MOSTR	RIC VI, 83	ARDb067
89.	Fol	313/3154	IMP CONSTANTINVS PF AVG	SOLI INVICTO COMITI	QARL?	RIC VI, 41	ARDb070
90.	Fol	vor 324	IMP C CONST[...]	–	?	?	ARDa377
91.	Fol	vor 324	CONSTANTINVS AVG	VIRTVS EXERCIT	AQP	RIC VII, 58	ARDb066
92.	Fol	vor 324	CONSTANTINVS AVG	DN CONSTANTINI MAX AVG – VOT XX	P*AR	RICVII, 252	ARDb078
93.	Fol	vor 324	CONSTANTINVS AVG	DN CONSTANTINI [...]	SIS	RIC VII, 180	ARDb081
94.	Fol	vor 324	CONSTANTINVS AVG	DN CONSTANTINI MAX AVG – VOT XX	TSAV	RIC VII, 101	ARDb082
95.	Fol	vor 324	CONSTANTINVS AVG	DN CONSTANTINI MAX AVG – VOT XX	SMHA	RIC VII,	60ARDb079
96.	Fol	vor 324	CONSTANTINVS AVG	DN CONSTANTINI MAX AVG – VOT XX	?	C. 122	ARDb080
97.	Fol	vor 324	CONSTANTINVS AVG	DN CONSTANTINI MAX AVG – VOT XX	?	C. 122	ARDb073
98.	Fol	vor 324	CONSTANTINVS AVG	[...]-VOT XX ?	C. 122	ARDb075	ARDb076
99.	Fol	324/327	CONSTANTINVS AVG	DN CONSTANTINI MAX AVG – VOT XX	PT	LRBC 479	ARDb077
100.	Fol	324/327	CONSTANTINVS AVG	DN CONSTANTINI MAX AVG – VOT XX	PT	LRBC 479	ARDb028
101.	Fol	324/326	CONSTANTINVS AVG	SARMATIA DEVICTA	SIRM	LRBC 80	ARDb027
102.	Fol	323/324	CONSTANTINVS AVG	SARMATIA DEVICTA	SL[IT(R)]*	type: RIC 429	ARDb026
103.	Fol	323/324	CONSTANTINVS AVG	SARMATIA DEVICTA	?	C. 487	ARDb014
104.	Fol	324/330	CONSTANTINVS AVG	PROVIDENTIAE AUGG	•STRE	type: LRBC 42	ARDb015
105.	Fol	324/330	CONSTANTINVS AVG	PROVIDENTIAE AUGG	SMNA	LRBC 1073	ARDb016
106.	Fol	324/330	CONSTANTINVS AVG	PROVIDENTIAE AUGG	SHNA	LRBC 1073	ARDb017
107.	Fol	324/330	CONSTANTINVS AVG	PROVIDENTIAE AUGG	SMK _e	type: LRBC 1158	ARDb021
108.	Fol	324/330	CONSTANTINVS AVG	PROVIDENTIAE AUGG	P*AR	LRBC 275	ARDb025
109.	Fol	324/330	CONSTANTINVS AVG	PROVIDENTIAE AUGG	ASIS	LRBC 737	ARDb012
110.	Fol	324/330	CONSTANTINVS AVG	PROVIDENTIAE AUGG	SM[...]	C. 454	ARDb019
111.	Fol	334/330	CONSTANTINVS AVG	VIRTVS AVG	T.LF PCONST	LRBC 340	ARDb063
112.	Fol	326/330	CONSTANTINVS MAX AVG	LIBERTAS PVBLICA	B?_LCONS	LRBC 985	ARDb064
113.	Fol	326/330	CONSTANTINVS MAX AVG	GLORIA EXERCITVS emperur	CONS	LRBC 987	

114. Fol 330/335	CONSTANTINVS MAX AVG	GLORIA EXERCITVS 2ens	RQP	LRBC 542	ARDb038
115. Fol 330/335	CONSTANTINVS MAX AVG	GLORIA EXERCITVS 2ens	RQP	LRBC 542	ARDb042
116. Fol 330/335	CONSTANTINVS MAX AVG	GLORIA EXERCITVS 2ens	RQP	LRBC 542	ARDb043
117. Fol 330/335	CONSTANTINVS MAX AVG	GLORIA EXERCITVS 2ens	RQP	LRBC 542	ARDb044
118. Fol 330/335	CONSTANTINVS MAX AVG	GLORIA EXERCITVS 2ens	RQP	LRBC 542	ARDb045
119. Fol 330/335	CONSTANTINVS MAX AVG	GLORIA EXERCITVS 2ens	CONSB	LRBC 1005	ARDb050
120. Fol 330/335	CONSTANTINVS MAX AVG	GLORIA EXERCITVS 2ens	SMKA	LRBC 1221	ARDb053
121. Fol 330/335	CONSTANTINVS MAX AVG	GLOR[IA EXERCITVS] 2ens	SMKA	LRBC 1221	ARDa107
122. Fol 330/335	CONSTANTINVS MAX AVG]	[GLOR]IA EXERCITVS 2ens?	?	C. 254	ARDa109
123. Fol 335/337	CONSTANT[INVS] MAX AVG	GLORIA EXERCITVS 1ens	SMNA	LRBC 1125 ?	ARDa128
pour Constantinus II					
124. Fol 320/24	[...] IVN NOB C	CAESARVM NOSTRORVM – VOT X	•RT•	RIC VII, 238	ARDb083
125. Fol 320/24	CONSTANTINVS IVN NOB C	BEATA TRANQUILITAS – VOTIS XX	PTR•	RIC VII, 321/8	ARDb085
126. Fol 320/24	CONST[...INVS] IVN NOB C	BEATA TRANQUILITAS – VOTIS XX	PTR•	RIC VII, 321/8	ARDb091
127. Fol 320/24	CONSTANTINVS IVN NOB C	BEATA TRANQUILITAS – VOTIS XX	STR•	RIC VII, 321/8	ARDb087
128. Fol 320/24	CONSTANTINVS IVN NOB C	BEATA TRANQUILITAS – VOTIS XX	–	C. 18	ARDb086
129. Fol 324/330	[CONSTANT]INVS [...]	PROVIDENTIA CAESS	SMNG	type: LRBC 871	ARDb013
130. Fol 324/330	CONSTANTINVS IVN NOB C	PROVIDENTIA CAESS	R P	LRBC 518	ARDb022
131. Fol 324/330	CONSTANTINVS IVN NOB C	PROVIDENTIA CAESS	SMANTA	LRBC 133	ARDb072
132. Fol 330/335	CONSTANTINVS IVN NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	SCONST	type: LRBC 353	ARDb056
133. Fol 330/335	[...]NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	RQP	LRBC 543	ARDb037
134. Fol 330/335	CONSTANTINVS IVN NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	RBS	type: LRBC 538	ARDb047
135. Fol 330/335	CONSTANTINVS IVN NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	RBS	type: LRBC 538	ARDb048
136. Fol 330/335	[...]INVS[...C	GLORIA EXERCITVS 2ens	ASIS	type: LRBC 538	ARDb036
137. Fol 330/335	CONSTANTINVS IVN NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	SMHA	LRBC 743	ARDa110
138. Fol 330/335	CONSTANTINVS IVN NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	CONSA	LRBC 899	ARDb055
139. Fol 330/335	CONSTANTINVS IVN NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	CONSA	LRBC 1006	ARDb049
140. Fol 330/335	CONSTANTINVS IVN NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	SMNA	LRBC 1118	ARDb051

141. Fol	330/335	CONSTANTINVS IVN NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	•SMKA	LRBC 1239	ARDb054
142. Fol	330/335	CONSTANTINVS IVN NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	?	C. 122	ARDb058
143. Fol	330/335	CONSTANTINVS IVN NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	?	C. 122	ARDb059
144. Fol	330/335	CONSTANTINVS IVN NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	?	C. 122	ARDa108
145. Fol	330/335	CONSTANTINVS IVN NOB C	[GLORIA EXERCITVS] 2ens	?	C. 122	ARDa111
146. Fol	335/337	CONSTANTINVS IVN NC	GLORIA EXERCITVS 1ens	PCONST	LRBC 399	ARDa114
147. Fol	335/337	CONSTANTINVS IVN NC	GLORIA EXERCITVS 1ens	R $\mathcal{R}$ S	LRBC 559	ARDb041
148. Fol	335/337	CONST[....]	GLORIA EXERCITVS 1ens	$\mathcal{R}$ PLG	LRBC 232-233	ARDa143
pour Crispus						
149. Fol	317/324	FL IVL CRISPVS NOB CAES?	[CAESARVM] NOSTRORVM-VOT X	TSVNA??	C. 66	ARDb084
150. Fol	317/324	IVL CRISPVS NOB C	CAESARVM NOSTRORVM – VOT X	SIS $\cup$ •	C. 65	ARDb092
151. Fol	317/324	CRISPVS NOB CAES	PRINCIPIA IVVENTVTIS ?	A?PS	C. 90	ARDb068
152. Fol	324/330	FL IVL CRISPVS NOB CAES	PROVIDENTIAE CAESS	P*AR	LRBC 277	ARDb020
153. Fol	324/330	FL IVL CRISPVS NOB CAES	PROVIDENTIAE CAESS	SMKA	LRBC 1161	ARDb018
pour Constans						
154. Fol	330/335	FL CONSTANS NOB CAES	GLORIA EXERCITVS 2ens?	RQP	LRBC 545	ARDb040
155. Fol	335/337	FL IVL CONSTANS BAE C	GLORIA EXERCITVS 1ens	SIS?	LRBC 763Typ	ARDa147
156. Fol	335/337	FL IVL CONSTANS NOB C	GLORIA EXERCITVS 1ens	SMKS	LRBC 1267	ARDa139
pour Constantius II.						
157. Fol	324/330	FL IVL CONSTANTIVS NOB C	PROVIDENTIA CAESS	ASIS $\cup$	LRBC 740	ARDb023
158. Fol	324/330	FL IVL CONSTANTIVS NOB C	PROVIDENTIA CAESS	SMTSA	LRBC 817	ARDb089
159. Fol	326/330	FL IVL CONSTANTIVS NOB C	PROVIDENTIA CAESS	AL CONS	LRBC 974	ARDb024
160. Fol	324/330	FL IVL CONSTANTIVS NOB C	PROVIDENTIA CAESS	SMNA	LRBC 1080	ARDb088
161. Fol	330/335	FL IVL CONSTANTIVS NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	SCONST	type: LRBC 354	ARDb057
162. Fol	330/335	FL IVL CONSTANTIVS NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	RBT	LRBC 539	ARDb046
163. Fol	330/335	FL IVL CONSTANTIVS NOB C	GLORIA EXERCITVS 2ens	SMNA	LRBC 1119	ARDb052
164. Fol	335/337	FL IVL CONSTANTIVS NOB C]	[GLORIA EXERCITVS] 1ens	CONST	LRBC 1028/29	ARDa141
165. Fol	335/341	[..]IVL CONSTANTIVS NOB C	GLORIA EXERCITVS] 1ens	?	C. 92	ARDa123

Vrbs Roma					
166. Fol	330/335 VRBS ROMA	Loue	[.]PLG	LRBC 184 Typ	ARDb034
167. Fol	330/335 VRBS ROMA	Loue	CONSA	LRBC 1008	ARDb032
168. Fol	330/335 VRBS ROMA	Loue	CONSA	LRBC 1008	ARDb035
169. Fol	330/337 [VRBS ROMA]	Loue	?	C. 17	ARDa082
170. Fol	330/337 VRBS ROMA	Loue	?	C. 17	ARDb033
Constantinopolis					
171. Fol	330/335 CONSTANTINOPOLIS	Victoire	TRP	LRBC 52	ARDa083
172. Fol	330/335 CONSTANTINOPOLIS	Victoire	R P	LRBC 547	ARDb030
173. Fol	330/335 CONSTANTINOPOLIS	Victoire	ASIS	LRBC 746	ARDb031
174. Fol	330/335 CONSTANTINOPOLIS	Victoire	SMANA	LRBC1360/1369	ARDa091
175. Fol	330/335 CONSTANTINOPOLIS]	Victoire	SM[...]	C. 21	ARDb029
176. Fol	330/335 CONSTANTINOPOLIS	Victoire	?	C. 21	ARDa084
Populus romanus					
177. Fol	341/346 POP ROMANVS	Pont	CONS	LRBC 1066	ARDa187
pour Helena					
178. Fol	324/330 FL HELENA AVGVSTA	SECVRTAS REIPVBLICAE	PTR	LRBC 25	ARDb061
Constantinus I. ou fils					
179. Fol	330/335 Illisible	[GLORIA EXERCITVS] 2ens	?	type: C. 253	ARDa112
180. Fol	330/335 Illisible	GLORIA EXERCITVS 2ens	?	type: C. 253	ARDa374
181. barb	330/335 Illisible	GLORIA EXERCITVS 2ens	?	type: C. 253	ARDa113
182. barb	335/341 [...] NOB C	[GLORIA EXERCITVS] 1ens	?	type: C. 253	ARDa131
183. Fol	335/341 [...] NVS IVN NOB C	[GLORIA EXERCITVS] 1ens	?	type: C. 253	ARDa144
184. Fol	335/341 [...] PF AVG	[GLORIA EXERCITVS] 1ens	?	type: C. 253	ARDa133
185. Fol	335/341 [...] JS PF AVG	[GLORIA EXERCITVS] 1ens	?	type: C. 253	ARDa142
186. Fol	335/337 Illisible	GL[ORIA EXERCITVS] 1ens.	PXL PONST	LRBC 399/401	ARDa115

187. Fol	335/341	Illisible	GL ORIA EXERCITVS lens	SMNA	type: C. 244	ARDa145
188. Fol	335/341	Illisible	GLORIA EXE RCITVS lens	CONST	type: C. 244	ARDa136
189. Fol	335/341	[...] TIVS AVG	GLORIA EXERCITVS lens.	?	type: C. 244	ARDa132
190. Fol	335/341	DN FL [...]	[GLOR]IA EXERCITVS lens	?	type: C. 244	ARDa127
191. Fol	351/341	DN CONSTA[...]	[GLOR]IA EXER[CITVS] lens	?	type: C. 244	ARDa130
192. Fol	335/341	Illisible	GLORIA EXE RCITVS lens.	?	type: C. 244	ARDa116
193. Fol	335/341	Illisible	[GLOR]IA EXER[CITVS] lens.	?	type: C. 244	ARDa119
194. Fol	335/341	DN CONST[...]	[GLOR]IA EXE RCITVS lens.	?	type: C. 244	ARDa124
195. barb	335/341	Illisible	GLORIA EXERCITVS lens.	?	type: C. 244	ARDa149
Les Successeurs de Constantin						
Constans (337 – 350)						
196. Fol	337/341	CONST[ANS] PF AVG ?	GLO RIA EXERCITVS lens	ML TRP	LRBC 133	ARDa118
197. Fol	337/341	DN FL [...]	GLORIA EXERCITVS lens.	R* T	LRBC 615	ARDa138
198. Fol	337/341	[CO]NSTANS AVG	GLORIA EXERCITVS lens	SMHA	LRBC 950	ARDb074
199. Fol	337/339	CONSTANS PF AVG	GLORIA EXERCITVS lens	[SN]K[A]	LRBC 1285	ARDa146
200. Fol	337/341	CONSTANS [...]	[GLO]RIA EXERCITVS lens	?	C. 53	ARDa121
201. Fol	337/341	CONSTANS [...]	GLORIA EXERCITVS lens	?	C. 53	ARDa120
202. Fol	337/341	FL IVL CONSTANS AVG	GLORIA EXERCITVS lens	?	C. 57	ARDa140
203. Fol	337/341	DN FL CONSTANS AV[G]	[SECV]RITAS REI PVBL	R ♠ (P)	LRBC 592	ARDa014
204. Fol	341/346	CON[STANS] PF AVG	VICTORIAE DDVGGQN	LD TRP	LRBC 148	ARDa178
205. Fol	341/346	[...]S PF AVG	VICTORIAE DDVGGQN	LD ?	LRBC 148-150	ARDa180
206. Fol	341/346	CONSTANS PF AVG	VICTORIAE DDVGGQN	TRP	LRBC 159	ARDa168
207. Fol	341/346	CONSTANS PF AVG	[VICTORIAE] DDVGGQN	TRP	LRBC158/9Typ	ARDa159
208. Fol	341/346	CONSTANS PF AVG	VICTORIAE DDVGGQN	LG PARL	LRBC 445	ARDa179
209. Fol	341/346	CONSTANS PF AVG	VICTORIAE DDVGGQN	LM/A SARL	LRBC 456Typ	ARDa152
210. Fol	341/346	CONSTANS PF AV[G]	[VICTOR]IAE DDVGGQN	LM/A [...]	LRBC 456Typ	ARDa153
211. Fol	341/346	[...]NS PF AVG	VICTOR[IAE DDVGGQN]	ROP	LRBC 638	ARDa172
212. Fol	341/346	CONSTANS PF] AVG	VICTOR]IAE DDV]GGQN	RWP?	LRBC 638	ARDa165
213. Fol	341/346	CONSTAN[...]	VICTO]RIAE DDVGGQN]	SMTSA	LRBC 861	ARDa162

242.	AE2/3 353/354	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP [REPARATIO] FH	D.L PCON	LRBC 455	ARDa232
243.	AE2/3 353/354	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL T[EMP] REPARATIO FH	D.L PCON	LRBC 455	ARDa233
244.	AE2/3 353/354	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL T]EMP REPARATIO FH	D.L PCON?	LRBC 455 ?	ARDa236
245.	AE2/3 353/354	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	? L PCON	LRBC 455?	ARDa008
246.	AE2/3 354/355	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	PCON	LRBC 457	ARDa007
247.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL] TEMP REPARATIO FH	M.L PCON	LRBC 458	ARDa216
248.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL TEMP] REPARATIO FH	M.L [PC]ON	LRBC 458	ARDa220
249.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	M.L [PC]ON	LRBC 458	ARDa221
250.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	M.L [....]	LRBC 458 ?	ARDa219
251.	AE2/3 355/360	[DN CONSTANTIVS] PF AVG	[FEL TEMP] REPARATIO FH	M.L [....]	LRBC 458 ?	ARDa223
252.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL T[EMP] REPARATIO FH	M.L [....]	LRBC 458 ?	ARDa225
253.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TE[MP] REPARATIO FH	M.L [....]	LRBC 458 ?	ARDa226
254.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS [..] AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	M.L [....]	LRBC 458 ?	ARDa227
255.	AE2/3 355/360	Illisible	[FEL TEMP] REPARATIO FH	M.L [....]	LRBC 458 ?	ARDa229
256.	AE2/3 352/354	[...]STANTIVS PF AVG	FEL TEMP [REPARATIO] FH	Γ L R Δ P	LRBC 662	ARDa210
257.	AE2/3 352/354	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP [REPARATIO] FH	R* [P]	LRBC 675	ARDa336
258.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	R* M* P	LRBC 684	ARDb005
259.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	R Δ P	LRBC 687	ARDa342
260.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL [TEMP REPAR]ATIO FH	R Δ P	LRBC 687	ARDa343
261.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	R Δ P	LRBC 687	ARDa346
262.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL [TEMP REPAR]ATIO FH	R Δ P	LRBC 687	ARDa265
263.	AE2/3 355/360	[DN CONSTAN]TIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	R Δ P	LRBC 687	ARDa239
264.	AE2/3 355/360	DN CONSTAN[...]	[FEL TEMP REPAR]ATIO FH	R Δ P	LRBC 687	ARDa243
265.	AE2/3 355/360	[DN CONSTAN]TIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	R Δ [P] ?	LRBC 687 ?	ARDa341
266.	AE2/3 352/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	RP	LRBC 680/682 ?	ARDa259
267.	AE2/3 352/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL [TEMP REPAR]ATIO FH	RP	LRBC 680/682 ?	ARDa279
268.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	R.M. [P]	LRBC 684	ARDa349
269.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	RM[...]	LRBC 684/686 ?	ARDa242
270.	AE2/3 352/354	[...]IVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	AQP	LRBC 930 ?	ARDa235

271.	AE2/3 352/354	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	AQP	LRBC 930 ?	ARDa354
272.	AE2/3 352/354	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	AQP	LRBC 930 ?	ARDa351
273.	AE2/3 352/360	DN CONSTANTIVS [PF AVG]	[FEL] TEMP REPARATIO FH	AQP	LRBC 930Typ	ARDa213
274.	AE2/3 352/354	DN CONST[ANTIVS PF] AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	ILL AQP	LRBC 932	ARDa238
275.	AE2/3 352/354	[...]TIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	•AQP•	LRBC 934	ARDa231
276.	AE2/3 355/360	[...]STANTIVS PF AVG	FE[IL TEMP] REPARATIO FH	ILL* AQP•	LRBC 936	ARDa211
277.	AE2/3 355/360	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	ILL* AQP•	LRBC 936	ARDa212
278.	AE2/3 351/354	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	ASIS?	LRBC 1218 ?	ARDa357
279.	AE2/3 351/354	DN CONSTANT[...]	FEL TEMP REPARATIO FH	AL SMTS	LRBC 1681	ARDa208
280.	AE2/3 351/354	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	SM TSA?	LRBC 1683?	ARDa257
281.	AE2/3 351/354	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL] TEMP REPARATIO FH	SMHA	LRBC 1896	ARDa278
282.	AE2/3 351/354	DN CONS[...]TIVS PF AVG	[FEL] TEMP REPARATIO FH	CONSA	LRBC 2039	ARDa269
283.	AE2/3 351/354	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL] TEMP REPARATIO FH	CONSA	LRBC 2039	ARDa356
284.	AE2/3 351/354	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	CONSA	LRBC 2039	ARDa304
285.	AE2/3 351/354	DN CONS[...]TIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	CONSA?	LRBC 2039?	ARDa355
286.	AE2/3 351/354	[...]TIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	CONSA	LRBC 2039	ARDa255
287.	AE2/3 351/361	DN CONST[...]	[FEL TEMP REPARATIO] FH	SMNA	LRBC 2309/2311	ARDa290
288.	AE2/3 351/361	DN CONST[...]	[FEL TEMP REPARATIO] FH	SMNA	LRBC 2309/2311	ARDa292
289.	AE2/3 351/361	[...]TIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	SMKA	LRBC 2496/2498?	ARDa249
290.	AE2/3 351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL] TEMP REPARATIO FH	SMKA	LRBC 2496/2498?	ARDa252
291.	AE2/3 351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL TEMP] REPARATIO FH	SMKA	LRBC 2496/2498?	ARDa275
292.	AE2/3 351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP [REPARATIO] FH	SMKA	LRBC 2496/2498?	ARDa281
293.	AE2/3 351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	SMKA	LRBC 2496/2498?	ARDa282
294.	AE2/3 351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	SMKA	LRBC 2496/2498?	ARDa358
295.	AE2/3 351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL TEMP] REPARATIO FH	SMK?	LRBC 2496/2498?	ARDa344
296.	AE2/3 351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	SM[K A]?	LRBC 2496/2498?	ARDa362
297.	AE2/3 351/361	DN CON[...]	FEL TEMP REPARATIO FH	SMKA	LRBC 2496/2498?	ARDa268
298.	AE2/3 351/361	[...]TANTIVS PF AVG	[FEL TEMP] REPARATIO FH	SM[...]	C. 44	ARDa253
299.	AE2/3 351/261	DN CONST[...]	[FEL TEMP REPARATIO] FH	SM[...]	C.44	ARDa316

300.	AE2/3	351/361	DN [...]	[FEL TEMP REPARATIO] FH	S[.....]	C. 44	ARDa317
301.	AE2/3	351/361	DN CONSTANT[...].AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	S[.....]	C. 44	ARDa359
302.	AE2/3	351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL T]EMP [REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa272
303.	AE2/3	351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDb001
304.	AE2/3	351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDb002
305.	AE2/3	351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDb003
306.	AE2/3	351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDb009
307.	AE2/3	351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDa234
308.	AE2/3	351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL TEMP R]EPARATIO FH	?	C. 44	ARDa237
309.	AE2/3	351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	[FEL TEMP] REPARATIO FH	?	C. 44	ARDa246
310.	AE2/3	351/361	DN CONSTANTIVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDa250
311.	AE2/3	351/361	DN CONSTAN[...].PF AVG	FEL TEMP [REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa244
312.	AE2/3	351/361	DN CONSTAN[...].PF AVG	[FEL] TEMP [REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa254
313.	AE2/3	351/361	DN CONSTAN[...].PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDa247
314.	AE2/3	351/361	DN CONSTAN[...].PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa271
315.	AE2/3	351/361	DN CONSTAN[...]	FEL TEMP [REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa284
316.	AE2/3	351/361	DN CONSTAN[...]	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa302
317.	AE2/3	351/361	DN CONSTA[...]	FEL T]EMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDa293
318.	AE2/3	351/361	DN CONSTI[...]	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa313
319.	AE2/3	351/361	DN CONSTI[...]	FEL TEMP [REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa319
320.	AE2/3	351/361	DN CONSTI[...]	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa322
321.	AE2/3	351/361	DN CONSI[...]	[FEL] TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDa318
322.	AE2/3	351/361	DN CONSTA[...].AVG	[FEL] TEMP [REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa303
323.	AE2/3	351/361	DN CONI[...].AVG	FEL TEMP [REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa245
324.	AE2/3	351/361	DN CONI[...].IVS PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDb004
325.	AE2/3	351/361	[...] CONSTI[...].PF AVG	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDa288
326.	AE2/3	351/361	[...] CONSTAN[...]	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDb010
327.	AE2/3	351/361	[...] CONSTI[...]	FEL TEMP [REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa324
328.	AE2/3	351/361	[...] CONSI[...]	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa299

329.	AE2/3	351/361	[...]TIVS PF AVG	[FEL TEMP] REPARATIO FH	?	C. 44	ARDa267
330.	AE2/3	351/361	[...]TIVS PF AVG	FEL TEMP RE[PARATIO] FH	?	C. 44	ARDa291
331.	AE2/3	351/361	[...]TIVS PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa298
332.	AE2/3	351/361	[...]TIVS PF AVG	[FEL] TEMP [REPAR]ATIO FH	?	C. 44	ARDa312
333.	AE2/3	351/361	[...]IIVS PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa327
334.	AE2/3	351/361	[...]IIVS PF AVG	[FEL TEM]P [REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa273
335.	AE2/3	351/361	[...] PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa280
336.	AE2/3	351/361	[...] AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa261
337.	AE2/3	351/361	[...] AVG	[FEL TEMP] REPARATIO FH	?	C. 44	ARDa361
338.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa314
339.	AE2/3	351/361	Illisible	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDa360
340.	AE2/3	351/361	Illisible	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDa340
341.	AE2/3	351/361	Illisible	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDa345
342.	AE2/3	351/361	Illisible	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 44	ARDa353
343.	AE2/3	351/361	Illisible	FEL T]EMP REPARATIO] FH	?	C. 44	ARDa241
pour Iulianus							
344.	AE2/3	355/360	DN IVL[IANVS] NOB CAES	[FEL TEMP RE]PARATIO FH	ML [P]CO[N]	LRBC 459	ARDa012
345.	AE2/3	355/360	DN IVLIANVS NOB CAES	FEL TEMP REPARATIO FH	ML PCON	LRBC 459	ARDb006
346.	AE2/3	355/360	DN IVLIAN[...]	FEL TE]MP REPARATIO FH	ML PCON	LRBC 459	ARDa017
347.	AE2/3	355/360	DN IVLIA[...]	[FEL TEMP RE]PARATIO FH	ML PCON	LRBC 459	ARDa274
348.	AE2/3	355/360	[...] NOB CAES	FEL TEMP [REPARATIO] FH	ML PCON	LRBC 459	ARDa214
349.	AE2/3	355/360	DN IVLIAN[...]	FEL TEMP RE[PARATIO] FH	ML	LRBC 459?	ARDa217
350.	AE2/3	355/360	[...] NOB CAES	FEL TEMP RE[PARATIO] FH	ML	LRBC 459?	ARDa215
351.	AE2/3	355/360	[...] NOB CAES	FEL TEMP [REPARATIO] FH	ML	LRBC 459?	ARDa228
352.	AE2/3	355/360	[...] NOB CAES	FEL TEMP [REPARATIO] FH	ML	LRBC 459?	ARDa218
353.	AE2/3	355/360	Illisible	[FEL TEMP RE]PARATIO FH	ML	LRBC 459?	ARDa222
354.	AE2/3	355/360	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	ML	LRBC 459?	ARDa224
355.	AE2/3	355/360	Illisible	FEL TE]MP REPARATIO] FH	R•M•P	LRBC 685	ARDa348
356.	AE2/3	355/360	DN IVLIAN[...]	FEL TEMP REPARATIO FH	R P	LRBC 688	ARDa240

357.	AE2/3	355/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	SMKA	LRBC 2499	ARDa339
358.	AE2/3	355/361	IMP IVLIANVS NOB CAES	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 9	ARDa248
359.	AE2/3	355/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 9	ARDa263
360.	AE2/3	355/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 9	ARDa270
361.	AE2/3	355/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 9	ARDa296
362.	AE2/3	355/361	Illisible	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 9	ARDa352
363.	AE2/3	355/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 9	ARDa300
364.	AE2/3	355/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 9	ARDa323
365.	AE4	355/361	Illisible	[SPES REI PVBLICE]	?	C. 40/41	ARDa197
366.	AE4	355/361	Illisible	[SPES REI PVBLICE]	?	C. 40/41	ARDa194
367.	AE4	355/361	Illisible	SPES REI [PVBLICE]	?	C. 40/41	ARDa190
368.	AE4	355/361	Illisible	?	?	—	ARDa372
pour Gallus							
369.	AE2/3	351/354	DN FL CL CO[...]	[FEL TEMP REPARATIO] FH	SMNA	LRBC 2310	ARDa338
370.	AE2/3	351/354	DN FL CL CONSTANTIVS NOB CAES	FEL TEMP REPARATIO FH	?	C. 7	ARDb011
371.	AE2/3	351/354	[...]CONST[...]	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 7	ARDa330
372.	AE2/3	351/354	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 7	ARDa331
373.	AE2/3	351/354	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 7	ARDa328
374.	AE2/3	351/354	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	C. 7	ARDa315
pour Iulianus ou Gallus Caesar							
375.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	AQP ?	—	ARDa337
376.	AE2/3	351/361	[...] NOB CAES	[FEL TEMP REPARATIO] FH	ML	—	ARDa230
377.	AE2/3	351/361	[...] NOB CAES	[FEL] TEMP REPARATIO FH	?	—	ARDa256
378.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa301
379.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL] TEMP REPARATIO FH	?	—	ARDa350
pour Veteranio							
380.	AE2/3	350	DN VETRANIO PF AVG	CONCORDIA MILITVM	PXL •ASIS•	LRBC 1160 Typ	ARDb069

**Constantinus II., Constans et Constantius II.
pour Divus Constantinus I.**

381.	AE	AE2/3	335/341	[DIVO CONSTANTINO P]	[AETERNA PIETAS]	?	C. 13	ARDa085
382.	AE	AE2/3	337/341	[DIVO CONSTANTINO P]	[AETERNA PIETAS]	?	C. 13	ARDa086
383.	AE	AE2/3	337/341	[DIVO CONSTANTINO P]	[AETERNA PIETAS]	?	C. 13	ARDa087
384.	AE	AE2/3	341/346	DV CONSTANTINVS [...]	VN – MR	?	C. 71	ARDa088
385.	AE	AE2/3	341/346	DV CONSTANTINVS [...]	VN – MR	?	C. 71	ARDa089

pour Theodora

386.	AE	AE2/3	337/341	FL MAX THEODORAE AVG	[PIETAS] ROMANA	TRP	LRBC 120	ARDa015
------	----	-------	---------	----------------------	-----------------	-----	----------	---------

pour Helena

387.	AE	AE2/3	337/341	FL IVL HELENAE AVG	PIETAS ROMANA	?	C. 8	ARDa009
388.	AE	AE2/3	337/341	FL IVL HELEN[AE]AVG	PAX PVBLICA	CONSE	LRBC 1046	ARDa090
389.	AE	AE2/3	337/341	FL IVL HELENAE AVG	PAX PVBLICA	CONSA	LRBC 1046	ARDb065
390.	AE	AE2/3	337/341	FL IVL HELENAE AVG	[PAX PV]BLICA	?	C. 4	ARDa206

Monnaies d'attribution indéterminée

Constantinus II., Constans und Constantius II.

391.	AE2/3	AE2/3	335/341	DN FL CONS[...]	[GLORIA EXERC]ITVS lens.	R*P	LRBC 613/615	ARDa125
392.	AE2/3	AE2/3	335/341	DN FL CONSTA[...]	GLORIA EXERCITVS lens.	R*[.]	LRBC 613/615 ?	ARDa134
393.	AE2/3	AE2/3	337/341	Illisible	SEC[V]RITAS REI P	R*P	LRBC 585/588	ARDa198
394.	AE2/3	AE2/3	337/341	DN FL CONS[...]	[SECVRITAS REI P]	?	LRBC 585/588	ARDa203
395.	AE2/3	AE2/3	337/341	DN FL [...]	[SECVR]ITAS REI P	?	LRBC 585/588	ARDa204
396.	AE2/3	AE2/3	337/341	Illisible	[SECVRITAS REI P]	?	LRBC 585/588	ARDa205
397.	AE2/3	AE2/3	341/346	Illisible	VOT XX – MVLT XXX	[..]NKA	LRBC 1308	ARDa100
398.	AE2/3	AE2/3	341/346	CON[...]	[VICTORIAE DDAVGQ NN]	?	–	ARDa174
399.	AE2/3	AE2/3	341/346	CONSTA[...]	[VICTORIAE DDAVGQ NN]	?	–	ARDa171
400.	AE2/3	AE2/3	341/346	CON[...]	[VICTORIAE DDAVGQ NN]	?	–	ARDa166
401.	AE2/3	AE2/3	341/346	Illisible	[VICTORIAE DDAVGQ NN]	?	–	ARDa169

402.	AE2/3 341/346	Illisible	[VICTORIAE DD AVG QNN]	PLG	LRBC 273/274	ARDa157
403.	AE2/3 341/346	Illisible	VICTORIAE [DD AVG QNN]	RWP?	LRBC 637/638	ARDa182
404.	AE2/3 341/346	Illisible	[VICTORIAE] DD AVG QNN]	[...]	—	ARDa154
405.	AE2/3 341/346	Illisible	VICTORIAE DD AVG QNN]	[...]	—	ARDa160
406.	AE2/3 341/346	Illisible	2 Victorieux	[...]	—	ARDa158
407.	AE2/3 341/346	Illisible	VICTORIAE DD AVG QNN	▲TR[.]	LRBC 139/140	ARDa151
408.	AE2/3 341/346	Illisible	2 Victorieux	?	—	ARDa173
409.	AE2/3 341/346	Illisible	VICTORIAE D DD AVG QNN]	?	—	ARDa170
410.	AE2/3 341/346	Illisible	VICTORIAE DD AVG QNN	?	—	ARDa167
411.	AE2/3 341/346	Illisible	[VICTORIAE D DD AVG QNN	?	—	ARDa164
412.	AE2/3 341/346	Illisible	VICTORIAE [DD AVG QNN]	?	—	ARDa181
413.	AE2/3 341/346	Illisible	2 Victorieux	?	—	ARDa183
414.	AE2/3 341/346	Illisible	2 Victorieux	?	—	ARDa106
415.	AE2/3 341/346	Illisible	2 Victorieux	?	—	ARDa366
416.	AE2/3 341/346	[...] NS PF AVG	VOT XX – MVLT XXX	?	—	ARDa098
417.	AE2/3 341/346	Illisible	VOT XX – MVLT XXX	?	—	ARDa096
418.	AE2/3 341/346	Illisible	VOT XX – MVLT XXX	?	—	ARDa097
419.	AE2/3 341/346	Illisible	VOT XX – MVLT XXX	?	—	ARDa101
420.	AE2/3 341/346	Illisible	VOT XX – MVLT XXX	?	—	ARDa104
421.	AE2/3 346/350	Illisible	FEL TEMP REPARATIO Galère	?	—	ARDa207
422.	AE2/3 346/361	[...] PF AVG	[FEL T]EMP REPARATIO FH	?	—	ARDa260
423.	AE2/3 351/361	[...] PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa277
424.	AE2/3 351/361	[...] PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa294
425.	AE2/3 351/361	[...] PF AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa305
426.	AE2/3 351/361	[...] AVG	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa308
427.	AE2/3 346/360	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	[...]K?	—	ARDa347
428.	AE2/3 346/360	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa371
429.	AE2/3 346/360	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa367
430.	AE2/3 346/360	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa335
431.	AE2/3 346/360	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa329

432.	AE2/3	346/360	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa306
433.	AE2/3	346/360	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa295
434.	AE2/3	346/360	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa264
435.	AE2/3	346/361	Illisible	[FEL TEMP] REPARATIO FH	?	—	ARDa251
436.	AE2/3	346/361	Illisible	[FEL] TEMP [REPARATIO] FH	?	—	ARDa258
437.	AE2/3	346/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa262
438.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP [REPARATIO] FH	?	—	ARDa266
439.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa276
440.	AE2/3	351/361	Illisible	FEL TEMP REPARATIO FH	?	—	ARDa283
441.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa286
442.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa287
443.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa285
444.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa289
445.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP [REPARATIO] FH	?	—	ARDa297
446.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa307
447.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa309
448.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa310
449.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa311
450.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa320
451.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa321
452.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa325
453.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa326
454.	AE2/3	351/361	Illisible	[FEL TEMP REPARATIO] FH	?	—	ARDa332
455.	AE	337/361	Illisible	Victoire à gauche	?	—	ARDa334
456.	AE	337/361	Illisible	?	?	—	ARDa184
457.	AE	337/361	Illisible	?	?	—	ARDa185
458.	AE	337/361	Illisible	?	?	—	ARDa376
459.	AE	337/361	Illisible	?	?	—	ARDa375
460.	AE	337/361	Illisible	?	?	—	ARDa373

461. AE 337/361	Illisible	?	?	—	ARDa370
462. AE 337/361	Illisible	?	?	—	ARDa369
463. AE 337/361	Illisible	?	?	—	ARDa368
464. AE 337/361	Illisible	?	?	—	ARDa363
465. AE 337/361	Illisible	?	?	—	ARDa364
466. AE 337/361	Illisible	?	?	—	ARDa365
467. AE 337/361	Illisible	?	?	—	ARDa503
468. AE 337/361	Illisible	?	?	—	ARDa504
Constantius II ou Magnentius					
469. AE 1/2 350	[...]TIVS	GLORIA ROMANORVM	RP	LRBC 636/638	ARDa333
Magnentius					
470. AE 2 350/353	[...]MAGNEN[TIVS ...]	VICTORIAE DDNN AVG [ET CAESS]	?	C. 68	ARDa095
pour Decentius					
471. AE 2 351/353	DN DECENTIVS NOB CAES	VICTORIAE DD NN AVG ET CAE	SLV RPLG	LRBC 222	ARDa094
Nepotianus					
472. barb 350	portrait barbu a droite	GLORIA ROMANORVM	[...]PC	LRBC 643 Typ	ARDa148
Epoque Valentinienne					
Valentinianus I					
473. AE 3 367/375	[...]IANVS PF AVG	GLORIA RO[MANORVM]	SMAQ[P]	LRBC 1011	ARDa202
Valens					
474. AE 3 367/375	DN VALENS PF AVG	SECVRTAS REI PVBLICAE	SMNA	LRBC 2337	ARDb062
Valentinianus I, Valens ou Gratianus					
475. AE 3 364/375	Illisible	GLORIA RO[MANORVM]	?	—	ARDa200
476. AE 3 364/375	Illisible	GLORIA RO[MANORVM]	?	—ARDa201	

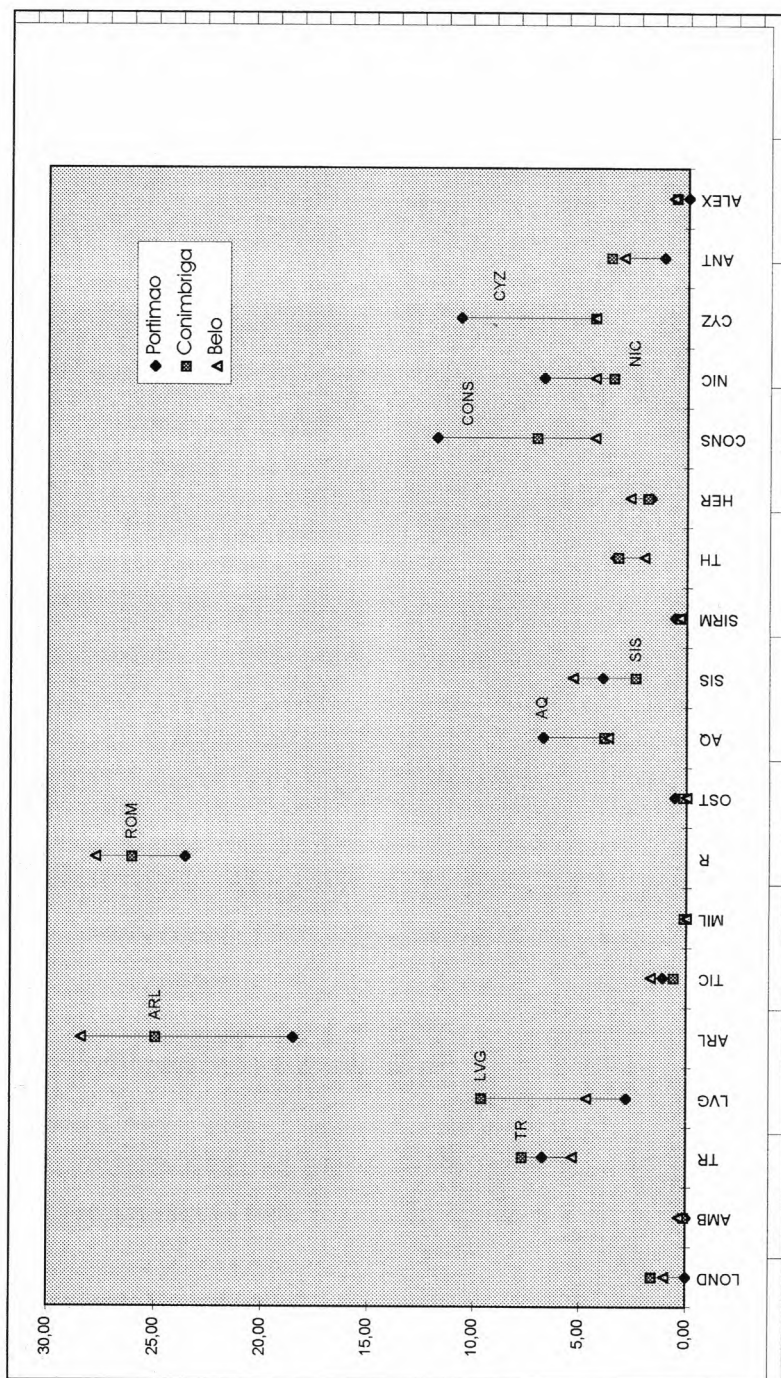


FIG. 1 – Distribution des ateliers monétaires.



001



076



085



089



091



101



109



138



139



150



153



168



171



173



279



345



381



387



388



472



(Página deixada propositadamente em branco)

SÉRGIO PEREIRA

Licenciado em História - Variante de Arqueologia

ANTÓNIO MEDEIROS

Bolseiro de Investigação da Universidade de Faro

CERVÍDEO DE BRONZE, INÉDITO (OLIVEIRA DE FRADES)

“Conimbriga” XXXVI (1997) p. 161-164

RESUMO: Apresenta-se a notícia de um achado, inédito, em Arcozelo das Maias (Oliveira de Frades). Refere-se a um veado de bronze, provavelmente de origem romana, relacionado com o culto a Diana, deusa da caça, e teria função de ex-voto. Tem a particularidade de ser o primeiro cervídeo romano registado em Portugal.

RÉSUMÉ: Les auteurs présentent la découverte, inédite, à Arcozelo das Maias (Oliveira de Frades), d'un cerf en bronze, certainement d'origine romaine, en relation avec le culte de Diane, déesse de la chasse, ayant la fonction d'ex-voto. Il s'agit du premier exemplaire connu à ce jour au Portugal.

(Página deixada propositadamente em branco)

CERVÍDEO DE BRONZE, INÉDITO (OLIVEIRA DE FRADES)

Damos aqui breve notícia de um veado de bronze, a cujo proprietário, Sr. Aníbal Ferreira, agradecemos o ter-nos facultado a estatueta para estudo.

Foi achada no sítio de Lomba Gorda, no lugar de Borralhais, freguesia de Arcozelo das Maias, concelho de Oliveira de Frades. O Sr. Aníbal Ferreira, com o objectivo de aumentar o terreno de cultivo, revolveu o mesmo e foi então que encontrou a peça a uma profundidade de 50 cm, juntamente com fragmentos de cerâmica, que não guardou por os considerar sem interesse. Hoje, à superfície, não se observam quaisquer vestígios arqueológicos. O achado poderá estar relacionado com uma estação romana localizada, a cerca de 3 Km, em Santa Cruz, também na mesma freguesia. Aqui encontrámos alguns fragmentos de *tegulae* e *imbrices*.

Descrição:

Comprimento: 72 mm

Altura: 85 mm

Espessura: 21 mm

Peso: 146 gr

Pátina: Verde

Técnica: Cera perdida; fundição a cheio.

O cervídeo está em pé e apoiado nas quatro patas. Tem a cabeça erguida e o dorso direito. Relativamente às patas dianteiras, a esquerda encontra-se ligeiramente avançada em relação à direita; das traseiras, a esquerda está também mais avançada, mas o espaço entre ambas é maior.

A haste esquerda tem quatro esgalhos, apresentando uma pequena fractura entre o primeiro e o segundo; a haste direita conserva apenas um esgalho completo, estando os restantes partidos.

Nota-se uma fractura na pata dianteira esquerda e algumas contusões: uma no pescoço e outra na ligação entre as duas hastes.

A pelagem está representada, em todo o corpo do cervídeo, por pequenas incisões.

Órgãos sexuais bem definidos.

Comentários:

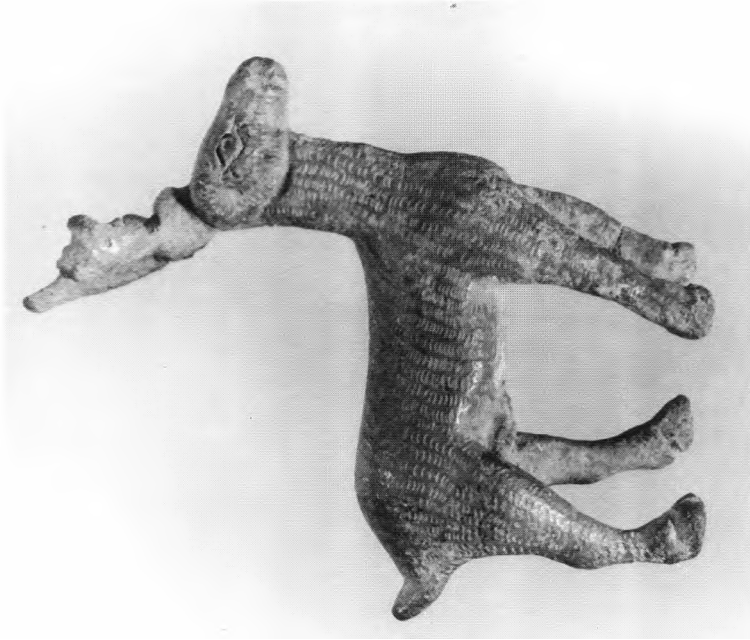
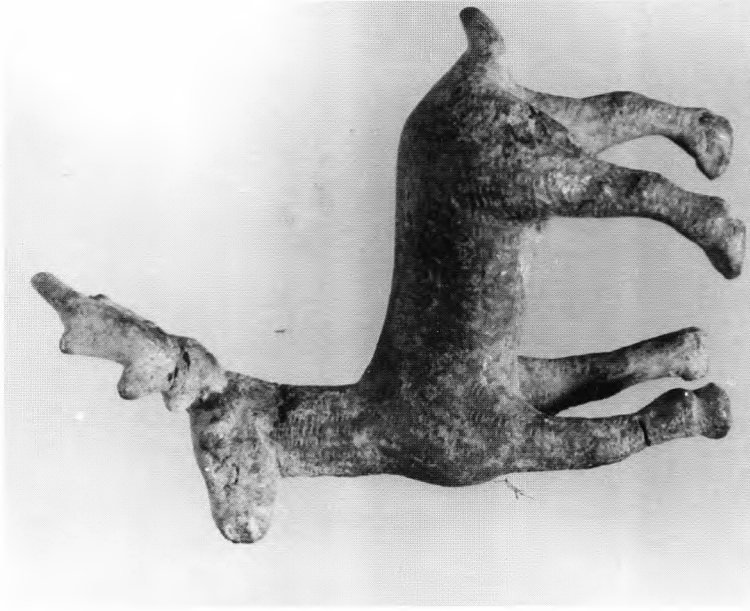
1. Este bronze denota uma feitura cuidada, a nível global, embora, a nível do acabamento, o lado direito apresente melhor trabalho.

2. A pátina não é uniforme em toda a superfície: na zona do lombo foi removida por raspagem, segundo o proprietário para identificação do metal. Notam-se, ainda, sinais de oxidação nas zonas em que está fracturado ou onde houve contusão.

3. As figuras representando cervídeos são vulgares na Gália, onde existem algumas comparáveis, nomeadamente as que foram encontradas em Brèves - Nièvres e Autun-Champ des Orfèvres (Paul LEVEL et Stéphanie BOUCHER, *Bronzes Figurés Antiques (Grecs, Étrusques et Romains)*, Musée Rolin, Ed. Ville d'AUTUN, 1975, pags. 89-90). Em Portugal, é o primeiro cervídeo romano a ser registado, segundo o Doutor Nunes Pinto, do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; daí a sua importância.

4. A estatueta estará, certamente, relacionada com o culto a Diana, deusa da caça e dos bosques, e teria função de ex-voto. Outros animais, encontrados na Lusitânia e Hispânia, foram também eles relacionados com cultos à referida divindade.

5. Por se desconhecer o seu contexto arqueológico original, nada podemos adiantar acerca da eventual existência, nas imediações, de um santuário campestre dedicado à deusa da caça.



Cervídeo romano de Oliveira de Frades

(Página deixada propositadamente em branco)

MIGUEL PESSOA

Conservador do Museu Monográfico de Conimbriga

UM APITO ANELAR ROMANO DE CONIMBRIGA

“Conimbriga” XXXVI (1997) p. 165-175

RESUMO: O apito anelar romano que aqui se apresenta é formado por duas partes: tubo sonoro e anel de suspensão. O corpo do tubo está dividido transversalmente em três partes distintas, conjugando a representação de elementos do equipamento militar do oficial romano com a organologia do instrumento.

Foi descoberto a escassas centenas de metros da porta da muralha do Alto Império que dá saída para Aeminium, no núcleo populacional actual da Vaiada; *balate* ou *al-balate* significa em árabe «a via, a calçada, a estrada».

Os subúrbios de Conimbriga eram, à semelhança do que acontece nas cidades actuais, habitados por uma população que vivia em construções precárias aproveitando sobretudo as áreas livres ao longo das estradas principais. Estas eram igualmente espaços privilegiados para a instalação temporária de contingentes militares.

RÉSUMÉ: Le sifflet à bague romain ici présenté est formé par deux parties: un tuyau sonore et l’anneau de suspension. Le corps du tuyau est divisé transversalement en trois différents parties. Elles représentent d’une part les éléments de l’équipement militaire de l’officier romain et d’autre part les différentes parties techniques de l’instrument.

Il a été découvert à quelques centaines de mètres de la porte de l’enceinte Haute Empire de Conimbriga en sortant pour Aeminium, dans l’actuelle agglomération de Valada. *Balate* ou *al-balate* signifie en langue arabe «la voie, rue pavée, route».

La banlieue de Conimbriga était, comme aujourd’hui dans quelques villes actuelles, habitée par une population occupant des habitations modestes. Elles s’installaient aux abords des routes, là où souvent les contingents militaires prenaient place temporairement.

(Página deixada propositadamente em branco)

A DESCOBERTA DE UM APITO ANELAR ROMANO DE CONIMBRIGA

Introdução

O apito anelar que agora se apresenta foi recolhido na década de sessenta, nos subúrbios de Conimbriga (Estampa I).

Embora esta recolha resulte de um achado fortuito (PESSOA, 1986, p. 62) e careça de elementos que melhor a informem, não pode considerar-se um testemunho “errático” dado que foi garantida a sua localização (0). Faltam-nos, porém, alguns elementos fundamentais que acompanham uma recolha “sistemática” em contexto arqueológico - dados estratigráficos, localização de pormenor em planta a uma escala adequada, registo de estruturas associadas e de materiais datáveis.

A localização do achado no aglomerado populacional de Vaiada (Estampa II - Fotografia 1) evidencia-nos dois aspectos que nos parecem indissociáveis. Este local encontra-se a cerca de seis centenas de metros da porta da muralha do Alto Império, que dá saída para Aeminium (PESSOA, 1991, p. 25-27), no prolongamento da via romana e no alinhamento do “decumanus”, com direcção nordeste - sudoeste, cujo enfiamento toca o sul do forum da cidade (ALARCÃO, 1977, p. 17, 23-25). Ao longo deste trajecto provável da via romana, no exterior da cidade, foram já detectados vestígios duma necrópole (OLEIRO, 1952, p. 32-42), paredes, canalizações ⁽²⁾ e materiais de construção, de que

P) O achado ocorreu durante a abertura de caboucos para a adução de águas domiciliarens numa casa de habitação sita no lado sul do Largo de Santo António, na entrada poente da localidade de Vaiada, Freguesia de Condeixa-a-Velha, Concelho de Condeixa-a-Nova.

Coordenadas Militares: 169,95; 348,65. Folha 251, escala 1: 25.000, Serviços Cartográficos do Exército, Trabalhos de Campo de 1947.

(2) Estruturas detectadas pelo revolvimento de terras durante trabalhos agrícolas

são exemplo muito actual os testemunhos por nós detectados e relatados durante os recentes trabalhos de construção da variante de Tomar que rompe os espaços dos subúrbios da cidade.

O segundo aspecto que nos parece indissociável é o que está relacionado com o topónimo Vaiada e a sua provável origem. *Balate* ou *al-balate* significa em língua árabe ⁽³⁾ «a via, a calçada, a estrada» (ALARCÃO, 1988, p. 45). A semelhança com a palavra actual não nos parece ocasional podendo, assim, indiciar que a via medieval (e provavelmente, a romana) passava por esse lugar.

Forma e concepção

A observação realizada quer a olho nu, quer através da lupa binocular com luz rasante, revelou-nos uma textura de liga metálica oxidada nalgumas zonas, com um tipo de alteração própria da liga de estanho e chumbo. Trata-se duma peça fundida com vazamento num molde bivalve. O núcleo ou contramolde que ocupava todo o corpo do tubo estava ligado a uma das valvas ou estaria equilibrado ou suspenso na zona da embocadura? Seria a peça após a fundição aberta depois por furação com broca? E por outro lado bem visível a linha de contacto entre as duas metades do molde que deixou bem à vista a rebarba de metal que passou para além do interior esculpido ⁽⁴⁾. Esta baba, rebarba ou ganga é bem visível numa linha mediana que liga a embocadura à

e aquando da abertura de fundações para a instalação de postes de electricidade dentro e fora da subestação da EDP.

⁽³⁾ Existe em Conimbriga, dessa época, mais de uma dezena de espécimes numismáticos em prata (Dirham) e em bronze (Fais) datados dos séculos VIII e IX, exemplares estes provenientes do Califado Omíada de Damasco e do Emirato andaluz (MARINHO, 1974, p.313-314).

Muitos dos traçados viários antigos mantiveram-se ao longo da história. Outros ficaram gravados na memória dos espaços conferindo-lhe valor cultural (BERNFELD, 1993/1, p.33-34).

⁽⁴⁾ Encontram-se em exposição permanente no Museu de Conimbriga vários exemplares de moldes bivalves em cerâmica, provenientes quer das escavações de Vergílio Correia (MOUTINHO ALARCÃO, 1994, n.º122 e 123) quer das escavações luso-francesas (ALARCÃO, 1979, p. 203, n.º 381-383). A existência nestacolecção de algumas peças fundidas mostrando o jito e as rebarbas, moldes de vários tipos, cadinhos e algaravizes demonstram-nos com evidência a prática corrente desta metalurgia.

boca, elmo, crista e linha interior e exterior do aro circular do anel. Este está partido na zona de contacto com a parte anterior da crista do elmo. A alma do apito foi fundida à parte e posteriormente embutida. A sua fixação, após afinação, foi feita com a dobragem de dois grampos (um partido), fundidos no molde, presentes dum lado e do outro da entrada do canal da embocadura. A natureza dúctil desta liga metálica permitiu cortes de acerto e acabamento visíveis na boca, tacão ou alma e canal do ar (Fotos 1 e 2).

A análise da composição elementar através das técnicas de microscopia electrónica de varrimento e de microanálise por raios X- SEM/EDS (SÁ, 1996) foi realizada com o fim de conhecer a composição química da peça propriamente dita e de nos certificar se não estaríamos perante um falso. Trata-se de um método não destrutivo que garante, ao contrário da análise convencional, a total integridade da peça, permitindo, ainda, a observação ao microscópio das zonas analisadas. A composição do metal analisado corresponde à de uma liga de estanho e chumbo (teor elevado em estanho 64, 49%, contendo menores quantidades em chumbo 35, 51%) bem como os traços habituais das ligas de estanho e chumbo (Estampa IV) ⁽⁵⁾. Esta composição é homogénea e corrobora as observações feitas a partir dos documentos radiográficos convencionais⁽⁶⁾. Pode servir de elemento precioso de comparação com outros dados (EVIN, 1990) e complementado com uma análise isotópica (LARANJEIRA, 1968, p. 55-56).

A peça apresenta duas partes distintas: tubo sonoro e anel de suspensão (Estampa III). A primeira lembra uma mesa de anel unida ao aro no bloco original do molde de fundição. Esta mesa tem forma tubular

⁽⁵⁾ A análise realizada junto ao orifício do bocal revelou um aumento da percentagem do estanho e uma enorme diminuição da presença do chumbo. Tal facto explica-se pelo desgaste provocado pelo uso do objecto como instrumento sonoro.

⁽⁶⁾ As radiografias convencionais realizadas destinaram-se a fazer aparecer a estrutura interna do apito. Foram realizadas, por duas vezes, a uma distância focal de um metro com raios X duros. A placa reflectora de filtragem de dois milímetros em chumbo e com um aparelho PSC/01. Primeiro tempo de exposição: 1 minuto, 80Kv 1000MA; segundo tempo de exposição: 1m 30s, 100Kv 1200MA. Filme AGFA Structurix o qual, como se sabe, apresenta uma película emulsionada dos dois lados. A ausência de qualquer imagem sombra indica que estamos perante uma estrutura homogénea integrando um mesmo tipo de material. Não existem vestígios de soldaduras. A ligeira “nuage” de opacidade aos raios X da zona do tacão e anel obtida na segunda exposição de 1m30s (Foto 3) explica-se pelo facto de estarmos perante as zonas maciças e com maior espessura da peça.

(por oposição à forma globular da ocarina) e é tapada em campânula numa das extremidades. O corpo do tubo está dividido transversalmente em três partes distintas, conjugando a representação de elementos do equipamento militar do oficial romano com a organologia do instrumento. Assim, na zona inferior da embocadura, limitada no topo por três finas molduras em relevo, distinguimos a alma ou tacão, a entrada do canal do ar. A decoração intermédia apresenta um friso, limitado por duas finas molduras e quatro linhas de escamas do tipo «lorica squamata» (ROBINSON, 1975, fig. 442), tudo em relevo, sugerindo a protecção do tronco do militar, e é interrompida pela abertura em semicírculo da boca do instrumento onde o elemento excitador do som - o bisel - ocupa o lábio superior. As escamas das armaduras verdadeiras eram em bronze e estavam ligadas umas às outras com arames. Eram depois cozidas a uma tela de linho por meio de furos centrais. As escamas variavam entre 1 e 5 cm de comprimento (WATSON, 1969, p. 114-117). A parte superior do tubo, ou reservatório de ar, está decorada com um elmo (*cassis*) de crista (*crista*) longitudinal constituída por crina na parte anterior e plumária com duas linhas de penas caindo uma em madeixa sobre a fronte e a outra levantada lembrando o bico adunco duma águia (ROBINSON, 1975, p.140). Penachos semelhantes podem observar-se nas representações de militares na Coluna de Trajano (ROBINSON, p. 182) e na de Marco Aurélio (COULSTON, 1991, fig. 6). O limite inferior do elmo é marcado por uma faixa com linha de pontos em relevo lembrando o sistema de prensão e suspensão das guardas do elmo para a protecção da face e queixo (*buccula*) (RICH, 1861, p. 86). A execução da peça patenteia formas de grande leveza e equilíbrio próprias do estilo clássico.

Os elmos de centuriões ou de oficiais de patente superior eram ornados de penas ou crinas de cavalo (BERMANI, 1970, p. 132).

Como diz P. Coussin em *Les Armes Romaines*, p. 438: “Durante os primeiros séculos do Império, o elmo, sem abandonar os tipos itálicos, retoma as formas mais elegantes recebidas outrora dos Gregos. Ao mesmo tempo é enriquecida a decoração. Os sumptuosos elmos, de bronze ou de ferro, mas revestidos de latão, prata ou ouro, dão uma ideia do luxo de algumas armas desta época. Os penachos, cada vez mais altos à medida que o tempo passa, tornam-se um uso cada vez mais frequente” (LAVEDAN, 1931).

O comprimento total do apito de que aqui tratamos é de 28,1 mm, compreendendo a embocadura (9,9 mm), o corpo do tubo (15,3 mm)

e o penacho (2,9 mm). O diâmetro interno da embocadura corresponde ao diâmetro interno do corpo do tubo (8,1 mm). A altura da secção do canal do ar é de 1,5 mm. Estas são as medidas com as quais se identificam, actualmente, os tubos dos órgãos (SIMÕES, 1995).

O anel de suspensão, de aro fechado circular, tem secção facetada ou losangular. Apresenta um diâmetro externo de 20,6 mm e interno de 16,6 mm. É debruado com duas fiadas longitudinais de pontos contínuos em relevo, de um lado e outro do aro, comparável com os pontos do bordo das moedas romanas, especialmente evidentes nos denários republicanos (CRAWFORD, 1970) e alto-imperiais (ROBERTSON, 1962). As linhas exterior e interior contínuas do aro percorrem também a “mesa do anel” e resultam, como já referimos, do escorrimento de metal que passou pela zona de encaixe entre as metades do molde. A protuberância da linha exterior do anel indicia a presença de um jito de ligação a outros moldes, num processo de fabrico em série, ou uma abertura para a saída do ar do molde a fim de obter uma melhor fundição.

A peça pesa 9,14 g. Está em condições de poder ser utilizada e é bom o seu estado de conservação ⁽⁷⁾.

Usos e sonoridades

Chama-se apito a qualquer instrumento que, pelo atrito do fluido que o atravessa, produza silvo.

A palavra apitar tem uma origem onomatopáica, como ribombar ou pipilar, por imitação do repetido do som. Aparece-nos nos textos apenas a partir do século XVI. A palavra latina usada para o referir era *sibilare* e o instrumento ou apito produtor do silvo, *sibilus*. Esta palavra é usada nos textos antigos quando os autores se referem ao silvo acasalador da serpente, ao incómodo temor do seu som ou ao assobio dos lábios (GAFFIOT, 1934, p. 1436). Ovídio usa a palavra *Fistula* (tubo ou flauta de Pan) para designar um instrumento com o qual se pode produzir um *Sibillum* (Ovid. 15. Met. 785).

⁽⁷⁾ Jochen Garbsch ilustrou o seu artigo *That's Entertainment: Musiker und Tänzer* (1994, p. 298) com duas fíbulas preparadas também para serem usadas como apitos.

Estamos perante um instrumento de época portador de uma sonoridade fidedigna ⁽⁸⁾.

A vibração sonora deste instrumento apresenta um timbre metálico característico. O silvo obtido é estridente e quanto mais insistente, mais impertinente. Soprado forte, emite um som muito agudo, perturbante, tanto mais incómodo quanto mais repetido. Quase ultrapassa o espectro sonoro audível já perto dos ultra-sons. A nota obtida — C # 5 é uma extensão do dó sustenido lembrando o timbre dos tipples e flautins das fanfarras. A altura do som (frequência de vibração das ondas sonoras) é de 2200 Hz ultrapassando largamente a capacidade de emissão de agudos na voz humana que é de 1056 Hz (SA, 1993, p. 241). É possível ouvir o seu som emitido a quilómetros de distância. Com aquele timbre, tocado forte e com a altura que lhe foi tecnicamente introduzida obtém-se deste instrumento um som “fero” apropriado para a transmissão de ordens de comando. É possível emitir com ele dezenas de diferentes sinais sonoros conjugando a emissão de notas longas e curtas com variações (rufado ou picado por ex.) à semelhança do que se usa hoje para transmitir o abecedário em Morse, no montanhismo, ou as ordens na Marinha. As diversões, bem como as cerimónias civis, religiosas ou militares, têm na maioria dos casos um apoio em material sonoro importante e rico proporcionando a mediatização de mensagens específicas. Como se sabe, as legiões romanas eram acompanhadas por uma guarnição de 100 músicos militares, os *aenatores*, compreendendo trombeteiros de três espécies: *tubicines*, *bucinatores* et *cornicines* (BUCHNER, 1980, p. 54-55). Para além das cerimónias e manobras militares, actuavam como bandas para entretenimento das tropas. Para as sessões de treino dos manípulos, das centúrias ou das secções de oito homens, seriam usados, muito possivelmente, para além da voz, sistemas sonoros mais versáteis e menos ostensivos do que as trombetas, essas sim indispensáveis para dar o sinal de ataque e retirada.

Serviria o apito de chumbo aqui apresentado para a transmissão de ordens de comando ou era apenas usado como instrumento de sinal?

(8) Através da emissão de notas curtas, extensas, rufadas, picadas e variando as suas ligações é possível transmitir, com as gradações rítmicas deste instrumento, dezenas de sinais sonoros que, estabelecida a sua codificação, podiam servir, por exemplo numa organização militar, para a chamada de pessoal, indicação do tipo de manobras, material necessário, definição de locais, ordem unida e sinais gerais que vão do toque de alvorada ao silêncio, faina geral e honras militares como na Armada dos nossos dias.

Seria usado, dado tratar-se de um objecto artístico, como um valor próximo duma condecoração como os conhecidos *torques*, *armillae*, *phaleræ*, *hasta pura*, *vexillum et coronæ* (WATSON, 1969, p. 114-117). Tratar-se-á de uma produção em série, que seria de uso generalizado por parte dos militares com patente superior? Tratar-se-á, como os anéis de ouro, de uma insígnia de nobreza, uma recompensa ou um privilégio inerente a certas funções? (FRANÇA, 1989, p. 17-64).

Os chefes militares estavam autorizados a conferir ornamentos (*Ocorniculum*) como marca de distinção aos soldados que em seu entender o mereciam (RICH, 1861, p. 192). Estaremos, neste caso, perante o reconhecimento duma distinção?

Será este apito um elemento identificador de determinada *cohors urbana* ou tratar-se-á de um nobre apetrecho de comunicação na caça? Seria um implemento dos efectivos da polícia urbana?

Bem-haja ao Senhor António Geada Simões Rito de Condeixa-a-Nova que achou e tão seguramente guardou esta pequena peça do nosso Património. Bem-haja a quem contribuiu, duma forma ou outra, e tornou possível este estudo.

BIBLIOGRAFIA

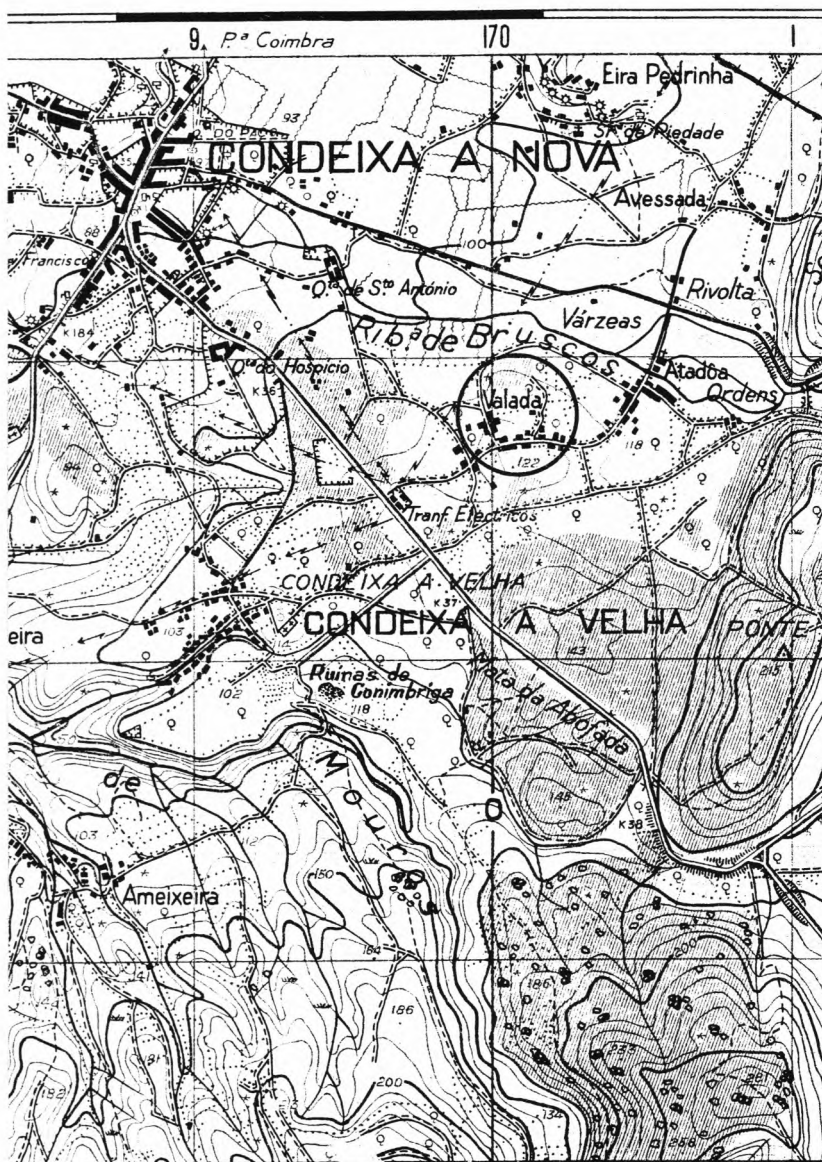
- ALARCÃO, Jorge de, 1988, Introdução ao Estudo da História e Património Locais, “Cadernos de Arqueologia e Arte”, 2, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Uni. Coimbra.
- ALARCÃO, Jorge de, *et alii*, 1977, L’ Architecture, “Fouilles de Conimbriga”, 1, Paris.
- BELLIDO, Antonio Garcia, 1970, Problemas sociociales del urbanismo en el area mediterranea durante la edad antigua, “XIII Congresso Internacional de Ciências Históricas”, Moscovo.
- BERMANI, Maria Felice, CAMUSSO, Lorenzo, FACCHI, Paolo, 1970, *Os Milénios*, 2, Verbo, Lisboa.
- BERNFELD, Dan, 1993/1, Valorisation de l’espace et de sa Dimension Culturelle: les dommages de la construction dispersée, Ilème Colloque européen EUROCULTURES, CCRC, Coimbra, p.33-44.
- BERNFELD, Dan, 1993/2, Le musée «participé», “Museum”, 179, Unesco, Paris.
- BUCHNER, Alexander, 1980, Colour Encyclopedia of Musical Instruments, Hamlyn, London.
- COULSTON, J. C. N., 1991, *The “Draco” Standard*, “Journal of Roman Military Equipment Studies”, 2.
- CRAWFORD, Michael H., 1974. Roman Republican Coinage, Cambridge University Press.

- EVIN, Jacques, et Allii, 1990, Les Mystères de l'Archéologie - Les Sciences à la Recherche du Passé, "Caisse National des Monuments Historiques et des Sites", Presses Universitaires de Lyon.
- FRANÇA, E. Ávila, 1969, *Anéis, braceletes e brincos de Conimbriga*, "Conimbriga", 8, p. 17-64.
- GAFFLOT, Felix, *Dictionnaire Illustré Latin Français*, "Hachette", Paris, 1934.
- GARBSCH, Jochen, That's entertainment: Musiker und Tänzer, "Römischer Alltag in Bayern", München, 1994.
- GRANT, Michael, 1974, *The Army of the Caesars*, Weidenfeld and Nicolson, London.
- HOURS, Juliette Liszak, LAHANIER, Christian, 1980, Métal, "La vie mystérieuse des chefs d'oeuvre. La science au service de l'art", Editions de la Réunion des Musées Nationaux, Paris.
- LARANJEIRA, M. F. et FRONTEIRA E SILVA, M. E., 1968, Isotopic Analyses of Roman Lead from Conimbriga and of galenas from neighbouring mines, "Revista Portuguesa de Química", 10, p. 55-56)
- LAVED AN, Pierre, 1931, *Dictionnaire Illustré de la Mythologie et des Antiquités Grecques et Romaines*, Librairie Hachette, Paris.
- MARINHO, José, 1974, Monnaies Arabes, "Fouilles de Conimbriga", 3, Appendice, I, Paris.
- MOUTINHO ALARCÃO, Adília, 1994, *Colecções do Museu Monográfico de Conimbriga*, IPM, Lisboa.
- OLEIRO, J. M. Bairrão, 1952, Conimbriga e alguns dos seus problemas, "Humanitas", 4, p. 32-42.
- PATRÍCIO, Isabel, 1995, Urbanismo e Violência. Pensar a Cidade, "Revista Olhares", 2, (Lisboa).
- PERROT, Jean, 1971, *The Organ from its Invention in the Hellenistic Period to the end of the Thirteenth Century*, Oxford University Press, London.
- PESSOA, Miguel, 1986, Subsídios para a Carta Arqueológica do Período Romano na Área de Conimbriga, "Conimbriga", 26, (Coimbra).
- PESSOA, Miguel, MADEIRA, José Luís, FERREIRA, Delfim, 1991, *A Muralha Augustana de Conimbriga - Elementos de Estudo*, Condeixa.
- PESSOA, RODRIGO, M. L. et alii, 1994, Percursos de Sonho e Práticas na Valorização da Memória de Todos, "Associação Ecomuseu Condeixa, Arzila, Rabaçal, Penela".
- RICH, Antony, 1861, *Dictionnaire des Antiquités Romaines et Grecques*, Paris.
- RICH, Antony, 1861, *Dictionnaire des Antiquités Romaines et Grecques*, Paris.
- ROBERTSON, Anne S., 1962, *Roman Imperial Coins in the Hunter Coin Cabinet: I. Augustus to Nerva*, "Oxford University Press", London.
- ROBINSON, H. Russel, 1975, *The Army of Imperial Rome, Arms and Armour Press*, London.
- SÁ, Carlos, 1996, *Análise da Composição Elementar de um Apito Anelar Romano de Conimbriga através das Técnicas de Microscopia Electrónica de Varrimento e de Microanálise de Raios X - SEM/EDS*, Centro de Estudos de Materiais da Universidade do Porto.
- SÁ, Maria Teresa Marques, 1993, *Física do 12.º Ano*, "Texto Editora", Lisboa.

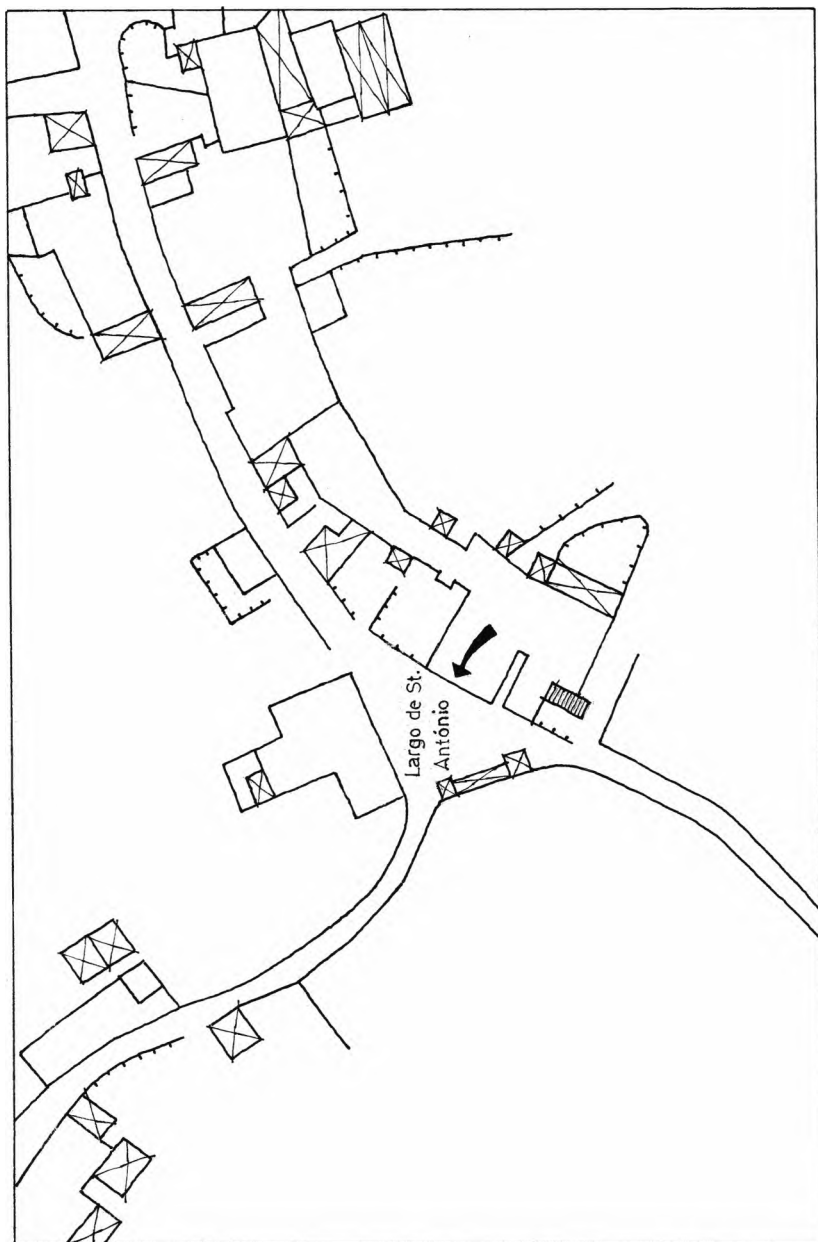
- SIMÕES, António, 1995, Órgãos de Portugal - Zona Centro, Secretaria de Estado da Cultura/Delegação da Zona Centro, Coimbra.
- SOUZA, Vasco de, 1990, Portugal: Corpus Signorum Imperii Romani Corpus der Skulpturen der Römischen Welt, Instituto de Arqueologia da Fac. de Letras, Coimbra.
- WATSON, G.R., 1969, The Roman Soldier, "Thames and Hudson", London.
- WEBSTER, Graham, 1969, The Roman Imperial Army of the First and Second Centuries A. D., Adam and Charles Black, London.

Agradecimentos

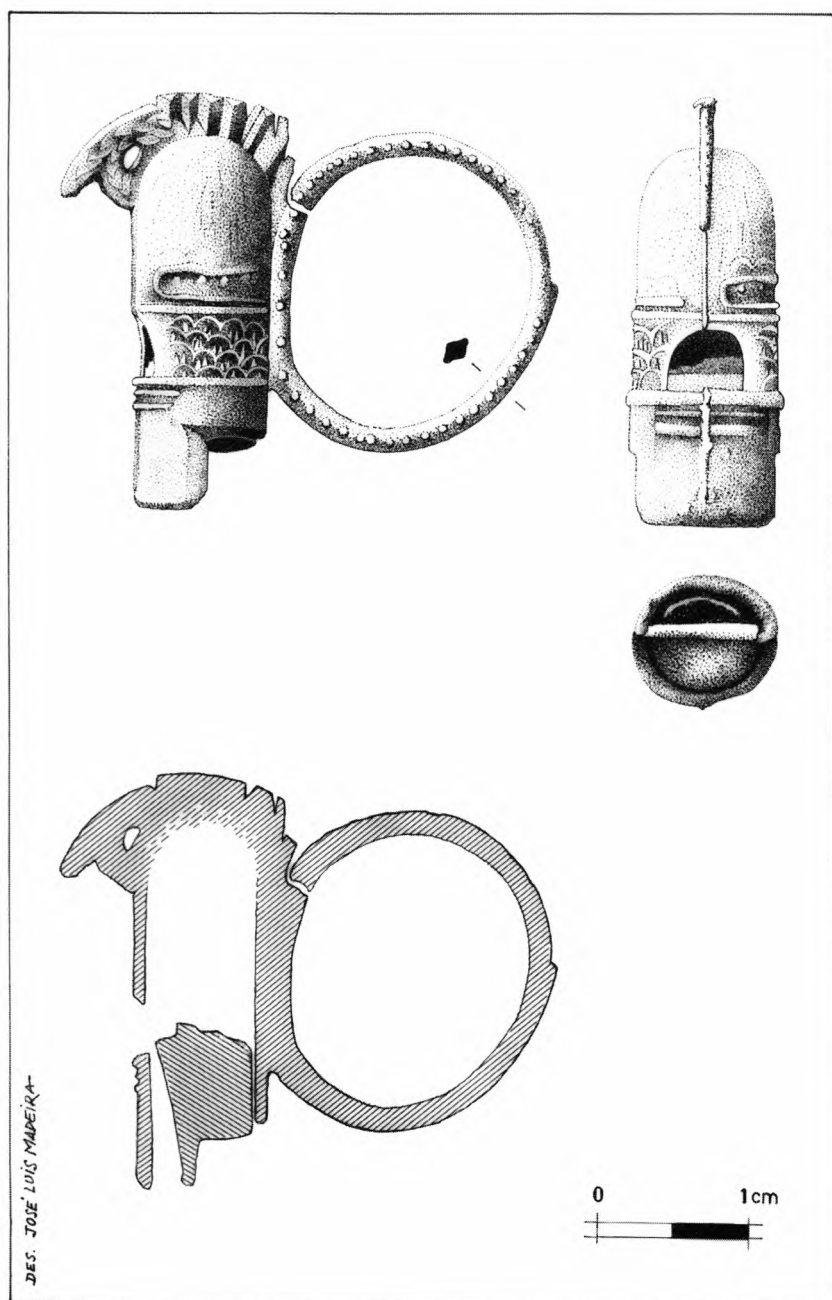
Doutor Jorge de Alarcão (Fac. Letras Uni. Coimbra), Doutor José Ribeiro Ferreira (Fac. Letras Uni. Coimbra), Doutor Carlos Sá (Fac. Ciências Uni. Porto), Prof. António Simões (Organeiro), Dr. Lino Rodrigo (Antropólogo da C.M.L.), Miguel Bandeira Pessoa (Estudante da F.C.T.U.C.), Dra. Conceição Barata (Técnica Superior da C.M.L.), Fotógrafo António Pinto (Instituto da Juventude de Coimbra), Fotógrafo Delfim Ferreira (Estúdios Lousã), Dr. José Luís Madeira (Técnico Superior do Instituto de Arqueologia da Fac. de Letras da Univ. de Coimbra), Fotógrafo Manuel José Palma (Instituto José de Figueiredo de Lisboa), Ecomuseu e Câmara Municipal de Condeixa.



EST. I – Localização de Conimbriga e do aglomerado de Valada na Carta Militar 1:25.000. Folha 251. Serviços Cartográficos do Exército, 1947.



EST. II – Planta de pormenor do Largo de Santo António, com indicação do local do achado a partir da planta topográfica da EDP de 1960. Escala 1:1000.

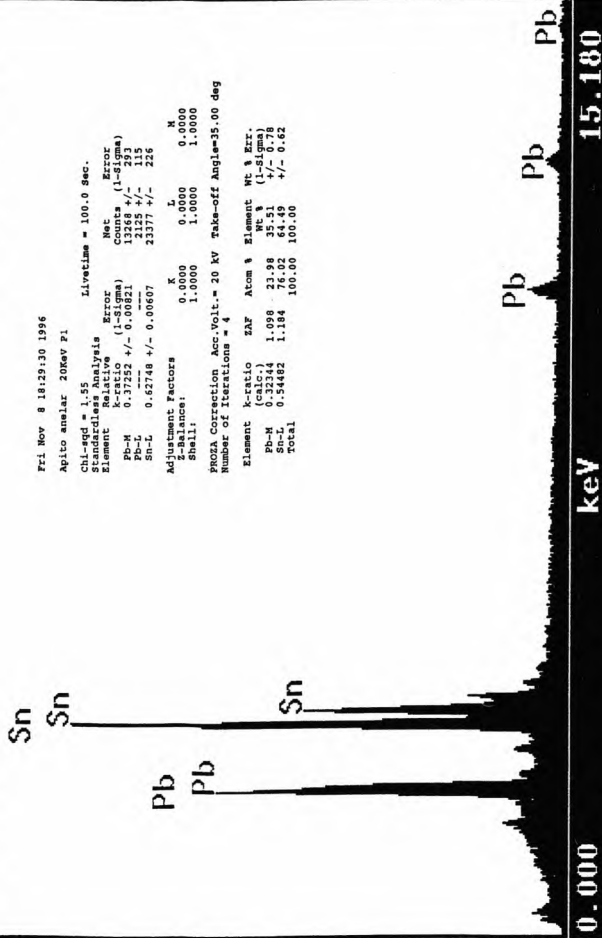


EST. III - Apito anelar: vista de perfil, frente, secção e canal do ar da embocadura.

Pioneer_35C Display - Spectrum1

VFS: 1200

Livetime: 100



Label: Apito anelar 20KeV P1

Fri Nov 8 18:29:30 1996
Apito anelar 20KeV P1
LiveTime = 100.0 Sec.
Chi-sqr = 1.55
Element Relative Error Net Counts (1-sigma) Error (1-sigma)
Pb-M 0.3234 1.098 23.98 35.51 +/- 0.78
Pb-L 0.5482 1.184 76.02 64.49 +/- 0.62
Sn-L 0.62748 +/- 0.00607 23377 +/- 226
Adjustment Factors K L N
Z-Balance: 0.0000 0.0000 0.0000
Sn-L: 1.0000 1.0000 1.0000
PRODA Correction Acc.Volt.= 20 kV Take-Off Angle=35.00 deg
Number of Iterations = 4
Element K-ratio ZAF Atom % Element Wt % Err.
Pb-M 0.3234 1.098 23.98 35.51 +/- 0.78
Pb-L 0.5482 1.184 76.02 64.49 +/- 0.62
Sn-L 0.62748 1.184 100.00 100.00
Total

Est. IV - Microscopia electrónica de varrimento e microanálise por raios X.



FOTO 1 – Apito anelar. Vista de lado.



FOTO 2 – Idem. Vista a três quartos.

FOTOS DELFIM FERREIRA



Foto 3 - Chapa de Raio X n.º 2 - Tempo de exposição: 1 m 30 s, 100 Kv 1200 MA.

(Página deixada propositadamente em branco)

MANUELA ALMEIDA FERREIRA

Mestre em Arqueologia

VIDROS ROMANOS DE S. MIGUEL DE ODRINHAS (SINTRA)

“Conimbriga” XXXVI (1997) p. 177-182

RESUMO: A autora examina um grupo de vidros romanos essencialmente dos sécs. III e IV e apresenta reconstituições de três das formas mais representativas deste período. Trata-se de material proveniente da *villa* de S. Miguel de Odrinhas (Sintra).

SUMMARY: The author examines a group of Roman glass remains mainly of the 3rd and 4th centuries D.C. Reconstitutions of three of the more typical forms of this period are put forward. These finds came from S. Miguel de Odrinhas (Sintra) Roman *villa*.

(Página deixada propositadamente em branco)

VIDROS ROMANOS DE S. MIGUEL DE ODRINHAS (SINTRA)

O espólio vítreo exumado da *villa* romana de S. Miguel de Odrinhas compreende 15 bordos de formas abertas, 2 asas, um fundo cónico, 3 fragmentos de parede com decoração gravada à roda, um fragmento de bracelete e um pingo decorativo de um copo de tipo tardio.

Eis os fragmentos susceptíveis de caracterizarem este espólio como um conjunto do Baixo Império:

a) as taças de bordos em S, cujos bordos não orlados foram cortados à tesoura, correspondentes aos tipos 117 de Isings e 76 de Morin-Jean (n.^{os} 1-4). (Isings, 1957, p. 147, Morin-Jean, 1913, p. 126). Em Portugal, têm paralelo entre o vidro romano tardio de Conimbriga (Alarcão e Alarcão, 1965, pp. 118-120, Est. VIII-IX e Alarcão *et alii*, 1976, pp. 194-195, Est. XLII). Trata-se de uma forma conhecida em várias regiões europeias sob o domínio romano, no séc. IV, época em que, dos perfis às asas, o gosto evolui no sentido de contornos animados de mais movimento do que nos primeiros séculos do Império.

A secção inferior da copa, não conservada nos exemplares de S. Miguel de Odrinhas, era por vezes decorada por reentrâncias ovais (Alarcão, 1970, p. 243, fig. 11). (Est. I, n.^o 2).

O n.^o 5 tem os contornos de uma taça referida como pertencendo ao grupo de taças gravadas do grupo Wint Hill, datadas da 1.^a metade do séc. IV (Harden, 1960, pp. 45-52).

b) as taças de bordo engrossado ao fogo, de copa arqueada (n.^{os} 6-8) ou troncoconica (n.^o 9), semelhantes aos n.^{os} 203, 206, 207 e 212 de Conimbriga (Alarcão *et alii*, Est. XLII) datáveis do séc. IV.

c) a gotícula n.^o 23, elemento de um tipo de decoração plástica inventada cerca de 300 D.C. (Alarcão e Alarcão, 1965, p. 108). De cor turquesa aplicada, em contraste, sobre um fundo incolor, esta gotícula atesta o uso, em S. Miguel de Odrinhas como em Conimbriga, de um

tipo de copo frequente no séc. IV (Morin-Jean, 1913, p. 226, fig. 306 e Isings, 1957, p. 113. A reconstituição deste vaso é proposta na Est. 11/23.

Esta formula decorativa subsistiu, sob formas diversas, na Alta Idade Média e veio a dar origem, já em meados do séc. XIV, na Alemanha, ao *Rippenbecher* (Schütte, 1976, pp. 103-104, Est. 3).

Os demais fragmentos, embora tipológica e cronologicamente menos eloquentes, apontam para a mesma época tardia, adentro dos limites temporais de Império Romano.

As taças de rebordo tubular (n.^{os} 11-13), provavelmente de copa arqueada e, eventualmente, repousando sobre um pé anelar (Est. 11/12), são semelhantes às da forma 115 de Isings (Isings, 1957, p. 143), datável de finais do séc. IV.

O n.º 10 tanto pode ter sido uma taça como um pote de bojo globular do tipo 94 de Isings, datando da 2.^a metade do séc. II e do séc. III (Isings, 1957, p. 111). Igualmente um pote terá sido o n.º 14 que, dada a sua cor azul, sugere alguma reflexão. De facto, ao vidro intencionalmente colorido caro ao consumidor da época julio-claudiana, sucedeu, no final da época flávia, a preferência pelo vidro incolor. Assim, o n.º 14 poderá ser mais antigo do que a generalidade do material aqui considerado, remontando, designadamente, a meados do séc. II D.C. e sendo, nesse caso, coevo do n.º 10.

O n.º 15 será o bordo de uma taça (Clairmont, 1963, p. 466, Est. XI/468).

O bordo n.º 16, ao qual se liga uma asa, deve ter pertencido a uma lamparina do tipo 134 de Isings, datado a partir do séc. III tardio e que se prolongou pela Alta Idade Média (Isings, 1957, p. 162). Quanto ao n.º 17, é impossível atribuí-lo a qualquer forma particular.

O n.º 18 é um fundo cónico que deve ter feito parte de um frasco de pequenas dimensões, utilizado eventualmente como unguentário.

Os fragmentos n.^{os} 19 a 21 ostentam vestígios de decoração gravada à roda. Apenas o n.º 20 conserva um perfil susceptível de leitura. Pertenceu, provavelmente, a uma taça do tipo 116 de Isings, análoga a algumas das taças decoradas por motivos geométricos gravados à roda descobertas noutras regiões do Império Romano e datadas da 1.^a metade do séc. IV (Isings, 1957, pp. 144-145).

O bracelete n.º 22, estriado, a quente, com o auxílio de um utensílio de vidro, é análogo aos da época trajana exumados em Conimbriga (Alarcão *et alii*, 1976, Est. XLVI/311-312).

CATÁLOGO

N.º 1 — Taça. Copa em S; bordo de arestas vivas, cortado à tesoura. Sopragem livre. Vidro transparente esverdeado (Methuen 30 B4). Ø 140mm SMO/R/57/53.

N.º 2 — Idem. Ø 144mm SMO/R/57/23.

N.º 3 — Idem. Vidro transparente esverdeado (Methuen 30 B3). Ø 144mm SMO/R/57/36.

N.º 4 — Idem. Ø 172mm SMO/R/57/56.

N.º 5 — Copo cónico. Bordo em S; bordo de arestas vivas, cortado à tesoura. Sopragem livre. Vidro transparente esverdeado (Methuen 30 B4). Ø 72mm SMO/R/57/41.

N.º 6 — Taça. Copa em forma de calote; bordo engrossado ao fogo. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, irisado. Ø 160mm SMO/R/57/26.

N.º 7 — Taça. Paredes esvasadas; bordo engrossado ao fogo. Sopragem livre. Vidro transparente esverdeado (Methuen 26 A2). Ø 210mm SMO/R/57/19.

N.º 8 — Taça. Copa em forma de calote; bordo engrossado ao fogo. Sopragem livre. Vidro transparente esverdeado (Methuen 26 A2). Ø 118mm SMO/R/57/30.

N.º 9 — Taça. Paredes sobre o cilíndrico; bordo engrossado ao fogo. Sopragem livre. Vidro transparente incolor. Ø 112mm SMO/R/57/37.

N.º 10 — Taça (ou pote ?). Bordo esvasado, engrossado ao fogo. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, irisado. Ø 98mm SMO/R/57/39.

N.º 11 — Taça. Bordo tubular esvasado. Sopragem livre. Vidro transparente incolor. Ø 98mm SMO/R/57/31.

N.º 12 — Taça. Bordo tubular; copa hemisférica (?). Sopragem livre. Vidro transparente incolor, irisado. Ø 114mm SMO/R/57/17 e 21.

N.º 13 — Idem. Ø 84mm SMO/R/57/16.

N.º 14 — Potinho. Bordo tubular; bojo globular (?). Sopragem livre. Vidro transparente azul (Methuen 22 E8). Ø 76mm SMO/R/57/47.

N.º 15 — Taça. Paredes levemente envasadas; bordo engrossado ao fogo, em forma de cabeça de fósforo. Sopragem livre. Vidro transparente incolor. Ø 120mm SMO/R/57/15.

N.º 16 — Lamparina (troncoconica, de três asas ?). Sopragem livre. Vidro transparente incolor. Ø indeterminável. SMO/R/91/1.

N.º 17 — Asa. Vidro transparente incolor. SMO/R/57/44.

N.º 18 — Fundo cónico (de frasco ?). Sopragem livre. Vidro transparente incolor. Ø indeterminável. SMO/R/57/52.

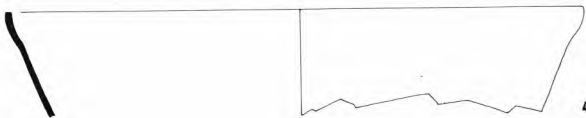
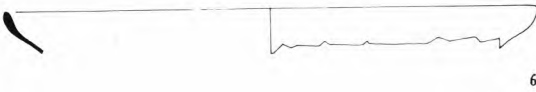
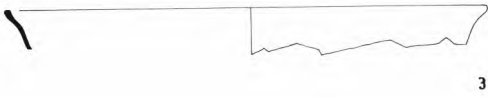
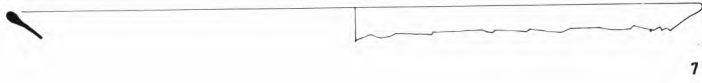
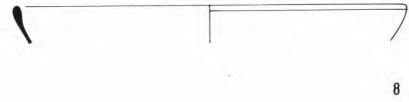
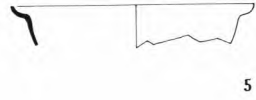
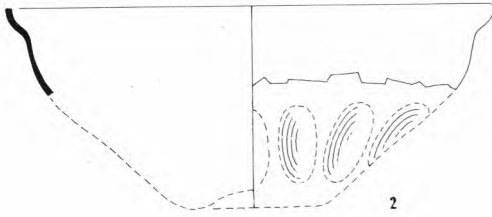
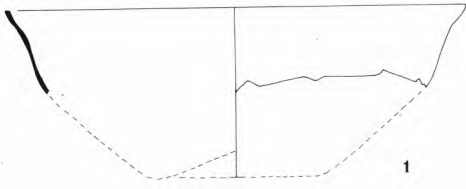
N.ºs 19-21 — Fragmentos de parede. Decorados por motivos geométricos gravados à roda. Vidro transparente esverdeado (Methuen 30 B3). SMO/R/57/54, 55 e 63.

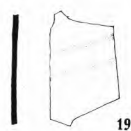
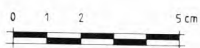
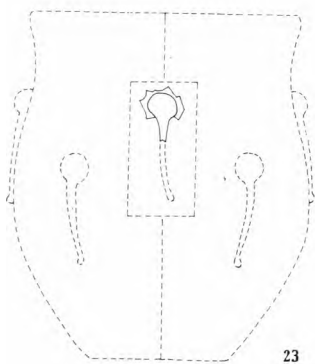
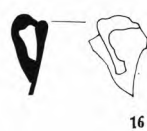
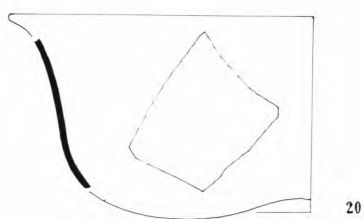
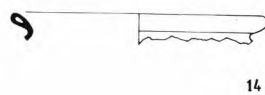
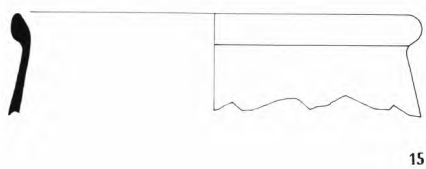
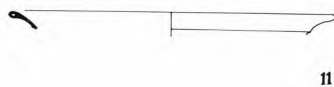
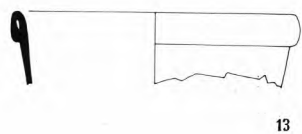
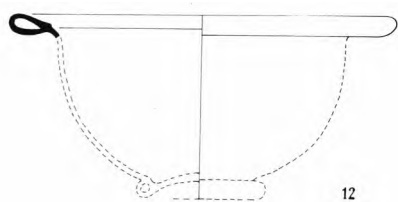
N.º 22 — Bracelete. Estriado a quente, a espaços regulares. Vidro opaco negro. Ø 72mm SMO/R/57/304.

N.º 23 — Copo. Sopragem livre. Vidro transparente incolor, decorado por uma gotícula azul turquesa (Methuen 24 B7) aplicada em relevo. SMO/R/57/72.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A. e ALARCÃO, J. (1965) — *Vidros romanos de Conimbriga*, Conimbriga.
ALARCÃO, J. (1970) — “Vidros romanos de Balsa”, *O Arqueólogo Português*, pp. 237-272.
ALARCÃO, J. et alii (1975) — *Fouilles de Conimbriga — VI — Céramiques diverses et verres*, Paris.
CLAIRMONT, C. W. (1963) — *The excavation at Dura-Europos — Final Report IV — Part V — The glass vessels*, New Haven.
HARDEN, B. (1960) — “The Wint Hill Hunting Bowl and Related Glasses”, *Journal of Glass Studies*, Vol. II, pp. 45-81.
ISINGS, C. (1957) — *Roman Glass from dated finds*, Groningen — Djakarta.
MORIN-JEAN (1913) — *La verrerie en Gaule sous l'Empire Romain*, Paris.
SCHÜTTE, S. (1976) — “Mittelalterliches Glas aus Göttingen”, *Zeitschrift für Archäologie des Mittelalters*, Vol. 4, pp. 101-117.





MANUELA ALMEIDA FERREIRA

Mestre em Arqueologia

SEVENTEENTH AND EIGHTEENTH CENTURY GLASS DRINKING
VESSELS AND BOTTLES FROM LISBON — PORTUGAL

“Conimbriga” XXXVI (1997) p. 183-190

RESUMO: Os copos, garrafas e frascos em apreço provieram de seis estações arqueológicas da área urbana de Lisboa. A maioria é comparável ao vidro europeu do mesmo tipo datado dos sécs. XVII e XVIII. Algumas das formas e os selos de garrafa nos quais se pode ler um nome português encontram-se igualmente entre o espólio das escavações levadas a cabo no sítio de Real Manufatura de Vidro fundada em 1719 no lugar de Coina (Barreiro). Foram ainda encontrados, em Lisboa, um selo inglês e um francês.

SUMMARY: The drinking glasses, bottles and flasks under consideration were brought to light in six different archaeological sites in Lisbon. Most of them are comparable to European glassware of the same type dating to the 17th and 18th centuries. Some of the forms and the bottle seals which read Portuguese names are analogous to those found at the site of the Royal Manufacture of Glass established in 1719 at Coina near Lisbon. English and French seals were also discovered.

(Página deixada propositadamente em branco)

SEVENTEENTH AND EIGHTEENTH CENTURY GLASS DRINKING VESSELS AND BOTTLES FROM LISBON — PORTUGAL

Introduction

During 1990 and 1991 the Roman Theatre Board undertook excavations in Lisbon which brought glass finds from Roman times through the 20th century to light. In this paper we shall consider only two types of these finds, namely the drinking vessels and the bottles and flasks, both from levels buried by the massive 1775 earthquake.

In order to give a comprehensive overview of the evolution of these vessels, we have established two chronological type series based on their archaeological contexts. Reconstructions have been made after comparison with similar, well preserved and well-documented items (Plates 1 and 2).

The forms

Group I (Plate 1) consists of drinking glasses that still belong to the tradition of light goblets reflecting the Venetian style. Within this group numbers 1 and 5 show mould-blown decoration, while numbers 2 and 4 have applied threads of opaque white glass. These vessels are the last survivors of Renaissance glass *design* as found not only in Portugal, but in many other countries as well¹⁾.

0) WARD-PERKINS *et al.*, 1973, 127-130; BARRERA 1990, 347 and foil; MOORHOUSE 1971, 64-65, Pl. 27/5; GUDIOL RICART 1936, Pl. 72 and foil.

However, from the beginning of the 18th onwards, when we find a major change in the centers which influenced glass making, fashion also changed. Heavy stemmed goblets, made of lead glass, triumphed over the light glasses that had been produced during the 17th century (2).

Numbers 1 through 4 of group II, together with numbers 1 and 2 of group III plus group VIII illustrate especially well the influence of English patterns on 18th century Portuguese glass. The first one documents the transition from the Venetian hollow stems to the solid ones of the 18th century. The other three of that same group are baluster stems enclosing tear-shaped air bubbles (3) while the sherd of group VIII belonged to a stem with embedded decoration of twisted ribbons in opaque white (4).

Cut stems like numbers 1 and 2 of group III (typical Silesian goblets) (5) also reflect a favourite decorative theme of the 18th century. It was developed in Bohemia and soon spread through several Western countries (6).

In conclusion we find, in group VII, the wheel-engraved floral ornamentation known elsewhere during this period.

The polygonal shapes represented in group V were very frequent in Portugal in glass as well as other decorative arts, as a result of the influence which Architecture had on the crafts during the 18th century.

We shall refer to group IV below, when treating on a possible local production for the goblets under discussion.

Concerning the bottles (Plate 2), we may note that the Lisbon series also documents the well-known shift from the 17th century light coloured, bulbous, bottles to dark cylindrical ones in the 18th century.

Group I shows hypothetical reconstructions of 17th century bottles; numbers 1, 2, and 5 are fragments of *vetri afili*.

Groups II and III picture the forms of the 18th century bottles and flasks discovered. Apart from number 1 of group II, these are all cylindrical bottles, whereas in group III we again find polygonal containers for liquids commonly called "case-bottles" (numbers 1 through 7). Number 8 almost certainly is ajar.

(2) BARRELET 1957, 109; DAVIS 1971, 16-19.

(3) ODDY 1977-80, 116, fig. 41; ASHURST 1987, 196, PL 18/1.

(4) KLEIN and LLOYD 1984, 134.

(5) NEWMAN 1977, 297; DAVIS 1971, 9 and 24-25; KUBALSKA 1991, 491 and 493.

(6) BARRELET 1957, 114, PL. 19, 21 and 27; DAVIS 1971, 24, 26 and 43.

We would like to point out that the thick conical bottom of the case-bottle number 2 (group III) has an engraved double-cross analogous to the crosses observed on similar American containers dated to the late 18th century (7).

Furthermore it should be noted that the glass seals of five bottles were brought to light in Lisbon. The first three are marked with the Portuguese name “Andre Lopez de Castro” (Plate 3/A). The fourth seal is in English. It consists of a coat of arms surrounded by the legend: “EARL’S . HOLT . MINARIL . WATER . 1730” (Plate 3/B). The last one is a French seal; it reads “VNIS A IAMAIS” (Unis à jamais), and bears the figure of a Cupid (Plate 3/C).

The origins of the finds

After treating on the formal aspects of the glassware from Lisbon, let us look at the evidence that leads us to consider most of it to be of local production.

To begin with we must briefly focus on three events in modern Portuguese history which are relevant to the study of local glass production.

First of all, we must realize that from the end of the 17th century to the 3rd quarter of the 18th century Portugal enjoyed an outstanding prosperity due to the gold from its Brazilian possessions. Secondly we have the Methuen Treaty of 1703 to consider. It established free trade for English textiles in Portugal and for Portuguese fortified wine in England. And lastly, not only Portuguese craftsmen, but also several English and Irish glass-makers were employed at the Royal Manufacture of Glass at Coima, near Lisbon, established by King John V (died 1750) in 1719 (8).

The analogy evident between some of the glasses from Lisbon and those from Coima (Plates 4-5), leads us to conclude that at least part of the productions of the Royal Manufacture was sold on the open market (9).

(7) HUME 1961, 106; McNULTY 1971, 106, fig. 24.

(8) CUSTÓDIO 1986, 44-45.

(9) The excavation at Coima was directed by Mr. Jorge Custódio, whom I thank for allowing me to refer to some unpublished glass finds.

The stemmed goblet with white twisted ribbon decoration must be slightly more recent than the other 18th century drinking vessels. Even though no similar glasses have been found at Coima, the normal recycling practice does not guarantee us that such decoration was never produced by the Royal Manufacture until it was closed in 1747.

It is certain, nevertheless, that these goblets were blown at Marinha Grande — 120 km. North of Lisbon — where the glassworks were moved in 1769. The very first catalogues from this workshop display a variety of them, strangely called *copos de calix com pé esmaltado* (goblets with enamelled stem)⁽¹⁰⁾.

The original forms and dimensions of the bottles with seals bearing Portuguese names are shown by intact specimens found in museums and private collections. They document the name of the nephew of a Portuguese Jewish physician born in 1691 who fled to England to avoid the Inquisition. A bottle bearing a seal with his name and the year 1749 is preserved in the Beja museum.

Written sources say that these bottles were for *agua de Inglaterra* (water from England). This actually was a solution, containing imported Peruvian quinine, prescribed as a cure for malaria and other illnesses caused by deleterious living conditions ("). It was in use at least until the Napoleonic Invasions.

The nephew in question inherited the formula from the inventor of the "water from England", and continued to prepare and sell it in Portugal. However, since there also were many spurious imitations available, the seal discovered at Coima could well be a forgery.

There is a further problem: why is the name spelled "Lopez" with a final "z", while it appears with a final "s" in contemporary written sources? Could it be a phonetic spelling of the way it is usually pronounced by non-Portuguese speakers? Even though it is not quite clear whether these bottles were made in either England or Portugal, we therefore assume them to be of English manufacture.

The English seal likewise belonged to an English made container for medicinal water. The wells for this potion were situated at Holt, in the region of Bath (Western England), and for some period up to 1731 the water was commercially exploited by Henri Eyre. From that date onwards however, Eyre appears as a professional promoter and thus it

⁽¹⁰⁾ BARROS 1969, Pl. X.

⁽¹¹⁾ D'ESAGUY 1931, 30-33.

is likely that around 1730 other residents at Holt or its surroundings, started bottling the mineral water as well.

John and Priscilla Earl certainly were amongst these. Between 1727 and 1729 they not only were witness to the case of a recorded cure, but they also provided lodgings for the patient concerned ⁽¹²⁾.

Glass and Society

In the 18th century matched sets of drinking glasses were rare for all but the upper classes. Therefore we can picture a varied collection of goblets stored away in cupboards or on display on the sideboard at mealtime. It is also likely that several guests used one and the same goblet, with a wash-up after each usage.

In practice water, mineral water and wine were probably poured into larger goblets than those used for gin and rum or sweet alcoholic drinks such as liquors. The intact little polygonal beaker from Lisbon and the similar but only partially preserved piece excavated at Coima (Plate 4), must have served for this last purpose.

Flasks and bottles were used for medicines, ink, beverages and perfumes, while square case-bottles were the preferred containers for spirits with presumed medicinal properties. Dark green cylindrical bottles containing wine were relegated to the cellars and fetched as needed.

A quantitative examination of the vast amount of sherds found by the Roman Theatre Board in Lisbon should be of interest. A comparison with other urban data will surely show us the typology and the quantity of the most common bottles kept in the cellars of the lower and middle class residents of the neighbourhoods where the excavations took place.

We must be aware that glass is a cultural article; it therefore becomes mandatory, when studying glass remains, to go deeper than a typological and chronological discussion. Through the remains we must try to fathom the person who created and used those objects. As was said before: “Man does not go naked”.

⁽¹²⁾ I am deeply grateful to Mr. Neil Willcox (Antique Bottles & Stoneware 1650-1850, England) for assistance in the interpretation of this seal.

BIBLIOGRAPHY

- BARROS 1969
Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande — II.º Centenário — 1769-1969/
Carlos Barros; Lisbon 1969.
- BARRELET 1957
Le verre à boire en France au XVIII^e siècle / James Barrelet; *Cahiers de la Céramique, du Verre et des Arts du Feu*, 7 (1957), 100-117.
- BARRERA 1990
Le verre à boire des fouilles de la Cour Napoléon du Louvre (Paris) / Jorge Barrera; *Annales du II^e Congrès de l A.I.H.V.* (1990), 347-364.
- CUSTÓDIO 1986
A Real Fábrica de Coína e as origens da indústria vidreira na Marinha Grande (1719-1926) / Jorge Custódio; *Actas do I Encontro Nacional sobre o Património Industrial* (1986), 41-78.
- D'ESAGUY 1931
Apologia da Agoa de Inglaterra da Real Fábrica (1812) / Augusto d'Esaguy; Lisbon 1931.
- DAVIS 1971
Early 18th century English glass / Frank Davis; London 1971.
- GUDIOL RICART 1936
Els Vidres Catalans / Gudiol Ricart; *Monumenta Cataloniae* III; Barcelona 1936.
- HUME 1961
The glass wine bottles in colonial Virginia / Ivor Noel Hume; *Journal of Glass Studies* 3 (1961), 91-117.
- KLEIN and LLOYD 1984
The History of Glass / Dan Klein and Ward Lloyd; London 1984
- KUBALSKA 1991
Les verres à jambe du 18^e siècle en Pologne / S. Ciepiela Kubalska; *Annales du 12^e Congrès de VALH.V.* (1991), 487-498.
- MCNULTY 1971
Common beverage bottles: their production, use and forms in seventeenth — and eighteenth century Netherlands — Part I / Robert H. McNulty; *Journal of Glass Studies* 13(1971), 91-119.
- NEWMAN 1977
An illustrated dictionary of glass / Harold Newman; London 1977.
- ODDY 1977-80
British glass, 1680-1830 / R. Oddy; *Bulletin de VALH.V.* 8 (1977-80), 113-126.

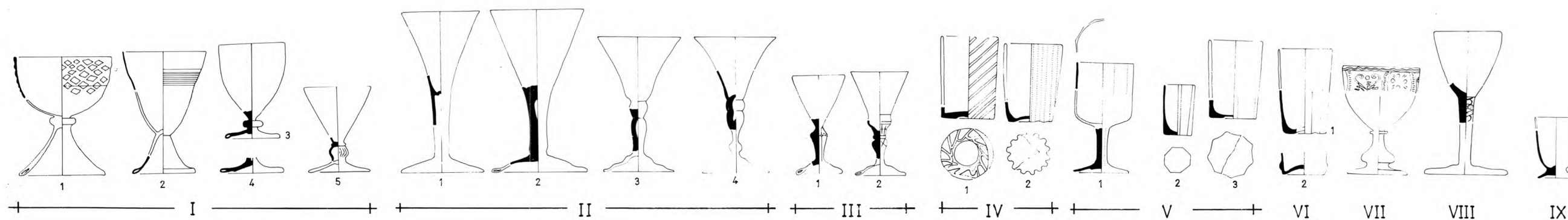
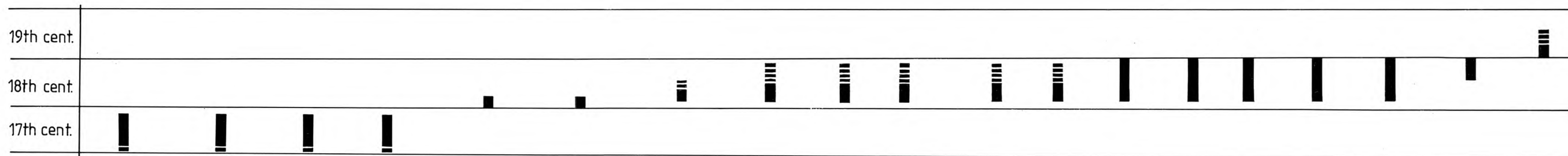
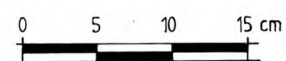


PLATE I Drinking glasses from Lisbon - Attempt of dating



Sites of origin: I-1,2,4, Rua de S. Lourenço
3,5, Teatro romano

II-1,4, Teatro romano
2, Rua das Pedras Negras
3, Rua de S. Nicolau

III-1, Rua das Pedras Negras
2, Teatro romano
IV-1,2, Rua das Pedras Negras

V-1,2, Teatro romano
3, Rua das Pedras Negras
VI-1,2, Teatro romano

VII - Teatro romano
VIII - Teatro romano
IX - Rua das Pedras Negras

(Página deixada propositadamente em branco)

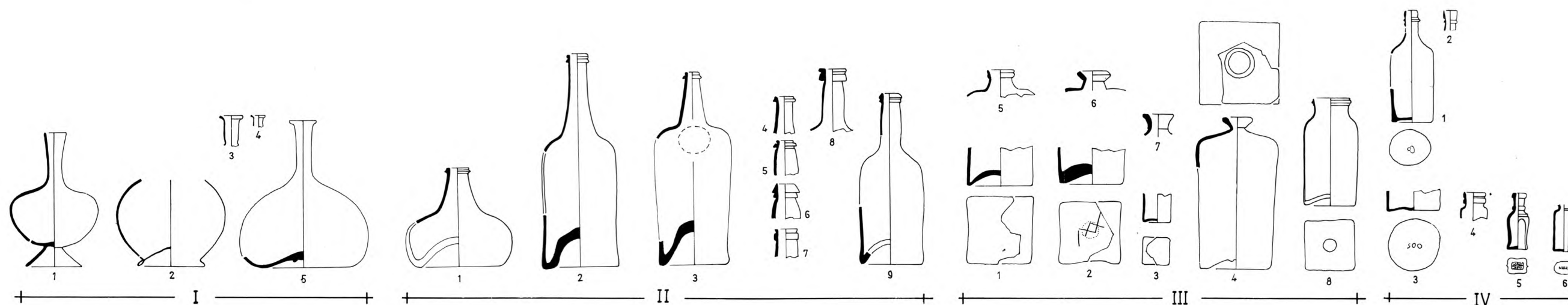


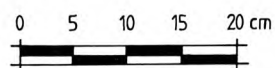
PLATE 2 Bottles and flasks from Lisbon - Attempt of dating

Sites of origin: I-1, Palácio Penafiel
2,5, Rua de S. Lourenço

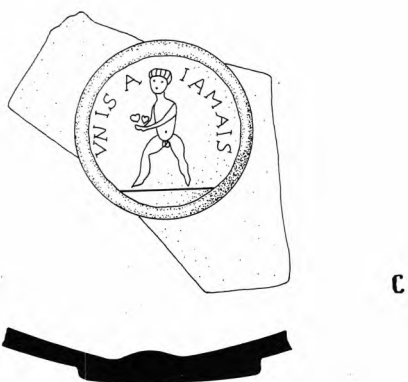
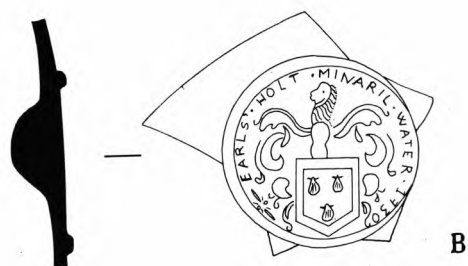
II - 1,3,5, Rua das Pedras Negras
2,4, Rua dos Correios
6,7, Teatro romano

III- 1,3,7, Teatro romano
2, Rua das Pedras Negras
8, Palácio Penafiel

IV- 1,6, Teatro romano



(Página deixada propositadamente em branco)



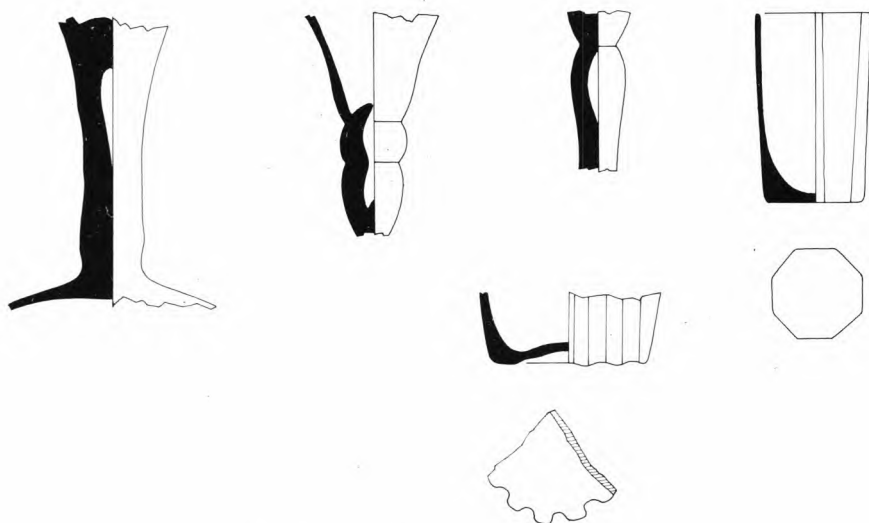


FIG. 1 – Drinking glasses from Lisbon.

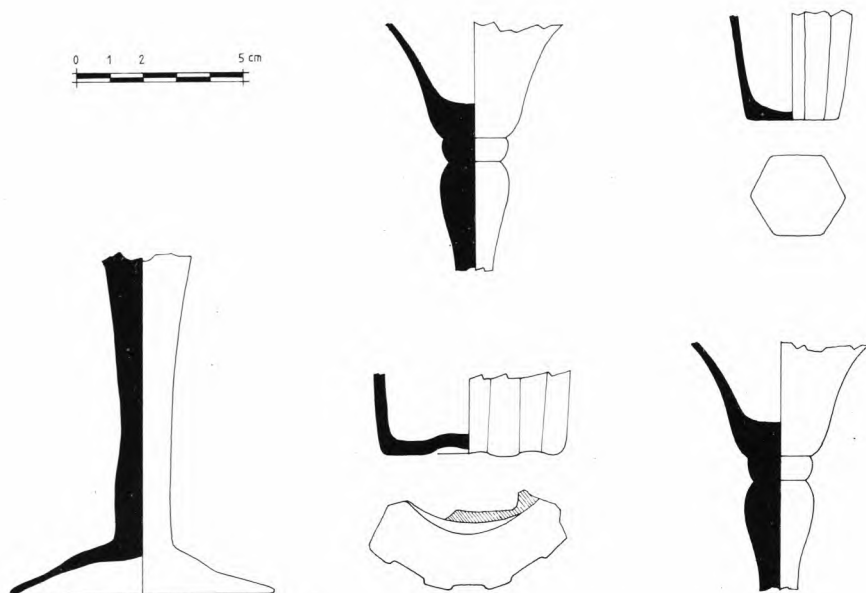


FIG. 2 – Drinking glasses from the site of the Royal Manufacture at Coima.

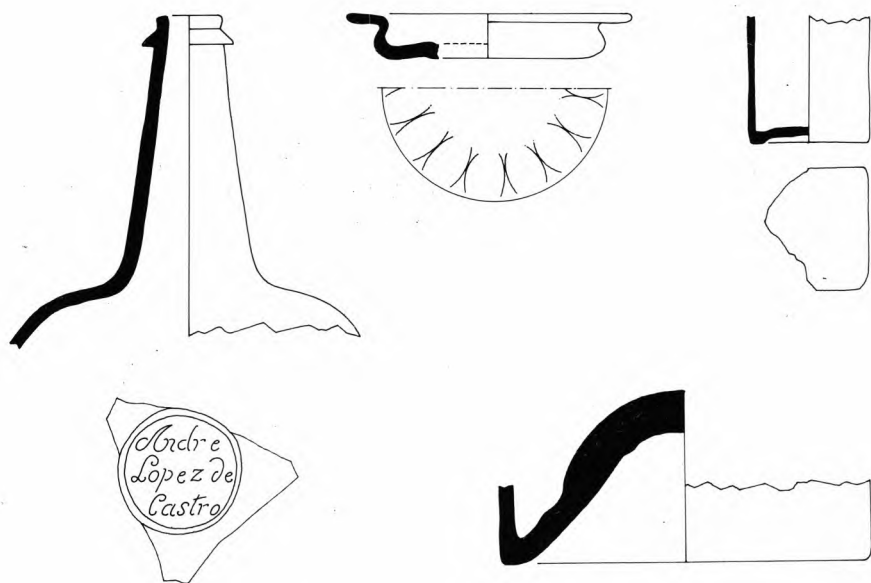


FIG. 3 – Bottles and other glass vessels from Lisbon.

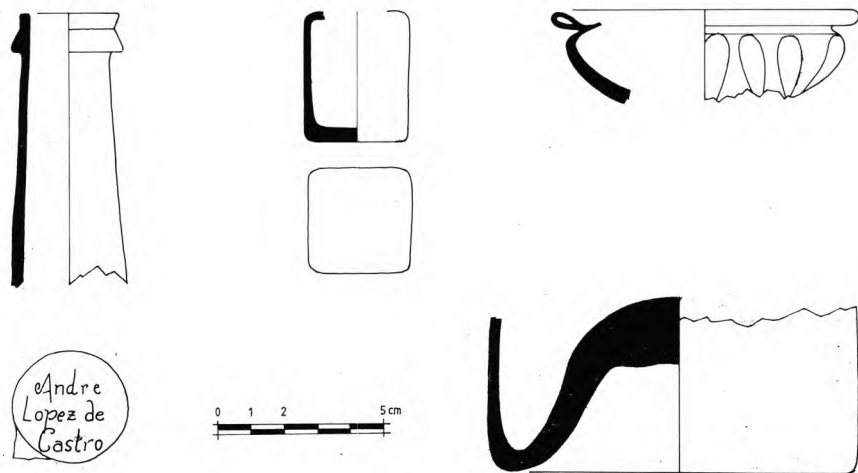


FIG. 4 – Bottles and other glass vessels from the site of the Royal Manufacture at Coima

(Página deixada propositadamente em branco)

HELENA GIMENO PASCUAL
Hispania Epigraphica. UCM

OBRAS DE REEDIFICACIÓN DEL PUENTE DE SEGURA
SOBRE EL RIO EL JAS EN EL SIGLO XVI
“Conimbriga” XXXVI (1997) p. 191-200

RESUMEN: En este artículo se da a conocer un documento del siglo XVI que describe las obras de reedificación de la estructura central del Puente “Romano” de Segura propuestas por los maestros canteros Pedro Villegas, Diego de Castañeda y Sebastián de Aguirre cuya principal contribución fue la elevación de los arcos y, por tanto, un puente más alto.

SUMMARY: The subject of this paper is the rebuilding of central structure of “Roman” Segura’s Bridge contained in a document of the sixteenth century. The master builders were Pedro Villegas, Diego de Castañeda and Sebastián de Aguirre, whose main contribution was the elevation of the archs and, therefore, a higher bridge.

(Página deixada propositadamente em branco)

OBRAS DE REEDIFICACIÓN DEL PUENTE DE SEGURA SOBRE EL RIO EL JAS EN EL SIGLO XVI*

En el Archivo de Simancas se conserva el expediente generado como consecuencia del derrumbamiento de la parte central (') del puente sobre el río Eljas o Erjas, situado justo en la frontera entre España y Portugal. La localidad más cercana en territorio portugués es, precisamente, la freguesia de Segura (concelho Idanha-a-Nova, distrito Castelo Branco) y en territorio español pertenece al término municipal de Alcántara (provincia de Cáceres).

En abril de 1570 se presentó ante el licenciado Juan de Montealegre, gobernador de la villa de Alcántara y su partido el procurador de la misma villa elegido ese año, Antonio de Aldaña, provisto, entre otros documentos, de una provisión real con fecha 29 de noviembre de 1569. En ella, el rey solicitaba del alcalde una serie de datos con vistas a aprobar o no la restauración del puente (2). El mismo día se había pedido la declaración de testigos, por una parte la de algunos vecinos que habían estado presentes con ocasión del derrumbamiento y, por otra, de aquellos que aunque no lo hubieran estado, tenían conocimiento de ello a través

* El dibujo ha sido realizado por José Fernández Pérez. A. A. U. Stylow agradezco su apoyo, interés y la ayuda concedida para la realización de este estudio.

(9 Consejo Real, Legajo 351,5, ff. 1-24.

(2) Fol. 3: «Que sepáis qué puente es la susodicha, que cuánto tiempo es que se cayó e si de no fazerse fecho se ha seguido daño e perjuicio a los lugares comarcanos e caminantes e pasajeros e si se a bien que se haga en la parte donde estava o en otra que sea mas segura e que quantos maravedís será menester para fazer la dicha puente. Si la dicha villa tiene propios e rentas para ello y en caso que no los tenga qué concejos e personas recibirán mayor provechamiento de que la dicha puente se haga e si se [...] facultades para que se repartan entre aquellos los maravedís que fueren necesarios para dicha puente...»

de terceras personas. Por su parte, el Gobernador encargó a los maestros canteros Pedro Villegas, Diego de Castañeda y Sebastián de Aguirre que fueran a verificar el estado en que había quedado el puente conforme era solicitado en la provisión real ⁽³⁾.

Los testigos ⁽⁴⁾, aseguraron que hacía unos cinco o seis años, es decir, hacia 1565 ⁽⁵⁾ el puente que estaba edificado sobre la ribera del Elja - río que servía de frontera a los reinos de Portugal y de Castilla -, se había derruido a causa de una gran crecida de las aguas. Aseguraban que la fábrica del puente era muy antigua, pero que la crecida del río se había llevado gran parte del mismo de forma que sólo habían quedado los arcos de los extremos y los cimientos. El camino, una vía pública muy necesaria, estaba pues interrumpido y esto causaba un gran perjuicio tanto a la villa de Alcántara y su comarca, como a la de Segura. Todas las declaraciones de los testigos concuerdan en que el lugar donde estaba elevado el puente, entonces derruido, era el sitio ideal para reedificarlo y en que los perjuicios para la villa de Alcántara eran inmensos pues no llegaban las mercancías y por ello había perdido mucho dinero ya que no podía cobrar la aduana de las mercaderías que por allí pasaban especialmente las de invierno. Pero, además de estos daños económicos, los testigos declaraban que había habido muchas víctimas ahogadas en el río.

Otra de las cuestiones a responder por los testigos atañía a la financiación de las obras. Cuando les preguntaron si la villa de Alcántara tenía propios ⁽⁶⁾, respondieron que no sólo disponía de muy pocos sino

⁽³⁾ Fol. 8.

⁽⁴⁾ Los testigos que declaran, Antonio de Mendieta, Juan de Mendoza Carrillo, Jorge Núñez, Alonso Remellado, Juan Rosco, Francisco Gutiérrez López y Pedro de Quirós Tavares, vecinos de Alcántara, se expresan en términos más o menos iguales. Las declaraciones ocupan los folios 4v. a 15.

⁽⁵⁾ Ya hacia 1520 debía estar en mal estado pues un grabado de la villa de Segura de Duarte de Armas muestra la parte superior rota, cf. Mário Marques de Andrade, *Subsidios para a monografia de Segura. Aldeia raiana das mais pitorescas*, Tomar 1988 (1ª ed. 1944), pág. 188, fig. VII, tomado del vol. I del *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, de J. de Almeida. Agradezco a la profesora Mª Manuela Alves Dias que me haya proporcionado esta documentación.

⁽⁶⁾ En las tierras de la Orden de Alcántara, a la que pertenecía el término de Segura, había algunos sectores urbanos cuyo mantenimiento corría a cargo de los propios de los concejos. Tal era el caso de las murallas (véase A. Navareño, *Arquitectura militar de la orden de Alcántara en Extremadura*, 1987, p. 35) y según se desprende de este documento, quizá también de los puentes.

también que estaba muy endeudada a causa de los pleitos que mantenía desde hacía años con la villa de Brozas y porque había empleado mucho dinero en servir con soldados a su majestad en la guerra de Granada. Hay consenso en afirmar, por parte de los testigos, que lo justo sería que los costes se repartiesen entre los pueblos y villas de la tierra de Alcántara y los de la tierra de Segura que eran las comarcas a las que más beneficiaría, si se llevaba a cabo, la reedificación es decir, el sistema de financiación sería lo que hoy conocemos como una derrama.

Por lo que se refiere a la cuestión sobre la conveniencia de que se construya un nuevo puente en otro lugar del río o, por el contrario, que se reedifique allí mismo, la mayoría de los testigos responden que lo más económico es que se reedifique en el mismo lugar porque se pueden aprovechar y reutilizar todavía algunos elementos que permanecen en la ruina: los estribos, lo que queda de los cimientos y el material que ha caído al río. Pero al mismo tiempo no se comprometen demasiado y prefieren remitir al informe de los maestros canteros, los expertos en el asunto.

Es precisamente esta declaración de maestros (7), que transcribimos a continuación (8), la que nos narra paso a paso el estado y las obras a efectuar en el puente. Finalmente el juez de residencia del partido de Alcántara, el ya mencionado licenciado Montealegre también da su visto bueno a la edificación del puente.

DECLARACIÓN DE MAESTROS

Item los tajamares de los arcos antiguos están parte de ellos derribados e hay en ellos unas cornicabras. Hanse de derribar un par de hiladas y arrancarlas o cortarlas por la raíz e volver a hacer los dichos tajamares hasta los capiteles como los demás. Item las enjutas e macho se ha de hacer a lo antiguo teniendo en cuenta con que sube más a los tercios. Item el tablamento se ha de echar lo que fai [ta] de una parte e de otra del mesmo tamaño e labor de los antiguos dejando a trechos sus desagueros que vuelen pie e medio fuera de lo macizo. Item las acitaras no llevaran mas de una hilada encima del tablamento e corno

(7) Ocupa los folios 19-20.

(8) Aquí no pretendemos hacer una edición del documento, sino dar a conocer las obras de reedificación, por ello, no respetamos la grafía antigua sino que la normalizamos según las reglas ortográficas del castellano actual.

están echadas agora de grueso o echar se han de ancho porque sean más altas irán de bote a la larga porque ocupen menos e quede la puente más ancha. E las que faltan se han de hacer del mismo ancho e grueso de las demás. Item por cima de toda la puente se empedrará con sus cadenas de cantería de doze en doze pies una de otra e por medio una a la larga. En la mitad que haga como que el empedrado haga corriente a un cabo y a otro.

Muy Magnífico señor:

Sebastián de Aguirre e Diego de Castañeda e Pedro Villegas ⁽⁹⁾, vecinos de esta villa, decimos que nosotros fuimos por mandado de vuestra Merced e por una provisión real de su Majestad firmada de los señores de su Consejo Real a ver la obra de la puente de Segura, conforme a la dicha provisión. E dezimos que vimos la dicha puente y edificio y están caídos e llevados dos pilares hasta los cimientos sin quedar cosa alguna. E cayeron tres arcos e parte del otro pilar e de los taxamares de los [pilares] que quedaron. E que conviene que se vuelva a hacer e reedificar porque es muy útil e provechosa para las comarcas de Castilla como a las de Portugal e a todos los vecinos comarcanos. E que se excusaran muchas muertes de hombres que se ahogan. E que los que se ahogaron en la barca por bajo de la dicha puente que fueron dos hombres e una mujer, el año pasado, no se ahogaran si la puente no estuviera caída, ni otros dos que se ahogaron una legua por cima. E dezimos que conviene al servicio de Dios e de su Majestad que se torne a hazer e reedificar en el mismo sitio que estaba y està porque están hechos dos arcos que quedaron de lo antiguo. E que no ay otro mejor sitio ni donde más convenga a la república e comarcas que es donde está, porque tiene a entrambas partes muy grandes estribos y está

⁽⁹⁾ Estos tres maestros son los mismos a quienes, hacia 1573-1574, se les encarga la reparación del puente de Alcántara. Uno de ellos, Sebastián de Aguirre (ca. 1515-1575), había sido aparejador del arquitecto Pedro de Ybarra (1510-1570) quien durante mucho tiempo ocupó el cargo de Maestro Mayor de la orden de Alcántara y que hacia 1545 había intervenido en el pleito contra el cantero Martín López en quien se había rematado, años antes, la obra de restauración del puente. Ybarra junto con Esteban de Lezcano fueron los que actuaron entonces de peritos, para que visitasen las obras de Martín López y declarasen si se había ajustado o no a las trazas y al pliego de condiciones acordados en su momento. Sobre estos maestros, véase F. M. Sánchez Lomba, «Observaciones sobre reformas en el puente romano de Alcántara», *Norba V (Arte)*. 1984, 313, id. «Algunas obsevaciones sobre maestros mayores de la Orden de Alcántara» [en] *Actas del Simposio El Arte y las Ordenes Militares*, Cáceres (1985) 1986, 75-285; véase además A. Navareño, *op. cit.*, 49-50.

en más camino real que si ha en otra parte ninguna de todo el río porque en otras partes si hay estribo a un cabo no lo hay a otro e no hay tan buen aparejo de materiales.

Las condiciones en como e de la manera que se ha de hazer son las siguientes:

Primeramente que los dos pilares se vuelvan a hazer en el mismo sitio que estaban los antiguos, e del mesmo grueso de los que están hechos, e del mesmo ancho con sus tajamares conforme a los que están hechos. E de la misma labor pilares e tajamares que los antiguos. E que suban de piedra cuatro pies e medio que son tres hiladas. E sus capiteles como los demás. E de allí suba la vuelta a medio punto lo que conviene. Y en los dos pilares de los arcos antiguos se han de subir encima de los capiteles las mesmas tres hiladas de piedra para que de allí para arriba se hagan los arcos que son tres e dos pilares. E los sillares ⁽¹⁰⁾ e bolsos han de ser conforme a los que están hechos, de manera que pilares e arcos sean conforme a los antiguos que están hechos por manera que toda la obra, vieja e nueva, sea de una labor. E los tajamares han de subir hasta los capiteles.

E dezimos que lo hemos visto mirado e tasado con toda diligencia e cuidado que se requiere e teniendo cuenta con los materiales e despojos que hay e los que faltan e andamios e cimbras e los demás pertrechos decimos que en Dios y en nuestras conciencias e so cargo del juramento que tenemos hecho vale tres cuentos de maravedís e con condición que para todo lo que sea menester de pertrechos e bastimentos se ha de traer licencia de su Majestad para que el alcalde de sacas ni otra aduana no pidan derechos ningunos ni se les pague ni puedan embargar nada e porque es verdad que vale lo susodicho lo firmamos de nuestros nombres Pedro Villegas, Diego de Castañeda, Sebastián de Aguirre.

E presentada dijeron que lo que en ella contenido e firmado de sus nombres es lo que declaran en este negocio so cargo del juramento que hicieron y en ello no hay fraude ni cautela algunas e fueron testigos Antonio de Aponte e Martín Alonso vecinos de esta dicha villa.

El dicho señor gobernador la hubo por presentada e mando se ponga esto con la dicha información e testigos los dichos.

⁽¹⁰⁾ Es difícil la lectura de esta palabra que a simple vista, y si no está abreviada, parece decir any líos o aryllos. Si la lectura correcta fuera ésta, sólo podría referirse a la moldura que a modo de cornisa remata los pilares, sirviendo de arranque de la bóveda.

La reedificación y restauración, proyectada en 1571, del puente de Segura, edificio considerado de la misma época que el puente de la vecina localidad de Alcántara (Cáceres) por sus similitudes conceptuales ⁽ⁿ⁾ que incluso han llevado a algunos a ver detrás de esta obra al mismo arquitecto ⁽¹²⁾, consistió básicamente en el levantamiento de los dos pilares centrales y de los tres arcos que por dichos pilares eran sostenidos, utilizando los escasos cimientos que de los mismos habían quedado, reutilizando los sillares (lám. I) y materiales antiguos que pudieron salvarse y fabricando otros nuevos imitando los antiguos de la forma más fiel posible. La solución por la que optaron los maestros de obras para evitar un nuevo arrasamiento del puente fue elevar la altura de los arcos añadiendo más hiladas a partir de la línea de imposta de los

⁽ⁿ⁾ El estudio más reciente sobre puentes romanos que lo incluye es el de V. Galliazzo, *I ponti romani*, 1995, voi. IL Catalogo Generale, 315, n.º 638 donde lo describe como «E' un manufatto svelto, elegante, quasi una 'miniatura' del vicino Ponte di Alcántara a cui senz'altro assomiglia per concezione, materiale (granito locale), lavorazione e posa in opera a secco dei conci dei paramenti con facce a vista a bugnato semirustico (talora quasi liscio) provvisto di listello presso gli spigoli o i piani di giunto».

⁽¹²⁾ Galliazzo, *op. cit.*, 318: «Il ponte mostra una maestria e una comprensione funzionale veramente eccezionale: in esso la sveltezza e l'altezza delle pile s'accompagna all'ampiezza delle arcate (il rapporto spessore pile-luce arcata tocca nella centrale il valore di 3,5), inoltre l'accorto giuoco dei suoi peducci d'impasta collabora a graduare con armonia la progressiva altezza delle chiavi delle arcate dalle spalle verso il filone centrale della corrente, malgrado la maggiore luce delle arcate laterali, rispetto alle mediane, in un diverso contrappunto coloristico creato dalla varietà del bugnato sulle facce dei paramenti in vista e negli archivolti. Ora tutti questi accorgimenti strutturali ed estetici, rispettosi della *firmitas*, della *utilitas* e della *venustas*, indicano chiaramente che ci troviamo nella medesima temperie culturale e tecnico-architettonica che ha visto sorgere il vicino Ponte di Alcántara ad opera dell'architecto C. *Iulius Lacer*: una datazione in età traianea è dunque più che plausibile. Se poi sia opera del medesimo architetto ovvero sia una creazione precedente o posteriore al già citato ponte di Alcántara, è impossibile arguirlo dai dati monumentali esistenti (si tratta forse di una prova sperimentale anteriore al ponte di Alcántara?: i rostri a diedro acuto e non smussato e la probabile seppur modesta 'schiena d'asino' del piano di calpestio lo farebbero pensare)». En cuanto a la mención del arquitecto C. *Iulius Lacer* en la problemática inscripción *CIL* II 761 véase H. Gimeno Pascual, «La inscripción del dintel del templo de Alcántara (*CIL* II 761: una perspectiva diferente)», *Epigraphica* LVII, 1995, 87-145.

arcos antiguos que quedaban, es decir, los de los dos extremos que se dejaron tal cual estaban ⁽¹³⁾ (Lám. II a-b). Debido a esto, los salmeres de los arcos arrancan a distintas alturas y el arco del centro se eleva sobre sus dos inmediatos algo más de medio metro (Lám. IIIa), ya que este central es más ancho. También afectó la obra a los tajamares que se elevaron, las mismas hiladas que los arcos, en relación a la altura anterior a la reedificación (Lám. IIIb).

La parte superior del puente sufrió graves daños el siglo pasado, época a la que pertenece toda la restauración que destaca claramente en el muro hasta el pretil, en especial por la pizarra utilizada en ella. El aspecto que pudo tener tras la restauración de 1571 podemos reconstruirlo a partir de lo indicado en la declaración de los maestros. La cornisa tenía desagüaderos de trecho en trecho y, sobre ella, se dispuso que las citaras que constituían la acera del puente antiguo, se pusieran de pie para que la vía fuera más ancha. El enlosado se hizo a base de dos calles de adoquines con un ancho de 12 pies (3,3 m aprox.) cada una de ellas separadas ambas por una hilera central del mismo material. Al final de la descripción de las obras, la frase «En la mitad que haga como que el empedrado haga corriente a un cabo y a otro» parece indicar que la rasante debía construirse con un perfil alomado.

⁽¹³⁾ Copiamos la descripción del estado actual de esta parte del monumento de Galiano (p. 315) porque es muy gráfica para comprender en qué consistió la elevación: «Le 4 pile sono a pianta rettangolare, lunghe m 6,90 e larghe m 2,85, e mostrano un rostro triangolare affilato soltanto a monte dove aggetta per m 2,60: questo s'eleva fino a 3 filari oltre il piano d'imposta delle arcate, finendo nella porzione inferiore dei timpani con un cappuccio protettivo semipiramidale. Il coordinamento orizzontale delle 4 pile (tre nell'alveo alte e snelle, una più corta verso la spalla destra) e delle spalle (soprattutto la sinistra) è sottolineato da una robusta cornice aggettante (una gola rovescia tra due listelli), che corre tutt'intorno alle pile (tranne nei rostri) e sulla porzione verso l'alveo delle spalle, soprattutto a sinistra dove mostra di interrompersi sia a monte che a valle dopo m 2,20 di percorso: essa costituisce pure la cornice d'imposta delle cèntine delle 5 arcate che pur essendo tutte a pieno centro, tuttavia s'elevano in vario modo spostando a diversa altezza l'effettivo cuscino d'imposta delle singole arcate (arco rialzato). In tal modo l'arcata centrale, la maggiore, con una luce di m 9,90, inizia la curvatura d'intradosso ben 3 filari di conci sopra la cornice d'imposta, le due immediatamente ai lati di essa (con uguale luce di m 7,20) s'incurvano dopo 3 o 2 filari dalla cornice d'imposta, mentre le due arcate estreme con ben m 7,80 di luce (e quindi con ampiezza maggiore delle mediane) s'elevano immediatamente dalla cornice d'imposta mostrando di assumere quasi la funzione di ampie finestre di deflusso laterali in caso di piena (infatti in periodi di magra sono sempre all'asciutto)».

La importancia del puente, por su emplazamiento estratégico en el camino que enlazaba Idanha-a-Velha con Alcántara y ponía, por tanto, en comunicación la zona noroeste de Portugal con Extremadura seguía vigente en el siglo XVI pues la cifra que se invirtió en él para reedificarlo supera bastante las cantidades utilizadas en otras obras de la misma época. El presupuesto calculado por los maestros, tres millones de maravedís, era una cantidad considerable, si tenemos en cuenta que el promedio del coste de las obras de reparación de otros edificios del territorio en el que se sitúa este puente, el de la Orden de Alcántara, solía oscilar entre 250.000 y 800.000 maravedís, aunque en algunos casos superaban el millón ⁽¹⁴⁾.

Para concluir sólo queremos señalar que este documento invita a la reflexión y a un replanteamiento sobre la conservación íntegra de la fábrica antigua de algunos monumentos y sobre su adscripción cronológica ⁽¹⁵⁾. No podemos siquiera asegurar si este puente, en su estado anterior a la reedificación de 1571, cuya altura señalamos en el dibujo adjunto correspondía íntegramente a un ejemplar de época romana o si, a causa de otra crecida pudo haber sido ya restaurado en alguna de sus partes en la misma Edad Media.

⁽¹⁴⁾ 1.740.000 maravedís costaron las obras que se realizaron entre 1563 y 1567 en la fortaleza, hoy desaparecida, de Herrera de Alcántara y 1.270.000 maravedís las llevadas a cabo a finales del siglo XVI en el castillo de Brozas, donde se construyen nuevas barreras, cubos y torres, *cf.* A. Navareño Mateos, «Organización administrativa y financiera de las obras en las fortalezas de la orden de Alcántara», [en] *Actas del Simposio El Arte y las Órdenes Militares*, Cáceres (1985) 1986, 194-195.

⁽¹⁵⁾ Un magnífico estudio que ha puesto sobre la mesa la problemática de la adscripción a época romana de muchos puentes modernos, como el de Iruña, es el realizado para los puentes alaveses por A. Azkarate Garai-Olaun y V. Palacios Mendoza, *Arabako Zubiak. Puentes de Álava*, 1996. Como muy bien apuntan los autores no hay que dudar que muchos de los puentes considerados romanos no hubieran existido en su momento en el mismo lugar, pero hay que plantearse qué es lo que queda - si queda algo -, de la fábrica romana y en qué medida no se ha alterado su estructura, a pesar de la apariencia romana que han querido mantener en las reedificaciones o restauraciones, como en el caso que nos ocupa.



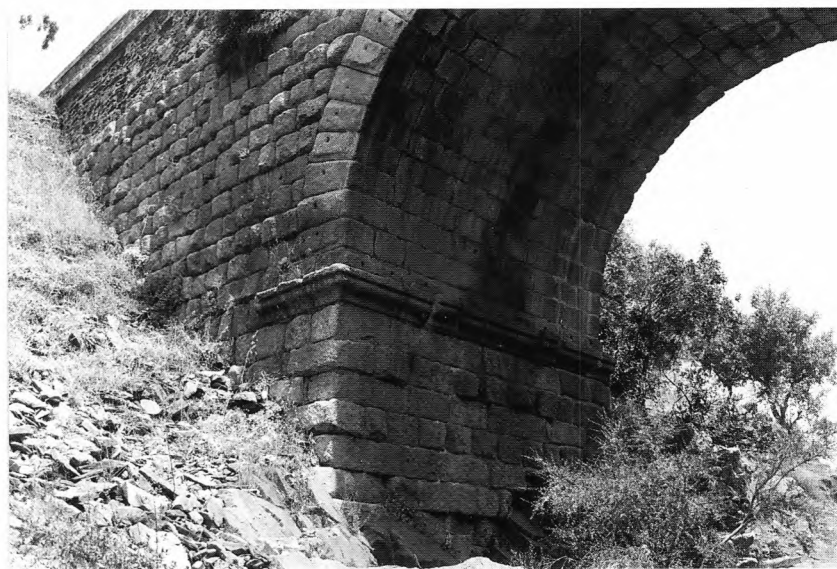
a) Pilar Antiguo



b) Pilar Reconstruido



a) Arco Original. Primero desde la Orilla Portuguesa



b) Arranque del Arco Anterior

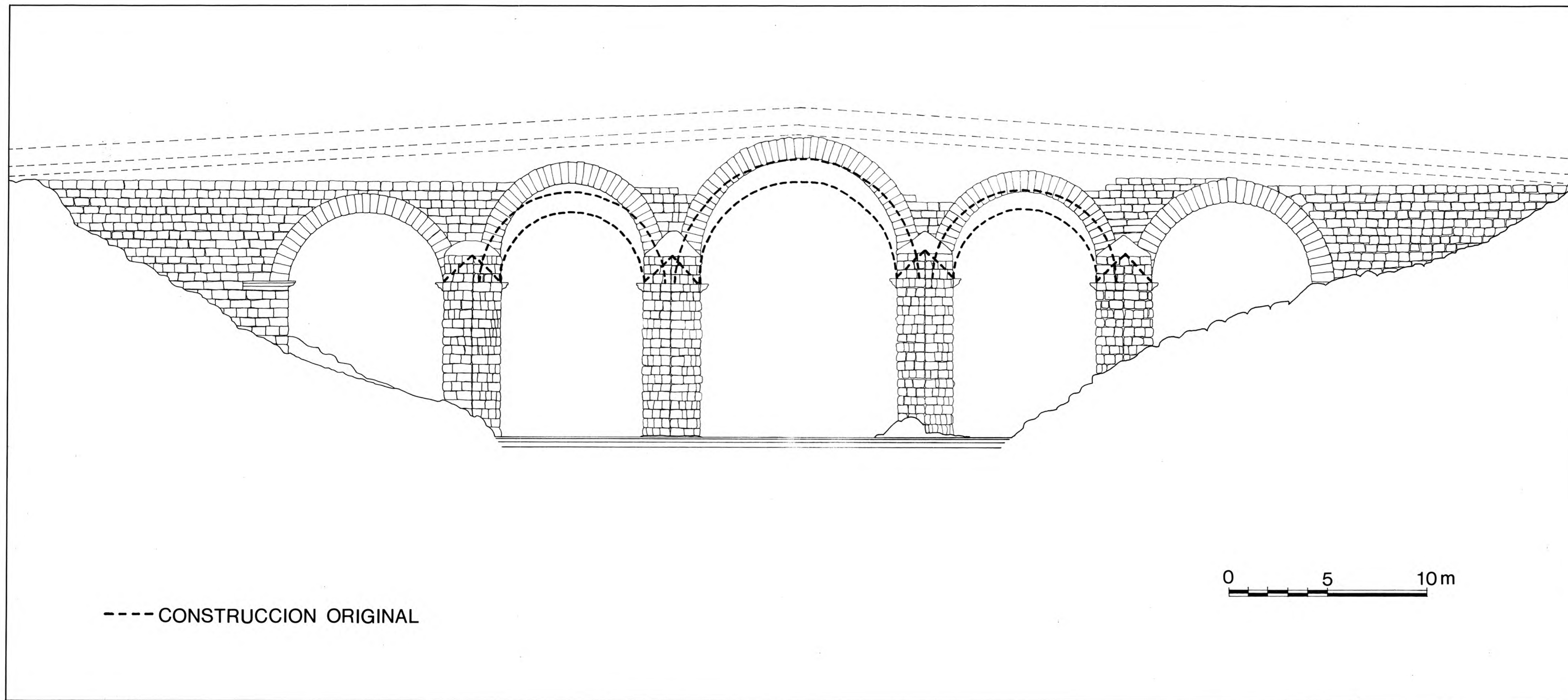


a) Arco reconstruido segundo desde la Orilla Portuguesa e inicio del arco central



b) Tajamares (segundo arco – reconstruido – desde la Orilla Portuguesa). A la derecha original, al a izquierda reconstruido.

(Página deixada propositadamente em branco)



(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE GERAL

DOMINGOS J. DA CRUZ, ALEXANDRE J. F. CANHA — <i>Escavação arqueológica da Mamoa 4 do “Rapadouro” (Pendilhe, Vila Nova de Paiva, Viseu).....</i>	5
RAQUEL VILAÇA — <i>Uma nova leitura para o Monte do Frade (Penamacor).....</i>	27
JEAN-PIERRE BRUN — <i>Production de Vhuile et du vin en Lusitanie Romaine.....</i>	45
MARTA GONZÁLEZ HERRERO — <i>Algunos casos particulares de promoción social entre militares Lusitano-Romanos.....</i>	73
SONIA MARIA GARCÍA MARTÍNEZ — <i>Una celtica supertamarca en Andíñuela (Léon).....</i>	95
ÉLVIO MELIM DE SOUSA, EURICO SEPÚLVEDA — <i>Materiais inéditos da necrópole romana da Herdade da Barrosinha (Alcácer do Sal) — A colecção dos Comendadores Nunes Correia.....</i>	103
FÉLIX TEICHNER — <i>Note sur le fonds numismatique romain de foz do Rio Arade (Portimão, Portugal).....</i>	123
SÉRGIO PEREIRA, ANTÓNIO MEDEIROS — <i>Cervídeo de bronze, inédito (Oliveira de Frades).....</i>	161
MIGUEL PESSOA — <i>Um apito anelar romano de Conímbriga.....</i>	165
MANUELA ALMEIDA FERREIRA — <i>Vidros romanos de S. Miguel de Odrinhas (Sintra).....</i>	177
MANUELA ALMEIDA FERREIRA — <i>Seventeenth and eighteenth century glass drinking vessels and bottles from Lisbon - Portugal.....</i>	183
HELENA GIMENO PASCUAL — <i>Obras de reedificación del Puente de Segura sobre el Rio Fijas en el siglo XVI.....</i>	191

(Página deixada propositadamente em branco)

Execução Gráfica
G.C. - Gráfica de Coimbra
Depósito Legal n.º 93223/95

